

20 ANOS DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE MACAÉ DE CIMA

Trajetórias e caminhos na pesquisa social

GUILHERME HISSA VILLAS BOAS
WALISON BOY DOS SANTOS
(organizadores)

EDITORA

2022

EDTUR UERJ

20 ANOS DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE MACAÉ DE CIMA

Trajetórias e caminhos na pesquisa social

20 ANOS DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE MACAÉ DE CIMA

Trajetórias e caminhos na pesquisa social

GUILHERME HISSA VILLAS BOAS
WALISON BOY DOS SANTOS
(organizadores)

EDITORA

Editora IOLE / EDTur

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.





EXPEDIENTE

Revisão
Francisleile Lima Nascimento
Rita de Cássia de Oliveira Ferreira

Capa
Abinadabe Pascoal dos Santos
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação
Elói Martins Senhoras
Rita de Cássia de Oliveira Ferreira

Conselho Editorial
Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Bo2 VILLAS BOAS, Guilherme Hissa; BOY, Walison (organizadores).

20 anos da Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima: Trajetórias e Caminhos na Pesquisa Social. Boa Vista: Editora IOLE / Rio de Janeiro: EdTur, 2022, 407 p.

Série: Ciências Ambientais. Editores: Elói Martins Senhoras; Vitor Stuart Gabriel de Pieri.

ISBN: 978-65-996309-1-0
https://doi.org/10.5281/zenodo.6983853

1 - Área de Proteção Ambiental. 2 - Ciências Ambientais. 3 - Mata Atlântica. 4 - Rio de Janeiro. I - Título. II - Boas, Guilherme Hissa Villas. III - Ciências Ambientais. IV - Série

CDD – 333.72

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores.



EDITORIAL

A editora IOLE e a Editora do Departamento de Turismo (EDTur) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) têm o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadas para um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações desenvolvidas em parceria pela editora IOLE e a EDTur têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e da *práxis* no campo epistemológico do Turismo e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da EDTur ou da editora IOLE, sendo esta responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capilarização para seu potencial público leitor, o presente livro é publicado em parceria pelas editoras IOLE e EDTur nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

Prof. Dr. Vitor Stuart Gabriel de Pieri

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO | 09

CAPÍTULO 1 |
Etnogeomorfologia da APA Macaé de Cima: A Dinâmica da Paisagem a Partir da Percepção dos Agricultores Familiares 17

CAPÍTULO 2 |
Agricultura de Corte e Queima: Uma Análise das Tradições e Mudanças Relacionadas com o Ordenamento Ambiental 55

CAPÍTULO 3 |
Nadando Contra a Corrente: As Narrativas dos que ainda Plantam para Viver da Terra como seus Ancestrais 103

CAPÍTULO 4 |
Circuito Curto de Comercialização e Agroecologia: Alternativas e Possibilidades para a Agricultura Familiar 137

CAPÍTULO 5 |
Entre Rezas, Curas e Plantas: Um Olhar sobre um Saber Local na APA Macaé de Cima 177

SUMÁRIO

CAPÍTULO 6 |
A Arquitetura de Taipa como Patrimônio
Material e Imaterial da APA de Macaé de Cima 221

CAPÍTULO 7 |
O Território da Área de Proteção Ambiental
Macaé de Cima e as Percepções da Juventude sobre o Rural 253

CAPÍTULO 8 |
Patrimônio Imaterial: Mulheres Tecelãs de Galdinópolis 285

CAPÍTULO 9 |
O Turismo e as Transformações Socioespaciais
em Lumiar e São Pedro da Serra, Nova Friburgo – RJ 315

CAPÍTULO 10 |
Potencialidades e Desafios para o Geoturismo na
Pedra Riscada e Encontro dos Rios na APA de Macaé de Cima 367

SOBRE OS AUTORES | 395

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

No ano de 2021, uma iniciativa pioneira trouxe ao cenário acadêmico algumas das principais pesquisas desenvolvidas no território da Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima. Neste ano a unidade de conservação completava duas décadas de sua criação. Nossa homenagem se materializou com a publicação do livro *20 anos da Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima: Trajetórias e caminhos na pesquisa ambiental*. As ilustres pesquisas contidas neste volume verteram, sobretudo, à temática das características geobiofísicas da região.

Este movimento, que teve início no ano anterior, não se restringia exclusivamente às investigações acerca dos aspectos físicos da paisagem e era composto por mais, cerca de vinte trabalhos dos mais diversos campos do conhecimento e relatos de experiências. Desta forma, para organizar o volume de informações disponíveis e para não perder o simbolismo da data, foi necessário dividir as pesquisas em mais de um volume.

Em 2022, essa coletânea ganha um novo impulso com a publicação de seu segundo volume, desta vez com pesquisas voltadas, predominantemente, para as temáticas socioambientais observadas no território da APA. Este volume, *20 anos da Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima: Trajetórias e caminhos na pesquisa social*, contém recortes de diversas investigações realizadas na unidade de conservação como dissertações de mestrado, teses de doutorado, além de projetos de pesquisa e projetos de extensão. Seu formato, em capítulos, busca proporcionar ao leitor uma visão ampla e integradora dos contextos social, econômico e cultural observados nos últimos anos em toda a área dos distritos de Lumiar e São Pedro da Serra.

Retratar e analisar o cenário socioeconômico da APA de Macaé de Cima, ao longo dos últimos 20 anos, é um feito imprescindível para que seus resultados possam servir de arcabouço para a realização de pesquisas científicas em outras unidades de conservação, bem como possam contribuir com sua própria gestão territorial. Este é um exercício coletivo que vem buscando reconstruir e ressignificar o sentido mais amplo de proteção ambiental nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável, em que a sociedade deve encontrar formas harmônicas de relação com a natureza.

No primeiro capítulo, "Etnogeomorfologia da APA Macaé de Cima: a dinâmica da paisagem a partir da percepção dos agricultores familiares", Guilherme Hissa Villas Boas apresenta uma pesquisa de caráter etnográfico com os descendentes dos colonos europeus que ainda mantém relação com a terra. Nela, o autor procura ilustrar como os agricultores compreendem os elementos e processos atuantes na paisagem, como fazem a diferenciação espacial e como selecionam as melhores áreas para cultivo. Por fim, o autor procura relacionar esta compreensão espacial com as estratégias de proteção ambiental identificadas na área.

No segundo capítulo, de Walison Boy, Luiz Vallejo e Maria Fernanda Quintela, intitulado "Agricultura de corte e queima: uma análise das tradições e mudanças relacionadas com o ordenamento ambiental", os autores também trabalham com os agricultores e debatem as práticas tradicionais de manejo da terra que vêm sendo alvo de conflito na APA de Macaé de Cima. No texto, os autores demonstram como a imposição da legislação ambiental vem pressionando os agricultores a mudarem suas práticas, bem como tem conduzido algumas famílias ao abandono das atividades agrícolas.

Vanessa Lopes Teixeira retrata no terceiro capítulo, intitulado "Nadando contra a corrente: as narrativas dos que ainda

plantam para viver da terra como seus ancestrais", uma pesquisa de mais de vinte anos com quarenta famílias de agricultores descendentes dos colonos europeus. A autora acompanhou a trajetória dessas famílias e ilustra, através de suas falas, como a chegada do turismo e a criação da unidade de conservação impactaram na vida dessas pessoas. O texto reforça o vínculo desse grupo social com a terra, além de demonstrar as mudanças na relação dos mais jovens com a agricultura.

No capítulo "Circuito curto de comercialização e agroecologia: alternativas e possibilidades para a agricultura familiar", o quarto desta coletânea, Juliano Palm e Maria José Carneiro também trabalham com agricultores, contudo focando nas questões relacionadas à capacidade produtiva e à comercialização de alimentos em Lumiar e São Pedro da Serra. Os autores utilizam seus resultados para debater a potencialidade da região para uma transição agroecológica como um modelo alternativo de agricultura que adote técnicas ecologicamente responsáveis, produza alimentos saudáveis e economicamente viáveis.

O quinto capítulo, "Entre rezas, curas e plantas: um olhar sobre um saber local na APA Macaé de Cima", de Valéria Costa Rocha Viana, Alphonse Germaine Albert Charles Kelecom e Joel de Araujo, apresenta um trabalho sobre as práticas etnobotânicas e etnofarmacológicas dos erveiros, rezadeiros e curandeiros da região. Os autores, além de trazerem um minucioso levantamento das plantas e métodos de preparos, também refletem sobre a criação da unidade de conservação e os impactos sobre estas práticas. Este registro se faz ainda mais significativo porque, conforme apontam os autores, esses conhecimentos vêm se perdendo ao longo das gerações.

"A arquitetura de taipa como patrimônio material e imaterial da APA de Macaé de Cima" é o sexto capítulo, de autoria de Werther Holzer e Viviane de Azevedo Folly. Ele trata de uma pesquisa

realizada durante oito anos sobre a paisagem vernacular de Nova Friburgo. Os autores se debruçam sobre as estruturas e processos de construção, bem como, as formas e características das casas de taipas remanescentes na região da APA de Macaé de Cima. As técnicas para construção dessas edificações remontam ao período de colonização europeia e, embora ainda resistam em outras partes do país, nesta região vêm sendo abandonadas pelas novas gerações.

O sétimo capítulo, com o título "O território da Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima e as percepções da juventude sobre o rural", de autoria de Claudio Marcio Paolino, Emilia Jomalinis de Medeiro Silva, Lucas Ramos dos Santos, Marjorie de Almeida Botelho e Victória Batistela Silva Rodrigues, retrata uma pesquisa com mais de cem jovens do ensino médio dos distritos de Lumiar e São Pedro da Serra. No texto, os autores fazem uma caracterização deste grupo social e debatem suas percepções e identificações com o urbano e com o rural.

Camila Dazzi, Elaine Lopes Peixoto e Yály Ferraz são as autoras do oitavo capítulo, intitulado "Patrimônio imaterial: mulheres tecelãs de Galdinópolis". O texto, que sintetiza um projeto de extensão, apresenta um quadro do coletivo de artesãs que trabalham na Oficina das Ervas. As autoras destacam o papel da manutenção desta cultura para as profissionais e a importância do turismo como incentivo e valorização da prática.

O capítulo nono, "O turismo e as transformações socioespaciais em Lumiar e São Pedro da Serra, Nova Friburgo – RJ", é um resumo da pesquisa realizada, em 1997, para a monografia de graduação em geografia de André Bittencourt Amador. O texto é um excelente material de referência para novas pesquisas nesta temática tendo em vista que ilustra com detalhes o contexto socioambiental da região no final do século passado. É interessante notar que muitas problemáticas diagnosticadas naquela época foram

solucionadas, enquanto outras ainda assolam os distritos na atualidade.

"Potencialidades e desafios para o geoturismo na Pedra Riscada e Encontro dos Rios na APA de Macaé de Cima", de autoria de Denise de Almeida Gonzalez e Alexander Josef Sá Tobias da Costa, é o décimo e último capítulo desta obra. Nele os autores debatem a questão do geoturismo e da geoconservação como possibilidades de desenvolvimento da atividade turística sustentável.

A construção aqui apresentada traz uma oportunidade para o leitor de aprendizado com as experiências das pessoas que são protagonistas da APA de Macaé de Cima: os agricultores, os jovens estudantes, os turistas, etc. Esta é uma obra que busca retratar uma parte da comunidade que conseguiu superar muitos de seus desafios para construir um modelo de gestão ambiental pautado na democracia e na participação popular.

Desejamos que aprovem o resultado desta seleção de trabalhos e que esta obra inspire mais pesquisadores a se debruçarem sobre a área. Deixamos aqui nosso humilde agradecimento às pessoas que fizeram e fazem da APA de Macaé de Cima um lugar especial.

Guilherme Hissa Villas Boas

Walison Boy dos Santos

(organizadores)

CAPÍTULO 1

Etnogeomorfologia da APA
Macaé de Cima: A Dinâmica da Paisagem
a Partir da Percepção dos Agricultores Familiares

ETNOGEOMORFOLOGIA DA APA MACAÉ DE CIMA: A DINÂMICA DA PAISAGEM A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES[1]

Guilherme Hissa Villas Boas

A lei federal nº 9.985, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, estabelece que a criação e a gestão dos territórios destinados à proteção da natureza sejam respaldadas por estudos técnicos e asseguradas a consulta pública e a participação popular em todas as etapas (BRASIL, 2000). Além disto, toda unidade de conservação deve dispor de um plano de manejo, que é definido como um "documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais (...)" (art. 2º, parágrafo XVII).

Embora esta lei preveja ampla atuação pública, sobretudo nas unidades de uso sustentável, tendo em vista que é assegurada a participação da população na elaboração, atualização e implementação dos seus planos de manejo, diversos conflitos socioambientais são observados nestas áreas. Tais conflitos, normalmente, residem nos diferentes interesses e formas de uso dos recursos naturais, que são resultado da dicotomia entre o desenvolvimento socioeconômico e a conservação ambiental, ou entre abordagens preservacionistas e conservacionistas (VILLAS BOAS; MATTOS, 2021).

[1] Agradeço e dedico este trabalho a todos agricultores e agricultoras da APA Macaé de Cima. Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão de bolsa durante o doutoramento. Por fim, agradeço também aos pesquisadores e estudantes do LEMAS/ UFRJ pela colaboração.

Este capítulo corresponde a uma parte da tese intitulada "Etnogeomorfologia da APA Macaé de Cima: um objetivo e dois saberes" (VILLAS BOAS, 2017), defendida em outubro de 2017 no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A pesquisa realizada para esta tese comparava duas estratégias de conservação ambiental para a Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima: uma desenvolvida pela ciência e materializada através do plano de manejo da unidade de conservação (INEA, 2014a) e outra desenvolvida pelos agricultores familiares em suas práticas cotidianas e construída através do empirismo e do aprendizado com as gerações antecessoras.

A hipótese levantada para a tese era que a origem do conflito entre esses atores surgisse das diferentes formas de entendimento da dinâmica ambiental. Acredita-se, portanto, que enquanto o órgão gestor da APA Macaé de Cima, o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e, consequentemente seu plano de manejo, norteado pela ciência, encarasse a natureza a partir de uma visão cientificista, predominantemente impregnada do uso da razão, a população descendente dos colonos visualizasse uma dinâmica ambiental diferente, respaldada pelo empirismo e pelo conhecimento histórico passado verbalmente. Escobar (2005, p. 3), dissertando sobre comunidades locais, afirma que elas:

> constroem a natureza de formas impressionantemente diferentes das formas modernas dominantes: eles designam e, portanto utilizam os ambientes naturais de maneiras muito particulares", onde utilizam "uma quantidade de prática significativamente diferente de pensar, relacionar-se, construir e experimentar o biológico e o natural.

Os conflitos seriam atribuídos, então, às diferentes formas de apropriação da paisagem, o que traria um intervalo no diálogo, ainda que os dois atores em análise tivessem o mesmo objetivo: a conservação ambiental. Sobre este intervalo no diálogo Diegues (2001, p. 69) afirma:

> Configura-se, nesse caso, o confronto de dois saberes: o tradicional e o científico-moderno. De um lado, está o saber acumulado das populações tradicionais sobre os ciclos naturais, a reprodução e a imigração da fauna, a influência da lua nas atividades de corte da madeira, da pesca, sobre os sistemas de manejo dos recursos naturais, as proibições do exercício de atividades em certas áreas ou períodos do ano, tendo em vista a conservação das espécies. De outro lado, está o conhecimento científico, oriundo das ciências exatas que não apenas desconhece, mas despreza o conhecimento tradicionalmente acumulado.

Este capítulo tem como foco apresentar o levantamento e a análise realizados sobre as compreensões dos agricultores acerca dos elementos e processos constituintes da paisagem, mais especificamente dos aspectos físicos e suas interações com as práticas agrícolas. Tendo em vista a dependência dos recursos naturais nas suas atividades cotidianas, materializadas principalmente através da fertilidade dos solos e da disponibilidade hídrica para agricultura, supõe-se que as técnicas e práticas adotadas pelos agricultores refletissem compreensões da dinâmica dos recursos naturais e, consequentemente, manejos responsáveis, orientados à manutenção da qualidade ambiental e, portanto, para sua sustentação econômica.

Ao longo da pesquisa, algumas características foram encontradas, corroborando com Diegues (2001), para identificá-los

como agricultores tradicionais, contudo não se pretende aqui realizar o debate deste conceito. Dentre as características identificadas estão: i) a influência dos ciclos naturais nos modos de vida; ii) o conhecimento aprofundado da área e de seus recursos naturais transmitido por gerações; iii) o baixo emprego de tecnologia nas práticas agrícolas; iv) a ocupação da área por gerações, o pertencimento a um grupo social e a noção de território; v) o trabalho compartilhado pela unidade familiar e/ou comunitária e com pouco ou nenhum emprego de relações assalariadas; e vi) o reduzido poder político, que em geral, reside com os grupos sociais de origem urbana (DIEGUES, 2001). Utilizou-se, portanto, neste capítulo o termo 'agricultores familiares' para designar o grupo social composto pelos descendentes dos primeiros colonos da região, suíços e alemães, que embora alguns possam ter trabalhado em ofícios tipicamente urbanos, mantiveram práticas agrícolas, seja como fonte de renda ou para a segurança alimentar da família. Para mais informações sobre os agricultores familiares da APA Macaé de Cima, sugere-se a leitura, neste volume, dos capítulos de Teixeira (2022) e Boy *et al*. (2022).

DESENVOLVIMENTO

Este trabalho se alicerça na etnogeomorfologia para desenvolver suas análises. A etnogeomorfologia é um campo do conhecimento oriundo das etnociências que surgiu, pelo menos com este nome no ambiente científico, a partir dos anos 2000 e, desde então, vem crescendo o número de publicações (RIBEIRO *et al*., 2020). As etnociências derivam das etnografias do século XVIII e XIX e têm como característica uma análise qualitativa do modo de vida, em sua concepção mais genérica, dos grupos sociais. O foco desta análise pode ser suas crenças, relações sociais ou relações com

seus recursos naturais, entre outros aspectos do seu cotidiano. As etnociências preocupam-se, em síntese, com a compreensão do ponto de vista da população nativa e sua relação com a vida, para alcançar sua visão de seu mundo (STUTERVANT, 1964).

D'Olne Campos (1995) afirma que as etnociências surgem a partir das etnografias e possuem uma relação direta com a linguística. Para Diegues (2001, p. 78) as etnociências "partem da linguística para estudar o conhecimento das populações humanas sobre os processos naturais, tentando descobrir a lógica subjacente ao conhecimento humano do mundo natural, as taxonomias e classificações totais". Ribeiro (2014) descreve os conhecimentos etnocientíficos como aqueles que procuram compreender como comunidades com culturas próprias se inter-relacionam com plantas, animais e com o próprio lugar, ou território, em que se encontram, ou seja, os conceitos e saberes desenvolvidos por uma cultura sobre diferentes áreas do conhecimento nas relações povos-natureza.

Alguns autores criticam o uso do termo "etno-X", como se X pudesse ser uma área do conhecimento dos grupos sociais, dividida como se é feita pela ciência (STUTERVANT, 1964; D'OLNE CAMPOS, 1995). Contudo, a etnobiologia é um campo do conhecimento bem difundido, tendo sua origem entre as décadas de 50 e 70 do século passado. A etnobiologia, apesar de possuir um arcabouço teórico próprio, normalmente apresenta-se revestida por uma de suas subdivisões: etnozoologia, etnobotânica e, principalmente, etnoecologia. Posey (1986, p. 15) define a etnobiologia como:

> a disciplina que se ocupa do estudo do conhecimento e das conceituações desenvolvidas por qualquer sociedade a respeito do mundo vegetal, esse estudo engloba tanto a maneira pela qual um grupo social classifica as plantas, como os usos que dá a elas.

Seguindo a proposta de investigar a compreensão dos grupos sociais sobre seus recursos naturais, a etnogeomorfologia se apresenta como uma ponte para o saber científico tentar alcançar o saber popular acerca dos elementos e processos atuantes na paisagem. Nunes Junior *et al*. (2006) consideram a etnogeomorfologia como "uma ciência de abordagem híbrida (...) com características multiparadigmáticas da etnologia, baseada na sabedoria e cognição das diferentes etnias". Os autores propõem um enfoque multiescalar, hierarquizado e baseado em mapeamentos geomorfológicos participativos com vistas ao planejamento e gestão ambiental e apresentam uma divisão do campo de atuação de pesquisa da etnogeomorfologia da seguinte forma:

> a) histórico-cultural das diferentes etnias; b) histórico da colonização humana baseada no contexto geomorfológico; c) relativo às condições de sustentabilidade e manejo da paisagem; d) no cenário atual quanto à percepção da paisagem; e) no significado cognitivo e simbólico da paisagem; f) na classificação e taxonomia popular dos elementos da paisagem (NUNES JUNIOR *et al*., 2006).

Já Wilcock e Brierley (2012) afirmam que a etnogeomorfologia não busca o conhecimento ecológico tradicional e dados específicos sobre uma determinada espécie para traduzí-los em uma lista. Também não se refere a elaborar ou impulsionar projetos de gestão de recursos naturais a partir de perspectivas de populações tradicionais. Muito menos se trata de especificidades da geomorfologia ou simplesmente mapear o entendimento das populações tradicionais em mapas conceituais. Também não é a generalização do conhecimento tradicional como uma categoria uniforme de entendimento. Não se pode afirmar também que seja um guia para a governança ambiental. Para os autores a

etnogeomorfologia se refere a formas de conversar com o outro através de espaço de diálogo convergente. A paisagem pode sustentar epistemologias compartilhadas, encontrando uma forma de estabelecer conhecimentos que constituem um contexto mais amplo de múltiplas formas de ver o mundo. Encontrando um espaço híbrido de diálogo no qual os questionamentos assumem uma desconexão binária entre sociedade-natureza através da geografia com base na escala como relação, a etnogeomorfologia oferece um quadro para a prática da comunicação intercultural que vai além de pressupostos estáticos e lineares de tempo e espaço (WILCOCK; BRIERLEY, 2012).

Ribeiro (2012) descreve a etnogeomorfologia, assim como a etnopedologia, como subdivisões da etnoecologia, a partir da contribuição de Toledo (2000 *apud* RIBEIRO, 2012, p. 41):

> um enfoque interdisciplinar que estuda as formas pelas quais os grupos humanos veem a natureza, através de um conjunto de conhecimentos e crenças; e como os humanos, a partir de seu imaginário, usam e, ou, manejam os recursos naturais.

E da concepção de Diegues (2001) sobre etnoecologia, que entende o ambiente como constituído de seres, saberes, relações e cultura, e busca resgatar os conhecimentos tradicionais, com o intuito de relacioná-los aos saberes científicos. Ou seja, a etnoecologia traz para o ambiente acadêmico a ideia de que o manejo e o conhecimento dos ecossistemas significam, em última instância, uma relação dialógica entre as populações e seu ambiente.

O presente trabalho corrobora com Ribeiro (2014) no que se refere à relação cotidiana entre sociedade e natureza das populações tradicionais e sua maior ligação com os aspectos ecológicos do

ambiente - seja na utilização de plantas para as mais variadas finalidades, seja no contato com as espécies animais - principalmente porque a dinâmica ecológica apresenta-se, de forma geral, mais próxima da escala temporal observada e vivida pelos grupos sociais. Por outro lado, os processos geomorfológicos apresentam uma ampla e variada escala espaçotemporal na ocorrência de seus eventos e acredita-se que as populações tradicionais tenham uma relação distinta com esses fenômenos. Desta forma não se considera aqui que a etnogeomorfologia seja uma subdivisão da etnoecologia e que a própria etnogeomorfologia mereça uma investigação etnográfica distinta, ainda que, de certa forma, associadas.

Em suma, é importante destacar a interdisciplinaridade inerente às etnociências voltadas à compreensão dos aspectos da natureza e, em especial, à etnogeomorfologia que, através de bases teóricas e metodológicas da antropologia busca aproximar-se da compreensão dos fenômenos geomorfológicos que atuam sobre (e sob) a superfície terrestre. Busca-se, portanto, integrar em análises científicas áreas do conhecimento das ciências sociais com as ciências naturais, para alcançar aspectos objetivos e subjetivos da relação sociedade-natureza.

Para elaboração da pesquisa de doutorado foram realizados quatro trabalhos de campo, entre julho de 2014 e julho de 2016, em que foram entrevistados, cerca de 30 agricultores familiares. Na primeira investida a campo, a utilização de questionários, a posse de uma prancheta e, até mesmo, a realização de anotações durante a entrevista, mostraram-se estratégias insatisfatórias. Aparentemente os entrevistados tentavam oferecer uma resposta “correta”. A partir da segunda investida foram realizadas entrevistas, com caráter informal, para que os entrevistados se sentissem mais livres para se aprofundarem nas suas explicações. Todas as entrevistas foram gravadas, com consentimento dos entrevistados, seguindo as orientações éticas, e posteriormente transcritas. Praticamente todos

os entrevistados tinham mais de sessenta anos e moravam na APA Macaé de Cima desde o nascimento. Todos aprenderam o trabalho na lavoura com seus pais e irmãos, e embora alguns tenham conseguido emprego em atividades urbanas durante parte de suas vidas, nunca abandonaram a agricultura para a manutenção alimentar.

Cabe aqui destacar que em 2018, o autor tomou posse como docente no Departamento de Geografia da UFRJ e segue realizando pesquisas na APA Macaé de Cima, ampliando os grupos sociais e buscando identificar outras compreensões acerca dos elementos e processos constituintes da paisagem, para contribuir com o debate sobre a conservação ambiental. Para mais detalhes e outras publicações, sugere-se a consulta à página do Laboratório de Pesquisa e Extensão em Meio Ambiente e Sociedade (LEMAS/ UFRJ)[2].

RESULTADOS

Todas as entrevistas, após explicar o contexto e o objetivo da pesquisa, começavam abordando a atual produção agrícola da propriedade. Esta foi a maneira utilizada para introduzir a temática ambiental nas entrevistas. Foi encontrado um padrão na produção agrícola, em que predominam gêneros como inhame, aipim, batata-doce, milho, feijão, banana e, em menor escala, verduras como couve-flor e repolho. Após esta apresentação, foram feitas perguntas sobre a produção no passado, tanto dos atuais agricultores como das gerações anteriores. Estas perguntas tinham como propósito trazer uma abordagem temporal, através das quais se procuravam entender se as mudanças dos plantios tinham relação com aspectos

[2] Disponível em: <https://lemas.igeo.ufrj.br>.

mercadológicos, como preço ou concorrência das áreas vizinhas, ou questões relacionadas aos recursos naturais, como produtividade dos solos e/ou mudanças climáticas. Os agricultores apontaram para os dois aspectos, se por um lado a produção de café, muito comum na época dos seus pais, perdera importância econômica, a disponibilidade de áreas para plantar fora afetada, principalmente, pela criação da unidade de conservação, que limitara a área agricultável. Apesar de observarem mudanças nas características climáticas, que serão apresentadas mais adiante, estas não foram relacionadas às substituições dos gêneros cultivados. Tampouco fora mencionada a redução da produtividade em razão da perda de qualidade (fertilidade) do solo.

Os agricultores afirmam que "*antigamente toda a área da propriedade era cultivada, inclusive até os topos dos morros*", atualmente cobertos pela floresta. Esse segmento da paisagem ganhou destaque em praticamente todas as respostas, sobretudo para denotar a grande intensidade do cultivo, principalmente em função de dois motivos: a acessibilidade a estas áreas e a fertilidade natural delas. Em função do relevo escarpado e das vertentes íngremes, os topos dos morros são áreas de difícil acesso, o que cria impedimentos, não somente para alcançar essas áreas, como para realizar a produção ali, mas, sobretudo, para o escoamento ou transporte da colheita. De acordo com os agricultores, os topos dos morros são também áreas menos produtivas que as encostas, contudo esse aspecto será detalhado mais adiante quando serão apresentados os segmentos geomorfológicos. O abandono do plantio nos topos dos morros está diretamente relacionado à intensificação da fiscalização ambiental que ocorrera a partir da criação da unidade de conservação (Figura 1). Acredita-se ainda em um terceiro motivo, não explicitado nas entrevistas, que poderia ser a atual utilização de sementes modificadas e de insumos químicos para combate às pragas, que proporcionam uma maior produtividade se comparada àquelas utilizadas nos tempos passados. O uso desses subsídios da

agroindústria moderna possibilitou a manutenção das safras colhidas mesmo com a redução da área agricultável, contudo este tema merece um aprofundamento em futuras pesquisas.

Figura 1 - Topos dos morros cobertos por floresta



Fonte: Elaboração própria.

A grande extensão das áreas cultivadas anteriormente pode ser atribuída a dois motivos: um se refere ao perfil das propriedades rurais e o outro às oportunidades de emprego, ou melhor, à ausência destas no passado. Na APA Macaé de Cima não são encontradas grandes propriedades imobiliárias, fato que leva o agricultor a ter que usar toda área disponível. Essa característica é acentuada quando se adota a cultura de pousio, em que parte da propriedade fica "imobilizada" para recomposição da cobertura florestal e, consequentemente, do solo (BERTOLINO, 2021; BOY *et al.*, 2022). A segunda razão pode estar relacionada ao trabalho familiar desenvolvido nas roças e à dificuldade de acessar as áreas urbanas no passado. A roça era, portanto, a única alternativa de trabalho. Os

agricultores relatam que seus descendentes atualmente não têm interesse em manter a atividade dos pais, preferindo buscar empregos na área urbana de Nova Friburgo principalmente[3].

Com relação às práticas adotadas, um grave problema encontrado entre a gestão da APA Macaé de Cima e os agricultores familiares é a questão do uso do pousio e do fogo na agricultura, conhecido na literatura como coivara. A prática de coivara consiste em um sistema de plantio itinerante em que as áreas cultivadas são submetidas ao pousio (descanso e crescimento da vegetação) por um período maior que o de plantio propriamente dito. Os agricultores relatam que deixavam a sucessão florestal ocorrer entre três a dez anos, dependendo da necessidade, e depois deste prazo utilizavam o corte para retirá-la e o fogo para limpar a área, enquanto outra parcela da propriedade entrava em pousio.

A área escolhida para o plantio é inicialmente selecionada e limpa através do corte e derrubada da cobertura florestal. A matéria orgânica é então seca ao sol e posteriormente queimada no próprio local. Além de essencial na limpeza da área, o fogo é importante para reduzir a acidez do solo e disponibilizar, através das cinzas produzidas, os nutrientes armazenados na biomassa vegetal, tornando o solo mais favorável ao plantio. Oliveira (2007) argumenta que a maioria dos solos do bioma Mata Atlântica encontra-se sob elevada intemperização, o que leva "à dominância de colóides minerais de baixa capacidade de troca de cátions, acarretando uma baixa fertilidade natural, acentuada pela perda constante de bases durante o processo de formação" (OLIVEIRA, 2007, p. 42-43). O autor, esclarecendo a deficiência de fósforo nos solos das florestas tropicais, afirma que a ação do fogo é fundamental na transferência desse e outros nutrientes provenientes da biomassa para o solo. Ainda acrescenta que esse sistema agrícola apesar de parecer primitivo, ineficiente e ambientalmente inadequado, sob

[3] Para mais detalhes sugere-se a consulta a Teixeira (2022).

circunstâncias apropriadas pode ser altamente produtivo em termos de energia, relativamente neutro nos seus efeitos ecológicos a longo prazo, e sofisticado nas suas adaptações e estratégias ecológicas (Figura 2).

Figura 2 - Uso do fogo para preparação da área agricultável



Fonte: Elaboração própria.

Após alguns anos de cultivo a área é novamente abandonada em função da queda da capacidade produtiva do solo e o aumento das espécies prejudiciais ao plantio, competidoras por recursos como água e luz. A rotatividade e descanso das áreas são fundamentais para que o solo da floresta recupere as funções perdidas durante o tempo de cultivo (BERTOLINO, 2021). Os agricultores relataram que conseguem identificar a qualidade dos solos pelas espécies de árvores presentes na floresta. Mesmo à distância os agricultores podem identificar, através das copas, as espécies presentes e estimar se aquela área é propícia ou não para o cultivo.

Com relação aos aspectos legais, há desde 1992 em vigor a lei estadual nº 2.049 (RIO DE JANEIRO, 1992) que proíbe a prática de queimada em diversas áreas, tais como nas áreas de preservação permanente (APP) e ao redor destas numa faixa de mil metros. Dois gestores entrevistados, na fase da pesquisa aqui considerada, argumentaram que esse instrumento legal fora criado para restringir o uso de fogo por parte dos usineiros de cana-de-açúcar da região de Campos dos Goytacazes, no litoral norte fluminense, mas que devido à inclusão de alguns artigos mais restritivos, acabou atingindo quase todos os pequenos agricultores do estado do Rio de Janeiro. Com esta lei tornou-se proibido o uso do fogo em praticamente toda a área da APA Macaé de Cima também, já que foram incluídos locais como: uma faixa de 300 metros a partir da margem de rios com menos de 10 metros de largura, 500 metros a partir das nascentes e 1.000 metros ao redor das Áreas de Preservação Permanente (APP) (BRASIL, 2012).

Através da resolução 134[4] (INEA, 2016), publicada em 2016, o Conselho Diretor do INEA atualizou a resolução 86/ 2014 e estabeleceu os critérios para a prática de pousio e uso do fogo na agricultura no estado do Rio de Janeiro. A atualização detalha os procedimentos que devem ser seguidos pelos pequenos proprietários rurais para se obter a autorização do órgão e, no que tange as características socioambientais (tamanho da propriedade, população tradicional, tamanho da área a ser autorizada e tempo de adoção desta prática) da APA Macaé de Cima, mantém as mesmas restrições dos demais instrumentos legais em vigor[5], sem criar novas limitações. O fato de não ser mais permissiva que os demais se dão em função da sua posição no ordenamento jurídico nacional, no qual as resoluções estão hierarquicamente abaixo das leis e decretos,

[4] Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br>.

[5] Incisos I e II do Artigo 38 da Lei Federal 12.651/2012; Lei Estadual 2.049/1992; Artigos 22, 23 e 24 do Decreto Federal 6.660/2008; e Resolução CONAMA 06/1994.

assim como a legislação estadual apenas pode ser mais restritiva que a federal. O texto da resolução 134/2016 afirma que o pousio deve durar até, no máximo, dez anos desde que o fragmento florestal não seja caracterizado, segundo a resolução Conama 06/1994 (BRASIL, 1994), em estágio médio de regeneração. Os agricultores relatam que após o início da fiscalização na área, que ocorreu a partir da década de 1990, mas com mais intensidade na década seguinte, eles vêm abandonando essas práticas e passando a utilizar a mesma área para cultivo. O controle de pragas e a queda da produtividade dos solos são corrigidos com produtos químicos sintéticos.

O relacionamento entre os aspectos da natureza e as práticas adotadas era crucial para o entendimento da etnogeomorfologia desse grupo social. Após perguntar a respeito das espécies cultivadas procurava-se orientar a entrevista para obter informações acerca do entendimento de cada característica ambiental e seus relacionamentos. Desta maneira era perguntado como os agricultores escolhiam as posições na paisagem para cada cultivo. Entretanto, após as primeiras entrevistas percebeu-se que era melhor relacionar este questionamento com a abordagem das características do solo para depois, enfim, alcançar as informações dos segmentos do relevo.

Os agricultores familiares da APA Macaé de Cima não têm uma classificação rígida para caracterizar os solos, ou como eles chamam: "*a terra*". Eles utilizam em sua classificação e, consequentemente, na denominação duas características: a textura e a cor. Essa classificação não é estática, ou seja, ela é flexível e em alguns casos uma mesma amostra pode, em momentos distintos, ser classificada de formas diferentes. Este fato fora observado em algumas entrevistas realizadas mais de uma vez com o mesmo agricultor para validar os resultados. Observou-se então que não há um rigor na classificação, mas sim é levada em consideração a sensibilidade como critério no momento de diferenciá-la.

Ainda assim, basicamente, os solos são divididos em dois grandes grupos, segundo a textura: *o barro* e *a terra*, enquanto em relação à cor foram encontradas três cores: *amarelo, vermelho e preto* (Figura 3). O *barro* são solos mais argilosos, caso seguíssemos uma classificação científica, e eles utilizam para diferenciação o fato de ser mais "*grudento*", "*colento*" ou "*liguento*", ou seja, um solo que "*cola na mão*" ou que "*tem liga*". De um modo geral eles se referem ao barro como *barro preto*, pela predominância na área e possivelmente em função do alto teor de matéria orgânica, mas esse segundo fator não fora encontrado nas respostas. Há também o *barro vermelho*, apesar de ser mais raro nas respostas encontradas. Já a *terra*, para eles, é mais "*arienta*", isto é, tem maior concentração de silte ou areia. Há também a "*terra mista*" que está neste sistema de classificação entre o "*barro*" e a "*terra arienta*". Além da "*terra mista*" fora encontrada a "*terra puenta*", essa terra tem a textura fina, mas em função da falta de umidade não tem tanta "*liga*" e se torna um "*pó*".

Figura 3 - Fotografia de uma *terra amarela*



Fonte: Elaboração própria.

A umidade é um fator determinante na escolha da terra para o cultivo. Mais adiante serão detalhados os outros aspectos que interferem nessa característica. Cabe aqui também destacar que os agricultores elaboram relativa correlação entre a posição topográfica e o solo. Fora destacado também que os solos nos topos dos morros são mais "*fracos para plantar*" e, por outro lado, quanto mais baixa a sua posição topográfica (e não exatamente a posição altimétrica), e próximo do fundo do vale, melhores são suas propriedades agrícolas. Os agricultores apontam também que as terras nos fundos dos vales são melhores porque "*tudo desce para lá*". Existe no entendimento coletivo a ideia de migração de partículas, nutrientes e água para as áreas topograficamente mais baixas. Não há uma correlação exata e linear entre as classes populares dos solos e os segmentos da paisagem, como por exemplo: "*barro preto*" no fundo do vale ou "*terra arienta*" no topo do morro. Para eles pode-se encontrar qualquer tipo de solo em qualquer segmento geomorfológico. Com relação aos solos dos topos dos morros, os agricultores diziam que eram ruins para plantar, e que, associado à legislação em vigor, deixavam aquela área como "*reserva*", possivelmente referindo-se às áreas de preservação permanente (APP) ou reserva legal (BRASIL, 2012). No momento de realização da pesquisa aqui apresentada, foram realizadas coletas de amostras de solo para análises físicas em laboratório. Entretanto, considerou-se desnecessárias tendo em vista que o exato percentual das frações granulométricas não acrescentaria novos dados à pesquisa e que, portanto, estaríamos tentando enquadrar a classificação popular em critérios científicos. Desta maneira, as análises aqui expostas à fração argila ou areia foram realizadas a olho nu durante as entrevistas. Novas pesquisas mais aprofundadas sobre o tema estão sendo desenvolvidas pelo Laboratório de Pesquisa e Extensão em Meio Ambiente e Sociedade (LEMAS/ UFRJ) e espera-se, em breve, publicar seus resultados.

Quando eram questionados com relação à qualidade do solo, a primeira resposta obtida em praticamente todas as entrevistas se referia ao clima. O microclima é o fator determinante na agricultura tradicional na APA Macaé de Cima. Ao descreverem se as terras eram boas ou ruins para a agricultura, invariavelmente era abordada a variável climática da temperatura, mas, com a desenvoltura da entrevista, podia se observar que, associado a isto, estavam inseridos subjetivamente também aspectos como umidade e insolação. Os agricultores familiares dividem geomorfologicamente suas propriedades em duas classes: a "*soalheira*" e a "*ruega*". A primeira se refere às vertentes que recebem maior incidência de luz solar e, portanto, estariam "*viradas para o sol*", sendo as vertentes orientadas para norte e oeste. Essas terras são mais secas e algumas culturas agrícolas teriam mais dificuldade de crescer, necessitando de irrigação. Por outro lado, por serem mais quentes outras plantações se desenvolvem mais rapidamente. Já as "*ruegas*" são vertentes com temperaturas mais amenas, com menor incidência solar e, portanto, maior umidade no solo. Seu nome se dá, possivelmente, em referência à Noruega, país europeu onde as temperaturas são mais baixas que na Suíça e na Alemanha, países de origem da maioria da população autóctone. As vertentes orientadas para sul e leste além de receberem menor incidência solar ainda servem de barreira para as massas frias e úmidas oriundas do Atlântico Sul. Não se pode afirmar que as "*ruegas*" sejam melhores para a plantação, pois entre maio e setembro "*o sol bate tarde nessas terras*", após as 10 horas da manhã e se põe cedo, em torno de 15 horas. Assim sendo, as plantações "*demoram mais para nascer*". Desta forma cada orientação de vertente apresenta vantagens e desvantagens para a agricultura. Essas vantagens e desvantagens variam não apenas com relação ao período do ano, conforme exposto anteriormente, mas também de acordo com as culturas. Por exemplo, a plantação de aipim é favorecida nas soalheiras, enquanto o cultivo de hortaliças é beneficiado nas ruegas. De um modo geral é a

umidade, que apresenta uma variação espaçotemporal, o fator determinante para a agricultura deste grupo social.

Sobre a umidade dos solos, alguns agricultores também apontaram que nas últimas décadas passaram a usar a irrigação por gotejamento. Em função do relevo movimentado, em alguns casos, a utilização de bombas para aspersão da água não é necessária. A captação é feita em áreas mais altas e utiliza-se apenas a gravidade para seu transporte. Ainda sobre esse tópico, os agricultores afirmam que quando eram mais jovens não havia necessidade de irrigação. Isto ocorria porque "*havia mais água e menos floresta*". Isto é, há uma correlação inversamente proporcional entre a disponibilidade hídrica e o crescimento da cobertura florestal, na percepção deles. Conforme exposto anteriormente, praticamente todos os entrevistados disseram que na época dos seus pais não havia floresta e todas as áreas eram dedicadas ao cultivo. Com o início da fiscalização e a necessidade de manutenção de áreas florestadas, a água disponível nos canais fluviais e destinada à agricultura reduziu. É consenso na literatura científica que o crescimento florestal "consome" água, já que as espécies vegetais para seu crescimento a absorvem pelas raízes. Além disto, onde antes ocorria um escoamento superficial (*run off*) passa a ocorrer a interceptação e a infiltração no solo da água pluvial. Apesar de visualizarem a correlação entre a floresta e a disponibilidade hídrica, não foi diagnosticado se eles têm em mente que com o crescimento da floresta a água se movimenta mais lentamente no sistema hidrográfico, principalmente em subsuperfície. Outro aspecto exposto fora a forma de cultivo, se antes os agricultores e seus pais buscavam fazer "*roças bonitas*", isto é, alinhadas ou formando um quadrado perfeito em seus terrenos, eles passaram a cultivar em curva de nível (Figura 4). Este fator, em algumas entrevistas, fora relacionado de alguma forma à redução da disponibilidade hídrica na área.

Figura 4 - Agricultura em curva de nível



Fonte: Elaboração própria.

Ainda a respeito da água, não houve um consenso acerca da variação temporal da pluviosidade. Praticamente metade do grupo entrevistado acredita ter diminuído o volume de chuva nas últimas décadas enquanto a outra metade diz que não houve alteração. Os que defendem a manutenção do volume pluviométrico atribuem ao crescimento das florestas a redução da disponibilidade de água para lavoura. Alguns agricultores também associam o crescimento do número de casas, e consequentemente do número de captação de água para abastecimento das caixas d'água, à redução da vazão fluvial. Com relação à temperatura, alguns agricultores afirmam que o clima vem esquentando. Estes citam a redução da recorrência de nebulosidade no período matutino como prova desta mudança.

Os agricultores foram questionados se faziam alguma correlação entre elementos da natureza que pudessem oferecer uma previsão do clima para um período futuro. Inclusive alguns exemplos de práticas desenvolvidas como "simpatias" em outras localidades foram citados para tentar encontrar essas correlações, mas na área de Macaé de Cima os agricultores familiares não executam e nem se recordam de seus pais adotarem tais práticas. Eles afirmam que não falta água nessa região, talvez por isso nunca precisassem prever o comportamento pluviométrico no período de plantio. Eles apenas apontaram variações sazonais entre as estações do ano, como dito por alguns "*tem ano que o verão vem mais cedo e outros anos demora mais*".

As chuvas são diferenciadas de acordo com a origem espacial delas. Segundo eles as "*chuvas de verão*" vêm do Sul, ocorrem no final da tarde e são passageiras. Já as chuvas que vêm do Norte, normalmente de "*trás das montanhas*" são mais duradouras, chegando a durar dias ou até uma semana, e mais "*fortes*". Essas chuvas, cuja origem está a norte, podem ser resultado da Zona de Convergência do Atlântico Sul (ZCAS) enquanto as outras têm sua origem na convecção da umidade do oceano Atlântico ou fruto da própria evapotranspiração. Como era esperado, não fora encontrada essa correlação entre os agricultores. Eles afirmam que naquela área chove o ano todo, mas há um volume maior durante os meses de verão.

A partir das análises climáticas, e sobretudo pluviométricas, os agricultores eram questionados sobre os movimentos de massa. Para introduzir o tema, normalmente remetia-se ao evento catastrófico ocorrido na região serrana fluminense em 2011, apesar de a área da APA de Macaé de Cima não ter sido atingida com a mesma intensidade. Não foi possível encontrar um consenso quando questionados sobre eventos de alta magnitude em épocas passadas. Tanto no que tange um evento pluviométrico extremo como seu

oposto, um período prolongado de seca. Alguns expuseram desconhecimento acerca de eventos catastróficos no passado enquanto outros citam episódios cujas datas não coincidem entre si.

Os agricultores relatam que a ocorrência de movimentos de massa na região é muito baixa. Ao se referirem a esses movimentos eles utilizam a expressão "*barreira*", possivelmente uma abreviação de 'queda de barreira'. Contudo o entendimento do processo é, em alguns pontos, muito próximo aos enunciados científicos. Os agricultores descrevem as características dos movimentos de massa translacionais (FERNANDES; AMARAL, 2010), possivelmente por ocorrerem em maior número naquela área. A combinação entre solos rasos e a presença de "*laje*", como eles chamam o afloramento rochoso subjacente ao volume movimentado, foram repetidamente verbalizadas. Isso aponta ao entendimento do papel da infiltração da água na desagregação do regolito. Um dos agricultores chegou a dizer que naquela região "*tem pouca barreira em função da presença do barro*", o que dificulta a infiltração, aumentando o escoamento superficial, o que reduz os movimentos de massa. Quando questionados se poderiam prever os locais suscetíveis à ocorrência de "*barreira*" as respostas encontradas chegaram quase ao consenso: para eles não se pode prever onde um novo evento de movimento de massa irá ocorrer.

Todavia um elemento fora observado em diversas entrevistas: a correlação entre as "*barreiras*" e os eventos pluviométricos com ocorrência de raios e trovoados. Para os agricultores os movimentos de massa estão associados à ocorrência de trovoadas. Em seus relatos eles diziam que durante alguns episódios pluviométricos de maior intensidade, "*quando há trovoadas, a terra treme*" e após o episódio, ou no dia seguinte quando este ocorria à noite, era possível observar a cicatriz na vertente. Apesar da recorrência dessa resposta não se pôde confirmar se eles atribuem uma relação linear de causa e efeito entre esses dois

fatores. Pode-se supor que as trovoadas estejam relacionadas aos eventos pluviométricos de alta magnitude e, portanto, os movimentos de massa sejam resultado dessa interação hidrosfera-litosfera no que tange a infiltração da água e seu movimento subsuperficial. Fato é que não fora encontrada esta correlação entre trovoadas e movimentos de massa na literatura acadêmica-científica. Entretanto, o volume de respostas iguais por parte dos agricultores deixou uma dúvida para este pesquisador: poderia o movimento do ar, o mesmo que promove a vibração responsável pelo som da trovoada, ter alguma influência indireta sobre as raízes da vegetação ou mesmo direta sobre o próprio solo causando assim a sua desagregação? Talvez, no futuro, alguma pesquisa possa encontrar ou refutar esta correlação.

O entendimento dos agricultores sobre os processos de erosão de solos são os mesmos propostos pela ciência (GUERRA, 2015). Eles atribuem ao escoamento superficial da água a responsabilidade pela incisão vertical nos solos. O mesmo ocorre com os depósitos oriundos dos processos provenientes das encostas, os colúvios, assim como com os depósitos de origem fluvial, os alúvios. Para este grupo social, os colúvios são depósitos sem seleção granulométrica que se depositam abaixo da área fonte ou de origem. Para eles, estas áreas são boas para plantar porque tendem a "*concentrar água na terra*". Eles também conseguem identificar as cicatrizes, erosivas ou de movimentos de massa, mesmo depois de terem sido recolonizadas pela vegetação. De um modo geral, quando se abordava nas entrevistas a cicatriz de um movimento de massa, eles faziam uma associação ao afloramento rochoso. Com relação aos depósitos fluviais, os agricultores têm em mente o papel do transbordamento dos rios sobre as planícies de inundação e seu posterior recuo. Afirmam também que, apesar de algumas vezes perderem suas lavouras, esses depósitos são bons para agricultura. Nenhuma menção direta à matéria orgânica fora encontrada, mas

eles apontam que os rios "*trazem as terras do alto*" e essas seriam "*boas*" para as suas atividades.

Utilizando a agricultura como pano de fundo para entender os compartimentos geomorfológicos e as possíveis unidades de paisagem, os agricultores foram questionados quanto às melhores áreas para plantar. As respostas convergiram para a ausência de preferência e a nossa suposição que poderia haver correlações foi refutada. Eles diziam poder plantar em toda a área de sua propriedade. Isso, possivelmente, deve-se ao fato do reduzido tamanho das propriedades e a necessidade de utilização de toda área. Assim sendo, esta seria uma dentre várias adaptações que este grupo social teve que realizar diante das características socioambientais encontradas nesta região em épocas mais antigas. Um agricultor inclusive relatou o espanto por parte de outro agricultor, este último oriundo de uma região externa à APA Macaé de Cima, quando encontrou o cultivo de inhame nas encostas. O inhame é uma cultura praticada normalmente nas planícies de inundação.

Enquanto algumas áreas eram classificadas segundo a declividade das vertentes, outras se referiam às feições geomorfológicas em si. Ao longo das entrevistas pôde-se observar que o recorte de análise espacial deste grupo se dava pelos vales fluviais, também chamados, nas cabeceiras de drenagem, de bocainas. As bocainas são denominadas de acordo com as famílias que ali viviam, como bocaina dos Blaudt e bocaina dos Mafort, por exemplo.

Ao tentar identificar compartimentos geomorfológicos foram encontradas diversas classificações e nomenclaturas, de um modo geral elas adotam como critério de denominação a principal característica visível a olho nu. As nomenclaturas e os limites de cada suposta classe refletem o sentido empregado no momento da fala e, assim sendo, são flexíveis de acordo com o contexto. Isto é,

as classificações não são precisas como as empregadas pela ciência. Contudo, cinco classes puderam ser apreendidas (Figura 5), são elas:

i) *Várzeas*: áreas planas localizadas nos fundos dos vales, próximas aos canais fluviais. Áreas denominadas pela ciência como planície de inundação;

ii) *Morro*: qualquer vertente até próximo da linha de cumeada. Não foram encontradas denominações variadas como colinas, serras ou escarpas, nomenclatura presente nos variados mapeamentos geomorfológicos. Destaca-se que essa denominação é utilizada prioritariamente pelos agricultores para a vertente em si e não apenas para as elevações compostas pelo conjunto de vertentes;

iii) *Topo*: os topos dos morros são as áreas mais altas das vertentes. Não há uma delimitação precisa de onde termina a vertente e começa o topo, diferentemente das rígidas classificações científicas que orientam a delimitação de áreas de preservação permanente, por exemplo;

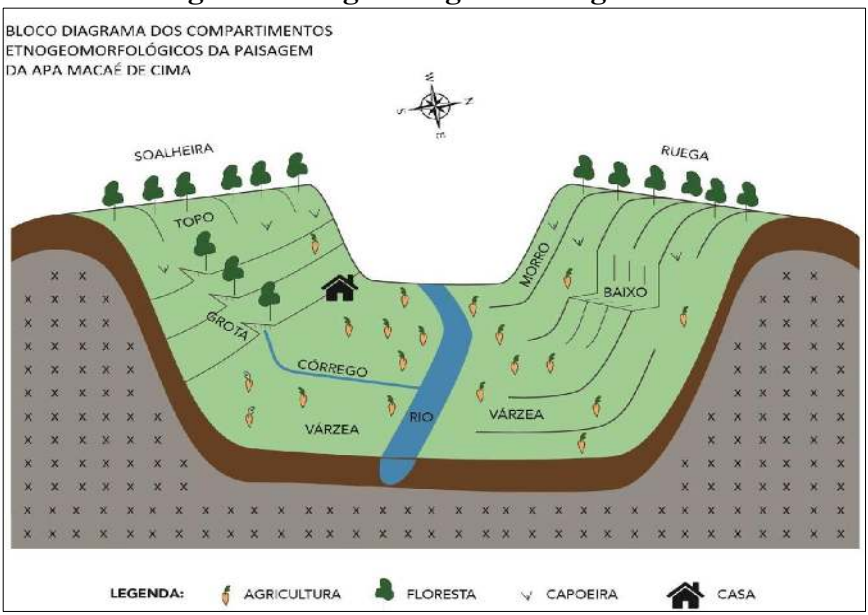
iv) *Baixo*: qualquer área, independente da sua posição no relevo, que seja plana. Essas áreas são classificadas exclusivamente pela sua declividade reduzida;

v) *Grotas*: vales estreitos e confinados onde passam os cursos d'água tributários.

Não foram encontradas correlações entre os compartimentos etnogeomorfológicos e o uso da terra, o que dificultou ainda mais, junto às limitações cartográficas, a confecção de um mapeamento de unidades de paisagem. Os agricultores, ao afirmarem que podem usar qualquer compartimento geomorfológico e que fazem a rotação das áreas de cultivo, demonstraram não apenas uma adaptação às condições ambientais daquela área como também um manejo

responsável dos seus recursos. Caso contrário, isto é, supõe-se que se houvessem áreas preferidas para o cultivo e estas tivessem sido exploradas indiscriminadamente, algumas parcelas de suas propriedades estariam inutilizadas depois de dois séculos de uso direto.

Figura 5 - Compartimentos etnogeomorfológicos segundo os agricultores



Fonte: VILLAS BOAS (2017).

Pôde-se observar que os aspectos geomorfológicos não são decisivos ou mesmo diferenciais para o uso da terra, segundo os agricultores. Assim sendo, os diferentes compartimentos geomorfológicos também serviram de referência para comparar a paisagem no interior e nas áreas externas à APA Macaé de Cima.

Quando questionados se viam diferenças entre a localidade onde moravam e os demais núcleos residenciais, a resposta era direcionada para o aspecto climático. Eles apontavam que nas regiões mais baixas da APA Macaé de Cima, como a localidade de São Romão, por exemplo, o clima era mais quente enquanto nas áreas mais altas, como em Rio Bonito de Cima, o clima era mais frio. Insistimos nos questionamentos acerca da diferenciação espacial do relevo e até mesmo do solo, mas as respostas eram sempre negativas. Os agricultores podem até perceber, apesar de não verbalizarem e não ter sido diagnosticado nas entrevistas, diferença na declividade ou no confinamento dos vales, mas a imagem que têm em mente sobre as diferentes localidades desta unidade de conservação e que usam pra expressar a heterogeneidade gira em torno da temperatura. Isso demonstra uma predominância das características climáticas sobre os compartimentos geomorfológicos em sua visão da dinâmica ambiental.

Ao serem questionados sobre as áreas externas à APA Macaé de Cima as respostas convergiam para o mesmo critério de diferenciação interna. Eles apontavam que as áreas a norte da bacia do rio Macaé eram mais quentes, como o município de Bom Jardim, por exemplo. Já as áreas à jusante do rio Macaé, e a planície flúvio-marinha adjacente, teriam temperatura mais altas. Algumas respostas, quando direcionadas às características do município de Macaé, mencionavam o relevo plano e a possibilidade de automação da produção agrícola. Contudo, essas respostas não eram as primeiras a serem proferidas e visivelmente não era a característica principal, para eles, daquela área. Neste caso, era sim a temperatura mais alta.

Durante as entrevistas tentou-se também extrair informações a respeito do entendimento sobre a evolução da paisagem, no sentido científico geomorfológico. Novamente o episódio de janeiro de 2011 era suscitado como exemplo de mudanças na configuração dos

elementos constituintes da paisagem. A resposta encontrada demonstra que eles não veem mudanças geomorfológicas na região. Apontam que devido ao reduzido número de "*barreiras*" o relevo e os solos mudam pouco. O relevo é visto praticamente como estático para eles, possivelmente em função da escala temporal adotada em suas análises. As mudanças no relevo são pontuais espacial e temporalmente. Isso pode estar relacionado ao modo empírico de apreensão da realidade. Já os solos são mais dinâmicos e respondem ao uso conferido a eles. Os agricultores apontam que não costumam repetir a mesma cultura diversas vezes porque a produtividade reduz paulatinamente. Eles reconhecem sua interferência na "*qualidade da terra*" ainda que algumas características sejam estáticas, como a granulometria e a cor. Eles apontam também que algumas terras "*aguentam*" mais que outras, e acrescentam que "*as terras, quando são boas, não são usadas mais que dez anos*".

Figura 6 - Vale fluvial confinado



Fonte: Elaboração própria.

Sobre os processos fluviais, eles afirmam que os rios mudam pouco. Dizem que "*umas enchentes trazem areia*" e depois "*outras levam essa areia*". Isso está relacionado à ideia de confinamento dos canais, que diante de pouca área para alterar sua sinuosidade, refletem um comportamento predominante de transporte sedimentar em detrimento da possibilidade de erosão das margens (Figura 6). Um dos agricultores afirmou: "*rio que tem cova não precisa de APP* [Área de Preservação Permanente]. *Os que não têm* [cova] *bastam cinco metros* [de APP]. *Os rios que têm cova mais caimento não transbordam*". Fica implícito o entendimento dos processos fluviais e seu relacionamento com as características do canal: confinamento, forma e estrutura do leito, declividade, alcance espacial da vazão fluvial e comportamento da planície de inundação.

Embora esta pesquisa estivesse focada nos aspectos espaciais, principalmente no que tange a paisagem, fora observado nas respostas uma variação temporal nas práticas de plantio. Os agricultores relatam que as fases da lua cheia e nova são os melhores períodos para o plantio, pois a cultura "*vai crescer boa*", enquanto nas fases crescente e minguante além de não trazerem bons produtos ainda são responsáveis por "*amargar*" ou criar "*brotos*" na lavoura. Esta pode ser uma nova frente de pesquisa a ser desenvolvida na área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada confirmou a hipótese de que há, pelo menos, duas formas distintas de compreender a dinâmica ambiental na APA Macaé de Cima. Possivelmente pode haver outras, contudo, conforme mencionado anteriormente, as pesquisas para identificá-las e analisá-las ainda estão em fase de desenvolvimento. Os agricultores familiares apresentaram certa unidade na sua forma de ver a natureza. Provavelmente isto é resultado do isolamento histórico e espacial desta sociedade e consequentemente da pouca

troca com culturas mais distantes. Já a análise do plano de manejo confirmou o modelo acadêmico-científico empregado pelo INEA no que tange as estratégias de conservação ambiental. Para mais detalhes sobre a análise do plano de manejo sugere-se a leitura de Villas Boas (2017), Villas Boas; Mattos (2021), Villas Boas *et al.* e o terceiro volume desta série de livros, ainda em fase de revisão.

Os resultados apontam algumas similaridades e diferenças na compreensão dos processos e agentes atuantes na paisagem entre os agricultores da APA Macaé de Cima e os enunciados propostos pela ciência. Tanto os processos pedológicos como os geomorfológicos, de certo modo, são bem parecidos entre as duas construções do conhecimento. A utilização da textura e cor do solo para classificação, bem como o transporte das partículas por ação mecânica da água, são compreensões que se aproximam das explicações científicas. O mesmo ocorre com os processos hidropedológicos de movimento de massa, ou "*queda de barreira*" no vocabulário popular. Por outro lado, a diferenciação espacial está muito mais relacionada às condições climáticas, sobretudo a umidade e temperatura, e à orientação das vertentes, que aos aspectos geomorfológicos, como declividade, confinamento do vale e comprimento das vertentes. A diferenciação espacial numa escala mais regional teria como critério os reflexos da altitude sobre as características climáticas, enquanto uma diferenciação local, em escala de vale fluvial, teria como critério a orientação das vertentes.

Em alguns aspectos essas duas "formas de ver a natureza" coincidem, principalmente no que tange os processos atuantes na paisagem, embora divirjam no que se refere ao "funcionamento" do todo, ou na abordagem metodológica para entenderem o conjunto de elementos constituintes da paisagem. Desta forma os instrumentos e a maneira que utilizam para "proteger a natureza" se apresentam de formas distintas e até conflitantes.

Ainda que não tenha sido alvo de análise neste capítulo, o que se observou no plano de manejo e, sobretudo no zoneamento da APA Macaé de Cima, resumidamente, é uma visão segmentada da paisagem e a importância dada, pelo INEA, às áreas com cobertura florestal como estratégia de proteção ambiental. As zonas de preservação e de conservação, que correspondem a 55% da área da APA, sendo 14% e 41% respectivamente (INEA, 2014b), proíbem ou limitam a supressão da vegetação, enquanto a zona de uso agropecuário corresponde a 43%. Cria-se, portanto, em uma unidade de uso sustentável, uma espécie de "ilhas intocadas" de florestas. Este modelo de isolamento das áreas supostamente naturais, definido como *wilderness*, perpetua o distanciamento que a sociedade tem da natureza e mantém a dicotomia entre "o que é humano" e "o que é natural".

Não apenas as pessoas que necessitam cotidianamente dos fenômenos cíclicos da natureza, mas toda a sociedade acaba sendo afetada por esse "modo de ver" a natureza. Agricultores passam a serem vistos como inimigos do meio ambiente e precisam se enquadrar no modelo de produção tipicamente (moderno) industrial ou acabam tornando-se "infratores". A utilização de insumos químicos para adubação e controle de pragas, de origem sintética, coloca em risco a contaminação não apenas das águas e dos solos, mas também dos alimentos produzidos. Além disto, esta prática de isolar as florestas ainda não leva em consideração que aquele grupo social que possibilitou a criação da unidade de conservação, através da manutenção ao longo de gerações desta floresta "em pé", também a utilizava como recurso em seus processos socioambientais, ora como repositora de nutrientes para o solo, ora como estoque de madeira, ervas e remédios.

Neste sentido a gestão deste espaço (e seus recursos), com diferentes olhares sobre o mesmo objeto, torna-se, por si só, ainda mais complexa se considerada como *lócus* de diferentes

territorialidades. É preciso criar um novo modelo conservacionista de desenvolvimento que concilie os diversos espaços, atores e interesses. Faz-se necessário também criar outros instrumentos legais que tornem a gestão dessas unidades de conservação mais versáteis e que a população envolvida possa criar suas próprias regras de convivência com os recursos naturais. Além disto, é preciso desenvolver um modelo de proteção ambiental que considere não apenas a diversidade das paisagens, mas também as variadas culturas que as integram e, sobretudo, compreender as paisagens como fenômenos culturais.

A etnogeomorfologia mostrou-se um importante instrumento para a compreensão dessas duas formas de ver a natureza, elencadas na pesquisa para o desenvolvimento da tese e seus desdobramentos subsequentes. Entretanto, a etnogeomorfologia não deve ser considerada como a única metodologia a ser adotada nos planos de manejo. A especialização alcançada pelo conhecimento científico deve ser considerada nas tomadas de decisão, mas fica claro que ela, por si só, não deve ser tratada como a única forma de alcançar a verdade. Isso ocorre principalmente quando se percebe que sua aplicação é responsável por criar ainda mais conflitos, entre todos os envolvidos na gestão do território. Assim sendo, uma metodologia que considere outras formas de ver a natureza deve servir, acima de tudo, para avaliar a aplicabilidade exclusiva do conhecimento acadêmico-científico.

REFERÊNCIAS

BERTOLINO, A. V. F. A. "Repercussões da agricultura de corte e queima na hidrologia e na erosão – São Pedro da Serra / Nova Friburgo (RJ)". *In*: VILLAS BOAS, G. H.; MATTOS, C. P. (orgs.). **20 anos da Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima**:

Trajetórias e caminhos na pesquisa ambiental. Boa Vista: Editora IOLE, 2021.

BOY, W. S.; VALLEJO, L. R.; NUNES, M. F. S. Q. C. "Agricultura de corte e queima: uma análise das tradições e mudanças relacionadas com o ordenamento ambiental". *In*: VILLAS BOAS, G. H.; BOY, W. S. (orgs.). **20 anos da Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima**: Trajetórias e caminhos na pesquisa social. Boa Vista: Editora IOLE, 2022.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA nº 006, de 16 de setembro de 1987**. Brasília: CONAMA, 1987. Disponível em: <www.ibama.gov.br>. Acesso em: 28/06/2022

BRASIL. **Lei federal nº. 9.985**, **de 18 de julho de 2000**. Brasília: Planalto, 2000. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 28/06/2022.

BRASIL. **Lei federal nº. 12.651, de 25 de maio de 2012**. Brasília: Planalto, 2012. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 28/06/2022.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

D'OLNE CAMPOS, M. **Discussão teórico-metodológica**: aspectos etnocientíficos (Relatório técnico-científico do projeto temático FAPESP: Homem, Saber e Natureza), vol. I, 1995. Disponível em: <www.sulear.com.br>. Acesso em: 28/06/2022

ESCOBAR, A. "O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?" *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais.

Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Editora CLACSO, 2005.

FERNANDES, N. F.; AMARAL, C. P. "Movimentos de massa: uma abordagem geológico-geomorfológica". *In*: GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (orgs.). **Geomorfologia e meio ambiente**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2010.

GUERRA, A. J. T. "O início do processo erosivo". *In*: GUERRA, A. J. T.; SILVA, A. S.; BOTELHO, R. G. M. (orgs.). **Erosão e conservação dos solos**: conceitos, temas e aplicações. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2015.

INEA - Instituto Estadual do Ambiente. **APA Estadual de Macaé de Cima**: plano de manejo – informações sintetizadas da UC. Rio de Janeiro: INEA, 2014a.

INEA - Instituto Estadual do Ambiente. **APA Estadual de Macaé de Cima**: plano de manejo – zoneamento. Rio de Janeiro: INEA, 2014b.

INEA - Instituto Estadual do Ambiente. **Resolução 134, de 14 de janeiro de 2016**. Rio de Janeiro: INEA, 2016.

NUNES JUNIOR, E.; BARROS GOES, M. H.; AGUILAR, R. A. S.; GUERREIRO, M. "Etnogeomorfologia: aplicação e perspectivas". **Anais do VI Simpósio Nacional de Geomorfologia**. Goiânia: UFG, 2006.

OLIVEIRA, R. R. "Sustentados pela floresta". *In*: RUA, J. (org.). **Paisagem, espaço e sustentabilidades**: uma perspectiva multidimensional da geografia. Rio de Janeiro: Editora PUC-RIO, 2007.

POSEY, D. A. "Etnobiologia: teoria e prática". *In*: RIBEIRO, B. G (org.). **Suma Etnológica Brasileira**, vol. 1. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

RIBEIRO, K. V.; ALBUQUERQUE, E. L. S.; BARROS, R. F. M. "Landscape reading under ´ethno´ aspect: a bibliographic study". **Revista Brasileira de Geografia Física**, vol. 13, n. 4, 2020.

RIBEIRO, S. C. **Etnogeomorfologia sertaneja**: proposta metodológica para a classificação das paisagens da sub-bacia do rio Salgado/CE (Tese de Doutorado em Geografia). Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

RIBEIRO, S. C. **Etnogeomorfologia sertaneja**: proposta de classificação das paisagens da sub-bacia do rio Salgado/CE com base no conhecimento tradicional sobre relevo e seus processos. Crato: Editora RDS, 2014.

RIO DE JANEIRO. **Lei estadual 2.049, de 22 de dezembro de 1992**. Rio de Janeiro: Governo do Estado, 1992. Disponível em: <www.rio.rj.gov.br>. Acesso em: 28/06/2022.

STUTERVANT, W. C. "Studies in ethnoscience". **American Anthropologist**, vol. 66, n. 3, 1964.

TEIXEIRA, V. L. "Nadando contra a corrente: as narrativas dos que ainda plantam para viver da terra como seus ancestrais". *In*: VILLAS BOAS, G. H.; BOY, W. S. (orgs.). **20 anos da Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima**: Trajetórias e caminhos na pesquisa social. Boa Vista: Editora IOLE, 2022.

VILLAS BOAS, G. H. **Etnogeomorfologia da APA Macaé de Cima**: um objetivo e dois saberes (Tese de Doutorado em Geografia). Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.

VILLAS BOAS, G. H.; MARÇAL, M. S.; BRIERLEY, G. "An ethnogeomorphic case study of conservation practices in Southeast Brazil". **Human Ecology** [forthcoming publication].

VILLAS BOAS, G. H.; MATTOS, C. P. "A(s) natureza(s) da APA Macaé de Cima (Rio de Janeiro - Brasil): percepções, dilemas e conflitos". **Sociedade e Natureza**, vol. 33, janeiro, 2021.

WILCOCK, D.; BRIERLEY, G. J. "It's about time: Extending time-space discussion in geography through use of 'ethnogeomorphology' as an education and communication tool". **Journal of Sustainability Education**, vol. 3, 2012.

CAPÍTULO 2

Agricultura de Corte e Queima:
Uma Análise das Tradições e Mudanças
Relacionadas com o Ordenamento Ambiental

AGRICULTURA DE CORTE E QUEIMA: UMA ANÁLISE DAS TRADIÇÕES E MUDANÇAS RELACIONADAS COM O ORDENAMENTO AMBIENTAL

Walison Boy

Luiz Renato Vallejo

Maria Fernanda Santos Quintela da Costa Nunes

A vida de pesquisador do primeiro autor esteve entrelaçada com a história da Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima (APAMC). Em 2006, ele participou da reunião de apresentação dessa Unidade de Conservação (UC). No evento, realizado no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Nova Friburgo (SENAI-NF), estavam presentes lideranças políticas, representantes de importantes empresas e alguns moradores da região da APA, que tiveram conhecimento da criação da UC e queriam entender melhor o que seria e, em especial, se era uma nova proposta de reserva ecológica, como ocorrido nessa região no início dos anos 1990.

Nessa época, esse autor passou a frequentar as reuniões do Conselho Consultivo, nas quais teve a oportunidade de conversar com lideranças locais e vários acadêmicos que o incentivaram a pesquisar a APAMC a partir de um diferencial: ser morador da área, filho de agricultor e academicista. Assim, poderia contribuir com uma visão constituída a partir das vivências com a população local, mas com base científica. A motivação principal foi ser uma voz que representasse, no debate acadêmico e na gestão da APAMC, as angústias e anseios dos agricultores tradicionais da região, que se sentiam ameaçados e coagidos com a criação da UC. Representar essa população que se sente "sem voz" e "sem vez" foi, e ainda é, o combustível que o leva a ir além, a aprender mais e compartilhar esse

saber com amigos, vizinhos e conhecidos que ainda tiram da labuta da terra o seu sustento e de suas famílias.

Esse autor passou a estudar mais o tema das Unidades de Conservação, de forma a conhecer as implicações da criação e implantação de uma UC sobre a população local e, neste caso, sobre os agricultores. Estes, em sua maior parte, não tiveram oportunidade de estudo, sendo pessoas simples e que, historicamente, sofreram com a falta de políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar, além de serem afetados diretamente pelas ações de repreensão, comando e controle por parte dos órgãos ambientais. Ao cultivar a terra, a maioria desses agricultores tinha medo de alguma denúncia ou fiscalização, pois eram tratados por alguns fiscais ambientais como verdadeiros criminosos. O receio de ser multado ou preso levou muitos a abandonar a agricultura.

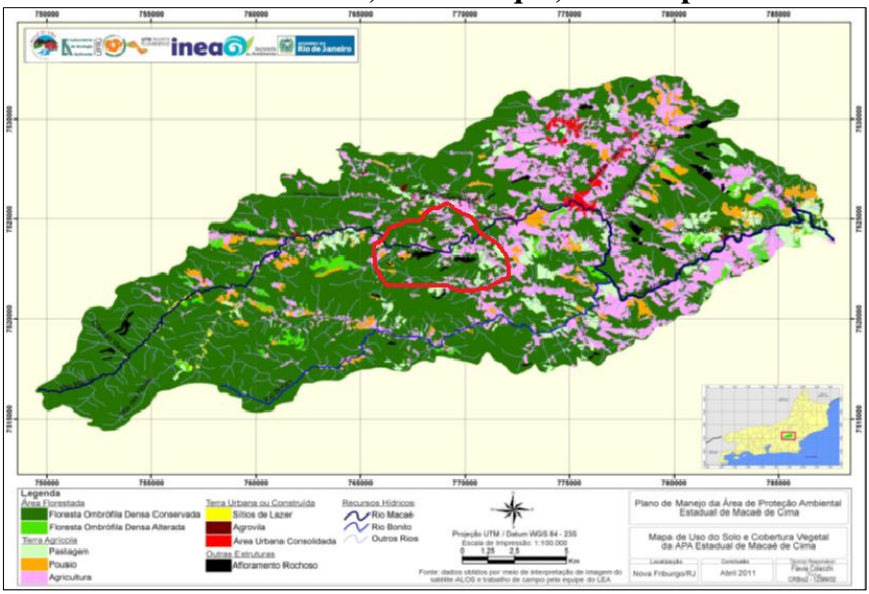
A partir desse arcabouço de estudos e práticas, o primeiro autor publicou artigos (BOY, 2007; 2009a; 2009b; 2009c) sobre a APA de Macaé de Cima com foco nos conflitos socioambientais entre agricultores locais e gestores ambientais envolvendo as questões sobre o manejo tradicional da agricultura de corte e queima. Essa temática também foi utilizada na monografia de especialização: *As manifestações culturais e agricultura tradicional na formação social das comunidades de Lumiar e São Pedro da Serra (RJ)* (BOY, 2010a), na dissertação de mestrado: *Dos lugares de conservação: o diálogo de saberes e a democratização da gestão ambiental na APA Estadual de Macaé de Cima* (BOY, 2010b) e na tese de doutorado: *A comunidade de Galdinópolis: tradições e transformações no espaço agrícola associadas às políticas públicas de conservação da natureza* (BOY, 2018).

O objetivo desse capítulo é analisar se as transformações socioeconômicas e de manejo agrícola na comunidade de Galdinópolis estão relacionadas com as políticas públicas de conservação ambiental desenvolvidas nessa região a partir da criação

da APAMC, em 2001, e de sua implementação, em 2005/2006. Essa investigação desdobra-se em uma observação crítica acerca da dificuldade de aceitação da sustentabilidade ambiental do manejo do pousio e da agricultura de corte e queima pelos órgãos ambientais do estado do Rio de Janeiro e, ainda, acerca da dificuldade de diálogo entre os gestores ambientais e as populações locais no que diz respeito a esses temas.

Esse trabalho retoma importantes discussões realizadas no terceiro e quartos capítulos da tese de doutorado do primeiro autor (BOY, 2018), na qual o tema central foi a agricultura de corte e queima realizada em Galdinópolis e as modificações observadas a partir das políticas ambientais desenvolvidas na região de Lumiar e São Pedro da Serra.

Mapa 1 - Uso e ocupação do solo na APAMC e, em destaque, Galdinópolis



Fonte: INEA (2014a).

A seleção e prioridade atribuídas à comunidade de Galdinópolis, como recorte espacial, justifica-se por três causas principais: (1) a sua localização geográfica na porção central da APAMC (Mapa 1), colocando-a numa zona mista entre a parte leste da UC (maior uso antrópico) e a porção oeste (maior grau de preservação dos recursos naturais); (2) é atualmente uma comunidade onde se observa uma mesclagem na sua organização socioeconômica e nas atividades agrícolas, coexistindo agricultura de corte e queima, cultivo de olerícolas (agricultura convencional) e atividades rurais não-agrícolas (em especial o turismo de veraneio e segunda residência); e (3) facilidade amostral de população total, visto que, por ser uma comunidade pequena, foi possível realizar os questionários com todos os agricultores.

O recorte temporal trabalhado destacou as mudanças mais recentes ocorridas na agricultura local, a partir da instituição de políticas públicas ambientais e sua implementação através da criação de Unidades de Conservação, com destaque para a APA de Macaé de Cima.

Esta abordagem histórico-geográfica de uma pequena comunidade agrícola do 5º distrito de Nova Friburgo traz uma análise acerca das transformações que envolvem não apenas a forma de manejo agrícola, mas todas as modificações na estrutura socioeconômica das famílias camponesas relacionadas com a instituição de uma UC.

É preciso identificar se essas transformações têm contribuído para melhorar a qualidade ambiental de Galdinópolis, ou se, por outro lado, a agricultura tem sido remodelada ou substituída por outras formas de manejo mais impactantes e que trazem prejuízos diretos ao desenvolvimento sustentável na APAMC e aos agricultores tradicionais.

Nesse contexto, o trabalho justifica-se pela relevância acadêmica e social do tema em que se discutem as questões do Desenvolvimento Sustentável aplicado no contexto das Unidades de Conservação, em especial para a ciência geográfica em sua análise do ordenamento territorial. Esse trabalho também apresenta uma grande relevância social ao buscar dar representatividade às populações locais inseridas na APAMC e à sua forma tradicional de manejo agrícola, muitas vezes não reconhecida pelos órgãos ambientais.

Essa perspectiva levou à seguinte hipótese levantada nesse trabalho: *as políticas públicas de conservação da natureza imputaram transformações nas formas tradicionais de agricultura desenvolvidas na comunidade de Galdinópolis?* Embora seja possível desdobrar essa temática em diversas formas de análise, esse artigo propõe-se a elucidar as modificações atreladas ao manejo tradicional da agricultura de corte e queima.

DESENVOLVIMENTO

A base dos conflitos socioambientais observados na implantação da APA de Macaé de Cima está relacionada com as regulamentações encontradas no decreto estadual 29.213/2001 que inviabilizavam o manejo agrícola tradicional, realizado na região através do pousio e da queima controlada. O uso desse manejo está presente em dois sistemas de agricultura: a itinerante e a de corte e queima. A principal diferença entre eles dá-se pelo condicionante temporal de utilização do pousio.

Pedroso Júnior *et al.* (2008) vai apontar que, na tentativa de padronizar os dois termos e fazer uma distinção entre eles, a agricultura itinerante seria o modelo de rotação tradicional com longos períodos de pousio, enquanto a agricultura de corte e queima

refere-se aos outros sistemas de cultivo em que existe o corte e queima da vegetação, mas em um curto período de pousio, ou mesmo sem a sua existência.

Historicamente, o sistema de manejo agrícola realizado em Galdinópolis pode ser caracterizado como agricultura itinerante, pois era comum a realização de rotação dos terrenos com longos períodos de descanso, podendo chegar até 20 anos de duração. Nas últimas décadas, no entanto, esse modelo sofreu alterações, em especial na duração do pousio. Esse fato é consequência de uma ação de fiscalização ambiental punitiva e não educativa, que considera várias áreas agrícolas em descanso como florestas secundárias em estágio médio e avançado de regeneração. Para evitar problemas com a fiscalização ambiental e a aplicação de multas e atender às exigências impostas, os agricultores reduziram o tempo de descanso da terra e passaram a realizar a agricultura de corte e queima.

Pedroso Júnior *et al.* (2008) apresenta uma definição ampla desse modelo de agricultura, caracterizando-o como qualquer sistema de uso contínuo em que clareiras são abertas para o cultivo em um período menor do que o de pousio. Esse sistema visa explorar o capital energético e nutritivo do complexo natural solo-vegetação da floresta, tornando-se, em alguns casos, a única fonte de nutrientes para as roças.

Cirne e Souza (2014, p. 79) definem o pousio como "a técnica utilizada para preservar a terra que mantém uma área sem cultivo por certo período para restabelecer os nutrientes perdidos com o plantio anterior. É um período em que a terra "descansa" do cultivo, isto é, uma área é mantida sem lavoura alguma por um espaço de tempo".

A definição dada pelos autores demonstra a importância do pousio para a recuperação da fertilidade dos solos agrícolas, mas não delimita uma temporalidade para esse processo ocorrer. Esse fato

deve-se, inclusive, pela ampla diversidade de biomas, de climas e de tipos de solo encontrados no Brasil, pois, em cada região do país, essas condições naturais influenciam no tempo de descanso necessário para que os solos recuperem a fertilidade.

No entanto, a legislação ambiental brasileira não considerou essas especificidades locais para definir o conceito de pousio e limitou seu uso a um condicionante temporal geral aplicado em todo o país. A Lei da Mata Atlântica (11.428/2006) definiu o *pousio* como "prática que prevê a interrupção de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais do solo por até 10 (dez) anos para possibilitar a recuperação de sua fertilidade" (BRASIL, 2006).

Dois anos depois, o Decreto Federal nº 6.660/2008 voltou a tratar desse tema. Embora não houvesse modificado a duração de 10 anos do pousio, essa legislação passou a ser mais restritiva ao incluir a necessidade de comprovação do uso tradicional para o reconhecimento dessa forma de manejo e ao limitar a supressão da vegetação secundária ao estágio inicial de regeneração, que, dependendo do bioma, ocorre num tempo inferior a 10 anos. Em seu art. 22º, esse decreto conceituou o pousio como

> a prática que prevê a interrupção de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais do solo por até dez anos para possibilitar a recuperação de sua fertilidade. Parágrafo único. A supressão da vegetação secundária em estágio inicial de regeneração da área submetida a pousio somente poderá ser autorizada pelo órgão ambiental competente nos imóveis onde, comprovadamente, essa prática vem sendo utilizada tradicionalmente (BRASIL, 2008).

Passados quatro anos, a Lei Federal nº 12.651/2012, popularmente conhecida como Novo Código Florestal, trouxe, na alínea XXIV do seu art. 3º, uma nova definição do pousio como "prática de interrupção temporária de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais, por no máximo 5 (cinco) anos, para possibilitar a recuperação da capacidade de uso ou da estrutura física do solo" (BRASIL, 2012). Essa lei reduziu em 50% o tempo máximo de pousio definido anteriormente e estabeleceu uma duração máxima de 5 anos, nem sempre suficiente para a recuperação da fertilidade dos solos. Essa foi uma das ações jurídicas que colocou em xeque a prática do pousio.

Além do pousio, a agricultura de corte e queima tem outra forma importante de manejo: as queimadas controladas. É imprescindível diferenciar sua forma de uso e manejo nos sistemas agrícolas do conceito de incêndios florestais.

> O decreto 2.661/98 também conceituou queima controlada e incêndio florestal. A primeira sendo o emprego do fogo como fator de produção e manejo em atividades agropastoris ou florestais, e para fins de pesquisa científica e tecnológica, em áreas com limites físicos previamente definidos. E os incêndios florestais como todo fogo não controlado em floresta ou qualquer outra forma de vegetação (CABRAL, 2013, p. 162).

A própria legislação ambiental, através do art. 4º desse decreto, traz determinações específicas para que o uso do fogo seja realizado de maneira controlada e não se propague para as áreas de vegetação, causando incêndios florestais. Essas ações remontariam à prática de "*fogo como manejo*", que apresenta diversas implicações, como o uso no manejo agrícola de forma ordenada e

planejada, e também às ações de combate a incêndios florestais, ação inclusive realizada por diversos órgãos ambientais.

A partir de dados do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Rodrigues (2002, p. 12) apresenta esses aspectos envolvidos na queima controlada que deve ser vista como:

> uma técnica de prevenção aos grandes incêndios, além de seu emprego como ferramenta de manejo agrossilvopastoril, de forma planejada, com objetivos definidos, acompanhada de um planejamento prévio, em que devem ser considerados os aspectos legais (aviso de queima), as técnicas de queima, as condições climáticas, a previsão do comportamento do fogo, os equipamentos e as ferramentas apropriadas e os confrontantes.

Nota-se que existe toda uma forma de manejo dentro da agricultura de corte e queima com ações conceituadas dentro da academia e definidas na legislação ambiental brasileira. Logo, é preciso ampliar esse debate dentro da gestão das UC de Uso Sustentável, como a APAMC.

A metodologia deste trabalho contou com uma revisão bibliográfica para complementação e atualização dos temas e conceitos apresentados, além da consulta ao material produzido pelo Plano de Manejo da APAMC, em especial os dados físicos, cartográficos e socioeconômicos apresentados em seu diagnóstico, planejamento e zoneamento ambiental.

Outro procedimento metodológico importante foi a aplicação de questionários junto à população da comunidade de Galdinópolis. Alguns questionamentos balizaram o direcionamento das perguntas inseridas no roteiro de entrevistas e questionários, haja vista priorizar

os elementos que contribuiriam com as temáticas analisadas nesse capítulo, tais como: Quais fatores levaram os agricultores de Galdinópolis a adotar a agricultura itinerante e, posteriormente, substituí-la pela agricultura de corte e queima? Como e por que essa técnica se mantém em uso desde o início da colonização? Por que os órgãos ambientais têm dificuldade em reconhecer a sustentabilidade ambiental dessa forma de manejo?

Essa etapa foi dividida em dois grupos: (1) os membros das 17 famílias que ainda têm na agricultura sua principal fonte de renda e (2) os 18 agricultores que deixaram essa atividade na comunidade de Galdinópolis, dos quais 14 permanecem morando em Galdinópolis e 4 mudaram-se para áreas urbanas. Esses questionários foram realizados entre junho e outubro de 2017.

Também foram realizadas entrevistas com lideranças comunitárias e com a antiga chefia da APAMC. A partir de todos os dados empíricos levantados e dos resultados obtidos nos questionários, foi elaborado esse capítulo, em que se busca relacionar as modificações observadas na agricultura com a política de conservação ambiental adotada nessa região.

RESULTADOS

Galdinópolis é uma pequena comunidade rural, situada no 5º distrito de Nova Friburgo. Historicamente, sua principal atividade foi a agricultura. Atualmente, essa atividade apresenta-se inserida em um contexto mais diversificado com a expansão de atividades não-agrícolas, como o turismo e a adoção de fabrico de peças de moda íntima.

A pesquisa realizada nessa comunidade levantou 17 famílias nas quais a agricultura ainda representa a principal atividade

econômica, ainda que, em muitas delas, já seja comum observar-se a pluriatividade. O Quadro 1 traz o perfil dos 17 agricultores entrevistados, considerando a quantidade de membros da família envolvidos no trabalho agrícola, a idade e o estado civil[6].

Quadro 1 – Perfil dos agricultores entrevistados

	Trab. na roça	Idade	Estado Civil
Agricultor 1	2	57	Casado
Agricultor 2	1	33	Casado
Agricultora 3	1	78	Viúva
Agricultor 4	1	53	Casado
Agricultor 5	1	62	Casado
Agricultor 6	1	39	Casado
Agricultor 7	1	31	Solteiro
Agricultor 8	1	61	Solteiro
Agricultor 9	2	51	Casado
Agricultor 10	2	54	Casado
Agricultor 11	1	46	Solteiro
Agricultor 12	1	31	Solteiro
Agricultor 13	1	42	Casado
Agricultor 14	1	45	Solteiro
Agricultor 15	2	52	Casado
Agricultor 16	2	58	Casado
Agricultor 17	2	42	Casado

Total de agric.	Idade média
23	49.1

Fonte: Elaboração própria.

Nota: A idade considerada na tabela refere-se ao entrevistado, que, na maior parte dos casos, era o esposo. O mesmo refere-se à idade média, que foi calculada a partir dos 17 entrevistados(as) e não dos 23 agricultores(as).

[6] A análise do estado civil e da idade dos agricultores é um condicionante importante do processo de envelhecimento da população campesina e do "celibato camponês". No entanto, essa temática não é uma prioridade desse capítulo. Em caso de interesse no tema, consultar o trabalho original (BOY, 2018).

O perfil da agricultura de Galdinópolis

A sustentabilidade da agricultura de corte e queima perpassa um conjunto de ações de manejo no qual é importante destacar o pousio, a queimada controlada, a rotação de culturas e os cultivos associados[7]. Essas medidas são essenciais para a conservação da fertilidade dos solos e utilizadas pela maior parte dos agricultores entrevistados, conforme indicado no Quadro 2.

A utilização do pousio é uma das ações de manejo mais importantes para a manutenção da fertilidade dos solos no sistema de corte e queima. Seu uso histórico é viável dentro da perspectiva natural (possibilitar a recarga nutritiva do solo) e também em um viés econômico, pois as áreas destinadas ao pousio de longa duração substituíam o uso de insumos químicos e adubos como forma de recuperar a fertilidade dos solos. Assim, a realização do pousio, além de ser um sistema natural, sem a utilização de elementos químicos, reduz os gastos com a produção.

O uso desse modelo de manejo agrícola não se deu ao acaso. Foram as experiências vivenciadas pelos colonizadores e passadas de geração em geração as responsáveis pela adaptação desse sistema agrícola às condições naturais encontradas, visto estar essa área localizada na região serrana e, por isso, apresentar relevos acidentados, solos rasos e um clima com grande concentração de chuvas no período do verão. Essa forma tradicional de manejar a terra incorporou-se aos conhecimentos populares, desenvolvidos e herdados através das gerações como forma de combater a erosão e evitar a perda da carga nutritiva dos solos.

[7] Embora a agricultura de corte e queima apresente essas 4 formas principais de manejo, o pousio e o uso do fogo são os que mais têm sofrido resistência frente à legislação ambiental e aos órgãos de fiscalização e, por isso, foram priorizados nesse artigo. Caso tenha interesse nos estudos realizados sobre o manejo da rotação de culturas/terrenos e dos cultivos associados praticados em Galdinópolis, consultar o trabalho original (BOY, 2018).

Quadro 2 - Principais formas de manejo agrícola em Galdinópolis

	Pousio	Queima Controlada	Rotação de Culturas	Cultivo Associado
Agricultor 1	X	X	X	X
Agricultor 2	X	X	X	X
Agricultor 3	X		X	X
Agricultor 4			X	X
Agricultor 5	X	X	X	X
Agricultor 6	X	X	X	
Agricultor 7			X	
Agricultor 8	X	X	X	X
Agricultor 9	X	X	X	X
Agricultor 10	X		X	X
Agricultor 11	X	X	X	X
Agricultor 12				X
Agricultor 13	X	X	X	X
Agricultor 14	X	X	X	X
Agricultor 15	X	X	X	X
Agricultor 16				X
Agricultor 17			X	X
Total	12	10	15	15

Fonte: Elaboração própria.

Na visão de Pedroso Júnior *et al.* (2008, p. 159), é preciso ressaltar a importância do conhecimento ecológico desenvolvido pelos povos tradicionais, seja nas formas de manejo, na interação com os recursos naturais ou nas formas de organização do trabalho familiar nas suas práticas agrícolas. Para os autores, "a agricultura de corte e queima parece ser uma adaptação importante frente aos obstáculos e limites impostos pelas florestas tropicais", que apresentam uma alta diversidade inter e intraespecífica de espécies cultivadas. Exatamente por essa ampla diversidade é necessário um

conhecimento para manejá-la, bem como entender as relações sociais estabelecidas dentro desse processo.

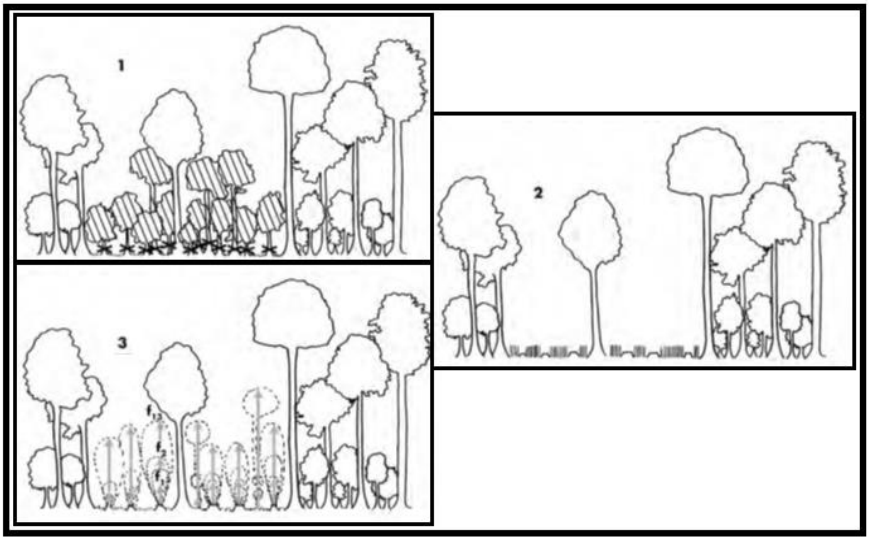
A regeneração do sistema de pousio não ocorre por acaso. A manutenção de áreas florestadas nos arredores do cultivo permite a circulação de fauna local e a dispersão de sementes, que servirão para o reflorestamento natural da área em uso.

> Muitos troncos de árvores derrubadas continuam vivos, a partir dos quais os brotos se formam rapidamente e se misturam às árvores que continuaram de pé para reconstituir progressivamente uma formação arborizada secundária. Enfim, antes mesmo que a arborização tenha começado a se reconstituir, ervas espontâneas do sub-bosque aproveitam também a clareira para se proliferar e invadir o solo destinado aos cultivos (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 134).

A Figura 2 apresenta um modelo esquemático com as etapas do pousio. O estágio inicial apresenta a seleção da área a ser cultivada que, após o uso, é deixada em descanso e passa à etapa de regeneração natural.

O sucesso do sistema de pousio depende de dois condicionantes: o fator temporal e o fator espacial. No primeiro caso, é essencial que haja um período mínimo de descanso da terra para que ela possa recuperar a sua fertilidade. O segundo fator é consequência desse, pois, se as propriedades são pequenas (realidade da estrutura fundiária de Galdinópolis), a terra voltará a ser cultivada em intervalos menores de tempo, ainda sem ter uma recuperação plena de sua carga nutritiva. Nas pesquisas realizadas, foi possível observar que esses dois condicionantes têm sofrido alterações que colocam em risco a sustentabilidade do sistema de pousio.

Figura 2 - Perfis vegetais de uma parcela arborizada e cultivada com sistema de derrubada-queimada



Fonte: Elaboração própria. Adaptada de: MAZOYER; ROUDART (2010).

O primeiro deles refere-se a uma redução gradativa do tempo de pousio dentro do aspecto legal como abordado anteriormente nesse trabalho. A legislação mais recente limita o pousio a um período máximo de 5 anos. Nos questionários realizados, pôde-se observar que, para a maior parte dos agricultores entrevistados (65%), o tempo de pousio de 5 anos não é suficiente para que o solo recupere a sua fertilidade. Além disso, como existe uma rápida regeneração florestal nessa região, os agricultores relataram que, mesmo ao realizar a roçada em áreas de pousio inferior a 5 anos, eles já sofreram com denúncias e visitas dos fiscais ambientais.

Esta é a primeira constatação de mudanças no manejo agrícola imputadas aos agricultores pelas políticas de conservação ambiental: a redução do tempo de pousio, pois tornou-se inviável

praticar pousios de maior duração sem ter algum tipo de ação por parte dos órgãos ambientais. Com isso, ele passou a ser realizado em períodos cada vez mais curtos ou, em alguns casos, foi abandonado.

Figura 3 - Áreas agrícolas sendo substituídas pela construção de casas de aluguel e veraneio



Fonte: Elaboração própria.

O avanço de interesses imobiliários associados ao turismo, veranismo e segunda residência é outro fator que tem provocado uma redução no uso do pousio. Isso ocorre, porque muitas áreas agrícolas têm sido destinadas à construção de casas de veraneio para aluguel,

a fim de complementar a renda familiar. Têm sido vendidas a turistas e sitiantes outras propriedades cujas áreas de plantio são substituídas pelo uso turístico, em especial na forma de segunda residência. A Figura 3 ilustra esse processo, em que é possível ver a construção desses empreendimentos imobiliários "dentro" das áreas agrícolas, cena cada vez mais comum na comunidade. A consequência direta é a redução das áreas destinadas à agricultura, e, com menor espaço voltado ao plantio, as áreas em descanso passam a ser novamente utilizadas em um tempo cada vez menor, reduzindo o fator temporal e espacial dessa prática na comunidade.

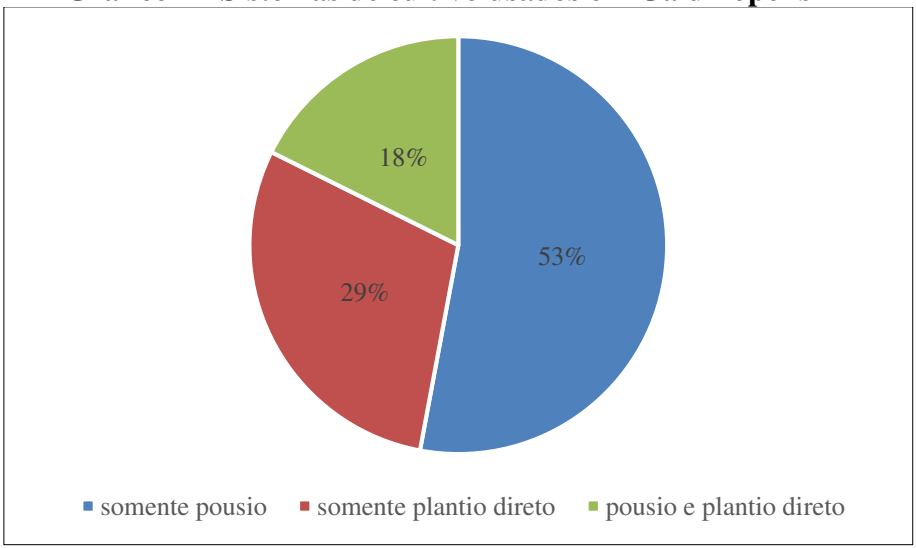
Com a redução do tempo de pousio surgem outros problemas para os agricultores locais, pois

> A agricultura itinerante é considerada econômica em termos de trabalho e ecológica em termos de manutenção da fertilidade do meio **enquanto os períodos de pousio ficam mantidos por suficiente tempo**. Porém, quando se usa a terra por mais tempo e o período de pousio diminui, observa-se uma perda de fertilidade do solo e um aumento da infestação com "ervas daninhas" (vegetação espontânea, mais adaptada ao lugar que nem sempre prejudica a cultura plantada), tornando-se necessário mais tempo de trabalho para a produção da mesma quantidade de alimentos básicos (SCHMITZ, 2007, p. 43, destaque nosso).

Essa redução gradual do tempo de pousio alterou o modelo de cultivo realizado na região, que deixou de ser agricultura itinerante, praticada pelos antepassados, e passou a adotar a agricultura de corte e queima. Como esse modelo mantém o uso do pousio e a queima controlada, muitos agricultores ainda relatam problemas com a fiscalização ambiental, fato que levou alguns a migrar recentemente para o sistema convencional de plantio direto.

Farias Filho (2017, p. 3), citando a obra de Moura (2004), aponta que "o pequeno tempo de pousio dado atualmente (variando entre três e cinco anos) às áreas já cultivadas (capoeiras), aliada a uma fragilidade dos solos, não permitem a sustentação dessa agricultura". A redução do uso do pousio tem colocado em xeque a manutenção da agricultura de corte e queima e já se observa, na comunidade, que alguns agricultores têm abandonado o pousio e trabalhado parcialmente (18%) ou integralmente (29%) com o plantio direto (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Sistemas de cultivo usados em Galdinópolis



Fonte: Elaboração própria.

Essa mudança na forma de manejo agrícola pode trazer danos irreversíveis ao ambiente, pois existe um aumento da necessidade de utilização de intensivos químicos, adubos e fertilizantes para repor a carga nutritiva dos solos. Esse fato pode levar à poluição e contaminação dos solos e cursos hídricos, em especial se o uso

desses produtos for realizado sem capacitação e acompanhamento técnico junto aos agricultores.

O aumento do uso desses produtos pode causar, ainda, danos à saúde dos produtores rurais, visto que, muitas vezes, esses agricultores não utilizam os equipamentos de proteção indicados. Outro fator negativo refere-se à perda econômica dessas famílias, pois o aumento dos gastos na produção com a necessidade da compra de insumos químicos ou outros incrementos técnicos não é acompanhado pelo aumento no valor de venda, fato que reduz o poder aquisitivo das famílias camponesas dessa comunidade.

É preciso analisar, em especial no contexto das Unidades de Conservação de Uso Sustentável, se as ações que inviabilizam a agricultura de corte e queima e levam os agricultores a migrar para a agricultura convencional trazem mais benefícios ou malefícios para a conservação dos recursos naturais.

> (...) a agricultura de corte e queima é a forma de se cultivar a terra mais apropriada a estes ambientes [florestas tropicais], opondo-se ao manejo convencional da agricultura intensiva, o que predomina nas regiões temperadas. A agricultura convencional caracteriza-se pela limpeza total da área, com a remoção completa da vegetação, o uso do arado e o monocultivo, o que é bastante destrutivo, nos ambientes tropicais. As consequências ambientais estão na piora das condições físicas, químicas e biológicas do solo, decorrentes da exposição do mesmo à radiação solar, à chuva e às altas temperaturas (DE LUCA, 2011, p. 14).

Nota-se que a redução do tempo de pousio ou, em caso mais grave, o seu abandono e substituição pelo cultivo direto geram uma perda da qualidade ambiental e ampliação da poluição pela necessidade do uso de incrementos químicos. Logo, é preciso rever

a posição dos órgãos ambientais ao lançar ações de fiscalização que continuamente levam os produtores a abandonar a agricultura de corte e queima.

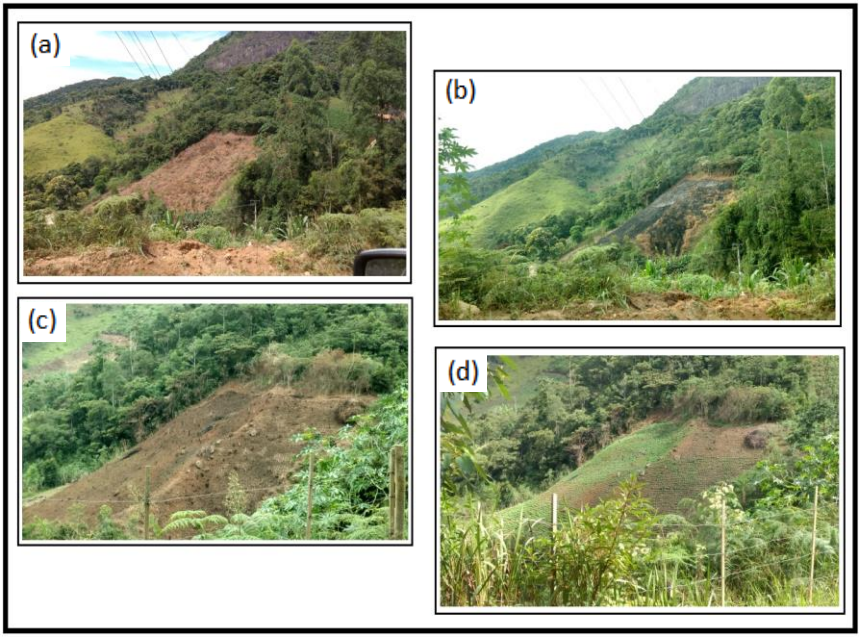
Outra característica desse sistema agrícola que tem gerado conflitos em Galdinópolis é a queimada controlada. A legislação ambiental, através do decreto federal 2.661/98, define como o fogo deve ser manejado, evitando seu alastramento para áreas florestadas. Quando as entrevistas foram realizadas, pôde-se observar como a fala dos agricultores encaixa-se nas definições estabelecidas nesse decreto, ainda que não tenham nenhum tipo de acompanhamento ou capacitação oferecida pelos órgãos ambientais ou de extensão rural. O manejo para o uso do fogo controlado vai desde a formação dos aceiros até a escolha de dias e horários para a realização da queima, respeitando as condições naturais.

> IV - preparar aceiros de no mínimo três metros de largura, ampliando esta faixa quando as condições ambientais, topográficas, climáticas e o material combustível a determinarem; VII- prever a realização da queima em dia e horário apropriados, evitando-se os períodos de temperatura mais elevada e respeitando-se as condições dos ventos predominantes no momento da operação (BRASIL, 1998).
>
> *A gente faz um aceiro grande de foice ao redor da roça toda, com pelo menos uns 7 metros na parte de cima e uns 5 metros nos lados. Ele evita que as labaredas peguem no mato* [na floresta]. *Além desse aceiro de foice, a gente faz, ainda, um aceiro de enxada de cerca de 1m a 1,5m para evitar que o fogo passe para o mato pelo chão. Para evitar que o fogo passe para o mato, tem que tomar muito cuidado. A gente sempre queima já de tardinha, depois do sol se pôr, porque o tempo está mais fresco. Também tem que ir queimando de cima para baixo, porque, se*

> *colocar o fogo de baixo, não tem como controlar. Vai descendo ele bem devagar para não pegar fogo no mato. E, se tiver ventando muito, a gente não queima e deixa para outro dia, porque queimar com vento é muito perigoso* (agricultor 6).

A Figura 4 apresenta os distintos estágios da agricultura de corte e queima com a roçada de uma área em pousio (a), a sucessiva queima do material (b) visando à preparação do terreno (c) e o cultivo (d). É possível observar como os aceiros impedem que o fogo se alastre para as áreas de mata.

Figura 4 - Estágios sucessionais da preparação para a agricultura no manejo de corte e queima



Fonte: Elaboração própria.

Após indicar a existência de uma forma específica de manejo do fogo para que ele não atinja as áreas de floresta, inclusive, respaldada na legislação federal, é preciso analisar as consequências de seu uso na área de plantio. Embora existam alternativas ao uso do fogo, nos questionários aplicados, foi possível observar que essas propostas são consideradas inviáveis pelos agricultores de Galdinópolis.

Uma frase emblemática acerca dessa inserção do manejo tradicional na vivência dos agricultores locais pode ser expressada na fala de um líder comunitário e produtor rural em uma das reuniões do Plano de Manejo da APAMC: "*Eu quero plantar do jeito que aprendi com meus pais, com a roça, com a queima controlada e com o pousio. Aprendi assim e sempre deu certo. Eu não quero mudar*". Na pesquisa realizada, os 17 entrevistados responderam que não seria viável plantar sem utilizar as queimadas e que "*pode até plantar, mas não vai colher nada"* (agricultor 7).

> *Não tem como plantar no meio dos paus porque não dá lavoura. Depois que a gente roça, não tem o que fazer com o mato. Não tem como colocar máquina nesses morros que a gente planta, não. Então, a única forma de limpar o terreno é queimando. Tira os paus pra lenha e queima o restante* (Agricultor 6).

A opção pelo uso do fogo entre os agricultores dá-se por diversos motivos. Além de facilitar a limpeza do terreno, como se observa na fala do agricultor 6, muitos deles relatam que a queima age como uma limpeza do solo de possíveis micro-organismos que prejudicam a plantação: "*Já plantei feijão na palhada uma vez sem queimar e não colhi quase nada e o que colhi estava todo ruim já*" (agricultor 8). Por fim, ainda citam a queimada como medida de fertilização da terra.

> *Depois que a gente queima, a terra dá muito mais. Depois de queimar, as plantas nascem com muita força. A queimada também ajuda a evitar algum tipo de contaminação, pois mata as bactérias que estão no solo e que podem dar doença na lavoura* (Agricultor 6).

Esse ponto apresenta embasamento científico. Pedroso Júnior *et al.* (2008, p. 156), citando diversos estudos, aponta que

> (...) o sistema depende da queima da biomassa acumulada durante a recuperação florestal para aumentar as qualidades nutricionais do solo e preparar a área para o cultivo por meio da cinza, que pode, por exemplo, aumentar enormemente a quantidade de potássio, cálcio e magnésio disponíveis nos solos.

Existe, ainda, uma importância econômica que envolve as florestas secundárias na agricultura de corte e queima. Elas são "provedoras de materiais para construções rurais e de cercas; combustível, em forma de lenha; materiais para construção de utensílios; madeira para serraria" (DE LUCA, 2011, p. 15). No caso das famílias com menor poder aquisitivo, o fogão a lenha ainda é uma das principais fontes de energia usadas na residência, substituindo o gás de cozinha e aquecendo a água para o banho através do sistema de *serpentina*. A perda dessa fonte energética, provinda da agricultura de corte e queima, representa um aumento expressivo dos gastos no orçamento familiar, seja com a aquisição de gás ou com o aumento dos custos com energia elétrica.

Baseado nas entrevistas, é possível destacar três argumentos principais acerca da necessidade do uso da queima controlada: *(1) a*

dificuldade de limpar o terreno cheio de paus, galhos e espinhos; (2) a dificuldade de colher sem o uso do fogo, porque ele mata as bactérias do solo; e (3) as cinzas da queimada são como um adubo natural para o solo, você planta ali e nasce tudo viçoso[8].

A estes argumentos citados na fala dos entrevistados juntam-se outros pontos importantes que justificam a histórica opção desses produtores pelo uso da queimada controlada, sendo: (1) reposição rápida de nutrientes; (2) eliminação de fungos e bactérias; (3) limitações naturais do relevo à mecanização; (4) falta de assistência técnica; e (5) ausência de políticas públicas voltadas à agricultura familiar.

Esses últimos pontos são expressivos quando o órgão ambiental sugere a substituição da queima controlada por outras formas de manejo, pois não existe qualquer tipo de assistência técnica agrícola, capacitação dos agricultores e modernização da escala produtiva para que esse processo ocorra. Assim, pede-se para que os agricultores abandonem seu manejo tradicional, avaliado positivamente por eles, visto reduzir os gastos familiares, para inserir uma forma de manejo desconhecida, que eles não têm condições técnicas e capacitação para realizar.

Mudanças e adaptações no manejo agrícola: da resistência e resiliência da atual geração à perspectiva de abandono da geração futura

As contínuas imposições restritivas sofridas pelos agricultores tradicionais na prática do pousio e do uso do fogo controlado levou-os a conciliar ou substituir a agricultura de corte e queima com/pelo cultivo direto. Uma consequência observada

[8] Argumentos retirados dos relatos obtidos na aplicação dos questionários.

refere-se as alterações nos tipos de cultivo. Os plantios tradicionais, como inhame, aipim, feijão, banana, batata-baroa e as hortas, passaram a ser mesclados ou substituídos pela produção de olerícolas, significativamente mais tecnificada e marcada por um aparato técnico com utilização da irrigação e de insumos químicos.

Quadro 3 - Principais cultivos produzidos em Galdinópolis

	COMERCIALIZAÇÃO	PRINCIPAIS CULTIVOS DA PROPRIEDADE					
		Inhame	Aipim	Feijão	Banana	Milho	Jiló
Agricultor 1	FEIRA	2	3	4	1		
Agricultor 2	FEIRA	2	3	4	1		
Agricultor 3	SUBSISTÊNCIA	4	1	3		2	
Agricultor 4	FEIRA	2			1		3
Agricultor 5	ATRAVESSADOR	1	2	3		4	
Agricultor 6	ATRAVESSADOR	1	3	4			2
Agricultor 7	FEIRA	2	3	4	1		
Agricultor 8	ATRAVESSADOR	1	2			3	
Agricultor 9	ATRAVESSADOR	1	2	3		4	
Agricultor 10	ATRAVESSADOR	1	2	3			
Agricultor 11	ATRAVESSADOR	1	2	3	4		
Agricultor 12	FEIRA	1	2	3			4
Agricultor 13	FEIRA	1	2	3	5		4
Agricultor 14	FEIRA	2	3	4	1		
Agricultor 15	DOMICÍLIO	1	2			3	
Agricultor 16	ATRAVESSADOR	2			1		
Agricultor 17	FEIRA	1	2		3		

Fonte: Elaboração própria.

Essa mudança tem dois condicionantes. O primeiro refere-se especificamente à forma de manejo. A adoção do cultivo de olerícolas foi a solução encontrada por alguns produtores que, pelas dificuldades em realizar a agricultura de corte e queima, optaram pelo plantio direto, no qual a reposição dos nutrientes do solo é realizada pelo uso de adubos químicos e fertilizantes. O segundo é o fator econômico, que retrata uma mudança no perfil da

comercialização da produção local em que a figura do atravessador foi substituída pela comercialização direta nas feiras livres do centro da cidade.

Existe uma relação direta entre a forma de venda e o tipo de cultivo. O inhame é o principal produto agrícola da comunidade e também o mais escoado através de atravessadores. Nas feiras livres, esse produto vai ser acompanhado de outros cultivos tradicionais, como o aipim, a banana e o feijão, além das olerícolas, como o jiló, o quiabo e o tomate, fortalecendo o caráter de policultura. Esses dados estão apresentados abaixo, em que se traça o perfil agrícola a partir da produção e da rentabilidade, relacionados ao modo de comercialização. Para elaborá-lo, questionou-se aos 17 agricultores entrevistados quais os cultivos de maior produção (Quadro 3) e de maior renda para a família (Quadro 4).

Quadro 4 - Cultivos mais rentáveis para os agricultores de Galdinópolis

	COMERCIALIZAÇÃO	CULTIVOS MAIS RENTÁVEIS					
		Inhame	Aipim	Feijão	Banana	Horta	Jiló
Agricultor 1	FEIRA	2			1		
Agricultor 2	FEIRA	2			1		
Agricultor 3	SUBSISTÊNCIA	NÃO RESPONDEU					
Agricultor 4	FEIRA	1					
Agricultor 5	ATRAVESSADOR	1		2			
Agricultor 6	ATRAVESSADOR	2	3	4			1
Agricultor 7	FEIRA				1		2
Agricultor 8	ATRAVESSADOR	1	2				
Agricultor 9	ATRAVESSADOR	NÃO RESPONDEU					
Agricultor 10	ATRAVESSADOR	1	2				
Agricultor 11	ATRAVESSADOR	2	1				
Agricultor 12	FEIRA	1	2				
Agricultor 13	FEIRA	1	2				
Agricultor 14	FEIRA	1			2		
Agricultor 15	DOMICÍLIO	2				1	
Agricultor 16	ATRAVESSADOR	2			1		
Agricultor 17	FEIRA	1					

Fonte: Elaboração própria.

A partir desses dados, é possível constatar que, mesmo entre os feirantes, a manutenção dos cultivos tradicionais é expressiva. Em contrapartida, a inserção do plantio direto tem assumido um papel de resiliência dos agricultores, uma forma de complementar a geração de renda, diminuir a dependência dos atravessadores e diversificar a produção e a venda através da realização de feiras livres no distrito sede de Nova Friburgo.

Embora esses produtores tenham assumido novas formas de cultivar a terra, eles mantêm uma ligação muito forte com o manejo tradicional do pousio e da queima controlada. Essa resistência tem sido marcante nas últimas décadas, em especial nos diálogos e conflitos com os órgãos ambientais. Um dos principais temas dessas discussões envolve o uso do fogo.

Pensar na substituição dessa forma de manejo é algo complexo, pois contraria a opção de todos os agricultores entrevistados em Galdinópolis. Além disso, muitas das propostas sugeridas não se adequam totalmente à realidade dessa comunidade. É o caso do *mulching*[9]. Pedroso Júnior *et al.* (2008) vai apresentar uma série de desvantagens desse sistema, como a lenta decomposição da biomassa triturada, que, por não fornecer nutrientes ao solo tão rapidamente como as cinzas, tornaria necessário o uso de fertilizantes para fornecer o *input* inicial do primeiro cultivo após o corte da vegetação. Outros pontos negativos apresentados pelos autores em comparação ao uso do fogo são: não abrir espaço para o cultivo, não fertilizar o solo tão rapidamente como as cinzas e não reduzir a competição de ervas daninhas.

Outra possibilidade, inclusive abordada no Plano de Manejo da APAMC (INEA, 2014c), seria a introdução de iniciativas agroecológicas. Nenhum dos agricultores entrevistados conhecia o termo agroecologia ou sabia o seu significado. Nota-se que essa

[9] Cobertura morta, constituída por materiais de origem vegetal, como palhas, casca de arroz, folhas secas, serragem e outros.

iniciativa precisa de um longo trabalho de formação e capacitação para se tornar uma proposta viável nessa comunidade. Além disso

> intenções tecnológicas ou ambientais não são suficientes para disseminar uma agricultura com base agroecológica, pois existem muitos fatores que restringem a implementação de iniciativas de sustentabilidade na agricultura. Mais que um conjunto de técnicas e procedimentos interessantes inspirados em conhecimento científico e saberes tradicionais, a Agroecologia pressupõe a promoção da inclusão social e a construção de melhores condições econômicas aos agricultores, mesmo diante de um complexo sistema de interesses, onde o poder presente tem sido muito desigual (FARIAS FILHO, 2017, p. 6).

A agroecologia tem grande importância para ser implementada nas áreas classificadas como Zonas de Conservação (ZC) pelo Plano de Manejo da APAMC, visto que, nessas áreas, não pode haver uso direto dos recursos naturais (INEA, 2014b). Assim, manter-se-ia o uso tradicional da agricultura de corte e queima nas Zonas de Uso Agropecuário (ZUAP) e fomentar-se-iam iniciativas agroecológicas nas áreas de ZC das propriedades, diversificando a geração de renda dessas famílias.

A prática da queima controlada tem sido um ponto continuamente abordado nas discussões acerca da gestão da APAMC, seja nas reuniões do Conselho Consultivo, no período de elaboração do Plano de Manejo ou nas ações de fiscalização realizadas nas áreas agrícolas dentro da UC, mesmo aquelas definidas como ZUAP. Existe um discurso instituído e propagado de que "*é proibido o uso do fogo*" (BOY, 2018) citando as leis estaduais referentes a esse processo. De modo geral, esse discurso não aceita

contraposições, nem mesmo ao citar o material de queima controlada elaborado pelo IBAMA. A Figura 5 ilustra o cenário, mostrando como o uso do fogo é tratado pela administração da APAMC.

Figura 5 - Placa informativa acerca da proibição do uso do fogo instalada na RJ-142



Fonte: Elaboração própria.

As informações constantes na placa indicam uma proibição ao uso do fogo e alerta para a possibilidade de multa, além de incentivar as denúncias. Este é o modelo que gerou tantos conflitos socioambientais na região: a ação autoritária, punitiva e de comando e controle dos órgãos ambientais a partir de denúncias que, muitas vezes, vêm de turistas e sitiantes, que desconhecem a prática agrícola tradicional com o uso do fogo controlado.

É essencial que, na companhia dos agricultores e da população local, essa postura seja substituída por uma ação educativa que desperte a conscientização ambiental e o

esclarecimento dos assuntos que envolvem o uso do fogo, até mesmo porque a legislação mencionada não faz uma proibição direta ao uso do fogo, como a placa indica. A lei estadual nº 2.049/92 traz especificações acerca da queimada em locais específicos, mas, em momento algum, faz qualquer menção à proibição total dessa forma de manejo.

> A Lei Estadual Nº 2.049/1992 proíbe as queimadas em áreas específicas, coincidindo com os locais de preservação permanente. Uma das mais problemáticas na relação entre o órgão ambiental e o manejo tradicional dos agricultores e origem do grande paradoxo da criação da UC: ao coibir a atividade da queimada, supostamente lesiva ao meio ambiente, o órgão ambiental "forçou" o uso de pesticidas e fertilizantes agroquímicos artificiais (URZUA, 2019, p. 6).

Já a lei estadual nº 3.467/00, em seu art. 47º, institui a multa para quem provocar incêndio em mata ou floresta e, no art. 60º, para quem fizer "uso de fogo em áreas agropastoris **sem autorização do órgão competente ou em desacordo com a obtida**" (RIO DE JANEIRO, 2000, destaque nosso). O conceito de incêndio florestal é diferente da queimada controlada e a legislação citada deixa claro que está proibida a prática de provocar incêndios em matas e florestas, mas que o uso do fogo com fins agrícolas pode ser realizado, desde que possua autorização do órgão competente.

Quando uma placa, como a ilustrada anteriormente, é instalada nas vias internas de circulação de uma Unidade de Conservação, faz-se necessário analisar seu valor formativo e informativo. Ao trafegar pela região nos meses mais secos do inverno, é possível observar algumas áreas que corriqueiramente sofrem com incêndios florestais. Existe uma relação direta entre

esses focos de incêndio e a rodovia RJ-142, que pode ocorrer em casos de incêndio criminoso (e a estrada facilitar a fuga) ou mesmo por razões inconsequentes de frequentadores, como no caso de motoristas que jogam guimbas de cigarro pela janela dos carros. Esses casos em que a consequência direta é o incêndio florestal enquadram-se na perspectiva de proibição do uso do fogo, e a placa cumpre um papel informativo a esses motoristas, ainda que pudesse haver uma informação mais direta, como "não jogue pontas de cigarro na rodovia" ou "provocar incêndio florestal é crime", pois, em ambos os casos (ação criminosa ou descuido), não há uso do fogo como forma de manejo, o que há é um crime ambiental.

Por isso, não se pode generalizar o termo "uso do fogo". É preciso deixar claro a possibilidade de utilização do fogo controlado como forma de manejo pelos agricultores. Ao omitir essa possibilidade, essas placas deixam seu caráter formativo e passam a ser concebidas como uma medida punitiva aos produtores que praticam a queima controlada, tanto que uma dessas placas localizadas na rodovia RJ-142 foi alvo de pichação e outra foi derrubada. É urgente discutir e definir as distinções entre o fogo de incêndios florestais e o manejo do fogo, usado não apenas na agricultura, mas inclusive por órgãos ambientais no combate a incêndios florestais descontrolados. Essa discussão deve permear o Conselho Consultivo da APAMC e refletir ações diretas nas próximas revisões do seu Plano de Manejo, no órgão ambiental estadual e no poder executivo e legislativo, nos quais se deve regularizar essa prática tradicional realizada não apenas na região da APAMC, mas em muitas outras áreas rurais do estado do Rio de Janeiro.

Outra questão urgente a ser resolvida refere-se à definição de métodos mais ágeis no tocante à concessão de autorização para a queima controlada com fins agrícolas nas áreas de ZUAP da APAMC. Nas entrevistas, foi apontado que essa autorização demora

um tempo expressivo (podendo chegar a meses) e essa espera pode ocasionar a perda do tempo de plantio, fato que põe em risco o sustento econômico e a segurança alimentar dessas famílias.

É urgente que a gestão da UC apresente formas de conceder essa autorização num prazo menor. Para isso, é essencial contar com um banco de dados em que estejam inseridas as áreas de pousio levantadas no Plano de Manejo da UC e no Cadastro Ambiental Rural (CAR) de cada propriedade, para identificar as áreas agrícolas de forma mais rápida através do uso das coordenadas geográficas. Esse processo tornará mais rápida e precisa a emissão das autorizações. É necessário desburocratizar esse processo e, para isso, o órgão ambiental pode inclusive inserir as novas tecnologias, como o uso de aplicativos e a realização de atendimentos e reuniões virtuais. O Conselho Consultivo tem um papel importante nessa discussão através de pautas que contemplem assuntos essenciais, como a comunicação, a redução da burocracia e a agilidade processual, fundamentais para aumentar a eficiência da gestão.

É essencial que seja garantida a manutenção desse manejo agrícola até que se tenha uma alternativa viável do ponto de vista técnico, ambientalmente correto, socialmente aceito e com recursos financeiros disponíveis para apresentar a esses agricultores. Diversos desses pontos estão presentes no Plano Setorial de Agricultura, mas a própria equipe técnica responsável pela elaboração do Plano de Manejo já apresenta, nesse documento, a dificuldade de implantação de novas técnicas de manejo e aponta a necessidade de respeitar o modelo tradicional de agricultura desenvolvido na área da APAMC.

> A atuação governamental na região tem um histórico de ações principalmente punitivas, o que criou uma grande desconfiança por parte dos agricultores. Esta desconfiança dificulta a implementação de projetos e técnicas para viabilizar e facilitar a prática agrícola.

> A valorização das práticas tradicionais e o aumento da participação popular são essenciais para o bom desenvolvimento deste plano setorial bem como a aplicação de políticas como a regulamentação das áreas de pousio (INEA, 2014c, p. 11).

É imperioso respeitar o conhecimento tradicional e a cultura desses agricultores, que se dá também através da adoção desse tipo de manejo, pois a forma como aprenderam a cultivar a terra e sua continuidade ao longo desses 200 anos mostra como ela tem sido sustentável do ponto de vista econômico e ambiental. Caso isso não ocorra, o processo em curso de substituição da agricultura tradicional por outras atividades, muitas vezes de maior impacto, agravar-se-á nas próximas décadas.

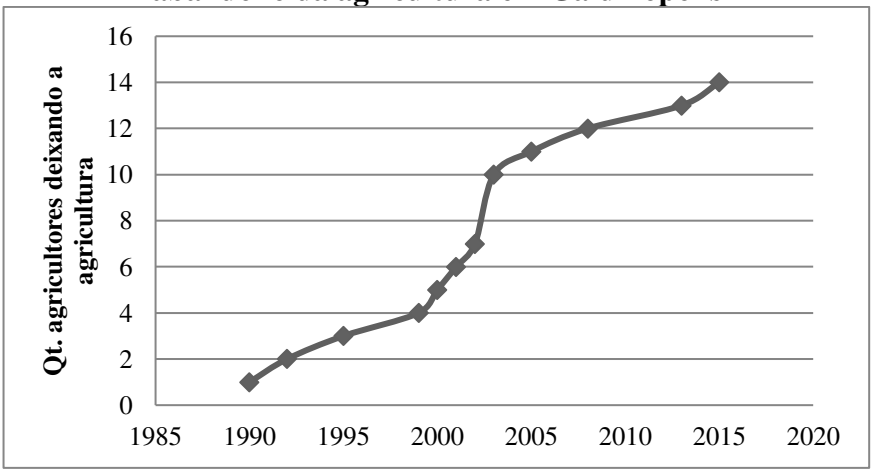
> A partir de meados da década de 1980, outros processos passam a coexistir com a tradição agrícola e engendraram um novo ritmo e tipologia de parcelamento: o turismo, veraneio e a conservação da natureza (...). O aumento progressivo do parcelamento da terra, desde a década de 2000, é simultâneo ao declínio da agricultura. A fragmentação e venda teria a interferência do órgão ambiental (INEA) na organização do território, na forma de repressão às práticas agrícolas tradicionais inibindo a lavoura, limitando as áreas de cultivo. Com isso, teria induzido a mudanças nas formas de uso e manejo ou, mais impactante, na estrutura da posse familiar das terras (URZUA, 2019, p. 8).

Esse contexto tem contribuído para o abandono da agricultura, processo que, já em curso, tem se agravado nas últimas

décadas e traz perspectivas drásticas para a próxima geração (BOY, 2018; CARNEIRO, 1998).

A Gráfico 2 apresenta os dados obtidos nos questionários realizados com as pessoas que abandonaram a atividade agrícola. Pode-se observar que esse processo foi iniciado na década de 1990, quando cinco agricultores deixaram a lavoura, e agravado na década seguinte, quando nove produtores abandonaram a atividade campesina.

Gráfico 2 - Análise temporal do abandono da agricultura em Galdinópolis



Fonte: Elaboração própria.

Os entrevistados relacionam esse processo com dois fatores principais. O primeiro deles refere-se à fiscalização ambiental, que pode ter sido ampliada com as iniciativas de criação das Unidades de Conservação, como a Reserva Ecológica de Macaé de Cima (REMC) no início da década de 1990 e a APAMC nos anos 2000.

> *O que me levou a abandonar a roça foi o dia que eu estava plantando e, quando percebi, chegaram policiais do Batalhão Florestal e IBAMA e colocaram a arma no meu peito, falando que iriam me levar preso, porque eu estava desmatando. Eu só "tava" limpando uma área pra plantar meu feijão. Depois daquele dia, eu desanimei e comecei a procurar outra coisa pra fazer que não fosse a roça (entrevistado 10, 41 anos, abandonou a agricultura em 2003).*

O outro processo refere-se ao lado econômico, pois, no final da década de 1990, o inhame, principal cultivo da região, atingiu preços muito baixos e gerou grandes prejuízos para os agricultores. Muitos, que só plantavam inhame, passaram por grandes dificuldades para manter o sustento de suas famílias.

> *Rapaz, aquele ano que o inhame não deu preço, eu e meu irmão tínhamos uma lavoura grande de inhame. A gente ficou esperando o preço melhorar pra "rancar" o inhame, mas o preço não subiu. Quando "rancamos", já depois da época, o atravessador que tinha marcado de vir buscar não apareceu. Ficou tudo lá. Perdemos tudo. O resto deixamos na terra mesmo, não tinha em quem vender. Esse ano minha família sobreviveu só com o salário da minha esposa, que trabalha na Prefeitura. Foi um ano difícil. Aí decidi largar a roça (entrevistado 11, 49 anos, abandonou a agricultura em 2003).*

O abandono da agricultura não foi simples. A baixa escolaridade levou muitos a buscar atividades de baixa remuneração ou prestação de serviços voltados ao turismo de veraneio e segunda residência. O Quadro 5 apresenta esses dados.

É possível observar um predomínio da absorção da mão de obra liberada da agricultura por atividades ligadas ao turismo, seja de forma direta, como através das casas para aluguel e a jardinagem, ou de forma indireta, como na prestação de serviços (pedreiros) e no comércio. Embora ainda apresente menor expressividade, o setor da moda íntima (confecção) tem sido um forte atrativo não só da mão de obra liberada do campo, mas principalmente entre a população mais jovem, que concilia a atividade com os estudos e, após concluir o ensino médio, permanece trabalhando nas confecções. As principais funções desenvolvidas por aqueles que deixaram a produção agrícola em Galdinópolis estão apresentadas no Gráfico 3.

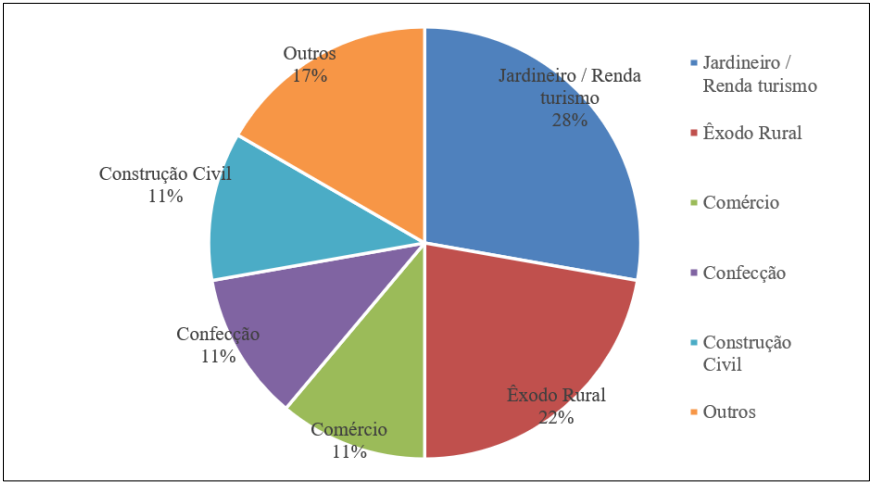
Quadro 5 - Agricultores que deixaram a produção agrícola em Galdinópolis

Identificação (Iniciais)	Idade	Deixou a agricultura		Atividade atual	Escolaridade
		Ano	Idade		
Entrevistado 1 (J. M.)	46	-	-	Aluguel	Fund. Incompleto
Entrevistado 2 (V. F.)	61	1990	33	Jardineiro	Fund. Incompleto
Entrevistado 3 (J. C. F.)	46	1992	20	Pedreiro/Comerciante	Fund. Incompleto
Entrevistado 4 (G. S.)	54	1995	32	Jardineiro	Fund. Incompleto
Entrevistado 5 (N. B.)	60	1999	41	Pedreiro	Fund. Incompleto
Entrevistado 6 (L. O. S.)	31	2000	14	Êxodo rural	Médio
Entrevistado 7 (M. B. F.)	36	2001	19	Comerciante	Fund. Incompleto
Entrevistado 8 (D. O.)	36	2002	20	Servidor Público	Médio
Entrevistado 9 (G. O.)	39	2003	24	Autônomo	Fund. Incompleto
Entrevistado 10 (M. O.)	41	2003	26	Comerciante	Fund. Incompleto
Entrevistado 11 (D. F. O.)	49	2003	36	Jardineiro/Pedreiro	Fund. Incompleto
Entrevistado 12 (L. S.)	31	2005	18	Jardineiro	Médio
Entrevistado 13 (C. G.)	49	2008	39	Confecção	Fund. Incompleto
Entrevistado 14 (W. B. S.)	42	2013	37	Confecção	Fund. Completo
Entrevistado 15 (C. C. F.)	23	2015	20	Estudante	Superior Incompleto
Entrevistado 16 (J. A. B.)	-	-	-	Êxodo rural	Fund. Incompleto
Entrevistado 17 (G. B.)	-	-	-	Êxodo rural	Fund. Incompleto
Entrevistado 18 (J. B. S.)	-	-	-	Êxodo rural	Fund. Completo

Fonte: Elaboração própria.

Nota: As três últimas pessoas não foram encontradas para a realização desse questionário por terem migrado para áreas urbanas. Os dados foram obtidos de forma indireta através de entrevista a familiares, que indicaram o abandono da agricultura nesses casos num período entre 1998 e 2003. O entrevistado número 1 não soube citar nem mesmo de forma aproximada o ano em que deixou a agricultura. Esses dados foram obtidos em 2017.

Gráfico 3 - Ocupação da mão de obra liberada da agricultura em Galdinópolis



Fonte: Elaboração própria.

Uma das perguntas realizadas nos questionários com aqueles que deixaram a agricultura foi sobre a possibilidade de retorno a essa atividade, dos quais 60% afirmaram não ter interesse, 27% apontaram ter interesse e 13% disseram depender da situação no futuro.

Esses resultados são semelhantes aos obtidos nos questionários realizados com os agricultores ao perguntar se desejavam que seus filhos trabalhassem na agricultura, sendo que 67% responderam que não, 20% que sim e 13% afirmaram depender das situações futuras.

Dentro desse contexto, é possível citar outro fator agravante do processo de crise na agricultura em Galdinópolis: a falta de reposição de mão de obra voltada ao trabalho campesino. Hoje, o agricultor mais jovem em atividade nessa comunidade tem 34 anos. Se, nas entrevistas com os produtores, eles relataram iniciar sua

participação nas atividades agrícolas ainda muito jovens (14 anos ou menos), nota-se que há pelo menos duas décadas não se observa a inserção de novas pessoas no trabalho campesino nessa comunidade.

As dificuldades encontradas na agricultura, o serviço árduo, o aumento da fiscalização ambiental e a baixa remuneração são alguns dos fatores que têm levado os mais jovens a buscar outras atividades desvinculadas da agricultura. A entrevista com o agricultor 13 reafirma essa constatação: "*O trabalho na roça tem muito sacrifício. Eu fiquei na roça porque não pude estudar, mas ele* [meu filho] *está podendo estudar pra ter um trabalho melhor e menos pesado*".

Esse cenário não ocorre apenas na comunidade de Galdinópolis. Ao estudar esse processo há duas décadas, Carneiro (1998) já apontava essa estrutura em São Pedro da Serra, uma das primeiras áreas a receber grande fluxo de turistas nessa região:

> São bastante distintas as condições de produção e de reprodução social no distrito de São Pedro da Serra, na região serrana do Estado do Rio de Janeiro, onde a pequena agricultura familiar encontra-se em fase de crise aguda com graves ameaças à reprodução, o que tem levado a maioria dos produtores - e principalmente seus filhos - a buscarem alternativas de trabalho fora do setor agrícola, seja numa atitude definitiva ou como um complemento das atividades realizadas nas unidades produtivas (CARNEIRO, 1998, p. 5).

Estaria esse processo agora se propagando para as comunidades menores inseridas na APAMC, onde a agricultura ainda se manteve como atividade importante até o presente?

É preciso, então, pensar em alternativas viáveis para a manutenção dessa população jovem no campo, como a oferta de cursos técnicos e a capacitação da mão de obra para que possam agregar valor à sua produção sem ter que deixar a comunidade e migrar para os centros urbanos ampliando o êxodo rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os agricultores tradicionais de Galdinópolis historicamente têm sofrido com uma ação autoritária de órgãos ambientais, bem como com a ausência de políticas públicas voltadas aos pequenos produtores familiares e uma legislação ambiental que tem dificultado a manutenção dessa população no campo.

Desde a década de 1990, quando foi criada a Reserva Ecológica de Macaé de Cima pelo decreto municipal 156/90, os agricultores dessa comunidade relatam observar um aumento da fiscalização ambiental em ações voltadas a coibir tanto a prática do corte de áreas de mata secundária destinadas ao descanso (em estágio inicial e médio de regeneração), quanto a prática de uso do fogo controlado. É importante ressaltar que essa ação impacta diretamente sobre as duas principais formas de manejo tradicionalmente desenvolvidas nessa região: o pousio e a queima controlada, que constituem a base do sistema conhecido como agricultura itinerante ou de corte e queima.

Surgiu, então, um conflito de saberes: de um lado, os agricultores locais e seus conhecimentos tradicionalmente desenvolvidos; de outro, a gestão ambiental e os conhecimentos científicos amparados na legislação ambiental. Esse conflito marcou as últimas décadas, mas percebeu-se que boa parte dos agricultores tradicionais desistiu da luta e acabou por abandonar as atividades agrícolas. Se hoje a agricultura é a principal fonte de renda de 17

famílias de Galdinópolis, os dados obtidos nos questionários aplicados demonstram que, nas últimas 3 décadas, em 18 famílias dessa comunidade houve o abandono do trabalho agrícola (pelo chefe de família, pelos membros mais jovens ou mesmo por toda a família). Isso quer dizer que, desde a década de 1990, cerca de 51% das famílias camponesas da comunidade abandonaram a agricultura.

Esse processo tem impactado diretamente na reposição da mão de obra. Nota-se claramente um envelhecimento da população camponesa e a falta de interesse dos mais jovens nessas atividades. A manutenção desse cenário tende a tornar o trabalho agrícola inexpressivo nessa comunidade já nas próximas décadas.

De modo geral, os agricultores restantes têm lutado em duas frentes: no caso mais arraigado, temos os agricultores que permanecem com a forma tradicional de manejo, com o pousio e as queimadas controladas, os quais continuamente relatam receber visitas dos órgãos ambientais pela ocorrência de denúncias quando realizam suas roças; o outro caso representa um grupo que tem se adaptado a novas formas de manejo agrícola, em especial com a adoção do sistema de plantio direto. Ao substituir o pousio pelo uso de intensivos químicos, adubos e fertilizantes, esses agricultores reduziram seus problemas com a fiscalização ambiental. Esse sistema agrícola é realizado com a inserção de olerícolas, responsáveis pela diversificação da produção e ampliação da geração de renda dessas famílias, numa forma de resiliência contra o processo em curso e de luta pela manutenção no campo.

Esses tipos de políticas públicas desenvolvidas na região têm contribuído para a melhoria da qualidade ambiental da APA? Certamente não, pois essa migração do sistema tradicional para um modelo de plantio direto traz diversas consequências negativas para o ambiente, como o isolamento de remanescentes florestais e a poluição do solo, do ar e das águas, causada pelo uso de insumos químicos.

O aumento do uso desses produtos sem acompanhamento técnico pode, ainda, acarretar sérios danos à saúde dos agricultores, muitos dos quais não usam os equipamentos necessários para trabalhar com esse tipo de produto. Dessa forma, cria-se um contexto de crise na saúde pública da comunidade. Assim, a mudança do perfil agrícola traz mais danos do que ganhos para a qualidade socioambiental da comunidade estudada e esse fato assemelha-se à realidade encontrada em outras pequenas comunidades agrícolas inseridas no território da APAMC.

Esse contexto é mais grave ao analisar os casos em que existe o abandono da agricultura, visto que muitos produtores têm deixado a labuta na terra e vendido suas propriedades ou parte delas para turistas e sitiantes. Esse fato desencadeou um forte processo de valorização imobiliária e contribuiu para a formação de adensamentos populacionais na comunidade, sem nenhum tipo de regulamentação ou ordenamento pelo poder público. As construções irregulares, a apropriação de áreas de preservação permanente para áreas de lazer, a retirada da mata das margens dos cursos d´água e a destinação inadequada de esgoto são apenas alguns pontos observados nestas áreas nas últimas décadas, inclusive com dados apresentados nos diagnósticos socioambientais do Plano de Manejo da APAMC (INEA, 2014a).

Contexto semelhante observa-se nos casos em que esses proprietários têm construído casas de veraneio ou segunda residência para aluguel, ampliando exponencialmente a população flutuante dessa comunidade. Observa-se que o turismo em desenvolvimento não conta com um ordenamento/planejamento e tem imputado danos ao meio ambiente.

A crise da agricultura observada em Galdinópolis não é apenas social, mas também essencialmente socioambiental. Por isso, é fundamental que haja um tratamento especial do poder público e da gestão da UC frente a esse processo.

As atividades propostas nos Planos Setoriais do Plano de Manejo (INEA, 2014c) indicam um caminho de sustentabilidade ambiental que abrange as problemáticas levantadas nesse trabalho: a valorização do manejo agrícola tradicional, o fomento e apoio às iniciativas de manejo sustentável e agroecológico, a diversificação da geração de renda e a efetivação de uma proposta de turismo de baixo impacto ambiental. É preciso implementar essas ações dentro da APAMC, efetivando seu Plano de Manejo, ordenando as ações realizadas nas comunidades e traçando um caminho de sustentabilidade social e ambiental, inclusive com políticas públicas voltadas à manutenção do homem no campo, garantindo a realização de suas formas tradicionais de manejo.

REFERÊNCIAS

BOY, W. **A comunidade de Galdinópolis/RJ**: tradições e transformações no espaço agrícola associadas às políticas públicas de conservação ambiental (Tese de Doutorado em Geografia). Niterói: UFF, 2018.

BOY, W. **As manifestações culturais e agricultura tradicional na formação social das comunidades locais de Lumiar e São Pedro da Serra (RJ)** (Monografia de especialização em História do Brasil). Nova Friburgo: FIJ, 2010a.

BOY, W. "Áreas agrícolas, unidades de conservação e plano diretor – o ordenamento territorial ambiental em Nova Friburgo". **Anais do V Seminário Internacional de Geografia Agrária**. Niterói: UFF, 2009a.

BOY, W. "A gestão de unidades de conservação: a busca por um diálogo de saberes na APA Macaé de Cima". **Anais do 12º**

Encontro de Geógrafos da América Latina. Montevidéu: EGHL, 2009b.

BOY, W. **Dos lugares de conservação**: o diálogo de saberes e a democratização da gestão ambiental na APA Estadual de Macaé de Cima (Dissertação de Mestrado em Geografia). Niterói: UFF, 2010b.

BOY, W. "Ordenamento territorial sócio-ambiental: estudo de caso da APA de Macaé de Cima". **Práticas de Geografia**, n. 4, 2007.

BOY, W. "O sistema de *pousio* e a sustentabilidade agrícola na APA Macaé de Cima". **Anais do VIII Encontro Nacional da ANPEGE**. Curitiba: ANPEGE, 2009c.

BRASIL. **Decreto n. 2.661**, **de 8 de julho de 1998**. Brasília: Planalto, 1998. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 28/06/2022.

BRASIL. **Decreto n. 6.660**, **de 21 de novembro de 2008**. Brasília: Planalto, 2008. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 28/06/2022.

BRASIL. **Lei n. 11.428, de 22 de dezembro de 2006**. Brasília: Planalto, 2006. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 28/06/2022.

BRASIL. **Lei n. 12.651, de 25 de maio de 2012**. Brasília: Planalto, 2012. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 28/06/2022.

CABRAL, A. L. A.; FILHO, L. O. M.; BORGES, L. A. C. "Uso do fogo na agricultura: legislação, impactos ambientais e realidade na Amazônia". **Anais do IX Fórum Ambiental da Alta Paulista**, vol.

9, n. 5, 2013. Disponível em: <www.amigosdanatureza.org>. Acesso em: 28/06/2022.

CARNEIRO, M. J. "O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais". *In*: SILVA, F. C. T.; SANTOS, R.; COSTA, L. F. (orgs.). **Mundo rural e política**: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998.

CIRNE, M. B.; SOUZA, A. G. "Pousio: o que é e quais são os seus possíveis reflexos nas questões ambientais". **Veredas do Direito**. Belo Horizonte, vol.11, n.21, 2014.

DE LUCA, F. V. **Botar a roça**: agricultura de corte e queima e manejo de bracatingais em Biguaço/SC (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Agronomia). Florianópolis: UFSC, 2011.

ERTHAL, R. A. "Colonização portuguesa no Brasil e a pequena propriedade". *In*: SANTOS, M. *et al*. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2006.

FARIAS FILHO, M. S. "Agricultura itinerante e problemas socioambientais: uma análise da agricultura familiar no Maranhão". **Anais da IV Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luiz: UFMA, 2017. Disponível em: <www.joinpp.ufma.br>. Acesso em: 28/06/2022

INEA - Instituto Estadual do Ambiente. **APA Estadual de Macaé de Cima**: plano de manejo – análise da UC. Rio de Janeiro: INEA, 2014a.

INEA - Instituto Estadual do Ambiente. **APA Estadual de Macaé de Cima**: plano de manejo – zoneamento. Rio de Janeiro: INEA, 2014b.

INEA - Instituto Estadual do Ambiente. **APA Estadual de Macaé de Cima**: plano de manejo – planos setoriais. Rio de Janeiro: INEA, 2014c.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MOURA, E. G. "Agroambientes de transição avaliados numa perspectiva da agricultura familiar". *In*: MOURA, E. G. (org.). **Agroambientes de Transição entre o trópico úmido e o semi-árido do Brasil**. São Luís: UEMA, 2004.

NOVA FRIBURGO. **Decreto n.º 156, de 03 de janeiro de 1990**. Nova Friburgo: Prefeitura Municipal, 1990. Disponível em: <www.pmnf.rj.gov.br>. Acesso em: 28/06/2022.

PEDROSO JÚNIOR, N. N.; MURRIETA, R. S. S.; ADAMS, C. "Agricultura de corte e queima: um sistema em transformação". **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, vol. 3, n. 2, 2008.

RIO DE JANEIRO. **Decreto n.º 29.213, de 14 de setembro de 2001**. Rio de Janeiro: Governo do Estado, 2001. Disponível em <www.inea.rj.gov.br>. Acesso em: 28/06/2022.

RIO DE JANEIRO. **Lei 2.049, de 22 de dezembro de 1992**. Rio de Janeiro: Governo do Estado, 1992. Disponível em <www.rio.rj.gov.br>. Acesso em: 28/06/2022.

RIO DE JANEIRO. **Lei 3.467, de 14 de setembro de 2000**. Rio de Janeiro: Governo do Estado, 2000. Disponível em <www.inea.rj.gov.br>. Acesso em: 28/06/2022.

SCHMITZ, H. “A transição da agricultura itinerante na Amazônia para novos sistemas”. **Revista Brasileira de Agroecologia**, vol. 2, n. 1, fevereiro, 2007.

URZUA, V. N. “Conservação Ambiental, Green Grabbing e despossessão: a APA Macaé de Cima na reorganização do controle da terra, dos recursos naturais e dos grupos sociais; Nova Friburgo, RJ”. **Anais do XIII ENANPEGE**. São Paulo: USP, 2019. Disponível em: <www.enanpege.ggf.br>. Acesso em: 28/06/2022.

CAPÍTULO 3

Nadando Contra a Corrente: As Narrativas dos que ainda Plantam para Viver da Terra como seus Ancestrais

NADANDO CONTRA A CORRENTE: AS NARRATIVAS DOS QUE AINDA PLANTAM PARA VIVER DA TERRA COMO SEUS ANCESTRAIS

Vanessa Lopes Teixeira

O objetivo deste capítulo é ressaltar as mudanças no modo de vida e trabalho de agricultores descendentes de camponeses suíços e alemães, a partir das suas narrativas e percepções sobre o avanço do turismo e as alterações na legislação ambiental que impactaram fortemente o lugar que habitam, Lumiar e São Pedro da Serra (Nova Friburgo/RJ).

As narrativas que se seguem e a textualização dos fenômenos socioeconômicos do grupo social estudado foram estruturadas a partir de um longo e duradouro "encontro etnográfico" do pesquisador com os pesquisados, numa relação dialógica.

Há vinte e cinco anos, ainda como estudante de iniciação científica, tive meu primeiro, de muitos outros encontros, que se alinharam com a minha trajetória acadêmica, passando pelo mestrado, doutorado e, mais recentemente, pesquisa docente.

Estando lá, olhando e ouvindo[10], pude observar não apenas as transformações nas trajetórias de vida e trabalho dessas famílias, mas as mudanças na paisagem física, social e econômica do universo estudado.

Os relatos da vida de antigamente, e das condições sofridas de trabalho nas lavouras - "faça chuva ou faça sol"; o

[10] Os significados de determinadas práticas sociais só são compreendidos pelas explicações fornecidas pelos próprios membros da comunidade investigada, por meio da *entrevista*, de *um ouvir todo especial* (OLIVEIRA, 1996).

aprovisionamento alimentar - "tudo vem da roça" - e da pequena criação, como ovos, leite, carne e banha de porco, sendo comprado apenas tecido, sal e querosene; a venda do excedente de produção; as viagens no lombo do burro para Mury (distrito de Nova Friburgo); a sociedade de interconhecimento – "aqui é tudo parente e vizinho"; são pontos a se destacarem no cotidiano dessas famílias. Além disso, também encontramos padrões sociais, como: as festas das comunidades; os mutirões entre os vizinhos camponeses; as disputas do futebol entre os distritos de Lumiar e São Pedro; o isolamento da comunidade; os arranjos familiares (endogamia) em Benfica; o trabalho familiar dentro de uma hierarquia de gênero e idade; a invisibilidade do trabalho da mulher na esfera produtiva ("ajuda" ao marido, chefe do grupo doméstico).

Mais recentemente, alguns fatores vêm trazendo mudanças para essa área rural, e consequentemente para as famílias que lá habitam, tais como: a chegada do asfalto; a mercantilização dos produtos; o uso dos agrotóxicos, remédios e venenos; novos hábitos alimentares (introdução de produtos industrializados); a chegada e intensificação dos "de fora" (hippies, turistas, neorrurais); a venda da terra; a "rurbanização", pousadas, bares, restaurantes, casas de segunda moradia, "*shoppings*"; a diversificação no mercado de trabalho local (construção civil, prestação de serviços); a diferenciação dos produtores (parceiros, proprietários, pequenos comerciantes, atravessador local, monoativos, pluriativos); a individualização, envelhecimento e masculinização no trabalho agrícola. Ainda, o crescimento e independência dos filhos, que saem de casa e constroem novos núcleos familiares; a conflitualização ambiental e ação dos órgãos ambientais (IBAMA, Polícia Florestal e INEA); e a incerteza na sucessão e continuidade da agricultura.

Essas metamorfoses do lugar, dos grupos sociais investigados e da própria pesquisadora, modularam os interesses de investigação, que foram se recriando ao longo do tempo. Nesse

longo percurso, os processos sociais que mais me chamaram a atenção foram privilegiados. Num primeiro momento, o interesse de estudo estava centrado na análise do papel desempenhado pela mulher na unidade de produção familiar, sua posição na hierarquia familiar e social, levando-se em conta as representações sociais de gênero (TEIXEIRA, 1996). Depois, o fio condutor da investigação passou para as mudanças nas condições de reprodução social dos agricultores familiares frente à expansão do turismo, numa região historicamente agrícola. Em outros termos, na análise dos impactos do avanço do turismo na dinâmica sócio-econômica dos agricultores, nos hábitos, práticas, valores locais e na própria continuidade da atividade agrícola (TEIXEIRA, 1998; 2009). As idas e vindas ao campo possibilitaram o acompanhamento da trajetória de vida e trabalho de cerca de quarenta famílias de descendentes de camponeses suíços e alemães, ao longo de vinte anos de estudo (1998-2018).

No entanto, como o significado apreendido pela pesquisa é uma construção humana e não uma verdade absoluta, há uma pluralidade de enfoques e sentidos possíveis de um determinado objeto de estudo, além dos limites do olhar tanto do pesquisador, como do pesquisado. Como apontam Bateson e Ruesch (1988), o "olhar" e o "mundo" visto através desse olhar dão forma e conteúdo ao campo da pesquisa sociológica. Qualquer conhecimento humano pressupõe assim, sentidos e significados culturalmente construídos e internalizados. Um olhar devidamente sensibilizado pela teoria disponível, isto é, a teoria social pré-estrutura o nosso olhar e sofistica a nossa capacidade de observação.

Os recursos metodológicos recorridos foram a reconstituição da história de vida (THOMPSON, 1992), entrevistas abertas e orientadas para o tema da pesquisa, observação da vida cotidiana e questionário, mapeando parcialmente a situação socioeconômica dos agricultores do povoado.

Os relatos que se seguem, portanto, foram revisitados de entrevistas realizadas em tempos diferentes, e não tem a pretensão de reconstruir a história da localidade. Trata-se de um recorte que abrange o campo de estudos sobre o campesinato e, mais recentemente, sobre agricultores familiares e seus singulares modos de vida e trabalho, que vêm sendo impactados pelo avanço do turismo e pelas alterações nos códigos ambientais.

O trabalho está dividido em quatro partes, além da introdução e das considerações finais. A primeira parte situa os povoados estudados, com um breve resgate da sua ocupação e desenvolvimento socioeconômico. A segunda ressalta as mudanças na organização do trabalho familiar agrícola com a intensificação do turismo e diversificação no mercado de trabalho local. A terceira resgata as narrativas dos agricultores e as suas percepções sobre os impactos das alterações na legislação ambiental no seu modo de produzir e trabalhar a terra. Por fim, a última parte apresenta as visões de jovens agricultores que ainda plantam para viver.

OS POVOADOS DE LUMIAR E SÃO PEDRO DA SERRA

Lumiar e São Pedro da Serra (Nova Friburgo, RJ) ficam situados em plena Serra do Mar, na bacia do rio Macaé, cerca de 176 quilômetros da cidade do Rio de Janeiro, centro econômico e social da Região Metropolitana, e 165 quilômetros da cidade de Niterói. As principais vias de acesso são as auto-estradas RJ-142 (Serra-Mar) via Mury, ou Casimiro de Abreu, permitindo chegar ao local em pouco mais de duas horas.

A economia desses distritos encontra-se assentada principalmente em torno de duas atividades - agricultura familiar, baseada na olericultura, e turismo. Esta última expressa-se pelo crescente número de pequenas pousadas e casas de aluguel,

geralmente procuradas por pessoas da classe média do Rio de Janeiro e Niterói nos feriados e fins de semana.

A agricultura é desenvolvida por pequenas unidades familiares, oriundas do processo de colonização com imigrantes suíços ocorrido no início do século XIX. A ocupação e povoamento de Lumiar estão vinculados à história da colonização suíça e alemã de Nova Friburgo, que se constituiu na primeira experiência de colonização europeia patrocinada pelo Estado, através de negociações com o governo suíço, com a finalidade de produzir alimentos e manufaturados para o abastecimento do mercado urbano do Rio de Janeiro (NICOULIN, 1973; CÚRIO, 1974).

A ocupação do território foi realizada através da doação de terras para os imigrantes e suas famílias. A Vila de Nova Friburgo foi criada em 1820, e o povoamento pelos imigrantes suíços em Lumiar iniciou-se a partir de 1822. Essa ocupação, em Lumiar, surge como uma alternativa de uma nova redistribuição de lotes, ao esgotar as possibilidades do Morro Queimado, fazenda inicial da colonização em Nova Friburgo (NICOULIN, 1973; CÚRIO, 1974). O distrito de São Pedro da Serra somente foi criado em 1988, desmembrado do 5º distrito (Lumiar), e anexado a uma parte do distrito de Amparo, abrangendo as localidades de Sibéria, Bocaina dos Blaudt, Vargem Alta, Colonial 61 e parte de Benfica.

Com um relevo muito acidentado em uma área montanhosa, a região acabou não despertando o interesse de grandes empreendimentos do capital agrário, favorecendo a reprodução de um campesinato, que ocupava um espaço econômico marginal nas franjas do mercado, então dominado pelas grandes fazendas de café (ALENTEJANO, 2003). Trata-se de uma agricultura de pequena escala, praticada pela família, e que utiliza técnicas simples.

As famílias entrevistadas nesses distritos carregam, portanto, uma ligação com a terra há quase 200 anos, e se mantêm ainda na agricultura com atualizações significativas.

Durante um longo período, essas localidades ficaram submetidas a um intenso isolamento, com uma baixa produção mercantil, dificultada pelo acesso ao núcleo urbano mais próximo, porém com uma produção bastante diversificada que, de certa forma, garantia autonomia às famílias com relação ao consumo de alimentos. Os imigrantes plantavam o café como o principal produto comercializado, criavam porco, produziam cana-de-açúcar, milho, feijão e legumes para o autoconsumo. A vida comunitária era intensa e com pouca interferência de elementos externos. Os alimentos consumidos e não produzidos eram adquiridos mediante trocas intercomunitárias, que também compunham as relações de sociabilidade.

Com a melhoria das vias de transporte (abertura da estrada nos anos 1950, ligando os distritos à sede municipal), esse quadro foi aos poucos modificando-se e a produção mercantil ganhando espaço na roça familiar. Com a estrada, chegaram também os insumos agrícolas – basicamente os agrotóxicos. Acentua-se assim a relação desses pequenos agricultores familiares com o mercado, acompanhada da dependência de produtos industrializados, tanto no que se refere à produção, como ao próprio consumo, eliminando o sistema de trocas que ainda vigorava. Todavia, não foi suprimida por completo a ajuda mútua entre os produtores vizinhos, prática comum até os dias atuais, como os mutirões realizados para ajudar um vizinho enfermo ou uma causa comunitária.

A maior inserção no mercado regional acabou provocando uma diferenciação social entre os produtores da região, sobretudo a partir da década de 1980. Aqueles que conseguiam obter uma renda maior e investir na compra de um microtrator, terras, caminhão, ou abrir um armazém local e/ou investir na melhoria das técnicas de

cultivo, acabaram destacando-se entre os produtores que permaneceram com práticas de cultivo antigas, e entre aqueles que exerciam a parceria e ficavam submetidos aos intermediários locais para escoarem seus produtos.

A pavimentação da estrada que liga Mury a Lumiar, em 1982, intensificou outras trocas com o meio urbano. A maior facilidade de acesso à região aumentou a atração da cidade sobre parte da população local e, ao mesmo tempo, estimulou a vinda de turistas[11], dando início a uma nova fase na dinâmica de algumas comunidades nos distritos.

A transformação na ocupação desse território pode ser percebida pelo aumento dos estabelecimentos dedicados ao atendimento das demandas do turista, sobretudo a partir de meados da década de 1990, com um aglomerado de casas, pousadas, pequenas lojas de *souvenir*, lojas de roupas, de construção civil, centros comerciais, bares e restaurantes.

Esse movimento intensifica-se na medida em que ocorre a melhoria na infraestrutura, com a expansão da eletrificação rural, telefonia e mais recentemente (no final da primeira década deste milênio) a internet, impactando fortemente a sociedade e a economia local, a agricultura, e o uso da terra.

Crescem a especulação imobiliária e a fragmentação das propriedades. Há uma perda da terra agrícola para outros usos sociais, como pousadas, residências e sítios de veraneios.

O mercado de trabalho local também sofre uma dinamização com a expansão de atividades não-agrícolas ligadas à construção civil, ao comércio e serviços voltados para o turismo, além da confecção doméstica de peças íntimas.

[11] Turistas que buscam uma residência fixa (que compram ou alugam um imóvel), e pessoas que vão apenas aos finais de semana e feriados (turismo de fluxo).

Esta última atividade está fortemente concentrada em uma localidade do distrito de Lumiar, e vinculada às dificuldades enfrentadas pela agricultura e ao processo de pulverização das indústrias de confecção sediadas no município. São oficinas domésticas, de caráter informal, que passam a ocupar o espaço da agricultura ou a complementá-la na dinâmica de reprodução social de algumas famílias, tornando-se um *negócio de família*, que se estende aos vizinhos e amigos mais próximos (CARNEIRO, 2006).

A economia local, portanto, está assentada na agricultura familiar de pequenos proprietários dedicados à olericultura, à fruticultura, à pecuária extensiva de engorda, e atividades impulsionadas pelo turismo e confecção doméstica. A combinação desses elementos dá as características desse lugar.

AS TRANSFORMAÇÕES NO TRABALHO AGRÍCOLA FAMILIAR

O trabalho familiar no processo produtivo era a condição básica da produção agrícola nessa região. Os relatos dos agricultores mais antigos retratam a apropriação do trabalho individual pelo coletivo, para assegurar a reprodução social do grupo doméstico.

> Todas elas (irmãs) trabalhavam só na lavoura, assim, trabalham de empregada. Trabalham pra ajudar o pai até casar, quando casaram ficaram ajudando o marido, igual a eu (AGRICULTORA, 1995).

O trabalho dos filhos, até certa idade, e particularmente o trabalho das mulheres são considerados "ajuda" ao chefe da unidade de produção. O lugar que os diferentes membros ocupam dentro do

grupo doméstico está estreitamente ligado à sua posição e ao seu sexo com relação às atividades que desenvolvem no roçado ou na casa.

A casa é o local onde se realizam as atividades da esfera feminina e encontra-se sob autonomia da mulher, enquanto o roçado é um espaço de autonomia masculina e exerce um predomínio sobre as atividades do grupo doméstico. O roçado é o local onde o grupo se materializa como unidade de produção, enquanto na casa o faz em termos de unidade de consumo. Logo, as atividades do roçado são consideradas trabalho, na medida em que possibilitam a produção de bens essenciais para o consumo familiar. As atividades ligadas a casa não são reconhecidas como tal, e são consideradas secundárias em relação às atividades do roçado (HEREDIA, 1979; GARCIA JR., 1983).

A criação e o trato da horta também são atividades destinadas às mulheres, visto que são extensões do trabalho da casa, devido à proximidade espacial da residência.

Em tempos distantes, os relatos apontam também uma diferenciação etária, além da de gênero, no trabalho agrícola. Os filhos, quando eram menores, na idade de 6 anos até os 10 anos, aproximadamente, ajudavam a mãe, trabalhando na esfera da casa; dos 10 aos 16 anos, os meninos passavam a acompanhar o pai na roça, iniciando assim a sua ajuda na esfera da produção. Já a partir dos 16 anos, o seu trabalho no roçado deixa de ter o caráter de ajuda. No entanto, isso não se verifica com as mulheres, isto é, as meninas permaneciam em casa ajudando a mãe nos afazeres domésticos, e quando havia necessidade, ajudavam o pai na roça.

Uma das formas de autonomia dos membros do grupo doméstico estava na existência do seu “roçadinho” ou “moutinha”. Os filhos geralmente trabalhavam de meeiro para o pai a partir dos

16 anos aproximadamente, preparando-se para casar-se, construindo assim um novo grupo doméstico.

O casamento é fundamental para a reprodução social camponesa, já que é a partir dele que o homem consegue construir sua família, condição fundamental para a realização de sua identidade social do agricultor e para a manutenção do seu patrimônio. É através do casamento que se estabelece uma ruptura com a unidade de produção e de residência paterna, estabelecendo um novo grupo doméstico, isto é, constitui uma nova unidade de residência na qual organiza a reprodução física e social de seus membros.

A autoridade paterna na região é sustentada na propriedade da terra, e isso também influencia as regras de herança, ou seja, enquanto o pai for vivo ele pode até repartir a terra entre os filhos, designando um pedaço para cada um, mas os filhos só terão autonomia, de fato, sobre essa terra após o falecimento do pai. O pai confere o usufruto aos filhos, mas o poder de decisão sob a terra continua sendo dele:

> [...] Aí quando ele me pediu em casamento, ele (o pai) disse assim: só que vocês só vão mandar depois que eu morrer. Ele falava é tal lugar o terreno dela. Ele já mostrava pra gente onde que era [...] (AGRICULTORA, 1995).

Essa organização do trabalho familiar agrícola, peculiar a uma cultura camponesa, garantia a reprodução do grupo social. Com o avanço do turismo e os novos hábitos, valores e diversificação laboral, esse trabalho familiar na agricultura retrai-se e passa cada vez mais a ocupar apenas um indivíduo (o chefe do estabelecimento). Os demais membros do grupo doméstico (esposas

e filhos jovens) são direcionados para outras ocupações não-agrícolas, que são exercidas fundamentalmente na própria localidade. Assim, as famílias agrícolas tornam-se, na região estudada, predominantemente famílias pluriativas[12], e o trabalho familiar agrícola cede espaço para a diversificação do trabalho em família (TEIXEIRA, 1998; 2009).

As atividades não-agrícolas ligadas à prestação de serviços, comércio e construção civil, que eram concebidas a princípio como acessórias, no decorrer dos anos ganham importância no orçamento familiar e passam a ser consideradas mais seguras e lucrativas, tornando-se, em muitos casos, a principal fonte de renda. A remuneração é mensal e previsível e não está sujeita às incertezas intrínsecas à agricultura (clima, variações de preço).

Além das ocupações não-agrícolas serem mais rentáveis que a prática agrícola, elas são apropriadas pelos jovens para a manutenção dos seus gastos pessoais (aquisição de bens de consumo), rompendo assim, com a lógica tradicional da economia familiar agrícola indivisa, isto é, direcionada para o fundo comum da família.

Com a intensificação da comunicação entre o campo e a cidade, e as relações de alteridade que aí se estabelecem, tem ocorrido uma reelaboração da imagem da agricultura pelos jovens. Estes sofrem influências mais profundas dos valores veiculados pelas camadas médias urbanas e a maioria tende a rejeitar a profissão do pai, criando uma grave crise no processo de escolha de um sucessor, como expressa um agricultor-servente de obra, de 48 anos:

[12] As famílias monoativas são aquelas em que a força de trabalho familiar é empregada somente nas atividades agropecuárias, mas não estão isentas de outras fontes de renda como aposentadoria, pensões e recebimento de aluguel de casas. As pluriativas são unidades familiares que têm, pelo menos, um membro exercendo alguma atividade extra-agrícola.

> A minha família inteira não gosta de lavoura, depois que nós viemos pra São Pedro (para o arraial) eles não deixam nem eu trabalhar direto porque eles acham que não é bom negócio. Eu gosto de trabalhar na lavoura, tenho uma longa experiência com isso e acho que é meu ramo. Mas eles não me jogam pra cima, ao contrário, me puxam para baixo. Na lavoura eles não querem me ver trabalhar. O caçula, se for pra ele levar um almoço pra mim, na roça, ele tem vergonha, não leva. Se for pra passar com uma enxada ou enxadão, instrumentos usados na terra, se for pra passar aqui dentro de São Pedro, eles preferem apanhar a fazer isso. É o complexo que tem que acham que lavrador é tudo caipira, bobeira não é! (Agricultor e servente de obra, 48 anos, São Pedro da Serra, 2005).

Esse quadro tem levado os próprios agricultores, sobretudo os pluriativos, a almejarem outras profissões para os filhos, embora ainda que a maioria deles mesmos não deseje abandonar a atividade agrícola. Explica-se isso tanto por uma identidade profissional, como uma relação de *afeto a terra*[13], o que pode ser exemplificado em algumas falas recorrentes: "porque nasci na lavoura, quero morrer na lavoura"; "gosto da lavoura"; "tem liberdade, trabalha a hora que quer e não é mandado por ninguém"; "não sei fazer outra coisa"; "eu amo o que faço. Nós somos prejudicados, mas fome eu nunca passei". Somado a isso também aparecem nos depoimentos desses agricultores os limites sociais e físicos para exercerem outra profissão: "a gente que não estuda, o negócio é trabalhar na roça"; "gostaria até de deixar a lavoura, mas como sou analfabeto não tenho como deixar. O serviço é muito pesado, judia muito a gente"; "já estou velho para outra coisa".

A rejeição à atividade agrícola pelos jovens não significa rejeição à vida no campo. Os dados de vinte anos de

[13] Expressão muito bem retratada por Brandão (1999) nos seus estudos sobre campesinato.

acompanhamento de trinta e oito famílias demonstram a permanência desses jovens na localidade. Eles saem da casa paterna quando se casam e constituem uma nova unidade de residência na comunidade. A sua reprodução social passa a se assentar predominantemente nas ocupações não-agrícolas exercidas na mesma localidade (Tabela 1). Viver no campo, no contexto estudado, é valorizado positivamente pela intensidade da vida social local e pela crescente integração aos espaços sociais mais abrangentes, através do mercado e da vida urbana.

Tabela 1 - Motivo da saída, local de residência e ocupação principal dos filhos que saíram da casa paterna no período de 1998-2018

Motivos da saída dos jovens	**1998-2008**		**2008-2018**	
	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem
casamento	17	65,4	19	76
estudo	2	7,7	1	4
trabalho	4	15,4	3	12
outros	3	11,5	2	8
Local de residência	-	-	-	-
na própria comunidade	15	57,7	16	64
comunidade vizinha	2	7,7		0
Nova Friburgo	3	11,5	6	24
em outro município	6	23,1	3	12
Trabalham na agricultura	-	-	-	-
Sim	2	7,7	5	20
Não	24	92,3	20	80
Total de filhos que saíram	26		25	

Fonte: Elaboração própria.

"O Ibama/Inea não deixa mais a gente roçar"

A palavra "crise" sempre esteve presente nas narrativas dos lavradores. Crise do preço; crise da falta de mão de obra; crise da água; crise da lavoura (pragas); crise ambiental.

As mudanças na legislação ambiental, com suas novas regras de condutas e códigos entre os homens, atingem os princípios de direitos-deveres dos habitantes locais na apropriação da natureza, criando assim conflitos com alguns fundamentos de uma ética do ambiente entre os camponeses. Há uma percepção de uma piora nas condições de reprodução social de um modo de vida tradicional (BRANDÃO, 1999), como segue: "Frete caro, preço de venda dos produtos da lavoura é muito baixo, o lucro é muito pequeno". "Não tem mais mão de obra. As pessoas de idade que estão trabalhando ainda na agricultura". "Veneno que tem que colocar (*roundup*), gasta muito dinheiro com veneno e adubo, e o preço do produto é baixo". "Não pode colocar fogo mais na mata e o fogo ajuda a eliminar praga". "Está proibido também o uso de veneno/remédio". "Já não se pode roçar mais". "O governo não deixa plantar". "A gente é impedido de trabalhar". "O vizinho denuncia o uso de fertilizante, agrotóxico usado na lavoura". "O IBAMA não deixa plantar, pois a terra fica cansada, falta rotatividade da terra".

A região estudada, por estar inserida em uma Área de Proteção Ambiental – APA de Macaé de Cima, além de estar na zona de amortecimento do Parque Estadual dos Três Picos, é objeto de uma legislação ambiental específica. A atuação dos órgãos de proteção ambiental nessa região tem se intensificado e, na percepção dos agricultores, resume-se à repressão à agricultura, através da aplicação de multas consideradas elevadas em face dos baixos rendimentos auferidos desta atividade.

Em relação à APA de Macaé de Cima, esta foi criada no ano de 2001 pelo Governo do Estado (Decreto 29.213) e abrange uma área de 35.037 ha no limite entre os municípios de Nova Friburgo e Casimiro de Abreu. As localidades estudadas do 5º distrito (Lumiar) e 7º distrito (São Pedro da Serra) estão inseridas nos marcos legais desta APA. As pequenas plantações de hortifrutigranjeiros, cultivadas desde o início do processo de colonização no século XIX,

se dão numa região caracterizada por grande proporção de floresta secundária e primária remanescente da Mata Atlântica. Além de ser caracterizada por uma região montanhosa com a presença de grande número de cursos de água e mananciais inseridas na legislação do Código Florestal (Lei 12.651/2012), que institui Áreas de Preservação Permanente (APP), limitando, portanto, áreas que eram até então agricultáveis.

Carneiro e Rocha (2007) chamam atenção para o que está ocorrendo nessas localidades: uma "ambientalização do conflito", na medida em que a questão ambiental serve de contexto para atualizar e acirrar conflitos antigos entre vizinhos, gente "de fora" com gente "da terra", agricultores e sitiantes. Além de conflitos entre agricultores e fiscais de órgãos ambientais. Isso explica a forma como foi criada a APA de Macaé de Cima, assim como a constituição do seu Conselho Consultivo. Não houve uma consulta pública à população diretamente atingida e interessada nesse processo, uma vez que esses são agricultores e pessoas com interesses imobiliários na região[14].

A questão ambiental e legislação inerente têm chegado a esses lavradores muitas vezes de forma truculenta e punitiva pelas autoridades jurídicas e policiais de controle do meio ambiente, sem uma contrapartida informativa dos problemas do meio ambiente numa linguagem apropriada às suas culturas.

É importante registrar que os conflitos entre os agricultores e os órgãos fiscalizadores antecedem a criação de APA Macaé de Cima, mas se acentuam com a sua instituição. Na citação, a seguir,

[14] Na legislação vigente as APAs devem possuir alguns instrumentos como o Zoneamento, Plano de Manejo e Conselho Gestor. Este último é presidido pelo órgão ambiental responsável pela Unidade de Conservação (UC) e inclui na sua formação representantes de órgãos governamentais, sociedade civil organizada e população residente.

o agricultor explicita a ação truculenta e autoritária do IBAMA e do Batalhão Florestal, seguindo o Código Florestal.

> Nós aqui no caso da região do 5º distrito, o IBAMA vem aí arrasta carabina na cara de criança. Pessoas são presas. Uma senhora estava carregando jacá de lenha para fazer almoço e foi jogada ao chão, pisada. Com muito esforço nosso, reuniões para lá, para cá, a gente conseguiu inverter esses casos. Hoje a gente está vivendo um momento melhor. Mas o lavrador está cismado, de repente muda-se a diretoria do IBAMA e vem a mesma coisa outra vez, prende um, prende outro. As pessoas estão trabalhando para sobreviver, pra manter a cidade, com feijão, batata, e de repente é preso como se estivesse roubado o mundo. Enquanto esses colarinhos brancos roubam milhões. É isso que é democracia? É isso que é um país liberal, que vale tudo? (Agricultor, 45 anos, Benfica, 21/12/97).

Ao longo dos anos, os lavradores também se organizaram para defender seu modo de produzir e trabalhar com a terra no território da APA. Alguns movimentos de resistência foram criados: inicialmente, AMOLA – Associação de Moradores de Lumiar e Adjacências e UFT – União Famílias da Terra (2006/2007); posteriormente, AFASPS – Associação de Agricultores Familiares de São Pedro da Serra (2011) (SOUSA *et al*., 2019).

Entre as principais queixas dos lavradores destacam-se a proibição do uso de técnicas tradicionais do corte da capoeira e da queima controlada da vegetação roçada, utilizadas quando se desenvolve o manejo do "pousio". Antigamente era comum deixar a terra descansar durante cinco a sete anos para a regeneração das propriedades físicas e químicas do solo. Atualmente, o pousio da terra não deve ultrapassar mais de dois ou três anos, pois corre o risco

da vegetação esbarrar na legislação vigente, o que impede o corte da capoeira, e limita a área de cultivo.

Esta área "em descanso", ou capoeira, é concebida pelo agricultor como uma área de lavoura em potencial, uma área apropriável, mas para os "de fora" (turistas e neo-ocupantes urbanos das paisagens da serra) é percebida como "mata em regeneração", e que, portanto, deve ser preservada, e não tocada. Essa dicotomia entre lavoura *versus* floresta, dano *versus* preservação, área apropriável *versus* direito retirado, exprime diferentes visões sobre a relação do homem com a natureza, e amplia os conflitos entre os lavradores e os "de fora". Estes últimos passam a ser concebidos como "bons" e "maus", na concepção dos agricultores. Os "bons" trazem emprego e renda ao dinamizarem a economia local (comércio, aluguel de casa, contratação de jardineiro, caseiros, faxineiras). Já os "maus" são aqueles que denunciam aos órgãos ambientais as práticas agrícolas "tradicionais" agora consideradas ilegais pela legislação ambiental, como o corte da capoeira e queima (CARNEIRO; PALM, 2016).

> O IBAMA não deixa mais a gente trabalhar. Multa, vai em cima, se bobear prende até a gente. Se a gente tiver roçando isso aí, se eles chegarem aí podem levar a gente. Houve caso aí deles chegarem e levar a ferramenta do homem todinha que estava na roça. Foi lá pegou a ferramenta e levou, o homem estava roçando a capoeira ali por cima. Aí a turma se revoltou, foram acho que 28 homens e foram para lá roçar. Porque eles falaram que o homem não podia roçar, porque se ele roçasse iam prender ele, aí fomos para lá e roçamos. O turista mesmo que vem de lá, o turista está sendo ruim nesse ponto, tem muita gente se falar que o turista está sendo ruim aí eles não vão gostar, porque eles têm bar, eles vivem disso. A gente que vive da lavoura a gente vai lá roçar um canto lá, aí passa um cara de fora que gosta de árvores, essas

> coisas, porque a gente também gosta, no meio do mato a gente gosta dessas coisas, só que a gente precisa né. Pega, vai lá no IBAMA e dá queixa, e eles vêm de lá para cá com a queixa já, vêm no local e multa. Às vezes coisa que a pessoa nem pode pagar eles multam, às vezes o cara não pode pagar. O quê que o cara vai fazer com o terreno? Então às vezes não adianta ter terreno também. Que nem um mato desse eu até digo para você que não deve derrubar né. Mas uma capoeira, uma coisa dessa aí, que já era terra de plantação. Agora o que está acontecendo, quem tem seu terreno que planta não deixa mais a árvore crescer, pega e desbrota tudo para a árvore não crescer, só deixa crescer o capim. Taca fogo. Está estragando muito mais, antigamente era diferente, agora você olha para o morro está tudo queimado. Eu não sei se é revolta porque não pode mais trabalhar ou porque coloca fogo porque acha que é bonito. Esses morros se você ver está tudo queimado, talvez se o IBAMA não apertasse aí, talvez não acontecesse isso. Porque antigamente não tinha isso de nego colocar fogo em capoeirão (Agricultor parceiro e pedreiro, Lumiar, 1997).

Há também uma percepção de desigualdade de direitos e deveres entre os agricultores e os “de fora”. Enquanto uma ética camponesa, com suas práticas ancestrais é desrespeitada com punições de agentes externos de controle, aos "de fora"os direitos são mais fluidos.

> Hoje em dia tá mais verde. Porque num tem mais quase lavrador. Os lavradores largaram as lavouras pra trabalhar de empregado, entendeu? Ou foram embora né, para a cidade. Mas a construção de casas. Porque antes não tinham tanta casa. Os que constroem

casa também não desmatam? Não-agridem? (Aposentada, dona de pousada, SPS, 2001).

Autora: Quais são os principais desafios e problemas para a agricultura local?

Agricultor: Tem o INEA e o IBAMA, não de querer proibir, mas tem certas questões ali que pressionam muito uma coisa sem sentido, de você não roçar um mato e queimar, mas de você fazer a roça e usar algum artifício, como a queima, aí já não gostam. Hoje em dia já não tem usado muito, mas como a gente mora num lugar de morro, nem todo lugar dá para você usar trator, essas coisas, então você vai ter que usar algum artifício para limpar o terreno. Aí hoje em dia já está complicado já.

Autora: Mas tem alguma denúncia? Como é a relação com as pessoas de fora?

Agricultor: Qualquer coisa é demais, se tem alguém que coloca fogo já tem uma pessoa querendo ligar. Meu pai um dia colocou fogo no terreno de trás, aí uma moça começou a gritar para ele apagar o fogo, mas sem necessidade, era uma coisa controlada. Meu pai apagou para evitar problemas, mas isso só vai pressionando, vai piorando. O aspecto mais chato é esse. A questão de povoamento, aí vai fazendo um lote aqui, casa, outro ali, e a agricultura vai ficando imprensada, isso também piora a agricultura. Vai diminuindo a área de agricultura.

Tem a galera mais velha, aí o cara faleceu deixou o terreno, as vezes uma pessoa trabalha na agricultura, que é filho dele, tem outros sete que não trabalham, mas vão dividir o terreno, uma pessoa vai vender, outra vai continuar, aí só vai diminuindo, e vai aumentando a quantidade de casas, e consequentemente precisa de mais água. Plantar dentro de casa já é um problema, pois tem que passar agrotóxico, essas coisas assim, e tem alguns que não tem um odor legal, então tem que evitar, mas é uma

> coisa necessária, a gente não passa por que quer, se não precisar a gente não passa (Agricultor, 19 anos, SPS, 2019).

Diante dessa fiscalização e repressão dos órgãos fiscalizadores, a percepção dos agricultores é de perda não só da terra, como lugar de trabalho, mas do direito de propriedade e do uso desta. Como forma de mitigar essa situação, os lavradores têm acionado algumas práticas, como a venda de lotes considerados inadequados para a prática agrícola; a cessão da terra para parceiros a manterem produtivas e o uso excessivo de agrotóxico, veneno e/ou remédio.

Na pesquisa inicial de 1998, houve uma série de registros da prática de venda da terra de agricultores que, sem condições de aumentar a produção, acabaram tornando-se jardineiros ou caseiros, às vezes de suas ex-propriedades. Os relatos apontavam que nos anos anteriores a década de 1970 era comum vender grandes extensões de terras. O preço da terra era baixo e a forma de pagamento era a prazo (dois a três anos). Com a exploração turística a partir dos anos 1980, a venda da terra foi intensificada nas décadas seguintes, e adquiriu novos contornos. Devido à maior demanda por terra e, sua consequente valorização, ficou mais rentável vender pequenas extensões de terras, na forma de lotes, em torno de 400 m^2, para os turistas que, geralmente, pagam à vista. Somado a isso, passaram a priorizar no decorrer dos anos da primeira década do século XXI os lotes que não serviam mais para a prática agrícola, seja por conta do desgaste natural, ou pela impossibilidade de roçar face à legislação ambiental.

No retorno ao campo em 2009, houve menção a outra estratégia: vizinhos estariam cedendo terra para cultivo ou reduzindo os custos da parceria para manterem produtivas as suas terras, a fim de não esbarrarem na legislação ambiental vigente.

Independentemente do valor mercantil que se possa extrair da produção, estavam preferindo manter a terra produtiva para impedir o crescimento da capoeira, devido à impossibilidade de realização de queimada. Essa modalidade ainda é incipiente. Os proprietários que recorrem a ela são geralmente aqueles que não têm mais condições de trabalhar na agricultura, em função da idade avançada ou por não terem mais interesse. Preferem ceder a terra para vizinhos produzirem sem nenhuma contrapartida financeira. Em troca, eles têm acesso aos produtos para o consumo da família. Troca essa não mercantil, distinta de uma relação de parceria.

Outra prática cada vez mais acionada pelos lavradores, diante da ação repressiva dos órgãos fiscalizadores e da redução do tempo de pousio, tem sido o uso excessivo de produtos químicos (fertilizantes e agrotóxicos, veneno e/ou remédio) e sementes híbridas. Isso produz uma série de impactos como degradação do solo, poluição das águas, erosão genética, novas pragas, tendo, portanto, um efeito oposto da conservação ambiental.

Os agrotóxicos são percebidos nessa localidade a partir de duas concepções contraditórias, ora como remédio, ora como veneno, e a justificativa para a intensificação do seu uso encontra-se no estado de esgotamento dos solos e a maior incidência de proliferação de pragas. Nas falas dos lavradores, as terras de antes eram mais férteis (fortes) e menos vulneráveis às pragas de hoje em dia, e o agrotóxico "é o "remédio" para garantir a produtividade das lavouras" (LEVIGARD; ROZEMBERG, 2004, p. 1521).

Na interpretação dos dados obtidos no campo (Tabela 2) é possível visualizar essas dificuldades apontadas pelos agricultores no seu modo de produzir e trabalhar com a terra. A atuação do INEA/IBAMA passou do quarto ao primeiro lugar como o problema mais citado com relação aos obstáculos enfrentados na sua atividade produtiva: mencionado por 1 em cada 6 entrevistados

em 1998, 1 em cada 3 em 2008 e chegando a 1 em cada 2 entrevistados no universo estudado em 2018.

Tabela 2 - Os principais problemas da agricultura apontados pelas 38 famílias entrevistadas no período de 1998-2018

Problemas da agricultura	1998		2008		2018	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
clima	3	7,9				
comercialização	9	23,7	4	10,5	5	13,2
crédito	1	2,6				
escassez de terra para plantio		0,0		0,0	1	2,6
falta d'água para irrigação	1	2,6	1	2,6	1	2,6
falta de assistência técnica	1	2,6				
falta de mão de obra	1	2,6	1	2,6	3	7,9
falta maquinário	7	18,4				
IBAMA/INEA/fiscalização ambiental	6	15,8	11	28,9	18	47,4
infraestrura deficiente		0,0	5	13,2		
praga	1	2,6	1	2,6	6	15,8
preço baixo	17	44,7	7	18,4	9	23,7
semente e adubo caros		0,0	17	44,7	7	18,4
veneno caro	2	5,3	5	13,2	3	7,9

Fonte: Elaboração própria.

Nota: A porcentagem refere-se à incidência do problema em relação ao número total da amostra (38 famílias entrevistadas).

NADANDO CONTRA A CORRENTE: AS NARRATIVAS DOS JOVENS QUE AINDA PLANTAM PARA VIVER

As afirmações de que “a agricultura está acabando”; “não tem mais quase agricultor aqui”, “só os mais velhos ficam na lavoura”, são recorrentes por parte dos agricultores locais, sobretudo num cenário marcado pela ampliação de outras atividades econômicas mais rentáveis, e por uma legislação ambiental que dificulta o modo tradicional de produção desses lavradores.

Mesmo de forma ilusória, decretando o prenúncio do fim da agricultura, um quarto de século se passou e a agricultura continua viva. É claro que não se podem negar os processos de individualização e envelhecimento neste setor. Além disso, na medida em que as famílias vão se tornando mais pluriativas e os chefes das unidades vão se aposentando, a produção mercantil se reduz e amplia-se o cultivo dos alimentos da roça familiar (subsistência).

Porém, apesar do pouco registro de jovens na agricultura, duas narrativas me chamaram atenção - de jovens que, nadando contra a corrente, optaram por viver trabalhando a terra de seus ancestrais: um homem solteiro que planta no estilo 'convencional' (com uso de agrotóxicos), juntamente com seu irmão, e um casal que pratica a agroecologia, ambos entrevistados em novembro de 2019. São jovens adultos que ainda acreditam que a produção de alimentos nos moldes da agricultura familiar – convencional ou agroecológica - continua a ser uma atividade economicamente viável e socialmente desejável em São Pedro da Serra e Lumiar.

A agricultura sempre esteve presente na família e na vida de um jovem de dezenove anos, que ainda reside com seus pais. Até os seus catorze anos "ajudava" seu pai na lavoura. Depois iniciou seu trabalho individual nos jardins de pessoas "de fora", articulando-o com os dias de trabalho na lavoura de seu irmão mais velho (vinte e seis anos). Nos meses considerados "bons" conseguia uma remuneração de até R$ 1000,00 nos jardins, enquanto a diária na lavoura girava em torno de R$ 90,00. Mas o trabalho na lavoura, que até então era eventual, a partir de 2019 tornou-se a principal ocupação, agora nos moldes de uma sociedade com o irmão. As lavouras de couve-flor, tomate e aipim têm rendido, para cada um, o dobro da renda mensal auferida pelo jardim. Mas alguns desafios ainda se fazem presentes para viver da agricultura. Dentre eles, este jovem destaca a falta de apoio governamental, a falta de água e o

impedimento de roçar e queimar o mato devido à legislação ambiental. Por outro lado, o maior acesso ao maquinário (microtrator Tobata) via a associação de produtores (AFASPS) e ao agrotóxico são elementos facilitadores para a continuidade de um estilo de produção herdado na sua linha geracional. Sobre a mudança na agricultura nesses últimos dez anos, ressalta:

> De certa forma a agricultura melhorou, não aumentou a quantidade de pessoas, mas hoje em dia as coisas estão mais fáceis de que um tempo atrás. O dinheiro não vale mais tanto, mas por incrível que pareça você tem mais facilidade de comprar as coisas. Até pouco tempo que meu pai trabalhava não tinha equipamento nenhum. Hoje em dia a gente, a associação do produtor que tem trator, tem Tobata, tem todo esse maquinário que ajuda a gente (Agricultor, 19 anos, SPS).

Esse maquinário, por sua vez, era alugado da associação:

> Isso, paga o aluguel. Nesse ponto a agricultura deu uma melhorada boa. Alguns tipos de lavouras mudaram. Até pouco tempo atrás muita gente não plantava esses produtos como tomate e couve flor, era inhame. Porque não tinha acesso aos agrotóxicos, até tinha mais era muito caro, quem ia querer investir? Mas hoje em dia o pessoal consegue melhor. Mas a agricultura está envelhecendo demais. Eu mesmo, trabalho eu e meu irmão, os outros seis caras que trabalham no sítio todos têm acima de 60 anos, ninguém é novo. Só tem um lá que é filho do dono do sítio, mais ninguém. O outro lugar que tem um pouquinho de gente mais nova trabalhando é na Bocaina, lá no sítio do S.B, lá tem uma galera boa que trabalha, é novo. Aí eu vejo a continuidade na

> agricultura. Eles têm infraestrutura, têm família, têm toda uma base familiar, têm toda uma estrutura". (...) "Deve ter uns sete ou oito no máximo de jovens que eu conheço que trabalha ainda na agricultura (agricultor, 19 anos, SPS).

A prática agrícola ambientalmente sustentável, como a agroecologia, é percebida por esse agricultor como algo não rentável, a partir de sua experiência empírica e simbólica.

> Pode até ser uma coisa interessante, legal para o meio ambiente, mas para questão de rentabilidade e produção não é a mesma coisa não. Eu já fui num sítio que tem agroecologia, só que é uma produção de pequena escala. Não é igual a gente produz, vai tirar umas 100 caixas de inhame e mandar para o mercado. Eu conheci o sítio Ervas Finas, ele plantava uma coisa mínima, essas coisas para fazer pimenta, geleia, essas coisas assim. Tudo dele é em pequena escala. Para o cara que quer pensar mais alto não dá. Talvez ele queira só sobreviver, e faz uma coisa que ninguém mais faz aqui na região, mas se tiver um monte de gente fazendo isso aí já vai baratear, aí não fica tão rentável. Talvez fique rentável porque não tem muita gente fazendo. Por isso a agricultura convencional fica variando muito de preço, porque quando tem muito o preço abaixa, quando tem pouco aumenta, oferta e demanda. A agroecologia já é uma produção muita pequena. Você lidar com floresta e a agricultura, são duas coisas que não bate, cada um tem que estar no seu espaço. Para mim eu penso assim, você tem que preservar a mata, a nascente, mas a agricultura é aqui. Eu não vejo como uma forma de eu trabalhar. Eu vejo como uma forma de trabalhar a estufa, um lugar que eu possa gastar menos e futuramente ter um lugar de trabalho mais tranquilo (agricultor, 19 anos, SPS).

Numa outra perspectiva de produção, um jovem casal de São Pedro da Serra encontra na agroecologia um modo de viver e trabalhar. Há cerca de dois anos, uma jovem de vinte e um anos retorna à terra de seu avô, após quinze anos residindo com sua família na cidade de Nova Friburgo. Nesta mesma localidade, vive um jovem agricultor de vinte e oito anos, nascido e criado na lavoura convencional. Desse encontro resultou uma nova unidade de produção familiar, que alterou o modo de cultivar e se relacionar com o meio ambiente. Juntos, eles cultivam hortaliças, legumes, fabricam pão caseiro e vendem na feira de agroecologia de Lumiar aos domingos.

A inspiração para o cultivo agroecológico veio de um parente (primo) que já produzia e vendia na mesma feira. Este por sua vez, optou pela conversão da agricultura convencional para a agroecológica, após ter sofrido um "envenenamento" causado pelo uso de agrotóxico.

Com a ajuda do pai, na concessão da terra, eles iniciaram a produção agroecológica, sem, contudo, abandonar a parceria com o pai na lavoura convencional em outro lote. As diferenças entre as lavouras vão sendo pautadas no decorrer da entrevista. Apesar de ser mais trabalhoso o cultivo, a rentabilidade do orgânico compensa. Porém, um grande desafio é conseguir produzir semanalmente e, assim, manter o vínculo com o consumidor final nas feiras semanais.

> O orgânico é muito difícil para colher, aqui na feira é um pouco mais vantajoso porque você vai vender o quilo num bom preço, então com pouco você tira até um bom faturamento. Mas para colher é bem mais complicado, tem que capinar. No convencional você só passa o veneno para controlar a praga, e o orgânico não, tem que capinar, você não pode colocar um adubo químico, é só esterco. Então para colher o convencional é muito melhor. Mas o orgânico você

> vende menos, mas com um preço legal, então ajuda, acaba sendo vantajoso também (Agricultor, 28 anos, SPS).

Quando indagados se gostavam de trabalhar mais na produção agroecológica ou na convencional, disseram:

> Particularmente eu gosto da agroecológica porque você não precisa fazer grandes movimentos para fazer aquela rendazinha. Na convencional você tem que trabalhar muito para poder fazer o mesmo que você faz aqui. Tem que carregar caixas e mais caixas de banana. (...) É veneno, o agrotóxico é caro, o adubo químico é caro (Agricultor, 28 anos, SPS).
>
> O maior desafio é você servir o consumidor, porque são produtos sazonais, e principalmente a agricultura orgânica, você não consegue produzir a mesma coisa o ano inteiro, então às vezes a pessoa exige algo que na época você não vai ter. Isso é um desafio, você sempre está servindo algo, tendo um padrão de produção, sendo que são produtos sazonais (Agricultora, 21 anos, SPS).

Além de ser uma atividade economicamente viável, é também uma prática socialmente desejável, e permeada por uma relação de afeto entre os jovens agricultores e a produção de alimentos saudáveis.

> Autora: *Você pensa em sair da agricultura?*
>
> Agricultora: A gente tava conversando isso ontem, imagina se a gente não tivesse trabalhando com agricultura, a gente começou a trabalhar nisso justamente porque a gente gosta disso, porque é nossa

paixão, eu não me vejo mais sem fazer pão, e sem trabalhar com a agricultura, são as áreas que eu mais amo, e que ele ama também. Ele foi meu braço direito em tudo desde começo. A gente começou, ninguém acreditou muito no começo porque até ser mulher trabalhando na agricultura, e eu não sabia mesmo mexer com agricultura na época.

Agricultor: Também tem o preconceito do lado convencional com o orgânico. Quem produz o convencional tem um tipo de preconceito com o orgânico. Isso não vale a pena, não dá nada. O lavrador tem isso, isso não vai dá nada, isso não compensa, não produz tanto. O convencional é para produzir muito, entendeu, o lucro dele é produzir muito para vender.

Agricultora: A gente chegou à conclusão que vale a pena, a gente está vivendo da agricultura até hoje, já tem um ano meio, dois anos.

Agricultor: Não penso em sair da agricultura, porque na agricultura você é seu patrão. Se você quiser trabalhar até mais tarde o dia, você trabalha. Se você quiser tirar o dia, aí fica tranquilo, você tem aquela autonomia, fora o prazer que você tem de colher as coisas.

Agricultora: A gente não pretende sair da agricultura, pelo contrário, a gente pretende ampliar mais o leque, como ter galinha, aumentar o leque de produção familiar. Além de você ter toda essa autonomia, de poder controlar seu trabalho, até a maneira como você planta, não precisar colocar empregado para trabalhar para você. Você vive muito bem na questão alimentar, porque você planta aquilo para comer também, não é só para vender, você se alimenta daquilo que você produz, e isso é muito bom.

Agricultor: A fartura da roça.

> Agricultora: A fartura é muito grande, e é orgânico, então você tem toda a segurança de que está comendo algo que você plantou e sabe como foi manuseado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas colhidas, em tempos diferentes, decretando de forma imaginária a extinção da agricultura, não se materializaram. As famílias entrevistadas carregam uma ligação com a terra há quase 200 anos e se mantêm ainda na agricultura com atualizações significativas. Logo, a agricultura compõe a paisagem local.

No entanto, é visível, ao longo dos anos a redução de áreas agricultáveis devido à sua fragmentação em função da partilha da herança, da sua substituição por casas e sítios de veraneio – consequência do avanço do turismo na região, além das políticas de proteção ambiental colocadas em prática (APAMC).

Ao lado dos efeitos positivos proporcionados pela exploração turística (ampliação do mercado de trabalho local, rendas oriundas de aluguel de casas, melhoria nas condições de vida, entre outros), os agricultores e a comunidade local não estão isentos de externalidades como: especulação imobiliária; diminuição de áreas agricultáveis; urbanização descontrolada; carência de um sistema público de tratamento de esgoto; poluição dos rios; cercamento dos espaços (cachoeiras, córregos); degradação da sociobiodiversidade. É necessário, assim, a existência de uma política de desenvolvimento local que estabeleça limites para áreas suscetíveis à produção agrícola e à exploração turística, para que uma atividade não anule a outra.

Há também evidências de individualização, masculinização e envelhecimento da agricultura e uma incerteza sobre a sucessão pelos jovens, pelo menos em termos quantitativos. As trajetórias

possíveis de transformação social são múltiplas e a escolha de permanecer, investir, ou sair da agricultura depende, entre outros fatores, dos incentivos voltados para esse segmento. Evidencia-se, portanto, a necessidade de se promover um projeto de valorização da agricultura para esses jovens, seja através de políticas públicas e/ou formas associativas e/ou comunitárias presentes na região.

A valorização da agricultura local passa pelo respeito dos seus singulares modos de produzir e se relacionar com o meio ambiente, mas sem perder de vista o necessário entendimento e atualizações das novas regras de condutas e códigos ambientais. Por fim, a valorização deve abarcar outras dimensões da agricultura, além da produtiva, ligadas à segurança alimentar, ao território, à proteção do meio ambiente e à manutenção de um tecido econômico e social rural.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P. R. R. **Reforma agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro** (Tese de Doutorado em Ciências Sociais). Rio de Janeiro: UFRRJ, 2003.

BATESON, G.; RUESCH, J. **Communication etsocieté**. Paris: Editora Seuil, 1988.

BRANDÃO, C. R. **O afeto da terra**. Campinas: Editora Unicamp, 1999.

CARNEIRO, M. J. "Trabalho, ´ajuda´ e disputas: uma etnografia das confecções de lingerie em domicílios rurais". **Estudos de Sociologia**, vol. 20, 2006.

CARNEIRO, M. J.; ROCHA, B. N. **Projetos coletivos e desenvolvimento territorial na região serrana do estado do Rio de Janeiro, com foco no município de Nova Friburgo** (Relatório de pesquisa). Nova Friburgo: UFRRJ, 2007.

CARNEIRO, M. J.; PALM, J. L. "Modo de vida de agricultores familiares de montanha: um estudo de caso de São Pedro da Serra, Nova Friburgo, RJ". **Iluminuras**, vol. 17, 2016.

CÚRIO, P. **Como surgiu Nova Friburgo**. Nova Friburgo: O Nova Friburgo, 1974.

GARCIA Jr., A. R. **Terra de trabalho**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983.

HEREDIA, B. M. A. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

LEVIGARD, Y. E.; ROZEMBERG, B. "A interpretação dos profissionais de saúde acerca das queixas de ´nervos´ no meio rural: uma aproximação ao problema das intoxicações por agrotóxicos". **Cadernos de Saúde Pública**, vol. 20, n. 6, 2004.

NICOULIN, M. **La Genèse de Nova Friburgo**. Nova Friburgo: Editora Suíça, 1973.

OLIVEIRA, R. C. S. "O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever". **Antropologia**, vol. 39, n. 1; 1996.

TEIXEIRA, V. L. "O trabalho feminino numa agricultura familiar em crise". *In*: **Prêmio de Monografia**. Rio de Janeiro: Editora Corecon, 1996.

TEIXEIRA, V. L. **Pluriatividade a agricultura familiar na região serrana do estado do Rio de Janeiro RJ** (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais). Rio de Janeiro: UFRRJ, 1998.

TEIXEIRA, V. L. **Novos contornos ocupacionais no meio rural fluminense**: um estudo sobre a pluriatividade entre agricultores familiares (Tese de Doutorado em Economia). Campinas: UNICAMP, 2009.

SOUSA, R. T. S.; AZEVEDO, A. S. R.; MARTINS, R. L. "Agricultura Familiar e Áreas de Preservação Permanente na Percepção de Agricultores em um trecho da Bacia Hidrográfica do Rio Macaé". **Anais do IX Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**. Brasília: UnB, 2019,

THOMPSON, P. **A voz do passado**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1992.

CAPÍTULO 4

Circuito Curto de Comercialização e Agroecologia: Alternativas e Possibilidades para a Agricultura Familiar

CIRCUITO CURTO DE COMERCIALIZAÇÃO E AGROECOLOGIA: ALTERNATIVAS E POSSIBILIDADES PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Juliano Luís Palm

Maria José Carneiro

Neste capítulo teremos como referência pesquisa realizada entre 2013 e 2014 com o objetivo de mapear a capacidade produtiva e a comercialização de alimentos em São Pedro da Serra e Lumiar, Nova Friburgo. A intenção era explorar as possibilidades e os limites de instalação de circuito curto de comercialização na região, tendo os agricultores como protagonistas. Para tal foram realizadas entrevistas, com aplicação de questionário, a todos os que mantinham algum tipo de atividade agrícola, mesmo que apenas em quintais, perfazendo um total de 49 agricultores, além de 51 entrevistas com representantes de estabelecimentos comerciais. A partir das informações então coletadas refletiremos sobre a potencialidade dessa região para promoção de processos de transição agroecológica entre os agricultores familiares no contexto da APA Macaé de Cima como um modelo alternativo de agricultura que ao mesmo tempo em que produz e abastece a sociedade com alimentos saudáveis, implementa práticas mais sustentáveis ao meio ambiente sem recorrer a insumos químicos que, além de poluir os lençóis freáticos, provoca danos à saúde dos produtores e consumidores.

O capítulo está organizado em 4 partes, além desta introdução, começando com um panorama geral sobre as dinâmicas de ocupação desse território com ênfase na agricultura, seguido de uma discussão sobre a pluriatividade como modo de ser camponês na região. No terceiro tópico apresentamos os resultados da pesquisa

sobre a possível implementação de circuitos curtos de comercialização dos alimentos e no quarto refletimos sobre os limites e impasses aos processos de transição agroecológica.

TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO RURAL E NA AGRICULTURA NOS DISTRITOS DE SÃO PEDRO DA SERRA E LUMIAR

O processo de ocupação do território analisado tem sua origem na segunda década do século XIX, quando o governo colonial português efetivou o primeiro projeto oficial de colonização com imigrantes suíços e alemães. Em 1819 os primeiros 1631 imigrantes, originários do Cantão de Friburgo, na Suíça, desembarcaram no porto do Rio de Janeiro, sendo logo encaminhados ao núcleo de residências construído para abrigá-los na fazenda Morro Queimado, dando origem ao município de Nova Friburgo. Em 1824 viria nova leva de migrantes para a região, desta vez, alemães. Devido às dificuldades encontradas, especialmente a topografia extremamente acidentada, o que dificultava a prática da agricultura e a comunicação entre os lotes e os centros urbanos, e ausência de uma administração eficaz, muitos imigrantes partiram em busca de terras melhores. Dessa dispersão resultou a ocupação dos distritos de Lumiar e São Pedro da Serra (CURIÓ, 1974; NICOLIN, 2005).

Para viabilizar a produção agrícola neste espaço, onde práticas e cultivos europeus não se adaptavam, esses imigrantes passaram a "adotar os procedimentos comuns na agricultura e criação brasileiras" (ARAÚJO; MAYER, 2003, p. 272), cujo exemplo mais expressivo é a prática do pousio[15], herança deixada

[15] Ou *descanso da terra*, conforme é conceituado este manejo no linguajar nativo.

pelos povos indígenas e que se tornou a base do manejo agrícola nesta região a partir de então (COSTA *et al.,* 2010)[16]. O pousio consiste em recuperar a fertilidade da terra deixando que a vegetação se regenere em delimitada área da unidade produtiva durante um período de tempo que pode variar de 2 até 12 anos[17]. Após este período de "descanso" do solo a área é preparada para a retomada do plantio. A vegetação é cortada e, na grande maioria das vezes, utiliza-se o fogo controlado para auxiliar na degeneração do material orgânico sobressalente[18]. Essa técnica predominou praticamente desde a instalação dos primeiros colonos até os anos 1990 quando o acesso a insumos químicos e aos mercados atacadistas provocaram mudanças nas práticas agrícolas. Os agricultores iam ocupando, assim, sucessivamente diferentes áreas dentro de sua unidade produtiva, sempre deixando partes "em descanso". Agricultores entrevistados afirmam que esta prática era central para regenerar a fertilidade do solo e eliminar pragas, sobretudo numa época em que insumos químicos eram inexistentes. Como podemos verificar no Gráfico 1, quase metade dos agricultores ainda recorre a ela hoje em dia.

Ocupando um espaço econômico marginal, nas franjas das grandes fazendas de café, estes migrantes foram desenvolvendo uma agricultura de pequena escala de base familiar. De meados do século XIX ao início do século XX, o cultivo de café se tornou a principal lavoura comercial, combinada à produção diversificada para consumo próprio e trocas internas, a exemplo do feijão, mandioca, hortaliças e a criação de pequenos animais. Conta-se que, naquela

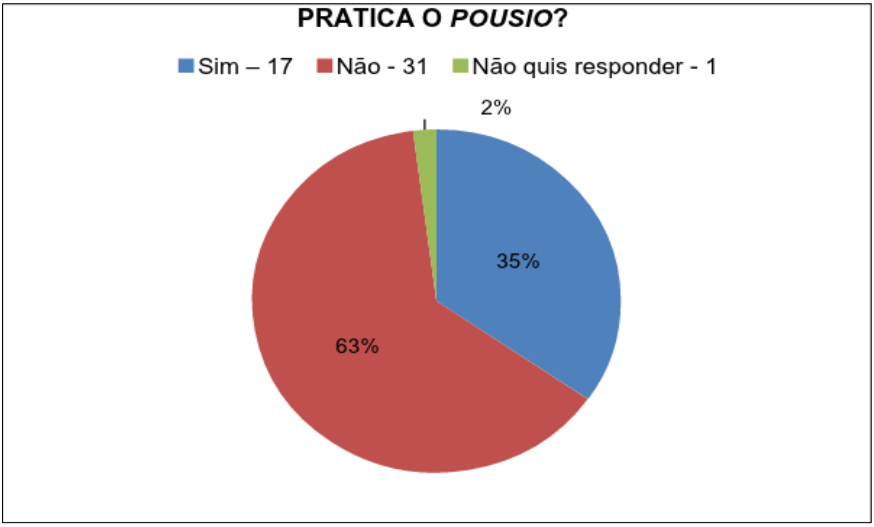
[16] Esta prática, como destacam pesquisadores da Embrapa, remete aos sistemas agrícolas indígenas, podendo ser considerada "herança deixada por estes povos" (COSTA *et al.*, 2010).

[17] Pesquisas na região observam existir certa alternância de períodos curtos (2 a 4 anos) e longos (10 a 12) na prática do pousio entre agricultores (CARNEIRO; BERTOLINO; BERTOLINO, 2010).

[18] Agricultores que realizavam a prática enfatizam que o uso do fogo também é importante devido a grande quantidade de espécies arbóreas com espinhos na Mata Atlântica, o que dificulta o manejo sem uso do fogo controlado.

época, recorria-se às pequenas vendas locais apenas para a compra de sal, arroz e querosene para as lamparinas, tudo o mais era produzido pelas famílias.

Gráfico 1 - Porcentagem dos agricultores que praticam pousio



Fonte: CARNEIRO; PALM (2013).

Os alimentos consumidos e não produzidos eram obtidos, alternativamente, por meio de um circuito de trocas intercomunitárias que também alimentavam as relações de sociabilidade. Moradores mais antigos lembram que a vida comunitária era intensa, com pouca interferência "de fora". Os espaços de sociabilidade se distribuíam em círculos concêntricos que incluíam o espaço doméstico, o círculo de vizinhança e as comunidades.

Ainda na primeira metade do século XX agricultores da região passaram a aliar a produção para o autoconsumo a produtos

voltados para a comercialização nos centros urbanos, com ênfase na lavoura de inhame e na criação de porcos (TEIXEIRA, 1998; CARNEIRO; TEIXEIRA, 2004). As dificuldades de comunicação devido à ausência de estradas de rodagem restringiam as relações comerciais dos distritos de São Pedro da Serra e Lumiar ao centro urbano de Nova Friburgo e de poucos municípios vizinhos. O escoamento da produção era realizado por meio de tropas de burros que levavam cerca de três dias para chegarem à cidade de Nova Friburgo. O caminho passava pela localidade de Vargem Alta, no atual distrito de São Pedro da Serra, que passou a ser porta de entrada e saída da produção regional, o que é lembrado como sendo motivo de dinamização do distrito neste período que já contava com uma rede telefônica na década de 1940.

A melhoria do sistema de transporte rodoviário a partir de meados do século XX, provocou uma intensificação das relações mercantis, alimentando a dependência de produtos industrializados, tanto no que se refere à produção como ao próprio consumo. Assim, o sistema de trocas que ainda vigorava entre as famílias de agricultores foi crescentemente desativado. A generalização das trocas mercantis também acirrou a diferenciação social sustentada, principalmente, na propriedade de meios de comercialização.

Na década de 1950 foi concluída a rodovia interligando Nova Friburgo à capital do estado. No final desta década também foi construída estrada ligando os distritos de Lumiar e Mury que passou a se consolidar também como via de acesso ao distrito de São Pedro. A pavimentação dessa estrada, nos anos 1980, intensificou o vínculo comercial da produção local com os mercados de Nova Friburgo e Rio de Janeiro. As melhorias nas vias de acesso à região serrana do Rio de Janeiro são consideradas fator central no processo de modernização da agricultura local, o que impulsionou a produção de hortaliças, tubérculos e banana em sistema convencional como modo

de organização predominante entre agricultores (GRISEL; ASSIS, 2015).

As transformações na configuração do rural e da agricultura, no contexto analisado, devem ser analisadas levando em conta um conjunto mais amplo de mudanças no cenário sociopolítico nacional. Como aponta Delgado (1985), a *modernização conservadora* da agricultura no Brasil esteve fundamentada em um pacto político que envolveu o capital industrial, o Estado e grandes e médios proprietários de terra, ganhando força com a ditadura civil-militar a partir de 1964. Através deste pacto tornou-se hegemônica, entre as décadas de 1960 e 1980, uma concepção de desenvolvimento que visava articular industrialização, urbanização e disseminação da chamada Revolução Verde[19].

O incentivo estatal à industrialização e o êxodo rural provocado pela *modernização conservadora*[20] motivaram uma significativa expansão urbana e o crescimento populacional na região metropolitana do Rio de Janeiro a partir de meados do século XX, com destaque para o interregno entre as décadas de 1950 e 1990. Segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 1948), em 1940 viviam cerca de 1.764.141 mil pessoas na cidade do Rio de Janeiro. Em 1960 já eram 3.307.163, chegando a 5.473.909 na década de 1990 e a 6.688.927 em 2018. Soma-se ainda a este contingente populacional, o expressivo número de pessoas residentes nos municípios do entorno que conformam a região metropolitana do Rio de Janeiro, também conhecida como Grande Rio. Em 2016 o IBGE estimou que residiam nos 21 municípios que conformam essa região 12.330.186 habitantes,

[19] Termo que designou, especialmente, o processo de mecanização da agricultura e introdução de insumos químicos sintéticos.

[20] Expressão utilizada por diversos estudiosos influenciados, sobretudo, pela economia política marxista, a partir da década de 1970 (CF. MOORE JR, 1975; GUIMARÃES, 1977).

segunda maior área metropolitana do Brasil e a terceira da América Latina[21].

Ao mesmo tempo em que elevou a demanda por alimentos, este processo restringiu a possibilidade de manutenção da produção agrícola em áreas próximas à capital que, ao longo da história, garantiram seu abastecimento, como as da Baixada Fluminense e da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro (LAMEGO, 1949). Grandes fazendas instaladas na Baixada Fluminense, no período colonial, encontravam-se fracionadas já no início do século XX, dando lugar a sítios e chácaras onde predominavam laranjais e hortifrutigranjeiros destinados, principalmente, ao atendimento da demanda da capital. Ainda na primeira metade do século XX começaram a ser realizadas obras de drenagem na região, com o intuito de torná-la habitável e capaz de receber grandes levas de imigrantes que começavam a chegar ao Rio de Janeiro, principalmente da região Nordeste do país. A disponibilidade de espaço para construção de residências, juntamente com a facilidade de transporte oferecida pelas linhas ferroviárias que cortavam a região desde fins do século XIX e as grandes rodovias construídas em meados do século XX, fizeram com que a região passasse a vivenciar um intenso processo de urbanização. Assim, a produção agrícola foi rapidamente perdendo espaço para áreas de loteamento (LAMEGO, 1949).

Esta articulação para o abastecimento alimentar da Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi significativamente intensificada com a implementação do arranjo construído em torno das Centrais Estaduais de Abastecimento (CEASA). A partir de meados da década de 1970 o governo militar implantou uma política de abastecimento alimentar que tinha entre seus pilares as unidades da CEASA. Com a criação de dezenas destas estruturas, em diferentes regiões do país, o governo visava articular o abastecimento de

[21] Dados sistematizados a partir dos dados disponíveis em: <https://www.ibge.gov.br>.

grandes centros urbanos com espaços especializados na produção de determinadas culturas agrícolas (BELIK, 2000). O governo militar buscava, desta forma, garantir o abastecimento das grandes cidades, cada vez mais populosas com as políticas de industrialização e urbanização, articulando-as com a produção agrícola advinda de regiões especializadas em cultivos específicos, segundo a lógica da modernização da agricultura em que a produtividade deveria ser ampliada com a adoção de pacotes tecnológicos vinculados à chamada Revolução Verde.

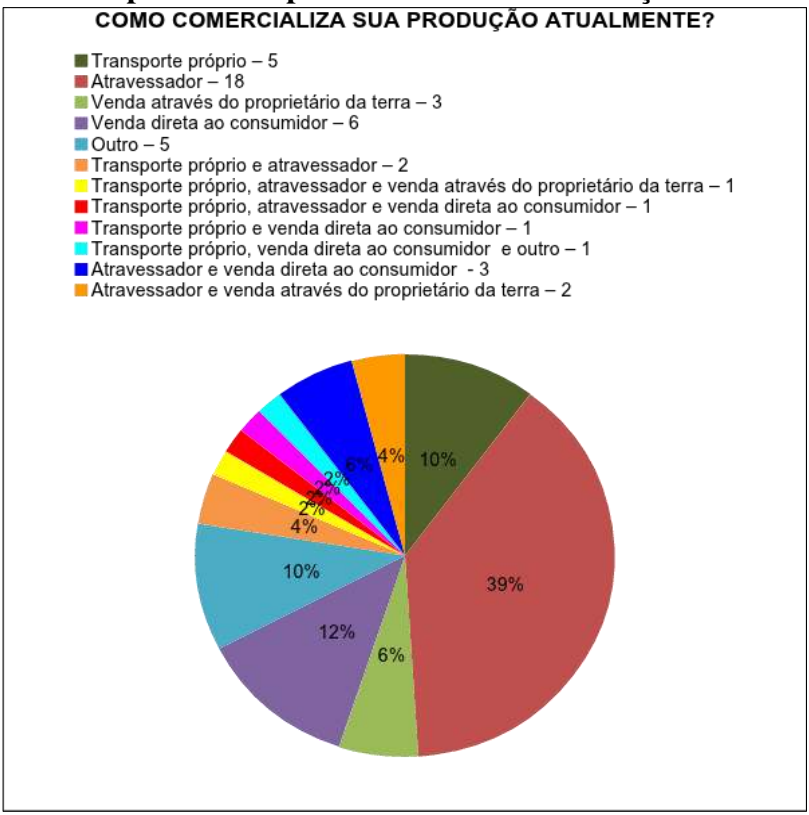
Em 1974 foi estruturada a CEASA Unidade Grande Rio, no bairro de Irajá, Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. Este espaço rapidamente passou a funcionar como entreposto de gêneros alimentícios originários de diferentes regiões do estado e do país para as crescentes redes varejistas instaladas na Região Metropolitana do Estado, além de comerciantes de feiras convencionais. Em 1977 foi implantada a CEASA Unidade Serrana, no Terceiro Distrito do município de Nova Friburgo. Rapidamente esta unidade se consolidou como importante espaço para comercialização da produção agrícola oriunda de diferentes comunidades rurais da Região Serrana Fluminense, especialmente de Nova Friburgo, Teresópolis e Sumidouro, onde a especialização na produção de hortaliças em sistema convencional era cada vez mais expressiva (MUSUMECI, 1987; GRISEL; ASSIS, 2015).

A partir deste período grande parte dos agricultores da região passou a se especializar na produção de hortaliças, banana e tubérculos em sistema convencional. Este processo foi impulsionado por múltiplos fatores promovendo a criação de redes de interdependências e sistemas de prescrição envolvendo múltiplos atores.

A partir de meados do século XX, especialmente com a estruturação das unidades da CEASA, muitos daqueles que possuíam animais de carga no passado passaram a proprietários de

veículos motorizados. Assim se afirmaram como atravessadores (intermediários), principal meio de escoamento da produção local, o que se mantém até hoje, como podemos observar no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Distribuição dos produtores por modo de comercialização



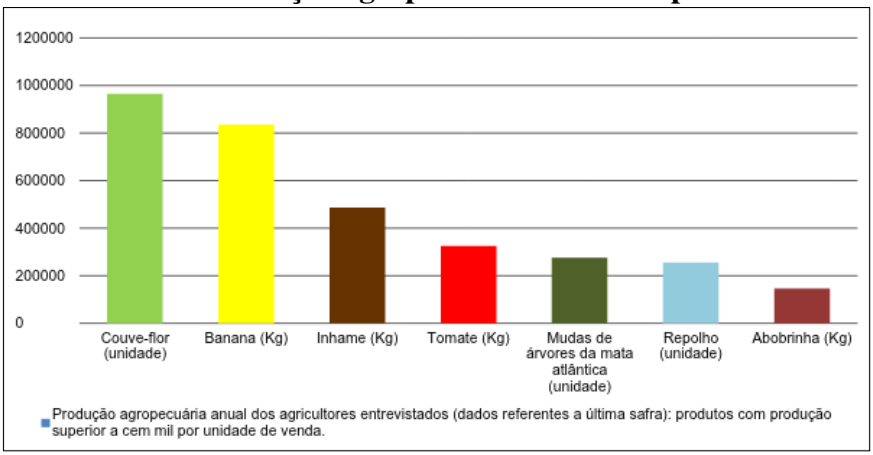
Fonte: CARNEIRO; PALM (2013).

A relação com estes intermediários acabou pressionando os agricultores na direção de uma crescente especialização produtiva.

Este processo está vinculado, em grande medida, à forma como a comercialização é organizada na unidade da CEASA Grande Rio, com seções especializadas por produtos. Os atravessadores buscam, desta forma, trabalhar com culturas específicas: couve-flor, tomate, banana.... Os agricultores, por sua vez, acabam sendo tensionados a produzir em maior quantidade um determinado produto de modo a suprir a carga de um caminhão. Este se revelou um dos obstáculos à implementação de circuitos curtos de comercialização, como a venda em mercados locais ou em feiras. Na visão dos produtores, esse tipo de comércio só traria prejuízo, pois "desfalcaria" a quantidade necessária para preencher a carga de um caminhão. Por outro lado, esse sistema desestimula a diversificação da produção que poderia garantir maior segurança na lavoura (controle de pragas), maior resiliência face às oscilações do mercado e autonomia em relação aos atravessadores. Esses arranjos de comercialização além disso, passam a desempenhar um papel importante no ordenamento de padrões de qualidade dos produtos agrícolas transacionados. Algumas variedades, por razões estéticas, foram se afirmando como principais culturas, em detrimento de sua viabilidade no âmbito produtivo. As variedades de couve-flor com flores mais claras, que foram crescentemente introduzidas no município de Nova Friburgo, são um exemplo. Agricultores relatam que este padrão de qualidade foi demandado pelos *atravessadores* devido a sua melhor aceitação entre os consumidores, apesar de serem plantas mais suscetíveis a problemas fitossanitários.

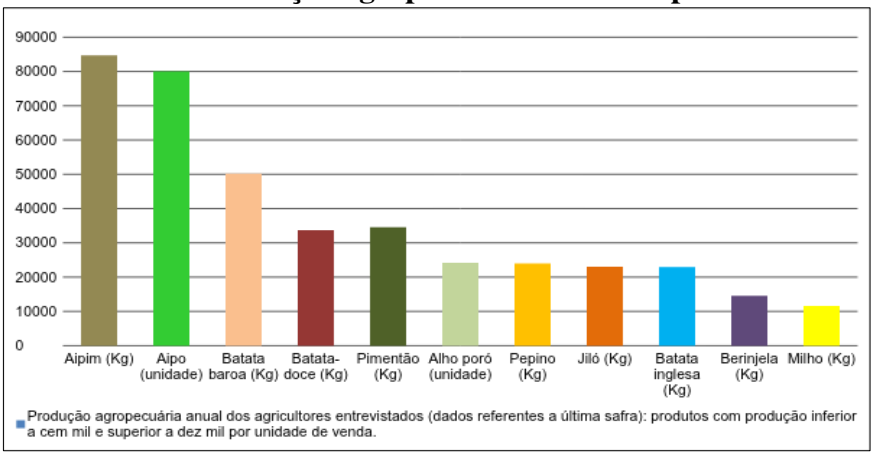
Esta especialização produtiva acaba por elevar os custos de produção. Para viabilizarem economicamente suas lavouras, no modelo da agricultura convencional, os agricultores são levados a aumentar constantemente o volume da produção afim de viabilizá-la economicamente. Este processo intensificou a especialização produtiva, com destaque para hortaliças, tubérculos e banana como mostra os Gráficos 3 e 4.

Gráfico 3 - Produção agropecuária anual dos produtores



Fonte: CARNEIRO; PALM (2013).

Gráfico 4 - Produção agropecuária anual dos produtores



Fonte: CARNEIRO; PALM (2013).

Importante observar que este processo de modernização da agricultura encontrou expressivos limites à difusão de maquinários,

especialmente pelas características topográficas na região de São Pedro da Serra e Lumiar (CARNEIRO, 2012, p. 80). Como destacou um agricultor entrevistado na pesquisa realizada em 2013, do distrito de Lumiar: "*na 'terra fria'* [área montanhosa] *o trabalho é muito mais pesado, tu não tem como botar máquina pra fazer as coisas como na terra quente* [áreas planas e de menor elevação]. *Porque aqui é tudo morro*".

Para elevar a produção e controlar problemas fitossanitários, em grande medida decorrentes do processo de especialização produtiva, foi necessário o uso crescente de insumos químico sintéticos. Esses insumos, como também as novas variedades de sementes e mudas, foram introduzidos na metade do século XX e seu uso expressivamente ampliado a partir dos anos 1980, quando a pavimentação da estrada Mury-Lumiar facilitou o acesso aos mercados. Agricultores familiares da região ressaltam que o uso de insumos químico-sintéticos para adubação e controle de problemas fitossanitários foi significativamente impulsionado devido à inviabilidade em manterem suas práticas tradicionais em decorrência da ação repressora dos agentes de fiscalização ambiental contra a derrubada da capoeira e a queimada subsequente (técnica do pousio). Juntamente com este processo, foi ampliada a utilização de sementes híbridas adquiridas em lojas de insumos e em viveiros de mudas, o que também alterou significativamente o sistema tradicional de produção (GRISSEL; ASSIS, 2015).

Apesar da avaliação negativa do manejo tradicional por parte do órgão de fiscalização e controle ambiental, pesquisadores demostraram a importância do *pousio* como um tipo de manejo ambientalmente sustentável. Além de Bertolino e Bertolino, que registraram o potencial desta prática para recuperação da fertilidade do solo (CARNEIRO *et al.*, 2010), pesquisadores da Embrapa concluíram que o pousio "se mostrou, ao longo do tempo, muito interessante para áreas com ocupação agrícola de Domínio de Mar

de Morros, onde se insere a Mata Atlântica, devido ao seu caráter conservacionista" (COSTA *et al.*, 2010, p. 04). O mesmo foi constatado por Queiroz (2007) em pesquisa realizada no quinto distrito de Nova Friburgo: "o manejo de pousio é o mais apropriado, pois regenera as propriedades físicas e químicas do solo, dando os subsídios necessários para a sua boa utilização agrícola" (QUEIROZ, 2007, p. 97). A pesquisadora também destaca a importância do uso do fogo controlado, pois "as cinzas servem de adubos para terra, fornecendo nutrientes ao solo" (QUEIROZ, 2007, p. 61).

Os anos 1990 também foram marcados pela intensificação da fiscalização ambiental na região da APA Macaé de Cima que abrange os distritos de Lumiar e São Pedro da Serra, comprometendo a realização da prática do *pousio* por agricultores. Tal fiscalização foi realizada, muitas vezes, de forma agressiva e autoritária, como registra Rego (2008). A ausência de uma campanha de esclarecimento aos agricultores sobre as "novas regulamentações e valores e conhecimentos voltados para a preservação ambiental" e a introdução, de cima para baixo, de uma nova concepção de ocupação do solo acabou por provocar efeitos contrários à conservação ambiental. Este processo instigou o acirramento de relações conflituosas entre agricultores e órgãos de fiscalização ambiental, como também provocou rejeição e resistência à questão ambiental por parte de agricultores (REGO, 2008, p. 97)

A repressão à prática de pousio por agentes fiscalizadores se volta, principalmente, ao uso do fogo. A prática é legalizada pela Lei da Mata Atlântica, sendo liberado o corte de arbustos e o manejo da vegetação que não ultrapasse a altura do tórax de uma pessoa adulta e desde que seja realizada em terras agricultáveis, sendo vedada em áreas com vegetação nativa ou mata secundária consolidada. Entretanto, questões burocráticas relativas à obtenção de licença para derrubada da capoeira dificultam a sua realização dentro da

legalidade levando os agricultores a optarem por meios mais rápidos, ainda que mais caros, como é o uso de insumos químicos. Contudo, mais restritiva que a Lei da Mata Atlântica, de abrangência nacional, a legislação ambiental do estado do Rio de Janeiro restringe o uso do fogo em áreas de preservação mesmo sendo de uso sustentável, como as APAs e em seu entorno (CARNEIRO; PALM, 2018).

Para além dessas dificuldades, o parcelamento das propriedades rurais também contribuiu para inviabilizar o rodízio de áreas (produtivas e em descanso) praticado no pousio. Esse processo de subdivisão das propriedades rurais, intensificado a partir de meados do século XX, através de sucessões hereditárias e venda de parcelas para uso imobiliário, foi também um entrave para a manutenção do *pousio* na Região Serrana Fluminense[22]. Grisel e Assis (2015) observam que o número de propriedades com menos de 20 ha triplicou entre 1950 e 1985 em Nova Friburgo.

A partir da década de 1980 as atividades relacionadas à exploração do turismo ganharam importância econômica na região, passando a interagir (e a competir) com a agricultura familiar. Este processo foi fortemente intensificado com a pavimentação da estrada que liga Lumiar a Mury e da estrada que liga São Pedro da Serra a Lumiar, como também com a eletrificação da região, ambas concluídas em meados da década de 1980. Mais recentemente, em 2006, o asfaltamento da estrada que interliga o município de Casimiro de Abreu ao distrito de Lumiar contribuiu para dinamizar ainda mais esse processo (REGO, 2008). A procura, por parte de famílias de origem urbana, por lotes para construção de casas afetou a configuração de ocupação da terra nessa região. A agricultura, com

[22] Até meados do século passado conviviam na região propriedades com expressivas áreas, em sua maioria de portugueses e seus descendentes, ao lado de unidades produtivas familiares, principalmente de migrantes suíços e alemães. As primeiras eram dinamizadas, em sua maioria, por famílias de meeiros (variando de 5 a 30 famílias por fazenda), que produziam em áreas de 40 a 60 hectares, recebendo, em média, 50% dos lucros líquidos da produção. As unidades produtivas menores eram dinamizadas, essencialmente, com mão de obra familiar dos imigrantes suíços e alemães que as haviam adquirido (ARAÚJO; MAYER, 2003; GRISEL; ASSIS, 2015).

algumas exceções, passou a ocupar lugar secundário nas rendas familiares da população nativa, perdendo espaço físico e econômico para outras atividades como a construção e aluguel de casas, jardinagem, caseiros, faxineiras, garçons e outros serviços. Mas a atividade agrícola não desapareceu de todo, ela foi redimensionada e ainda está presente na paisagem disputando espaço com casas e sítios ocupados por "gente de fora" em finais de semana e feriados. Como várias pesquisas têm demonstrado, a agricultura se tornou pluriativa. Isso significa que ela passou a ser apenas uma das atividades geradoras de renda das famílias agrícolas.

PLURIATIVIDADE: UM MODO DE SER AGRICULTOR

A pluriatividade não define um único tipo de agricultor. Ela pode assumir diversos significados a depender do peso que a atividade não-agrícola exerce sobre a reprodução social das famílias de agricultores podendo ocorrer em diferentes situações. Em geral, essa noção aponta para a perda da força econômica da agricultura, mas há casos em que o ganho da atividade não-agrícola pode ser investido na agricultura (CARNEIRO, 2006). Na década de 1990 alguns pesquisadores recorreram aos termos "pluriatividade" e "agricultura de tempo parcial" para designarem as diferentes expressões dessa prática, o que foi entendido como um fenômeno próprio à dinâmica da ruralidade contemporânea (SACCO DOS ANJOS, 1995; CARNEIRO, 1996; TEIXEIRA, 1998; SCHNEIDER, 1999; 2003). Antes desses, Giralda Seyferth já se referia ao termo "operário-camponês" para qualificar o agricultor que trabalhava tanto na pequena lavoura quanto nas fábricas têxteis de Santa Catarina (SEYFERTH, 1985). Na verdade, se percorrermos estudos sobre o campesinato no Brasil, constataremos que o recurso a atividades não-agrícolas pelo chefe da família camponesa é antigo,

sendo analisado como uma das estratégias de reprodução social diante de situações adversas, como nos mostra Garcia Jr. (1990) entre outros.

Em pesquisa realizada em 1997-98, com famílias de agricultores de Lumiar e São Pedro da Serra, Teixeira (1998) verificou que a pluriatividade já se destacava como um modo de manter as famílias dos agricultores: das 60 unidades familiares entrevistadas, 62% eram pluriativas. Verificou também que os que se dedicavam exclusivamente à agricultura tinham renda menor que os pluriativos. Pesquisa realizada dez anos mais tarde, entre 40 famílias revelou que 75% das famílias eram pluriativas. A combinação da agricultura com atividades de prestação de serviço (jardinagem, caseiro, pedreiro) ou com trabalho em confecção doméstica (realizado normalmente por mulheres ou jovens) são as formas mais comuns de pluriatividade (TEIXEIRA, 2009). A tendência se afirma em pesquisa realizada mais recentemente, mostrando que o número de famílias que desenvolvem alguma agricultura vai decrescendo e, entre elas, o número das que são pluriativas vai proporcionalmente aumentando[23] (TEIXEIRA, 2021).

No contexto em que a pesquisa de referência deste capítulo foi realizada, reconhecemos dois grupos de agricultores: aqueles que, por ausência de meios (terra ou recursos financeiros), não adotaram o modelo de agricultura modernizada, e aqueles que, por disporem de propriedades maiores e algum capital, investiram na construção de casas para alugar ou mesmo em pousadas como forma de ampliar os rendimentos. Em ambos os casos, a agricultura passa a assumir um papel complementar na renda familiar ou passa a se orientar principalmente para o consumo doméstico. No primeiro

[23] Para a atualização desses dados sugerimos ver o capítulo 03 nesse volume: "Nadando contra a corrente: as narrativas dos que ainda plantam para viver da terra como seus ancestrais" (TEIXEIRA, 2022).

caso, trata-se de pequenos proprietários e parceiros[24] transformados em jardineiros, motoristas, pedreiros, ajudantes de obra etc. Podemos dizer que esses são os agricultores cuja reprodução social encontra-se ameaçada, ou seja, possivelmente, os filhos desses agricultores não desenvolverão essa atividade.

Contudo, não podemos concluir que a agricultura não tenha importância nessas localidades. A pequena dimensão da produção familiar, na maioria dos casos, o recurso à pluriatividade e a autoavaliação negativa dos agricultores quanto ao seu futuro (e ao de seus filhos) contrastam com a força da identidade de agricultor para grande parte dos chefes de família. Ainda que se possa justificar o recurso a essa identidade como instrumento para garantir a aposentadoria rural, é notória a capacidade de inserção social da agricultura familiar. A identidade de agricultor permanece como referência social fundamental para situar homens e mulheres nessa sociedade. Identificar-se como agricultor[25] e, sobretudo, ser socialmente aceito como tal pelos demais é condição para ser reconhecido como membro de um grupo social, como pertencente a uma localidade e, dessa posição, perceber a si próprio, os seus próximos e o mundo que o cerca.

Mesmo no caso em que a agricultura se restrinja ao quintal, ou não é mais praticada, é a propriedade de um lote atrelada à trajetória familiar de origem agrícola que fornece a base social para o reconhecimento dessa identidade tanto para quem a aciona quanto para os que a reconhecem. O esforço de preservarem algum tipo de atividade agrícola, mesmo combinada a outras atividades, parece se

[24] Parceria é a relação que se estabelece entre o agricultor e o proprietário da terra. O resultado da produção é dividido entre os dois de acordo com contrato que se estabelece. Em geral o proprietário, que normalmente fica encarregado também da comercialização, recebe 30% do que foi comercializado como pagamento pelo aluguel da terra. Parceiro é o nome que se dá ao lavrador que trabalha na terra.

[25] Atualmente o termo que designa essa identidade é "agricultor" ou "agricultor familiar". No passado, há 20 anos, o termo mais comum era "colono". Já "camponês" nunca é usado nem aqui nem na maioria das localidades rurais do Brasil. Este foi consagrado na literatura antropológica como um conceito ou categoria analítica.

sustentar no desejo de manterem um modo de vida, enraizado na história da ocupação desse território, e que vai além do significado econômico. Em outras palavras, agricultor não é somente aquele que produz para o mercado.

A contribuição da agricultura para a sociedade, deste modo, vai além de seu significado meramente produtivo. Associada à propriedade familiar ou outra forma de acesso à terra, "ela contribuiu para a manutenção e o fortalecimento do tecido social ao alimentar as trocas e práticas de sociabilidade que integram a tradição de um lugar e dão sentido à vida de um determinado grupo social" (CARNEIRO, 2003, p. 101). Há de se destacar também que essa agricultura, muitas vezes tida como residual, exerce a função primordial de produtora de alimentos para a própria família. Em suma, acionando o conceito de multifuncionalidade, as pesquisas apontam para importante contribuição da agricultura na dimensão social, com destaque para a manutenção de uma identidade social, para a inserção em rede de relações sociais por meio de trocas e de ajuda mútua, e para a segurança alimentar das famílias (CARNEIRO, 2003).

As novas oportunidades de renda e emprego para a população local são decorrência do desenvolvimento do turismo na região, iniciado na década de 1980 e intensificando-se até os dias atuais. A exploração do turismo talvez seja o principal fator de reorientação recente da ruralidade em áreas que apresentam atrativos concernentes à natureza e ao patrimônio cultural. Grosso modo, os turistas são movidos por uma imagem idealizada e idílica da natureza que, um "hedonismo imaginativo", como formulou Campbell (CAMPBELL, 1987 *apud* STEIL, 2002). A terra passa a ser, junto com a natureza e a paisagem, mais um meio através do qual se busca a satisfação de um prazer imaginário localizado na expectativa de novas experiências de contato com a natureza e, em alguns casos, com a população local e seu modo de vida.

Observamos, no contexto estudado, um movimento aparentemente contraditório entre agricultura, meio ambiente e turismo. Os agricultores reclamam que os turistas e neorrurais ocupam terras que antes eram agricultáveis e os acusam de os denunciarem junto ao órgão de fiscalização ambiental por realizarem corte da vegetação (e queimadas)[26]. No entanto, um olhar mais atento vai verificar que não existe contradição, trata-se na realidade de atividades complementares. É possível dizer que a agricultura é um dos atrativos do turismo por compor a paisagem e imprimir um modo de vida "rural" que exerce uma atração sobre os turistas.

Nesse sentido, a agricultura é responsável por uma identidade social e cultural que torna vigoroso o tecido social local, o que agrada parte dos turistas. A população local originária soube, ao mesmo tempo, se adaptar às demandas dos novos visitantes e moradores e também se impor em defesa de seus hábitos e rotinas quando ameaçados. O respeito a essa população (e à agricultura familiar), que já se auto intitulou de "tradicional", no passado, em disputas contra as novas regras instituídas por ocasião da instalação do Conselho da APA Macaé de Cima, é não só um dever cívico dos neorrurais e turistas, mas também uma questão de sobrevivência de um turismo que seja responsável e sustentável. Nesse sentido, a agricultura estaria dando uma contribuição importante para a sociedade que vai além da produção de alimentos. Seria fundamental, desta forma, refletirmos acerca de estratégias que buscam articular a promoção da agricultura familiar com turismo de uma maneira sustentável. Nessa direção, o enfoque agroecológico surge recentemente, ainda de forma incipiente, apontando para uma possível alternativa nessa direção, como mostraremos a seguir.

[26] Essas ações já foram muito mais intensas no passado recente do que agora.

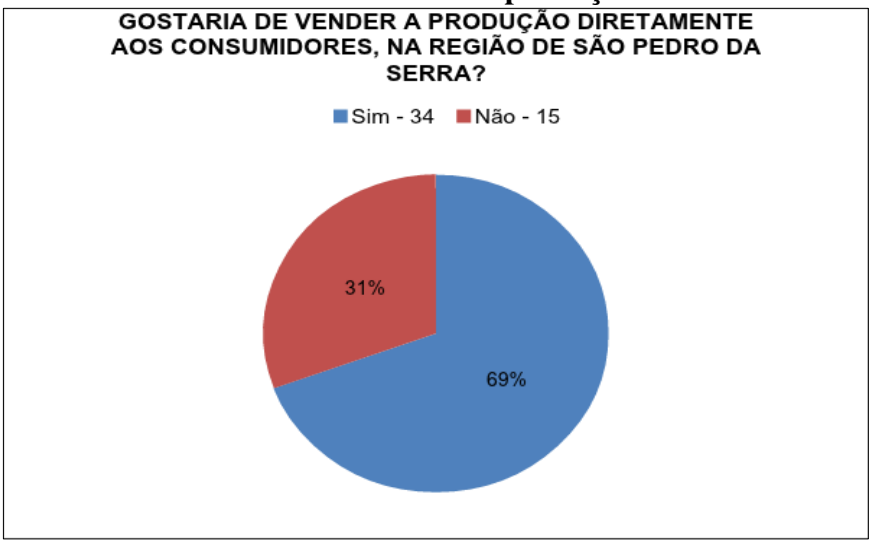
UM ENFOQUE AGROECOLÓGICO NA PROMOÇÃO DE CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO

A implementação de circuitos curtos de comercialização constitui importante estratégia para a promoção de processos de transição agroecológica, como destacam diferentes pesquisas (DAROLT *et al.,* 2013; NIEDERLE; ALMEIDA, 2013). Inspirada por experiências em diferentes espaços, que têm demonstrado o potencial desta estratégia, a promoção de circuitos curtos de comercialização constituiu um dos objetivos centrais do projeto *Sensibilização e promoção de práticas sustentáveis com base na agricultura familiar na Região Serrana do Rio de Janeiro* (CARNEIRO; PALM, 2013).

Estimular e promover a aproximação entre produtor e consumidor se justificava, na percepção dos pesquisadores, por possibilitar o aumento do rendimento do produtor, na medida em que excluiria a figura do atravessador, e melhorar a qualidade dos produtos agrícolas ofertados ao diminuir o trajeto percorrido pelos alimentos do produtor até o consumidor. A pesquisa revelou que a maioria dos alimentos hortigranjeiros consumidos vêm de mercados e distribuidores de fora das localidades de São Pedro da Serra e Lumiar. Agricultores locais comentaram que alguns de seus produtos são levados para as unidades da CEASA de Nova Friburgo e mesmo do Rio de Janeiro, retornando posteriormente para os estabelecimentos comerciais varejistas daquelas localidades.

Com o propósito de sensibilizar os agricultores para comercializarem sua produção na própria região, foi investigado seu interesse em participar de circuitos curtos de comercialização. Contudo, para nossa surpresa, as respostas afirmativas da maioria, como mostra o Gráfico 5, não corresponderam à intenção em integrar experiências desse tipo.

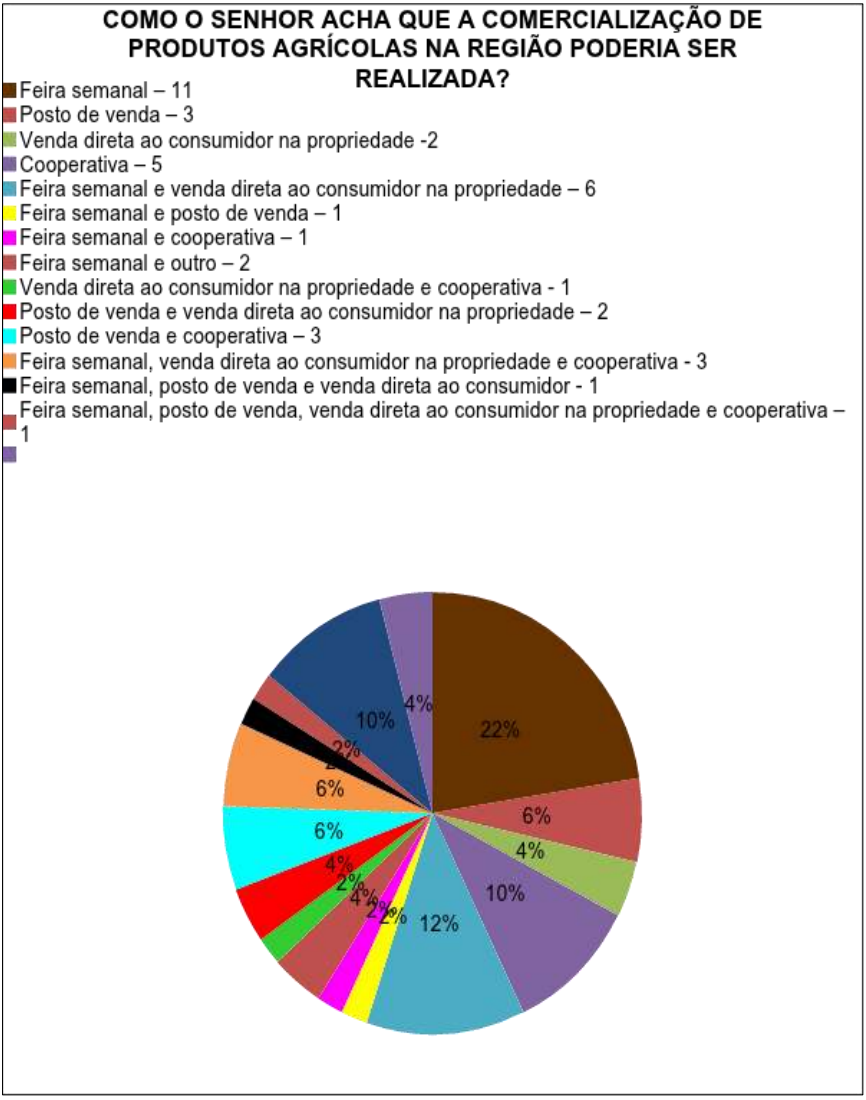
Gráfico 5 - Porcentagem de agricultores que demonstraram interesse em comercializar sua produção localmente



Fonte: CARNEIRO; PALM (2013).

Os agricultores entrevistados não demonstraram interesse em assumir o papel de agentes na implementação de novas formas de comercialização ou na construção de novos espaços para esse fim, por não acreditarem que o mercado local tivesse potencialidade de absorver sua produção. Comercializar localmente era uma boa alternativa, mas para *os outros*. Além disso, avaliaram que seria impossível dispensarem o atravessador. Consideraram que por não contarem com meios de transporte próprio, não teriam como levar a mercadoria até os estabelecimentos comerciais, mesmo os mais próximos. Mas em termos ideais, falando em suposições, a maioria dos agricultores apontou, ao menos, uma das opções de circuito curto apresentadas pelos pesquisadores, como sendo interessante para a região, conforme o Gráfico 6.

Gráfico 6 - Preferências dos agricultores em relação aos circuitos curtos de comercialização



Fonte: CARNEIRO; PALM (2013).

Para refletir acerca da diversidade e complexidade da situação face essa questão, consideramos necessária uma análise mais detalhada dos dados obtidos a partir da pesquisa de campo realizada. Pois, a percepção dos agricultores, acerca da possibilidade de construção de novas formas de comercialização, está relacionada aos arranjos socioprodutivos e formas de escoamento da produção agrícola praticados pelos mesmos. Para avançar na análise, distinguimos três segmentos de agricultores, levando em conta basicamente dois critérios: a área produtiva e a forma de comercialização.

> Grupo 1: Produção diversificada de hortaliças, tubérculos e banana, comumente em área produtiva inferior a ½ alqueire[27] com reduzida ou nenhuma utilização de insumos químico sintéticos. Criação de pequenos animais (galinhas e cabras). Comercialização no mercado local e/ou venda direta ao consumidor. Em termos genéricos, seriam os que praticam a chamada "agricultura de quintal".
>
> Grupo 2: Produção especializada de hortaliças, tubérculos e banana, comumente em área de 0,5 a 5 alqueires[28], com utilização de insumos químico-sintéticos. Escoamento da produção para as centrais de abastecimento da região metropolitana e serrana do Estado por meio de atravessadores.
>
> Grupo 3: Produção especializada de hortaliças, tubérculos e banana, comumente em área de 1,5 a 7 alqueires, com utilização de insumos químico-sintéticos. Escoamento da produção para as centrais

[27] Na região de pesquisa um alqueire é considerado equivalente a 2,7 hectares, ou seja, 27.000 m².

[28] Neste segmento encontram-se agricultores que são proprietários, arrendatários e parceiros.

> de abastecimento da região metropolitana e serrana do Estado[29] por meio de transporte próprio.

Na análise que se segue tomaremos a forma de escoamento da produção para diferenciar estes três segmentos: i) Comercialização no mercado local combinada à venda direta ao consumidor (o que é realizado de maneiras diversas, conforme observado abaixo); ii) Escoamento da produção para as centrais de abastecimento, por meio de atravessadores; iii) Escoamento da produção para as centrais de abastecimento, por meio de transporte próprio.

COMERCIALIZAÇÃO NO MERCADO LOCAL COMBINADA À VENDA DIRETA AO CONSUMIDOR

Os agricultores que escoam a maior parte de sua produção no mercado local representam, quantitativamente, a menor parcela dentre o universo de agricultores entrevistados, perfazendo um total de 7 agricultores dos 49 entrevistados. Destaca-se, ainda, que destes 7 agricultores, 2 tem sua propriedade no distrito de Lumiar. Nesse segmento encontram-se os agricultores que demonstraram algum interesse em integrar um circuito de turismo rural que pudesse contribuir para dinamizar sua produção. Mas, apresentaram resistência em participar de uma possível feira semanal de produtos locais devido à dificuldade de se liberarem semanalmente para essa atividade – "ou se produz ou se comercializa", dizem - e aos custos com transporte da mercadoria até o local da feira. A ideia de integrar um circuito de turismo local é aceita com menor resistência por não exigir mudanças nas práticas já estabelecidas levando em conta a

[29] Dois produtores também escoam sua produção para a feira (convencional) organizada no centro de Nova Friburgo, semanalmente, aos sábados de manhã.

dificuldade de contarem com ajuda de outras pessoas da família, principalmente no caso dos mais velhos. A ideia da venda direta ao turista agrada mais pelo fato de não exigir se afastar de casa. Um exemplo é uma senhora que todos os sábados de manhã se deslocava a pé em um percurso de aproximadamente 3 quilômetros, de sua casa até a sede do distrito, empurrando um carrinho de mão com os produtos do quintal. Problemas de saúde levaram à interrupção dessa comercialização e a restringir a venda direta à sua casa, situada à beira da estrada, onde pequenos cartazes manuscritos em um pedaço de papelão divulgam as mercadorias aos passantes. Outra senhora, também idosa, tem a chance de morar bem no centro da sede do distrito de São Pedro da Serra. Por meio de divulgação boca a boca, ela formou uma clientela de visitantes frequentes para seus produtos de quintal.

Escoamento da produção para as centrais de abastecimento, por meio de atravessadores

Quantitativamente, este é o maior segmento de agricultores entrevistados. Entre eles predomina o descrédito quanto à comercialização da produção no mercado local considerando que a demanda é muito pequena em relação ao montante que produzem. Pesa também a relação de confiança e de dependência que mantém com os atravessadores que funcionam como uma espécie de "seguro" não só para as mercadorias, mas também para situações emergenciais do próprio produtor.

Dentre as alternativas apresentadas pela pesquisa como sugestão para dinamizar o mercado local de produtos agrícolas, a criação de uma cooperativa de comercialização foi a que mais atraiu interesse, mesmo assim com algumas restrições devido a uma experiência anterior não muito bem-sucedida.

Para o bom funcionamento desse sistema é fundamental a confiança mútua entre produtor e atravessador. O agricultor fica com a certeza de que sua produção não apodrecerá na lavoura e o atravessador fica com a garantia de que terá uma quantidade de produto suficiente para comercializar nos mercados a atacado e obter lucro. Romper com essa relação para instituir alternativas, na perspectiva do agricultor, é arriscado porque ele perderia a garantia de ter a sua produção comercializada.

Escoamento da produção para as centrais de abastecimento, com transporte próprio

Esse é o menor segmento em relação ao total dos agricultores, mas o com maior volume de produção e de transações econômicas. O fato de os produtores desse grupo 3 possuírem caminhão próprio lhes garante um diferencial de rentabilidade importante não só pela apropriação do lucro integral obtido na comercialização de sua própria produção, mas também pela apropriação de parte do lucro da comercialização da produção de outros, muitas vezes seus parceiros. Não é de se espantar que tenham revelado um grande desinteresse em participar de qualquer uma das possibilidades de circuito mercantil apresentadas, mesmo que as tenham considerado relevantes para a região, mas envolvendo outro tipo de agricultor: “os pequenos” ou “os outros”. Da mesma forma que os anteriores, os agricultores desse segmento também consideram o mercado consumidor local irrelevante face o montante que produzem.

Como podemos observar, a proposta de construção de circuitos curtos de comercialização no contexto analisado acaba interessando, centralmente, aos agricultores que aqui consideramos

no primeiro segmento. Além destes, atores de origem urbana, os neorrurais, que têm estruturado unidades de produção, muitas vezes com experiências em agricultura de base ecológica, têm aderido e protagonizado algumas destas iniciativas. Para estes produtores a articulação com circuitos curtos de comercialização, ao que tudo indica, tem sido de fundamental importância para avançarem em seus processos de transição agroecológica.

Nesta direção merecem destaque duas experiências recentes: a instalação, em 2018, do circuito de agroturismo Altos da Serramar, que reúne diversas iniciativas de práticas sustentáveis para a agricultura e o turismo na região e a criação, em 2016, da feira de alimentos da agroecologia de Lumiar (Alumiar). Essas experiências se apresentam como formas alternativas ao modelo convencional de agricultura baseado na especialização produtiva e no uso de insumos químico sintéticos. Aponta também para uma nova possibilidade de comercialização pautada na relação direta entre produtor e consumidor. Como se trata de experiências recentes, ainda não foi possível conhecer todas suas potencialidades, assim como suas dificuldades[30]. Há de se considerar também o impacto da pandemia sobre elas e as múltiplas dimensões envolvidas na configuração do sistema agroalimentar de modo a refletirmos acerca das possibilidades e limites dos processos de transição.

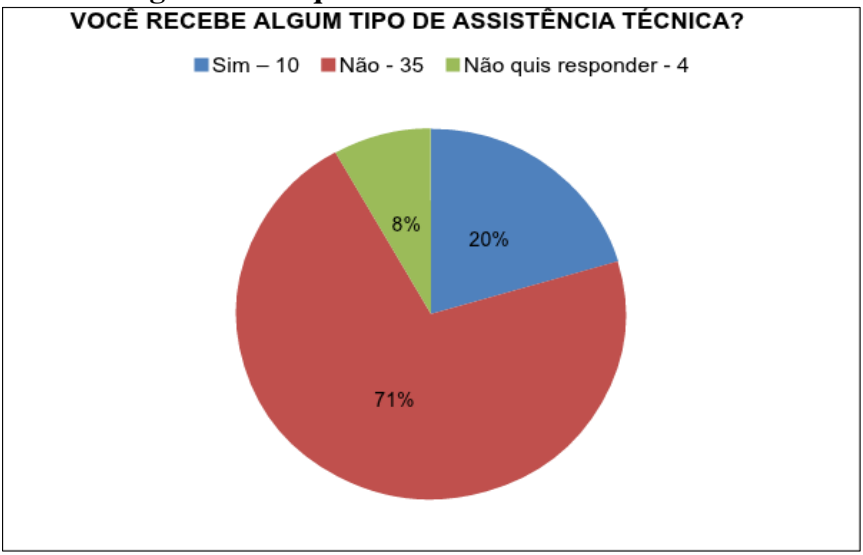
Na próxima seção buscaremos aprofundar a reflexão acerca dos limites e impasses para a promoção de processos de transição agroecológica entre agricultores familiares inseridos no recorte espacial analisado.

[30] Para aprofundar esta discussão sugerimos os trabalhos de Mattos *et al*. (2020), sobre a rede de agroturismo Altos da Serramar, e Fonseca e Dias (no prelo), sobre a feira Alumiar.

LIMITES E IMPASSES AOS PROCESSOS DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA

Conforme destacamos na seção anterior, a construção de circuitos curtos de comercialização como estratégia para a promoção de processos de transição agroecológica tem conseguido avançar, especialmente, entre o segmento de agricultores que aqui consideramos no grupo *Comercialização no mercado local, com venda direta ao consumidor* (Grupo 1) e também entre neorrurais.

Gráfico 7 - Porcentagem de agricultores que recebem assistência técnica



Fonte: CARNEIRO; PALM (2013).

Para a grande maioria dos agricultores familiares dos distritos de São Pedro da Serra e Lumiar, aqui classificados nos grupos 2 e 3,

esta estratégia esbarra em um conjunto de dificuldades. Mesmo a possibilidade de se articular parcialmente aos circuitos curtos de comercialização parece ser difícil para a maioria destes agricultores. Pois, como observam agricultores entrevistados, os atravessadores aos quais estão articulados cobram fidelidade o que implica o compromisso de comercializarem integralmente sua produção, caso contrário, se passarem a escoar uma pequena parte para outros mercados como feiras, quitandas ou circuitos de agroturismo, essa relação estará ameaçada.

Outra dificuldade para realizarem processos de transição agroecológica, recorrentemente citada pelos agricultores, é a deficiência de assistência técnica e extensão rural (ATER) pública na região (Gráfico 7).

Poucos agricultores recebem assistência técnica sendo que a maioria recebe estes serviços de técnicos das lojas de insumos em que adquirem os agroquímicos. Desta forma, estes serviços têm como foco a perspectiva da agricultura convencional, bastante nociva ao meio ambiente e à saúde do produtor e do consumidor. Esta questão, ao que tudo indica, também é reflexo de um panorama mais amplo, em que atores privados têm crescentemente ocupado um papel importante na prestação de serviços de ATER no Brasil nas últimas décadas (PEIXOTO, 2014).

Outra possibilidade para avançarem nos processos de transição seria o resgate e viabilização de sistemas tradicionais de produção, especialmente a prática do pousio. No entanto, esta estratégia também tem enfrentado significativas dificuldades. A partir de 2012 a Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ) passou a envidar esforços no sentido de suspender as restrições impostas pela legislação ambiental estadual aos sistemas agroflorestais e à prática do pousio. Alguns encontros, seminários e oficinas entre agricultores e representantes do órgão fiscalizador foram realizados para debater a questão. Este processo se desdobrou

na Resolução 86 do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), publicada em janeiro de 2014, buscando regulamentar esta prática e de sistemas agroflorestais no estado[31].

As maiores dificuldades observadas em relação a esta resolução foram as exigências para cumprir os prazos para liberação de área, além de outras exigências burocráticas. Apesar destes limites, um dos produtores da comunidade rural de São Pedro da Serra solicitou a liberação para uma pequena área de sua propriedade, o que foi aprovado, mas com dois anos de atraso. Este fato foi apresentado pelo agricultor como exemplo da inviabilidade da legislação, pois como salienta: "se eu dependesse daquela área para viver, já estaria morto". Por outro lado, como destaca outro agricultor da região, a liberação do pousio com a subsequente derrubada da capoeira sem o uso do fogo controlado, conforme estipulado na normativa, torna essa prática inviável, tendo em vista a dificuldade de remoção de toda matéria orgânica (com alta incidência de espinhos). Além disso, lembram que as cinzas resultantes das queimadas contribuem para a regeneração do solo.

COMENTÁRIOS FINAIS

É necessário considerar, primeiramente, os enormes impasses aos processos de transição entre os agricultores familiares especializados na produção de hortaliças, tubérculos e banana em sistema convencional, com destaque aos arranjos produtivos e de comercialização estabelecidos historicamente, em grande medida como resultado de políticas públicas e ações que envolvem múltiplos atores, conforme observamos na primeira seção do capítulo. Os

[31] Em 2016 esta resolução foi revogada, passando a vigorar as definições da resolução 134. Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br>.

arranjos de comercialização, por exemplo, se desdobram por meio de redes de interdependência e sistemas de prescrição que dificultam significativamente processos de transição entre estes agricultores.

Frente esta situação, é importante registrar todos os significativos esforços e avanços alcançados pelos projetos de promoção de circuitos curtos e processos de transição em curso na região. Apesar dos limites à sua disseminação, estas ações territorialmente situadas já plantaram algumas sementes de um modelo alternativo para a agricultura visando a sustentabilidade, o respeito ao meio ambiente e à produção de alimentos saudáveis. Mesmo que incipientes, essas iniciativas vão ao encontro de demandas sociais e globais, depositando nas gerações mais jovens a esperança de serem os principais protagonistas dessas transformações e da construção de um futuro mais responsável.

Finalizando, parece ser plausível afirmar que, sem ações mais estruturantes que envolvam atores de diferentes dimensões do sistema agroalimentar, torna-se bastante difícil a transição agroecológica de maneira mais efetiva para os agricultores familiares no contexto analisado. Processos nesta direção devem levar em conta os arranjos de produção, distribuição, comercialização, políticas públicas de desenvolvimento rural e abastecimento alimentar, envolvendo múltiplos atores: agricultores, consumidores, atravessadores, gestores públicos, agentes de ATER, pesquisadores, dentre outros.

Uma possibilidade nesta direção foi apresentada pela formulação da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO) no estado do Rio de Janeiro, aprovada em 2019. No entanto, é fundamental observar os limites colocados a esta política em um contexto político institucional marcado pela exclusão

social e de políticas para a agricultura familiar, tanto rural como urbana, que marca o estado fluminense[32].

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J. R.; MAYER, J. M. **Teia serrana**: formação histórica de Nova Friburgo. Rio de Janeiro: Editora Livro Técnico, 2003.

BELIK, W. "Mecanismos de coordenação e distribuição de alimentos no Brasil". *In*: BELIK, W.; MAULF, R. S. (orgs.). **Abastecimento e segurança alimentar**: os limites da liberalização. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

CAMPBELL, C. **The romantic ethic and the spirit of modern consumerism**. London: Editora Basil Blackwell, 1987.

CARNEIRO, M. J. "Agricultura, meio ambiente e turismo: desafios para uma agricultura multifuncional (Nova Friburgo, R.J.)". *In*: CARNEIRO; M. J.; MALUF, R. S. (orgs.). **Para além da produção**. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2003.

CARNEIRO, M. J. "Pluriactivité: l'hétérogéneité cachée". **Cahiers d'Economie et Sociologie Rurales**, n. 38, 1996.

CARNEIRO, M. J. "Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica". *In*: SCHNEIDER, S. (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006

[32] Para aprofundar o debate em relação a esta política ver: Strauch e Palm (2019).

CARNEIRO, M. J. (coord). **Ruralidades contemporâneas**: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Editora MAUAD, 2012.

CARNEIRO, M. J.; BERTOLINO, A. V.; BERTOLINO, L. C. **Agricultura e território**: práticas e saberes. Rio de Janeiro: Editora Traço Comunicação, 2010.

CARNEIRO, M. J; PALM, J. L. **Sensibilização e promoção de práticas sustentáveis com base na agricultura familiar na região serrana do Rio de Janeiro** (Relatório de Pesquisa). Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

CARNEIRO, M. J.; PALM, J. L. "Modos de vida e dinâmica da agricultura familiar de montanha: Nova Friburgo-RJ". *In*. AQUINO, A. M.; NETTO, A. L.; ASSIS, R. L. (coords.) **Desenvolvimento sustentável em ambientes de montanha**: estratégias e experiências. Niterói: Programa Rio Rural, 2018.

CARNEIRO, M. J.; TEIXEIRA, V. L. A. "Pluriatividade, novas ruralidades e identidades sociais". *In*: CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. (eds.). **O novo rural brasileiro**: novas atividades rurais. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004.

COSTA, J. R. P. F.; TURETTA, A. P. D.; DONAGEMMA, G. K.; BALIEIRO, F. C. "A agricultura no município de Bom Jardim, RJ: entre a sustentabilidade e a precarização do trabalho". **Anais do Seminário Nacional Sociologia & Política**: Tendências e desafios contemporâneos. Curitiba: UFPR, 2010.

CURIÓ, P. **Como surgiu Nova Friburgo**. Nova Friburgo: O Nova Friburgo, 1974.

DAROLT, M.; LAMINE, C.; BRANDENBURG, A. "A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês". **Revista Agriculturas**, vol. 10, 2013.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**: 1965 – 1985. Campinas: Editora da Unicamp, 1985.

FONSECA, G. A.; DIAS, A. "Feira Alumiar em Nova Friburgo – RJ: estratégia coletiva para a construção da agroecologia e comercialização direta". *In*: VILLAS BOAS, G. H.; BOY, W. S.; NUNES, M. F. S. Q. C. **20 anos da Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima**: Desafios e experiências na gestão socioambiental. Boa Vista: Editora IOLE, 2022.

GARCIA JR, A. **Sul**: o caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1990.

GRISEL, P. N.; ASSIS, R. L. **Dinâmica agrária da Região Sudoeste do município de Nova Friburgo e os atuais desafios de sua produção hortícola familiar**. Seropédica: Embrapa Agrobiologia, 2015.

GUIMARÃES, A. P. "O complexo agroindustrial". **Revista Reforma Agrária**, vol. 7, n. 6, 1977.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1948. Disponível em: <www.biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 28/06/2022

LAMEGO, A. R. **O homem e a serra**. Rio de Janeiro: IBGE, 1949. Disponível em: <www.biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 28/06/2022

MATTOS, C. P.; CALDAS, L. C.; AZEVEDO, A. S. R.; ESCAMILHA, I. M.; MESQUITA, G. M.; PEIXOTO, E. L. "Rede de agroturismo Altos da Serramar: uma alternativa de desenvolvimento local sustentável na bacia do rio Macaé, RJ, Brasil?" **Vértices**, vol. 22, n. 3, 2020.

MOORE, B. **As origens sociais da ditadura e da democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1975.

MUSUMECI, L. **Pequena produção e modernização da agricultura**: o caso dos hortigranjeiros no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IEPA/INPES, 1987.

NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L. "A nova arquitetura dos mercados para produtos orgânicos: o debate da convencionalização". *In*: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. (orgs.). **Agroecologia**: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Editora Kairós. 2013.

NICOLIN, M. **A gênese de Nova Friburgo**: Emigração suíça e alemã no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2005.

PEIXOTO, M. "Avaliação da PNATER: uma análise do Relatório de Auditoria do TCU. Heterogeneidade e suas implicações no rural brasileiro". **Anais do 52º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Goiânia: Embrapa, 2014

QUEIROZ, J. P. C. **Estudo sobre a distribuição do herbicida 2,4-D nos solos da Região de São Pedro da Serra-RJ e sua importância ambiental** (Tese de Doutorado em Ciências dos Materiais e Metalurgia). Rio de Janeiro: PUC Rio, 2007.

REGO, V. V. B. S. "Paraísos perdidos ou preservados: a conquista da cidadania em áreas de proteção ambiental". **Anais do IV Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade**. Mudanças ambientais globais: a contribuição da ANPPAS ao debate. Brasília: UnB, 2008.

SACCO DOS ANJOS, F. **A agricultura familiar em transformação**: o caso dos colonos-operários de Massaranduba, Santa Catarina. Pelotas: Editora UFPEL, 1995

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização**: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

SCHNEIDER, S. **A Pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003

SEYFERTH, G. "Herança e estrutura familiar camponesa". **Boletim do Museu Nacional**, vol. 52, 1985.

STRAUCH, G.; PALM, J. L. "Uma leitura da trajetória histórica de construção da política estadual de agroecologia e produção orgânica (PEAPO) no estado do Rio de Janeiro". *In*: SABOURIN, E.; GUÉNEAU, S.; COLONNA, J.; SILVA, L. R. (orgs.). **Construção de políticas estaduais de agroecologia e produção orgânica no Brasil**: avanços, obstáculos e efeitos das dinâmicas subnacionais. Curitiba: Editora CRV, 2019.

STEIL, C. A. "O turismo como objeto de estudos no campo das ciências sociais". *In*: RIEDL, M.; ALMEIDA, J. A.; VIANA, A. L. B. (orgs.). **Turismo Rural**: tendências e sustentabilidade. Santa Cruz do Sul: Editora EDUNISC, 2002.

TEIXEIRA, V. L. **Pluriatividade e agricultura familiar na região serrana do estado do Rio de Janeiro** (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais). Rio de Janeiro: UFRRJ, 1998.

TEIXEIRA, V. L. **Novos contornos ocupacionais no meio rural fluminense**: um estudo sobre a pluriatividade entre agricultores familiares. (Tese de Doutorado em Ciência Econômica). Campinas: UNICAMP, 2009.

TEIXEIRA, V. L. "Nadando contra a corrente: as narrativas dos que ainda plantam para viver da terra como seus ancestrais". *In*: VILLAS BOAS, G. H.; BOY, W. S. **20 anos da Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima**: Trajetórias e caminhos na pesquisa social. Boa Vista: Editora IOLE, 2022.

CAPÍTULO 5

Entre Rezas, Curas e Plantas:
Um Olhar sobre um Saber Local na APA Macaé de Cima

ENTRE REZAS, CURAS E PLANTAS: UM OLHAR SOBRE UM SABER LOCAL NA APA MACAÉ DE CIMA

Valéria Costa Rocha Viana

Alphonse Germaine Albert Charles Kelecom

Joel de Araujo

A escolha do objeto do presente estudo se deu em 2008, quando a primeira autora ingressou, sob a orientação do segundo autor, no mestrado de Ciência Ambiental da UFF, o PGCA (Pós Graduação em Ciência Ambiental). Por ter sido moradora do local e conhecer a região de perto, fui encorajada por um amigo pesquisador, o Dr. Leandro Machado Rocha, também frequentador da região, a fazer uma espécie de levantamento dos usos informais de plantas medicinais. Meus orientadores, o Dr. Alphonse Kelecom e o Dr. Joel de Araujo prontamente acolheram a ideia e se juntaram a mim nessa empreitada, que resultou nesse trabalho, que não teria sido possível sem essa valiosa orientação. Além da ideia inicial, todo o trabalho foi contextualizado com a questão ambiental, na visão dos entrevistados, no intuito de se dar visibilidade a uma questão, que embora pareça ser sutil, é de fundamental importância no modo de como certos saberes se processam. Alguns fatos relevantes haviam ocorrido a partir da década de 1980, recorte temporal eleito, na região que se transformou na APA Macaé de Cima, o que me pareceu uma boa oportunidade para verificar se aquele costume de procurar um 'tratador' para curar ou rezar ainda estava vivo. Ao encarar esse desafio, poderia relacionar se a transformação do local em Área de Proteção Ambiental havia conseguido, ou não, preservar um patrimônio imaterial que estava inserido na vida das pessoas de lá.

A década de 1960 deu início a um novo ecologismo, marcado como um movimento de ativistas (agitações estudantis de 1968) que partiam de uma crítica da sociedade tecnológico-industrial, "cerceadora das liberdades individuais, homogeneizadora das culturas e, sobretudo, destruidora da natureza" (DIEGUES, 2004, p. 39). A busca por lugares menos poluídos e mais "próximos à natureza" ganhou força, levando muitas pessoas à procura por esses locais, uma das consequências do novo ecologismo, que propôs a volta às práticas de uma vida ecologicamente sadia, o retorno ao campo e à vida em comunidade, na tentativa de criar ilhas de uma sociedade ideal, livre e libertária, como ocorria com as comunidades "hippies". O Estado do Rio de Janeiro, principalmente na região serrana, incluindo Nova Friburgo, com ocorrência de vegetação exuberante de Mata Atlântica, rios, cachoeiras cristalinas e clima de serra, reúne diversos atributos que se identificam com essa tendência (QUINTEIRO, 2008; CARNEIRO, 2000).

Por volta do ano de 1980 os pequenos povoados dos 5º e 7º Distritos de Nova Friburgo, Lumiar e São Pedro da Serra, começaram a sofrer uma chegada muito grande de turistas (CARNEIRO, 1998; TEIXEIRA, 1998), que continua acontecendo até os dias de hoje. Naquela época ainda não havia luz elétrica, nem telefone, nem as facilidades dos centros urbanos. Em Boa Esperança de Cima, localidade pertencente ao 5º Distrito, o transporte público era muito precário, com apenas dois horários de ida e volta para o centro de Nova Friburgo. Isso quando não chovia, porque na época das chuvas, muitas vezes o ônibus não conseguia chegar ou sair de lá por causa da estrada que não permitia passagem. Alguns encontros diários aconteciam na casa de algum morador que mantinha uma televisão ligada, movida por gerador próprio, até as sete ou oito horas da noite. Depois desse horário, tudo ficava deserto, escuro e cada um ia para a sua casa.

O 1º Encontro Sobre Ervas Medicinais (E.S.E.M., 1985) que foi fruto do esforço e do saber de pessoas pertencentes às diversas comunidades que compõem o 5º Distrito, refletiu a preocupação em recuperar o uso das plantas medicinais, que faziam parte das farmácias caseiras, em tempos não muito distantes, em detrimento do consumo exagerado dos remédios industrializados. Esse Encontro foi organizado com o apoio da Paróquia de São Sebastião de Lumiar e da Cáritas Diocesana de Nova Friburgo, através do "Projeto Auxílio Financeiro Para um Serviço de Assistência e Orientação Rural na Diocese de Nova Friburgo", que forneceu apoio logístico viabilizando transporte e almoço para os participantes. No Encontro, foram formados grupos mistos com pessoas de diferentes comunidades (Benfica, Galdinópolis, Macaé de Cima, Boa Esperança, Lumiar, Rio Bonito, Bocaina dos Blaudt, Vargem Alta e Macabu) e disso saiu um opúsculo com 187 plantas registradas para 194 doenças citadas. O material publicado teve distribuição entre seus participantes e toda a localidade. No ano seguinte, um segundo e último encontro foi realizado, desta vez para se tratar exclusivamente da preparação dessas plantas, mas de acordo com Pumar-Cantini (2005) infelizmente este documento não foi preservado.

Em 1988, a extinta Faculdade de Filosofia Santa Dorotéia, por intermédio do seu curso de História, desenvolveu um projeto, apoiado pelo Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, através do Centro de Documentação Histórica – Pró-Memória, chamado "Retrato Social da Cultura Popular em Nova Friburgo", que fez um levantamento e catalogação dos curandeiros e rezadores do município. O resultado foi a edição de um opúsculo intitulado "Memória Popular: Receitadores – Mundo Místico e Ação Social", que registrou 34 pessoas, distribuídas por toda Nova Friburgo (CUNHA, 1988). O distrito que forneceu o maior número desses agentes foi Lumiar, o mais extenso do município e mais arraigado às tradições, com oito pessoas registradas no total. Essas

foram tentativas de perpetuar um conhecimento detido pelos mais velhos e que sempre se passou para as gerações seguintes através da história oral, outro aspecto cultural que vai ficando de lado frente ao imenso avanço dos meios de comunicação e facilidades tecnológicas.

Diante de tal quadro, pensou-se em como algumas transformações se processam sob a ótica do conhecimento informal e uso de plantas medicinais por parte da população e, principalmente, dos detentores de um saber local, associado à ideia de como, e se, esse conhecimento é transmitido às gerações posteriores ou se está se perdendo. Revelar, através do olhar dos atores locais (que fazem parte de uma das engrenagens sociais que dizem respeito à forma em como lidar com a saúde e/ou com o meio ambiente, seja com o uso dos recursos naturais, seja com o uso dos simbólicos) como se processam tais mudanças, mostrou ser um caminho para o entendimento de como sua cultura está entranhada em suas práticas e é fundamental na manutenção das mesmas. Algumas perguntas poderiam ser feitas. Como os agentes (erveiros, curandeiros e rezadeiros) e usuários concebem a saúde e a doença? Quais as crenças e práticas de cura utilizadas no cotidiano dessas pessoas? Como surgem essas práticas? Qual a relação entre elas? Como as mudanças sociais afetam esse saber e sua transmissão? O que há em comum entre seus praticantes? São muitas perguntas em torno do conhecimento informal de plantas com ação medicinal. Porém, o presente estudo não possuiu a proposta de responder a todos os questionamentos que venham a surgir em meio a um assunto tão complexo e a valorização desse conhecimento pode resultar, minimamente, num banco de dados sobre a potencialidade da biodiversidade.

Nessa direção, o objetivo geral do presente trabalho foi investigar sobre o uso e o conhecimento informal, o saber-fazer, de plantas medicinais por parte dos erveiros/rezadeiros/curandeiros

inseridos na área da APA Macaé de Cima, Nova Friburgo, RJ. Para contextualizar o estudo, alguns objetivos específicos vieram a reboque, tais como: identificar os detentores de um saber local (idade, sexo, nível de instrução, profissão), seus limites e conhecimentos acerca do uso de plantas medicinais; relatar se e como é orientado o uso de plantas medicinais pelos detentores desse saber local (indicações, formas de preparo, partes usadas das plantas, coleta); identificar através dos atores locais a existência de transmissão de saberes entre as gerações; discutir como as mudanças no modo de vida dos atores locais afetam o seu saber e sua transmissão através das gerações.

As mudanças trazidas com a urbanidade que veio se instalando nessa zona rural no recorte temporal estudado são substrato para a análise e entendimento de como elas vão moldando e reorganizando, pouco a pouco, aspectos que merecem especial atenção, como o uso de plantas medicinais e a transmissão desse conhecimento, por isso a ideia de deixar nestas páginas um registro de um momento singular na história desse lugar.

DESENVOLVIMENTO

O uso de plantas medicinais faz parte da cultura do ser humano desde tempos remotos e seu aprendizado deu-se de várias maneiras. A mais remota, talvez, tenha sido por instinto, do mesmo modo como algumas espécies de animais utilizam esse recurso. Ao olhar pássaros e outros animais (que quando doentes, recorrem às plantas curativas), o homem selecionou e usou vegetais, orientado por observações próprias (LE GOFF, 1997). Outra maneira de apreender o uso das plantas, pode ter sido por inspiração divina, uma vez que as doenças também estiveram associadas a males espirituais e eram tratadas por pessoas “iluminadas” como os magos, sacerdotes

ou curandeiros, de acordo com cada cultura (BOTTÉRO, 1997). Com o passar dos tempos o estudo das plantas ganhou nova forma de tratamento. Uma dessas formas começou a relacionar a espécie vegetal com seu local de origem e a população que a utilizava e com que finalidade (JORGE; MORAIS, 2002). Uma espécie de "simbiose", em que uma coisa depende da outra. Essa visão contextualizada, chamada de etnografia, no caso das plantas, chamada etnobotânica e etnofarmacologia, são ramos da ciência atualmente (MACIEL; PINTO; VEIGA JR, 2002). De acordo com Albuquerque (2005), as investigações etnofarmacológicas e etnobotânicas têm sido usadas como estratégia de seleção de plantas medicinais reconhecidas por cientistas em todo o mundo.

Cabe aqui destacar a importância de aspectos que fazem parte da cultura da população estudada pelo pesquisador (JORGE; MORAIS, 2002; ADORNO; CASTRO, 1994). Neles residem, muitas vezes, detalhes imperceptíveis a olhares rápidos, que determinam sobremaneira o modo pelo qual se faz o uso das plantas. A complexa trama cultural pode abrigar eventos que às vezes parecem atrapalhar uma pesquisa científica, no sentido de poder envolver fatores místicos associados ao seu uso, por exemplo. O que se quer dizer aqui é que, em muitas situações é sobre esses fatores que está apoiado o saber-fazer relacionado às plantas, que não teriam sentido sem uma crença por trás deles. Mesmo o cotidiano dessas populações pode trazer alguns condicionantes que fundamentem e motivem uma determinada forma de uso dos recursos vegetais.

Algumas crenças e mesmo rituais estão tão entranhados em algumas culturas, que não podem ser desconsiderados (ELIZABETSKY, 2003). Além do mais, o resultado disso muitas vezes é positivo, uma vez que pode levar a pessoa a um estado de recuperação de sua saúde. Nesse sentido, vale um entendimento de que não são somente os ativos químicos que operam na recuperação da saúde e sim, muitas vezes, causas subjetivas e complexas que

fogem à luz da Ciência (LÉONARD, 1997). Para Geertz (1989), quando se quer compreender o que é ciência, não se deve olhar, em primeiro lugar, para suas teorias ou descobertas, mas sim, para o que os praticantes da ciência fazem. Para consolidar a compreensão da relação entre magia e medicina, há que se admitir que o simbólico imponha uma série de significações que a objetividade causal e racional não pode explicar (MARTINS, 2003).

No presente trabalho entende-se saber local como o acervo de conhecimento empírico acerca das plantas e suas propriedades medicinais, bem como alguns procedimentos de cura ou até mesmo de coleta dessas plantas que envolvem, ou não, componentes místico-religiosos, adquiridos por moradores antigos da área de estudo, entendendo por antigos, aqueles que estão no local há mais de quarenta anos. Esses são os atores locais. Os trabalhos de campo tiveram início em outubro de 2008, iniciando-se através de duas oficinas de plantas medicinais, que tiveram por objetivo a troca de informações sobre fabricação de alguns remédios caseiros a partir de plantas medicinais ocorrentes na área foco. Num segundo momento, o trabalho de campo ficou focado na participação de reuniões que ocorreram envolvendo vários setores da sociedade como escolas, empresariado do segmento turístico, associações de moradores e organizações não-governamentais. O objetivo dessa etapa foi o de ampliar a compreensão de pontos de vista diversificados acerca da realidade local. Posteriormente, o foco foi pesquisa de bases documentais para elaboração de históricos antigos e recentes, vivenciados pela comunidade em questão. Consolidada essa fase, começou-se a estabelecer contatos individuais com moradores para a realização das entrevistas iniciadas ainda no ano de 2008 e que aconteceram até o final de 2009. De acordo com Albuquerque e Hanazaki (2006), antes de se estabelecer os contatos pessoais é fundamental conhecer detalhes da sua cultura.

Foram entrevistados seis atores locais. As entrevistas foram realizadas ao mesmo tempo em que acontecia a frequência nos "Encontros dos Erveiros", em que era comum a participação dos entrevistados. Para preservação da identidade dos mesmos, foram atribuídos nomes fictícios a eles e para os que tiveram trechos de suas entrevistas transcritos, a linguagem utilizada não foi editada, preservando-se seus modos de expressão.

Tatear, dar um passo de cada vez, desconstruir alguns conceitos para se abrir ao novo, ao oculto, ao desconhecido. Estranhar sem ser estranho, estar lá como se não estivesse, falar sem botar palavras na boca do outro, ouvir escutando não só voz, mas aquilo que está por trás dela, a sua entonação, a sua pausa, a sua exclamação e olhares. Captar significados que estão além da linguagem falada, que são explicitados através de sons, de gestos, de cores, de aromas, de expressões. Estabelecer cumplicidade, ganhar a confiança do entrevistado. Esse foi um dos caminhos escolhidos para se captar o sentido das conversas com os atores locais. Essas pessoas já não são encontradas com facilidade na área de estudo indicando que as mudanças socio-ambientais e culturais ocorridas, principalmente a urbanização que o local vem sofrendo, são fatores que interferem nessa prática que se configura numa das representações sociais que passa a ocupar um lugar discreto na vida das pessoas desse lugar.

RESULTADOS

Muitas vezes se olha para o presente sem se perceber quanta coisa este traz consigo e ao se voltar esse olhar para o passado, para a história, nota-se que fatos antes despercebidos ou sem lógica, se engrandecem e descortinam outros. Como se fosse um trem, com vários vagões presos uns aos outros, a história conecta os

acontecimentos e dá o suporte necessário para o entendimento do agora e de outros episódios que porventura possam vir. Dentro dessa ótica, o olhar recortado no presente está contextualizado com a herança cultural e de vida arraigados nesse povo, descendente dos primeiros colonos que aqui chegaram trazendo em sua bagagem expectativas, sonhos e esperança de alcançarem uma vida melhor com a promessa do Mundo Novo (JACCOUD, 1999). Toda a dificuldade vivida pelos imigrantes que lá chegaram perdurou até bem pouco tempo, devido a vários fatores que se mantiveram desde aquela época. Mantida no isolamento até idos dos anos 1950, quando por iniciativa de um grupo de moradores a trilha de mulas foi transformada em estrada de chão (PRÓ-MEMÓRIA, 2009), a população que vive no 5º e no 7º Distritos descrevem uma história baseada em sua própria subsistência (MAYER, 2000). Outra marca cultural dessa população é o conhecimento e uso de plantas para curar, herança que faz parte de uma identidade social, que outrora foi requisito básico para a manutenção da saúde e quiçá para a própria sobrevivência.

"Seu Antonino", 62 anos (na época da entrevista), agricultor que trabalha em sistema de parceria, é meeiro da terra que cultiva. O sistema de parceria é antigo na região e pode-se afirmar que ele tem sido responsável pela permanência da agricultura e de agricultores sem-terra nessa localidade (CARNEIRO, 2009). Possui cinco filhos, já adultos e nenhum vive com ele. Mora num local de difícil acesso somente com a companheira, numa união de mais de trinta anos. Alega que sua renda não passa de meio salário mínimo ao mês e que já passou muitas dificuldades na vida. É rezador, mas só de "cobreiro", uma espécie de urticária que coça, dá bolhas e se alastra pelo corpo todo se não rezar, segundo ele. Para executar a reza não utiliza nenhuma espécie de plantas, somente uma pena de galinha e gordura. Aprendeu esse ofício com sua mãe e diz que não vai repassar para ninguém, pois se o fizer, a reza perde seu efeito. Sobre

seu modo de atuar ele mesmo explica, logo a seguir, sem entrar em muitos detalhes:

> C[33] – A reza que eu sei de rezar cobreiro foi mamãe, foi minha mãe que me ensinou. Aí eu aprendi, ela me ensinando.
>
> P[34] – Como é que é cobreiro?
>
> C – Ah, cobreiro é... Sai uma aguazinha e comicha que é uma coisa doida! E vai só "lastrando", se não rezar vai só "lastrando". Aí a pessoa reza e vai só secando. Só que também não pode molhar. Se molhar também não cura.
>
> P – E o senhor reza como? O senhor usa alguma plantinha?
>
> C – Eu rezo com uma pena de galinha e um... um cadinho de gordura, dentro duma colher. Eu vou rezando assim em cruz e passando com a pena de galinha. E seca. Vai secando. Eu sei "desque" eu era solteiro eu aprendi.
>
> P – E o senhor tá passando esse conhecimento pra alguém?
>
> C – Não, não ensinei, não pode ensinar. Não pode ensinar, não.
>
> P – Mas o senhor aprendeu como? Vendo?
>
> C – Não, ela me ensinava as "palavra" dela. Ela falou comigo que não pode ensinar. Mas ela me ensinou. Mas eu... eu não posso ensinar. Ela me ensinou porque eu era filho dela... "é" muitas palavras que tem que falar.

[33] C – Colaborador.

[34] P – Pesquisador.

Outros rezadeiros foram contatados e indagados a respeito de suas práticas e verificou-se que não se utilizam de plantas em suas rezas. Uma delas, "Leléia", a mais jovem do grupo de atores selecionados, com 61 anos de idade (na época da entrevista), alega que a reza só pode ser transmitida a pessoas do sexo oposto e ainda assim, se a pessoa desejar aprender. Mas para conseguir ser bem sucedida, a pessoa também tem que possuir o dom da benzedura. Ela aprendeu a rezar com seu sogro que já faleceu e gostaria de repassar seu conhecimento a um de seus três filhos (mas só aos de sexo masculino), ficando na expectativa de que um deles preencha os requisitos exigidos para a transmissão desse conhecimento, ou seja, que desejem aprender como ela um dia desejou. Mas até aquele momento, isso ainda não havia acontecido e dessa maneira seu conhecimento fica estagnado na sua pessoa, sem fluir através das gerações. Ela era lavradora, junto com seu marido em seu próprio sítio, e agora está aposentada. Quando indagada sobre as mudanças sofridas no local, afirmou que um dos problemas é a presença de muitas pessoas de fora e a APA que impede a prática da agricultura como era feita, referindo-se ao sistema de pousio. Ela comenta com ênfase o hábito, que seu marido praticava, de plantar árvores na terra que descansava para que no momento do plantio possuíssem lenha para alimentar o fogão (que já não é mais usado) e aquecer a água da casa.

"Seu Antonino" comunga da mesma opinião dela quando o assunto é a APA Estadual Macaé de Cima e a prática da agricultura. O pousio como era feito não pode mais se dar, limitando a área cultivável e diminuindo o espaço de autoestima dessa gente (CARNEIRO, 2000), que se vê impossibilitada de trabalhar a terra da maneira que aprenderam com seus antepassados e que, segundo eles, foi o que manteve a área preservada até os dias de hoje. Durante a conversa, os olhares profundos, as pausas com silêncio, as falas baixas, quase sussurradas demonstram a preocupação que o

entrevistado tem ao tocar no assunto, revelando a gravidade trazida por esse tipo de situação.

Figura 1 - Etapas do preparo do xarope



Foto: Valéria C. R. Viana.

Nota: Em cima: Plantas misturadas com o açúcar até sua caramelização. Embaixo: adição de água e cozimento até o ponto de xarope.

"Leléia" faz xarope à base de plantas medicinais somente para as pessoas da família, segundo ela, e o faz utilizando sempre sete ou nove plantas, que podem variar entre si, de acordo com a disponibilidade em se obter cada uma. Os números, sete ou nove, são escolhidos por serem ímpares, sem maiores explicações. Entre as plantas utilizadas, a erva-passarinho, só pode ser utilizada se crescer em plantas que não possuem espinho, para não provocar "fisgadas" pelo corpo de quem tomar o remédio feito com ela. No preparo que

aconteceu num dos "Encontros de Erveiros", promovido pela oficina-escola As Mãos de Luz, foram utilizadas as seguintes plantas, com seus nomes populares: erva-grossa, folhas de pitanga, folhas de laranjeira, flor de mamão-macho, guaco, poejo e melissa. Caso alguma erva faltasse foram sugeridas substituições por assa-peixe, saião, erva-passarinho (de planta que não possui espinho), avenca ou qualquer outra que esteja disponível. A Figura 1 ilustra as etapas de preparo do xarope.

"Seu Ary", outro rezador nascido e criado na área de estudo, 84 anos na data da entrevista, teve sete filhos e mora com a esposa e um neto, já adulto, em casebre próprio. Na sala há uma mesa, com uma jarra de flores artificiais e vários santos da igreja católica, caprichosamente arrumados. Todos dispostos sobre uma toalha branca indicando uma forte presença do elemento religioso. Um pouco pálido, apoiando-se num cajado e com fala cansada vai narrando sua trajetória, aos poucos, quando indagado. A localidade onde passou a infância só possuía caminho de burro e não havia nada lá, nem venda, segundo ele. Quando alguém adoecia tinha que ir até a cabeceira de Macaé de Cima, onde um primo seu era "tratador" de Homeopatia. É aposentado como lavrador e não frequentou a escola, porém, autodidata, aprendeu a ler sozinho ouvindo as aulas e vendo, escondido, os livros dos irmãos. Diz que o professor dele foi aquele lá de cima, fazendo referência a Deus. Seu relato é de uma vida muito dura, trabalhando desde menino e indo morar numa "barraquinha", sozinho, em frente de casa, aos dez anos. Não utiliza nenhuma planta em suas rezas, apenas um terço. Fala da seguinte maneira quando perguntado com quem aprendeu a rezar: "parece que foi alguma coisa que Deus deixou gravado em mim que só passei a compreender depois de adulto". Reza desde mau-olhado até erisipela. Conta que o que mais rezou nessa vida foi dor de dente, mas que também já curou muitas pessoas desenganadas e a única coisa que não reza é o "ofendido de cobra", como fala. Entre as pessoas que o procuram, estão alguns que moram no Rio de Janeiro e também os do lugar,

mas os crentes da localidade não adotam essa prática. Não cobra nada, aceitando apenas uma vela, se a pessoa quiser dar, para acender para o anjo da guarda da própria pessoa. Diz que os rezadores estão acabando porque hoje em dia as pessoas não procuram mais "as coisas de Deus". Não pretende ensinar a ninguém, alegando da mesma forma que "Leléia", que a pessoa precisa ter o dom da reza para esta ter efeito.

O universo da religião faz parte de um sistema simbólico no qual os indivíduos ancoram suas práticas (PUMAR-CANTINI, 2005) e que nos permite compreender as fronteiras entre as dimensões religiosas e algumas práticas sociais. Quando S. Ary foi indagado sobre as mudanças ocorridas na área de estudo disse que o que mudou foi o povo e o modo de alimentação, como ilustrado com suas palavras:

> C – Olha, isso eu falo e é de coração. Quando eu morava aqui, quase não morava ninguém. Morava só da família mesmo, dos meus tios, assim, esse sertão aí pra cima. Mas só que tem, todo mundo tinha que comer, é comer, não é que nem é hoje em dia. Oh, eu duvido se eu falo. Carne seca, de primeiro, não é essas muambas de hoje em dia. Isso não é mais carne. De primeiro, se eles assassem uma carne, só o cheiro, ia aonde a gente "tava". Oh, trigo, eu sei. Criei minha família, "tudo" com trigo. Sempre tinha trigo em casa. A gente botava uma colher, fazia um bolo, aquilo crescia e hoje aquilo vira paçoca. Hoje acabou tudo.

Já "D. Senhorinha" é conhecedora das propriedades curativas de muitas plantas e as utiliza para curar os males de quem a procura. Se a pessoa quiser, ela também reza. É figura carismática e bastante conhecida por todos. Mora na região do estudo há mais de quarenta anos, trabalhou como lavradora, em sistema de parceria, do mesmo

modo que "S. Antonino" e depois como servente na escola do local. Tinha 68 anos no momento da entrevista. Viúva, mora em uma pequena casa própria, no mesmo terreno onde estão construídas casas de três dos seus cinco filhos. Na sala podem ser vistas algumas imagens e estatuetas de santos da igreja católica que imprimem um ambiente cercado de religiosidade. Durante a entrevista demonstrou muito interesse em mostrar as plantas e falar de suas propriedades medicinais, assunto do qual mostrou dominar muito bem. É uma verdadeira detentora de um saber local. Também teve uma vida cheia de dificuldades, de acordo com seu relato. Sempre morou em lugares isolados, distantes dos recursos médicos. Aprendeu a lidar com as plantas com sua avó, por necessidade, como conta:

> C - Ah, isso é... Eu comecei já de lá de Minas mesmo, porque não tinha como a gente... Uma criança ficava doente, ou um adulto mesmo, "ce" tinha que ir naquelas "coisa" que os "antigo" da gente "fazia" pra gente. Aí eu "prendi" muitas "pranta" com a minha avó. Que é ela que tratava de todo mundo ali. E tratava com esse negócio de planta, essas coisas, não tinha negócio de... remédio. E foi assim. Aí a gente foi aprendendo com ela. Aí ela ensinou... Ensinou a gente, isso é pra isso. E aí algum tempo eu vou embora, e vocês, "caba" de aprender outras "coisa" com outras "pessoa". Ela sempre falava assim. E foi mesmo. Que aqui, aqui eu tratei de muita gente, que não tinha como ir pra Friburgo. Ficava doente, eles "ia" lá em casa. Aí eu fazia meus "remédio" de mato lá e dava e valia. Graças a Deus!
>
> P - E a senhora atendia muitas pessoas daqui?
>
> C - Ah, todo mundo. Só uns que não "acreditava" que aqueles "remédio" do mato "valia".

Em sua casa, "D. Senhorinha" fabrica xaropes e chás para distribuir a quem precisar. Não cobra pelos seus serviços, fazendo-os com prazer e pelo amor ao próximo, para ajudar aos necessitados. Da mesma maneira que "Leléia", suas fórmulas variam de acordo com a disponibilidade de se encontrar as plantas, não havendo precisão nem rigor nelas. Porém, deixa clara a preferência em se utilizar plantas frescas ao invés de secas, não tendo nenhuma restrição quanto à época ou hora da colheita. Ela gosta de ensinar o que sabe a todos que a procuram, mas especialmente a uma de suas filhas, que aprende com ela algumas coisas que a interessa para tratar de seu filho, quando este adoece. Porém, "D. Senhorinha" aponta o fato das pessoas hoje em dia não terem tempo para aprender tudo que ela sabe, ou não acreditarem que "os remédios do mato valem". Ela cultiva algumas plantas que utiliza em canteiros no seu jardim. Dentre as espécies cultivadas algumas nunca foram utilizadas por ela, que as cultiva apenas por saber que algumas pessoas indicam tal planta para determinada coisa. Às vezes, traz muda de plantas de algum outro lugar que foi visitar e também fornece mudas a quem pedir, realizando um verdadeiro intercâmbio de espécies. Com olhar clínico, ela distingue cada planta cultivada, presentes num terreno ao lado de onde mora e gosta muito de mostrar o que sabe. "D. Senhorinha" diz que não atende mais tantas pessoas como costumava fazer e a explicação para isso é dada por suas próprias palavras:

> P - E hoje em dia, esse número de pessoas que procuram diminuiu?
>
> C - Diminuiu muito! É muito porque agora tem... Tem farmácia, aí tem... Quando precisa de ir num, tem médico, tem tudo, mas naquele, naquela época não tinha nada aqui, nada. Não tinha farmácia, não tinha médico, não tinha nada.

De acordo com sua observação parece haver um interesse menor por parte das pessoas da comunidade e maior por parte dos que são 'de fora', que representa uma parcela da população que possui acesso aos serviços de saúde e pertencem a uma classe social de maior poder aquisitivo, os turistas, ou pessoas que vieram de fora para morar no local. Outro grupo de pessoas que a procura é o de estudiosos, pois ela relata que às vezes, vão pessoas à casa dela, munidas de caderno e passam lá o dia inteiro perguntando coisas e fazendo anotações. Diz que até estrangeiros, às vezes, fazem parte desses grupos. Quando indagada sobre as mudanças ocorridas na região, o que mais chamou a atenção em seu discurso foi o grande aumento da população e do número de casas existentes, caracterizando a urbanização sofrida no local. Disse que quando se mudou para Lumiar não havia nem dez casas no arraial que era totalmente ocupado por lavouras e pelos lavradores. Ao se comentar sobre a dificuldade de acesso que os antigos tinham ao centro urbano para satisfazer algumas de suas necessidades e confirmando dados coletados sobre a precariedade das estradas e dos transportes na área de estudo, "D. Senhorinha" fala um pouco:

> C - Não tinha nada calçado, era tudo buraco. A gente saía daqui com chuva, a gente podia contar, "chega" lá toda suja. E era mesmo. E o ônibus, só tinha um ônibus aqui, que era do Astrogildo. E a... Assim, a traseira dele, era tudo "marrado" de arame, essa coisa toda, então quando ele fazia aquela força, que ele não tava bom, a gente... As costas da gente "batia" nele. E era. E foi assim, menina. Quando veio, quando ele vinha de lá, vinha trazendo tudo de lá. Caixa de tomate, caixa de num sei que lá mais, tudo botava. Aquele homem carregava tudo. Carregava cabrito, carregava porco, tudo ele carregava daqui pra lá e trazia coisa de lá pra cá.

> P – Demorava quantas horas pra chegar lá em Friburgo?
>
> C - Nossa Senhora! Quando nós "saía", nós, aqui só "tinha" um ônibus. A gente pagava uma passagem, a ida, e a volta já uma vez. Aí que ele voltava de lá "é tarde". Aí tarde aquilo, a gente ia empencando um em cima do outro, que vinha que vinha aquela pelota, e ele tava, e nós "ficava", tinha que vim nele, né? A gente... Se tivesse criança, né, mulher com criança pequena, sentava lá atrás. E aí ele ia botando caixa. Caixa de coisa, a pessoa ficava só daqui pra baixo que ia assim livre.
>
> P – Com caixa até o peito?
>
> C- Até o peito! E, e foi assim minha "fia". Assim a minha vida inteira foi com sacrifício.

Seu "Dedé" é um grande conhecedor das plantas também. Tinha 74 anos na data da entrevista, não estudou e mora na área de estudo há mais de quarenta e oito anos. É um senhor franzino, de fala firme, com boa entonação de voz. Vive com sua companheira com quem possui cinco filhos, dos quais apenas um ainda morava com ele, na sua pequena e humilde casa própria. Trabalhou em pedreiras a vida toda e na época da entrevista, vivia de um benefício equivalente a um salário mínimo. Conta que aprendeu o que sabe com outras pessoas, desde menino ao acompanhar sua mãe que era parteira e até em Centros Espíritas. Demonstra ter amplo conhecimento sobre a paisagem local e as plantas medicinais que utiliza, assim como "D. Senhorinha", fornecendo inúmeras receitas e contando muitos casos de cura durante a entrevista. Indica chá de folha de carambola para os rins e de folha de abacate com figo, para o fígado, entre elas. Também conhece muitas "simpatias" que vai intercalando com o relato do uso de plantas, ficando claro que estas ocupam espaço junto ao seu saber-fazer.

Outra coisa que chamou a atenção é que, diferente de "D. Senhorinha", "S. Dedé" só gosta de colher as plantas que utiliza na lua minguante dizendo que "a lua é que domina a terra, aquele calor domina a terra" e dá exemplos de que quando um cipó é colhido na lua crescente, este se quebra à toa, já o colhido na minguante pode ser retorcido à vontade sem se partir. Não atende pessoas, dizendo, como o "S. Ary", que os evangélicos não acreditam e mesmo os que não são também, e que só acreditam em remédio de farmácia. Mas solícito, sugere, sempre que pode algum remédio à base de plantas para quem tiver algum problema de saúde. Possui um arsenal dessas ervas, plantadas num jardim na frente de sua casa. Na sala há apenas um entalhe em madeira da imagem de Jesus preso à parede. Embora não possua tantas imagens religiosas como os outros atores locais, sua prática é carregada de misticismo, manifestando-se até na coleta de algumas espécies, como uma chamada Mal-com-tudo que relata detalhando:

> C – Se a gente sair a "precura" dele custa a achar. Aí a gente fala mal com tudo, bem comigo, mal com tudo, bem comigo. Aí acha. E é engraçado que a gente vai achando ele. Eu fui "caçar" um ali pra cima da pedreira onde eu trabalhava, hoje já entrou gente de fora, acabaram com o pasto, com tudo que tava ali. Mas nos "mato" ainda tem, nos "barranco" ainda tem lá pra cima. Depois que acha um, acha uma porção. Mas "pa" achar um é difícil.

Essa característica mística se encontra presente entre todos os entrevistados, permitindo-se traçar um perfil semelhante entre esses atores locais, mesmo entre aqueles que não praticam a reza, como o "S. Dedé". De acordo com Jorge e Morais (2002), a abordagem da doença é feita, não em um esquema biomecanicista, mas sim cósmico, onde a percepção sobre a doença e sua cura se

baseia na visão cosmológica da comunidade em estudo e certas peculiaridades relacionadas ao emprego de plantas medicinais não podem ser entendidas se não forem levados em consideração os fatores culturais envolvidos e o ambiente físico em que ocorre. "S. Dedé" complementa sua fala mencionando outro aspecto, também abordado pelo "S. Ary", sobre a alimentação das pessoas:

> C – Aqui tinha uma fartura imensa! O pessoal aqui nem comprava, todo mundo dava. Aqueles que não "tinha", "ganhava". Eu me lembro que eu ganhava. Hoje, se a senhora, só vê casa caída e o pessoal "mudaram" tudo pra cidade. É tudo de gente, só tem graúdo de fora, só tem proibida a entrada, proibido a caçada, proibido a pescada, proibida a passagem. Se a senhora ver, não vê mais um pé de inhame, não vê mais um pé de banana, não vê mais um pé de planta, não vê mais nada. É tudo a poder de mercado. Gente que tinha terreiro cheio de vaca, galinha, porco, fartura numerosa! Couve, lavoura, muita coisa! Hoje, se quiser um franguinho, tem que comprar no mercado.

Ao falar sobre a transmissão do conhecimento, "S. Dedé" disse que não está passando para ninguém, mas gostaria de deixar escrito "pro pessoal ver, assim como as histórias dos antigos, de boiadeiro, do tempo do cativeiro, do tempo da judiaria, como o povo fazia, o que aconteceu com aqueles cangaceiros, o que não aconteceu". Diz ainda que as pessoas como ele, possuidoras de um saber local, estão acabando. Fala ainda que as pessoas estão cada vez mais doentes e que "com uma coisa à toa, que poderia ser evitada (com o uso de plantas), mas as pessoas não acreditam". Em relação à transmissão do conhecimento, todos concordam num ponto: que não o estão repassando aos jovens do lugar, cada qual com seu motivo.

Figura 2 - Lista de presença no Encontro dos Erveiros

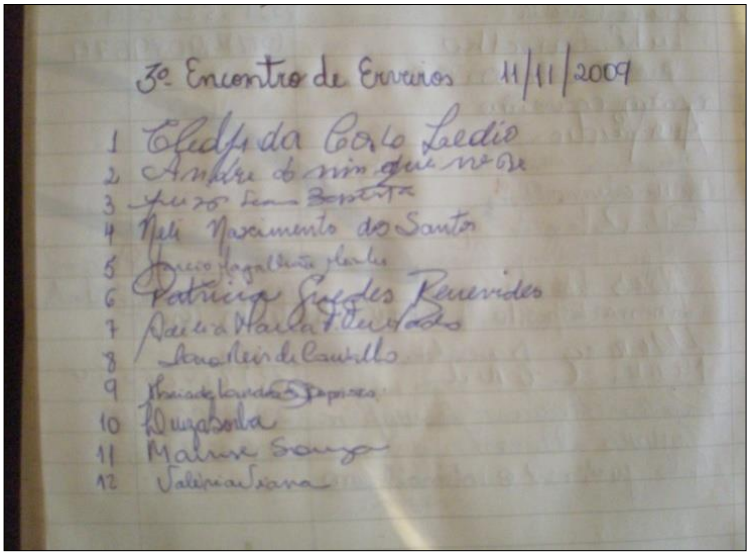


Foto: Valéria C. R. Viana.

Não poderia deixar de ser comentada a Oficina Escola As Mãos de Luz, uma associação sem fins lucrativos que desenvolve atividades ligadas à cultura local e ao folclore de um modo geral, no sentido de valorizar e resgatar os conhecimentos tradicionais. Está situada no Vale dos Peões, onde desenvolve sua proposta de trabalho. Lá se realizavam, na época da pesquisa, reuniões mensais abertas chamadas de "Encontro de Erveiros", que era divulgado através da técnica do boca a boca. Uma lista de presença de um desses encontros está registrada na Figura 2. Os moradores considerados detentores de um saber local eram peças-chave e convidados pessoalmente pelas organizadoras dos encontros. No início de cada encontro era feita uma dinâmica de grupo para entrosamento dos participantes. Era ali que os atores locais se tornavam senhores da situação. Era ali que pessoas que não detêm o conhecimento formal se tornavam mestres e doutores no domínio do

seu saber local. Era ali que assumiam com ares de autoridade o seu papel de cidadão. Era ali que encontravam um espaço democrático de troca de saberes. Era ali que tinham sua autoestima valorizada e era ali que tinham prazer em compartilhar com os outros, o seu conhecimento.

O público que frequentava os encontros era composto em sua maioria por pessoas vindas de fora do local e as mulheres se encontravam em maior número. Cada ator local falava sobre as plantas trazidas, suas ações terapêuticas, formas de uso e de preparo e até das condições de coleta. Quando a atividade era relativa ao preparo, as mulheres eram as mais interessadas e se colocavam ao lado do fogão trocando experiências. Esse tipo de atividade parecia não interessar aos homens que nessa hora se afastavam e conversavam sobre outros assuntos.

Para ilustrar o percurso etnográfico, entra em cena um morador, filho de um rezador, não seguiu essa carreira, que afirma ser de muita responsabilidade, lembrando das noites em que seu pai saía de casa com chuva para atender os necessitados de suas curas. Porém, orgulhoso, dá uma receita para mordidas de cobra e diz que hoje em dia "muito pouco novo sabe alguma coisa".

> P - Sempre tratou com planta?
>
> C - É. Nem era muito planta, não. É mais, era ovo cozido e a querosene. Bebia cachaça com alho. Usava muita cachaça com alho. E a querosene e o ovo cozido em cima. Passa querosene em cima, na hora, e aí bota ovo cozido em cima. Cozinha o ovo e corta ele no meio e "marra" aquela gema em cima, aquela gema fica pretinha. Puxa tudinho. Aí, quando acabar de puxar aquela parte, pega aquela outra parte e "marra" em cima. E vai puxando. O veneno em vez de atingir pra cima, ele volta "pa" trás.

"Seu Zezinho" é morador antigo da região e o fato de ser filho de rezador, lhe confere algumas lembranças de muitas práticas de cura. Aos 62 anos na data da entrevista, foi lavrador, mas trabalha em construção de casas, caracterizando bem o que comenta Carneiro e Rocha (2009) a respeito das alternativas fora da agricultura para os moradores da região. Possui casa própria e seus três filhos também têm suas casas construídas no mesmo terreno. Quando indagado sobre mudanças ocorridas na região não pôde deixar de comentar o aumento da população, nas suas palavras: "É porque isso aí não tinha ninguém de fora. Agora, o quê, a metade de Galdinópolis, né, "Maria", é quase tudo gente de fora, já. A metade, mais ou menos já, ou mais, se deixar".

Uma de suas filhas trabalha com plantas medicinais de uma maneira diferente das praticadas na região até o presente momento: ela comercializa plantas secas na forma de chás junto com um grupo de mulheres, numa cooperativa, porém ainda não formalizada. Seu registro é de produtora rural, mas todas as decisões são tomadas em grupo e o lucro é igualmente dividido. Eram comercializadas cinquenta espécies na época da entrevista, todas da região, segundo ela. Algumas são cultivadas e outras são de ocorrência espontânea. O que se vê aqui é que além de ocupar espaço na roça familiar, essa prática comercial (CARNEIRO, 2009) aparece relacionada ao uso das plantas medicinais pautada na apropriação de um saber local que pode, ou não, ajudar na sua preservação, mas que aponta para uma forma diferente das dos atores locais em se relacionar com esse saber.

Durante as entrevistas realizadas, muitas foram as plantas, as indicações, os modos de usos e as receitas citadas. O que se pôde perceber foi a existência de um rico acervo de conhecimento e de uma grande plasticidade em relação aos seus usos, cercados de misticismo e de uma aura de sobrenatural. As espécies que puderam ser identificadas durante o trabalho são apresentadas a seguir com

seus nomes botânicos. Vale lembrar que essas espécies representam um número pequeno comparado ao universo das plantas utilizadas pelos atores locais nas suas práticas de cura. As informações foram fornecidas pelos atores locais e confrontadas com dados secundários presentes no opúsculo do 1˚Encontro Sobre Ervas Medicinais (ESEM, 1985). Todas foram registradas de acordo com seus modos de expressão para evitar erros de interpretação. As plantas citadas nas associações não foram necessariamente identificadas, porém não poderiam deixar de constar na informação.

ASSA-PEIXE (*Vernonia polyanthes Less*)

Figura 3 - *Vernonia polyanthes Less* e detalhe da flor



Foto: Paola B. L. Eller.

Indicações terapêuticas: gripe e limpeza do pulmão.
Parte usada: broto.
Modo de Preparo: xarope.
Vias de administração: oral.
Posologia: 1 colher (sopa, adultos e chá, crianças) de manhã e à tarde.

Usuários: qualquer pessoa.
Efeitos esperados: em 2 ou 3 dias.
Associações: se quiser, mas não é necessário.
Plantas utilizadas nas associações: flor de mamão-macho, erva-passarinho, guaco.

CORDÃO-DE-FRADE (*Leonotis nepetifolia*)

Indicações terapêuticas: diabetes, colesterol e bronquite (flores).
Parte usada: folhas e flores.
Modo de Preparo: chá.
Vias de administração: oral.
Posologia:3 a 4 vezes ao dia.
Usuários: qualquer pessoa.
Efeitos esperados: em 1 ou 2 dias.
Associações: não.

ERVA-MACAÉ (*Leonorus sibiricus* L.)

Figura 4 - *Leonorus sibiricus* L. com detalhe da flor



Foto: Paola B. L. Eller.

Indicações terapêuticas: dor de barriga, ressaca, ameaça de derrame, digestão e reumatismo.
Parte usada: folha.
Modo de Preparo: sumo misturado com água fria, chá da planta com cinza de fogão.
Vias de administração: oral.
Posologia: 1 cálice até 4 vezes ao dia.
Usuários: qualquer pessoa.
Efeitos esperados: imediato.
Associações: não.

ERVA-MOURA (*Solanum americanum* Mill)

Figura 5 - *Solanum americanum* Mill



Foto: Paola B. L. Eller.

Indicações terapêuticas: rins (com a urina presa), fígado e erisipela.
Parte usada: folhas e raiz.

Modo de Preparo: ferver a raiz amassada por 5 minutos e abafar; chá (folhas).
Vias de administração: oral ou banhos no local.
Posologia: frio é melhor; beber várias vezes ao dia.
Usuários: qualquer pessoa.
Efeitos esperados: em 2 ou 3 dias.
Associações: se quiser.
Plantas utilizadas nas associações: erva-preá e erva-de-bicho (para erisipela, em forma de banhos); cana-do-brejo e lágrima de nossa senhora (para problemas renais e do fígado, em forma de chás).

LÁGRIMA-DE-NOSSA SENHORA (*Coix lacrima-jobi* L.)

Indicações terapêuticas: urina presa.
Parte usada: talo da folha.
Modo de Preparo: cozimento.
Vias de administração: oral e banhos de assento.
Posologia: chá: toda hora, um pouquinho; banho: duas vezes ao dia.
Usuários: qualquer pessoa.
Efeitos esperados: em 1 ou 2 dias.
Associações: se quiser, mas não é necessário.
Plantas utilizadas nas associações: erva-moura.

MANJERICÃO (*Ocimum basilicum* L.)

Indicações terapêuticas: coração, nervoso, dor de cabeça (quando está com nervoso e o coração dispara e tem dor de cabeça) e fígado.
Parte usada: folhas e flores.
Modo de Preparo: chá.
Vias de administração: oral.
Posologia: várias vezes ao dia.

Usuários: qualquer pessoa.
Efeitos esperados: no mesmo dia.
Associações: se quiser, mas não é necessário.
Plantas utilizadas nas associações: erva-doce, erva-cidreira, alfavaca-da-costa.

Figura 6 - Manjericão

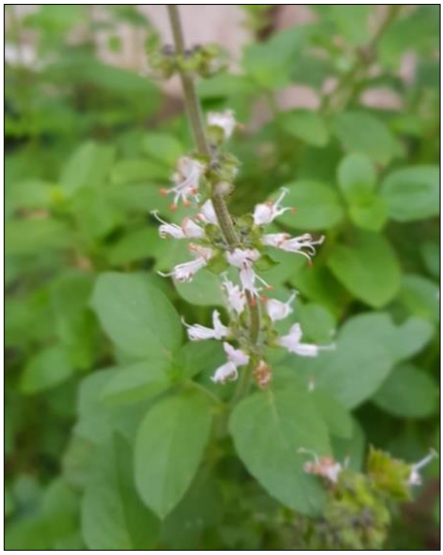


Foto: Betina Monika Ruppelt.

MELÃO-DE-SÃO CAETANO (*Momordica charantia* L.)

Indicações terapêuticas: piolho, dor de estômago, dor de barriga e reumatismo.
Parte usada: folha, ramo, pode ter flor.
Modo de Preparo: chá.
Vias de administração: oral e banho.
Posologia: 1 copo 1 vez ao dia, ou banhos no caso de piolhos; botar no álcool e esfregar no lugar do reumatismo.

Usuários: qualquer pessoa.
Efeitos esperados: no mesmo dia.
Associações: não.

MENTRASTO (*Ageratumconyzoides* L.)

Figura 7 - Mentrasto



Foto: Paola B. L. Eller.

Indicações terapêuticas: expectorante.
Parte usada: folhas e flores.
Modo de Preparo: chá (folhas) e xarope (flores).
Vias de administração: oral.
Posologia: chá: 1 copo 3 vezes ao dia; xarope: 1 colher (sopa, adultos e chá, crianças) 3 vezes ao dia.
Usuários: qualquer pessoa.
Efeitos esperados: em 2 ou 3 dias.
Associações: só para o xarope.

Plantas utilizadas nas associações: capim-limão, assa-peixe, erva-passarinho, pitanga, limão e folhas de lima.

PITANGA (*Eugenia uniflora* L.)

Figura 8 - Pitangueira



Foto: Martha Maria Monnerat.

Indicações terapêuticas: gripe com febre alta, garganta inflamada com dor, dor de cabeça e diabetes.
Parte usada: folhas e flores.
Modo de Preparo: chá (folhas) e xarope (folhas e flores).
Vias de administração: oral.
Posologia: 3 a 4 vezes ao dia.
Usuários: qualquer pessoa, menos gestantes.
Efeitos esperados: em 1 ou 2 dias.

Associações: se quiser.
Plantas utilizadas nas associações: capim-limão, assa-peixe, erva-passarinho (de planta que não tem espinho), mentrasto, guaco, aeromoça, limão e folhas de lima. Usam-se três folhas de cada planta.

Todas as plantas identificadas são classificadas como de uso medicinal e estão inseridas no saber-fazer dos atores locais. Para se ter uma dimensão um pouco mais próxima do universo das plantas utilizadas pelos atores locais, estas foram agrupadas no Quadro 1, somente com seus nomes populares como são conhecidos na região, suas indicações e as principais formas de uso ou preparo.

Vale chamar a atenção para os nomes de algumas plantas como Novalgina e Antibiótico. Outrora essas plantas provavelmente já faziam parte do arsenal terapêutico dos antigos, uma vez que esse conhecimento foi apreendido através das gerações, mas com certeza, tinham outros nomes.

Em 2018, o local foi revisitado através do Programa Pesquisa Produtividade da UNESA, quando foi possível verificar que D. Senhorinha já havia falecido e S. Dedé já não se lembrava mais das plantas, assunto que dominava com maestria. Foi feito contato com Leléia, que estava bem, mas uma conversa mais prolongada sobre seu conhecimento não foi possível, embora tenha se mostrado bastante solícita diante dessa possibilidade. Também não foi possível encontrar aqueles que moravam mais distante por questões logísticas. No entanto, houve a oportunidade de encontrar outro ator local, que ainda não havia sido entrevistado, muito conhecido por todos da localidade e grande conhecedor das propriedades das plantas com ação medicinal.

Quadro 1 - Plantas medicinais e suas indicações terapêuticas

Nome popular	Indicação	Parte utilizada	Preparo e/ou uso
Abacate	Rins, bexiga, diurético	Folhas	Chá
Agoniada	Após o parto, pra 'limpar'	Folhas	Chá
Alfavacão	Falta de ar, asma	Folhas	Chá
Alfavacão da Costa	Gripe	Folhas	Chá
Algodão	Dor de ouvido	Flor	Esquenta a flor e pinga no ouvido
Ananá	Inflamação na garganta, bronquite	Frutos	Chá, xarope
Antibiótico	Machucados, inflamação	Folhas	Banhos no local, chá ou gargarejos
Arnica-do-campo	Dores em geral (cólicas, musculares, articulação)	Folhas	Chá, infusão com álcool para passar no local
Avenca	Dor no estômago, inflamação na garganta	Folhas	Chá, beber ou gargarejar ou em associação no xarope
Barbáceo	Intoxicação, estômago	Folhas	Chá
Boldo	Fígado	Folhas	Sumo
Buta	Depurativo, fortificante	Fruto, caule	Infusão na água fria
Cânfora	Reumatismo, anti-inflamatório	Folhas	Fricção no local com a infusão no álcool
Carambola	Rins	Folhas	Chá
Carqueja	Estômago, gordura no sangue, fígado	Folhas	Chá
Cascalha	Ajudar a romper os dentes dos nenéns	Folhas	Chá para banhar as gengivas
Cavalinha	Diurético	Folhas	Chá
Cebola	Evitar infarto, derrame	Cabeça ou palha	Cabeça – comer crua (infarto); chá da palha (derrame)
Chapéu-de-couro	Estômago, fortificante	Folhas	Chá
Cipó-caboclo	Derrame	Caule	Chá
Cipó-cravo	Nervoso	Caule	Chá
Citronela	Repelente de insetos	Folhas	Deixar um amarrado das folhas no ambiente
Erva Celidônea	Olhos e dor de cabeça	Folhas	Chá para banhar o local
Erva Cidreira Lastreira	Cólicas menstruais	Folhas	Chá
Erva-de-bicho	Erisipela	Folhas	Chá para banhos locais
Erva-grossa	Febre, diarreia	Folhas	Chá ou xarope
Erva-lagarto	Diarréia, intestino	Folhas	Chá
Erva-passarinho	Bronquite, pneumonia, gripes	Folhas (de planta que não possui espinho)	Chá ou xarope (com associações)
Erva-preá	Erisipela	Folhas	Chá para banhos locais
Erva-sapinho	Sapinho na boca	Folhas	Chá para banhos locais
Eucalipto	Tosse, bronquite, pulmão	Folhas	Chá (sozinho); xarope (associações)

Fortuna	Contusões, furúnculos	Folhas	Chá para banhos locais (contusões); esquentar a folha e colocar em cima (furúnculos)
Fumo-de-corda	Contusões, fraturas	Folhas	Chá para banhos locais (associado com Barbáceo)
Gervão roxo	Estômago, fortificante, depurativo	Folhas	Chá
Hortelã preto	Expectorante, vermes, gases	Folhas	Cozido no leite (expectorante); chá (vermes e gases)
Insulina	Diabetes	Folhas	Chá
João Brandi	Reumatismo	Folhas	Infusão no álcool (massagear o local)
Laranja-da-terra	Febre	Folhas	Chá
Lima	Pneumonia	Fruto	Ingerir o fruto in natura
Lixa-viola	Contusões, problemas nos ossos	Folhas	Chá
Mal-com-tudo	Estômago, reumatismo	Folhas	Infusão na cachaça; gotas (estômago); fricção local (reumatismo)
Malva	Aftas, garganta, dor de dente	Folhas	Chá para banhos locais
Mil-folhas	Enjôo, dor de barriga	Folhas	Chá
Novalgina	Febre, dor	Folhas	Chá
Orelha-de-macaco	Dor de Ouvido	Folhas	Esquenta a folha e pinga no ouvido
Palma-mulata	Azia	Folhas	Infusão no vinho ou cachaça
Quebra-pedra	Pedra nos rins	Folhas	Chá
Quina-cruzeiro	Estômago, fortificante	Folhas	Chá
Quina-rosa	Fortificante, sapinho	Folhas	Chá para banhos locais; infusão na cachaça
Saião	Gripe, úlcera, reumatismo, contusões	Folhas	Chá, emplastro quente (reumatismo, contusões)
Saião miudinho	Úlcera	Folhas	Ingerir in natura
Sete sangrias	Coração, diarreia com sangue	Folhas	Chá
Transagem	Inflamação de urina, feridas	Folhas	Chá para beber ou banhos locais
Tira-tema	Qualquer doença que custa a curar	Folhas	Chá para banhos locais
Urucum	Coração, varizes, pressão alta	Sementes (coração) Folhas (varizes, pressão)	Infusão na água fria Chá
Uvaçu	Pedra nos rins	Folhas	Chá
Violeta	Regras abundantes	Folhas	Chá

Fonte: Elaboração própria.

"S. Didico" também é rezador. Foi nascido e criado em Lumiar e possuía 82 anos naquele momento. Como os outros entrevistados, frequentou pouco a escola. Foi lavrador a vida toda e depois se aposentou, mas continuou na lavoura, dessa vez somente para suprir as necessidades familiares. Durante a conversa já se mostrava um pouco esquecido dos nomes das plantas, mas mesmo assim falou de várias delas com o mesmo brilho nos olhos e sorriso no rosto de satisfação de quem sabe o que está falando. Durante a prosa contou que trabalha muito com médicos e que já foi entrevistado duas ou três vezes por uma importante emissora de televisão, mas sem perder a modéstia. Muitas das plantas que foram citadas pelos outros atores locais, também foram citadas por ele, o que confirma o conhecimento local, o saber-fazer, como revela com suas palavras.

> Pra cada doença tem duas, três, dez plantas que servem pra uma doença só. É difícil uma só. É muito raro. É igual a você carregar uma árvore que você não aguenta e tem que chamar uma pessoa pra ajudar. Aí cada uma cuida de um órgão do nosso corpo, né... uma pega no sangue, outra pega na pele, outra pega naquele líquido que nós temos. Nós temos água no nosso sangue também.

Como os outros entrevistados, diz que as pessoas não conhecem essas plantas, que não se interessam por isso. Porém, sua filha, que reconhece o valor desse arsenal natural, na tentativa de perpetuar esse conhecimento, começou a anotar num caderno tudo que o S. Didico sabe sobre as plantas, antes que sua memória se apague e junto com ela esse saber. Muito didático, diz que é preciso mostrar a planta a quem se interessa por aprender e se dispõe a coletar algumas quando for preciso. Complementa que "é preciso ver a erva e prestar muita atenção naquelas veiazinhas que tem na folha

pra saber diferenciar uma da outra". Fala que a marcelinha, muito boa para crianças, sumiu e atualmente é muito difícil encontrar uma. Ao longo da conversa, nuances de um misticismo marcam sua prática, quando conta o seguinte episódio sobre a agoniada, planta utilizada para o aparelho reprodutor feminino:

> É difícil de achar. Eu procurei com uma senhora, ela foi junto comigo lá no mato, que eu sabia onde tinha essa árvore, não achei, que se você falar o nome não acha. É uma árvore já bem grossa assim. Agora eu marquei direitinho, eu sei onde agora que ela tá.

Ao ser indagado sobre o ato de rezar falou que reza a criança quando as fezes estão verdes, isso se dá o nome de ventre caído. Disse que reza uma vez com a criança e depois mais duas vezes sem a criança. Também já rezou muita erisipela. "Eu não curo. A gente pede a Deus, Deus tem compaixão das pessoas, né? Ele que cura." Em algumas situações, também reza com uma pena de galinha, do mesmo modo que S. Antonino, usando óleo de perna (que se compra pronto em farmácia) e diz que se molhar volta tudo, não pode molhar. Também reza com uma planta chamada vassoura. Segue dizendo que cada um tem uma missão nessa Terra. Aprendeu a rezar com sua tia, e com a mãe, a usar as plantas. Por fim disse que ele, S. Dedé, D. Senhorinha e D. Dida (outra rezadeira do local também falecida) passavam um para o outro o que sabiam.

Na sua visão sobre as mudanças ocorridas na localidade após a criação da APA, diz que isso não mudou a forma como as pessoas usam as plantas. Conta que tinha uma área de terra bem grande e dividiu tudo com os dois filhos e agora só tem a cama dele. Agora só quer o seu cantinho de roça, comer o que tem vontade e que não quer mais nada nesse mundo, "só viver o restinho que me resta". E enquanto puder ajudar alguém com uma plantinha vai fazer com todo

amor. Ele espera que sua filha possa registrar o máximo que ele puder passar. Ao ser perguntado se conhecia mais alguém detentor de saber local como ele e os outros entrevistados, disse não saber de mais ninguém.

A chamada medicina popular pode ser definida como um conjunto de técnicas de tratamento empregadas pelos especialistas não reconhecidos pela medicina oficial. O conhecimento e as técnicas da medicina popular são vistos como sobrevivências folclóricas de uma época passada, de regiões rurais e comunidades tradicionais isoladas e atrasadas, que vão desaparecendo frente ao desenvolvimento da urbanização (LOYOLA, 1984).

Após adentrar o universo desse saber local, espera-se que o registro do acervo de conhecimento sobre plantas medicinais desses atores locais possa retornar à comunidade estudada (PATZLAFF; PEIXOTO, 2009) e servir de base para outros possíveis desdobramentos ou aprofundamentos em estudos posteriores. Quiçá em outros locais que ainda guardam modos de vida que deixam espaço para práticas de saber popular, que certamente se relacionam com o ambiente onde estão inseridas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante toda a trajetória da pesquisa, se tentou, através da investigação científica, conhecer um pouco do saber-fazer dos atores locais e se esse conhecimento é passado ou não através das gerações. O que se pode dizer aqui é que foi possível traçar um perfil de quem são esses atores e o que têm em comum, a começar pela faixa etária, todos acima de sessenta anos de idade e pouco ou nada frequentaram a escola. Igualmente, todos foram criados em lugares distantes dos recursos encontrados nos centros urbanos e tiveram uma trajetória com boa parcela de todo o tipo de dificuldades. Todos, quando

jovens, observaram os mais velhos em suas práticas de cura, seja através de rezas, seja através de tratamento com plantas, seja prestando ajuda às pessoas do local onde viviam.

Também se pode afirmar com segurança que as fórmulas que utilizam não são rígidas, podendo ser adaptadas de acordo com as circunstâncias e possibilidades. As plantas são utilizadas, associadas ou não, em sua grande maioria no estado fresco e são preparadas, principalmente na forma de chás, sumos, banhos ou xaropes.

O mais marcante de tudo e que merece ser comentado detalhadamente é a forma como suas práticas e seu saber estão, pode-se dizer, alicerçados em crenças que motivam e norteiam essas práticas. É como se elas formassem um cimento em torno do qual seu saber está consolidado e fortalecido. Sem isso, parece não haver sentido. Essas crenças, ou esse misticismo, permeia vários aspectos desse saber, desde algumas formas de coleta, até o tipo de planta que se usa, passando principalmente pela finalidade com a qual ela está envolvida. Sem esse misticismo, parece não haver finalidade nesse tipo de conhecimento, que representa não só uma peculiaridade cultural, mas também uma forma detalhada de saber sobre o ambiente e a biodiversidade que rodeia o homem, seus limites e desafios.

Seu saber é herança, ou resultado, de um modo de vida diferente do que hoje se dá no local. As intensas transformações pelas quais as localidades inseridas na APA Macaé de Cima passaram nos últimos anos, imprimiram grandes mudanças na identidade social, cultural, econômica, política e ambiental de seus moradores. Principalmente pela grande urbanização sofrida e pela transformação do local em Área de Proteção Ambiental, duas características que catalisaram a vinda de muitas pessoas de fora.

Portanto, numa abordagem etnobotânica, não se pode deixar de falar em como as questões ambientais estão relacionadas às

questões sócio-econômico-culturais, uma vez que estas são determinantes pela demanda desse tipo de transformação que determinada comunidade está sujeita. Os poucos atores locais encontrados não estão repassando seu conhecimento para as gerações futuras, mas por iniciativa das próprias pessoas "de fora", se procura valorizar e preservar esse conhecimento antes que ele se perca, seja através dos Encontros de Erveiros promovidos pela Oficina Escola As Mãos de Luz, seja por iniciativas individuais de registro desse saber.

Empreitadas como essas lembram aqueles centros de recuperação de animais ameaçados de extinção. Porém aqui, o que está em extinção não é a biodiversidade, embora se esteja falando de algo que aconteça num fragmento de Mata Atlântica. Aqui, o que está em extinção é algo imaterial, que está permeado de todo um modo de vida e crenças peculiares. Apesar da acelerada evolução tecnológica e cultural, o homem ainda busca na natureza recursos para satisfazer algumas de suas necessidades, entre elas a da saúde.

Uma coisa é certa: ouvir histórias pessoais, registrar o saber local, valorizando-o leva o ator local a uma melhora da sua autoestima, o que o faz se sentir importante na sua comunidade, o que pode significar um primeiro passo na construção de sua identidade como cidadão e agente transformador de sua realidade local. Realidade essa, que é mais bem conhecida por ele do que por pessoas que estão longe, muitas vezes encerradas em escritórios, em meio à procedimentos burocráticos, possivelmente gerindo e tomando decisões que tocam no âmago da existência/identidade social de determinado grupo. Preservar o conhecimento/cultura da população local e seu modo de vida faz parte da preservação num âmbito que transborda e envolve o ambiental.

Espera-se deixar uma reflexão em cima dos resultados encontrados sobre as consequências que podem acontecer quando as tomadas de decisões, que fazem parte de políticas públicas, não

levam em conta o patrimônio do conhecimento das populações que se encontram em locais escolhidos como áreas de proteção.

A variedade de espécies apontadas pelos atores locais, muitas delas de origem do Brasil, sugere estudos mais aprofundados acerca da biodiversidade que traduz o potencial de um recurso natural para cuidados com a saúde e uma oportunidade de valorização desse fragmento de Mata Atlântica.

REFERÊNCIAS

ADORNO, R. C. F.; CASTRO, A. L. "O exercício da sensibilidade: pesquisa qualitativa e a saúde como qualidade". **Saúde e Sociedade**, vol. 3, n. 2, 1994.

ALBUQUERQUE, U. P. **Introdução a etnobotânica**. Rio de Janeiro: Editora Interciência. 2005.

ALBUQUERQUE, U. P.; HANAZAKI, N. "As pesquisas etnodirigidas na descoberta de novos fármacos de interesse médico e farmacêutico: fragilidades e perspectivas". **Revista Brasileira de Farmacognosia**, vol. 16, dezembro, 2006.

BOTTÉRO, J. "A magia e a medicina reinam na Babilônia". *In*: LE GOFF, J. (org.). **As doenças têm história**. Lisboa: Editora Terramar, 1997.

CÁRITAS - DIOCESANA DE NOVA FRIBURGO. **Anais do 1º Encontro sobre ervas medicinais**. Nova Friburgo: Cáritas, 1985.

CARNEIRO, M. J. "Memória, Esquecimento e Etnicidade na Transmissão do Patrimônio Familiar". *In*: CARNEIRO, M. J. *et al*.

(orgs.). **Campo aberto, o rural no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Contra Capa Livraria Ltda, 1998.

CARNEIRO, M. J. 'Descendentes de suíços e alemães de Nova Friburgo: de "colonos" a "jardineiros da natureza"'. *In*: GOMES, A. C. (org.). **Histórias de imigrantes e de Imigração no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Letras, 2006.

CARNEIRO, M. J. 'De "produtor" a "consumidor": Mudanças sociais e hábitos alimentares'. *In*: NEVES, D. P. (org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CARNEIRO, M. J.; ROCHA, B. N. "Limites e possibilidades da construção de territórios de desenvolvimento na região serrana do Rio de Janeiro". *In*: CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. (orgs.). **Agricultura familiar**: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Editora MAUAD, 2009.

CUNHA, M. S. C. S (coord). **Memória popular**: receitadores – Mundo místico e ação social. Nova Friburgo: Centro de Documentação Histórica – Pró-Memória, 1988.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Editora HUCITEC, 2004.

ELIZABETSKY, E. "Etnofarmacologia". **Ciência e Cultura**, vol. 55, n. 3, 2003.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Editora Livros Técnicos e Científicos S. A., 1989.

JACCOUD, R. L. S. **História, contos e lendas da velha Nova Friburgo**. Nova Friburgo: Múltipla Cultural, 1999.

JORGE, S. S. A.; MORAIS, R. G. "Etnobotânica de Plantas Medicinais". *In*: COELHO, M. F. B.; JUNIOR, P. C.; DOMBROSKI, J. L. D. (orgs.). **Diversos olhares em etnobiologia, etnoecologia e plantas medicinais**, vol. 1, 2002.

LE GOFF, J. "As plantas que curam". *In*: LE GOFF, J. (org.). **As doenças têm história**. Lisboa: Editora Terramar, 1997.

LÉONARD, J. "Os doentes imaginários". *In*: LE GOFF, J. (org.). **As doenças têm história**. Lisboa: Editora Terramar, 1997.

LOYOLA, M. A. **Médicos e curandeiros** – conflito social e saúde. São Paulo: Editora DIFEL, 1984.

MACIEL, M. P. M.; PINTO, A. C.; VEIGA Jr., V. F. "Plantas Medicinais: A necessidade de estudos multidisciplinares". **Química Nova**, vol. 25, n. 3, maio, 2002.

MARTINS, P. H. **Contra a desumanização da Medicina**: crítica sociológica das práticas médicas modernas. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

MAYER, J. M. "As Origens de São Pedro da Serra". **A voz de São Pedro da Serra**, vol. 1, n. 3, abril/maio, 2000.

PATZLAFF, R. G.; PEIXOTO, A. L. A. "Pesquisa em etnobotânica e o retorno do conhecimento sistematizado à comunidade: um assunto complexo". **História das Ciências da Saúde**, vol. 16, n. 1, março, 2009.

PRÓ-MEMÓRIA. **Centro de Documentação Histórica da Secretaria de Cultura de Nova Friburgo**. Nova Friburgo: Prefeitura Municipal, 2009.

PUMAR-CANTINI, L. **Prática curativa**: um saber sonegado? (Dissertação de Mestrado em História das Ciências da Saúde). Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

QUINTEIRO, M. M. C. **Etnobotânica aplicada à definição de estratégias de conservação em Visconde de Mauá, Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira** (Dissertação de Mestrado em Ciência Ambiental). Niterói: UFF, 2008.

TEIXEIRA, V. L. **Pluriatividade e Agricultura Familiar na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro** (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais). Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

CAPÍTULO 6

A Arquitetura de Taipa como Patrimônio Material e Imaterial da APA de Macaé de Cima

A ARQUITETURA DE TAIPA COMO PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL DA APA DE MACAÉ DE CIMA[35]

Werther Holzer

Viviane de Azevedo Folly

O que apresentamos neste texto são os resultados de pesquisa sobre as casas de taipa e a paisagem cultural na qual estão implantadas, situadas em Nova Friburgo – RJ, especificamente nos distritos de Lumiar e São Pedro da Serra, inseridos na Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima. Esta pesquisa, concluída em 2020, foi iniciada no segundo semestre de 2012, com o título de "Registro de imagens da paisagem vernacular: casas de taipa e paisagens rurais dos distritos de Nova Friburgo – RJ", ocasião em que foi contemplada com uma bolsa de iniciação CNPq/PIBIC, que veio sendo renovada, apoiando outros jovens bolsistas até a sua conclusão[36]. Está inserida na linha de pesquisa "Lugar, paisagem e experiência" do Grupo de Pesquisa Geografia Humanista Cultural, liderado pelo primeiro autor deste texto, e abrigado no Laboratório do Lugar e da Paisagem, da Escola de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense.

[35] Nossos agradecimentos aos moradores das casas que levantamos na pesquisa. Sem as bolsistas de iniciação científica esta pesquisa não teria se viabilizado, nem sem o apoio financeiro do CNPq e da UFF. Agradecemos também a Selma Holzer, geógrafa e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Geografia Humanista Cultural.

[36] Bolsistas CNPq – UFF/PIBIC Luísi Mendonça Carvalho (2012 – 2014), Alessandra Villar Damasceno (2014), Paula Couto Guimarães Carvalho (2014), Bianca Balonecker Arakaki (2015 – 2017), Viviane de Azevedo Folly (2017 – 2020).

A pesquisa tinha como objetivo inicial fazer estudos de caso comparando as paisagens de culturas tradicionais com as novas paisagens da globalização, tendo como aporte teórico-conceitual a geografia humanista cultural, voltada para a paisagem, a partir das relações entre ciência e arte. Seu tema era o da paisagem e da arquitetura vernacular. Com o avanço das investigações em campo estes objetivos iniciais foram sendo revistos e ajustados, o que será detalhado mais adiante.

Se trata de um projeto que já vinha sendo implementado, a partir de uma participação do primeiro autor no levantamento de campo do denominado "Caminhos do Sal", originados de uma parceria do SEBRAE, com o INEPAC e a UNESCO para o estabelecimento dos Caminhos Singulares do Estado do Rio de Janeiro. Esta experiência inicial acabou por originar um projeto de pesquisa, realizado desde seu início com a colaboração de bolsistas de iniciação científica, sobre a paisagem e a arquitetura vernacular. O objeto da investigação foram os aldeamentos salineiros do entorno da Lagoa de Araruama (08.2007 a 07.2008); seguidos da paisagem da Serra da Mantiqueira no entorno do Parque Estadual do Pico do Papagaio, em Minas Gerais (08.2008 a 07.2009); da floresta amazônica, no município de Oriximiná, no Pará, onde a UFF têm um campus avançado (08.2009 a 07.2010); e das restingas da macrorregião das Baixadas Litorâneas do estado do Rio de Janeiro (08.2010 a 07.2012), e desde 2012 das paisagens e arquitetura de tradição suíça na Mata Atlântica do município de Nova Friburgo e arredores. Esta pesquisa não se prende apenas aos aspectos materiais, mas também aos imateriais, como os apresentados por Selma Holzer (2016).

Inicialmente a pesquisa teve como objetivo realizar um ensaio fotográfico sobre as paisagens vernaculares situadas nas áreas rurais do município de Nova Friburgo – RJ, traçando o seu perfil e discutindo teoricamente o papel da fotografia enquanto meio de

expressão artístico e de informação científica. Registrar com o uso da fotografia, que para fins da pesquisa é documento e materialização da memória de artes e técnicas que estão desaparecendo, o legado da paisagem e da arquitetura vernacular devido à migração dos suíços e alemães ainda na primeira metade do século XIX e que permanece até hoje nos distritos de Lumiar e São Pedro da Serra e, também, nos arredores. A partir deste ensaio se estudou as concepções que configuraram os modelos e padrões da paisagem rural deste município que tem como peculiaridade a colonização suíça, área muito suscetível ao parcelamento de terras o que permite avaliar, a partir de seus primeiros momentos, o impacto da atividade turística sobre a paisagem e a arquitetura vernacular, a partir de seu registro fotográfico. Embora, em sua maioria, essas edificações estejam em posse das famílias dos seus descendentes, ao longo de todos esses anos vêm sendo descaracterizadas e, mesmo, demolidas. Devido à pressão do setor imobiliário, essa paisagem e sua arquitetura vêm se perdendo sem registros significativos ou documentação apesar da sua grande importância histórica para a região e seus moradores.

Em um segundo momento, a pesquisa se voltou para a um estudo comparativo mais detalhado no campo da arquitetura vernacular, comparando as tipologias e os métodos construtivos, de casas de taipa, assim como a paisagem de seu entorno, do município de Nova Friburgo– RJ e de municípios limítrofes.

Esses estudos concluíram pela peculiaridade do método construtivo em taipa desses descendentes de imigrantes, que denominamos de "Adaptado Suíço", tendo os resultados da pesquisa sido apresentados em dois eventos e seus resultados publicados em seus Anais (HOLZER *et al.*, 2014; HOLZER, 2014) e em periódico científico (HOLZER, 2014b). Os resultados deste sistema construtivo e da inserção destas casas na paisagem da APA de Macaé

de Cima serão apresentados detalhadamente no item relativo aos resultados da pesquisa.

O levantamento de campo, bastante extenso, acabou por documentar, exemplares assentados em Nova Friburgo, especificamente nos distritos de Lumiar e de São Pedro da Serra, nossa área de estudo, tendo como marcadores a ocorrência dos mesmos métodos construtivos e da mesma paisagem cultural, sempre em propriedades de famílias de descendentes de suíços e alemães, além de algumas edificações nos municípios de Bom Jardim, de Trajano de Morais e Casimiro de Abreu. Nestes mesmos levantamentos se constatou que nesses municípios limítrofes são encontrados exemplares de casas de taipa que utilizam métodos construtivos diferenciados e que não foram edificados por descentes de suíços ou de alemães.

A existência de casas de taipa construídas de modo diverso ao que pesquisamos, comprova, em princípio a nossa hipótese de que os imigrantes suíços e alemães introduziram um método construtivo próprio que se restringe aos locais onde se assentaram, o que motivou um estudo comparativo, onde se delimitou, com o maior detalhamento possível, os exemplares construídos segundo o método "adaptado suíço" e compará-lo com outros existentes na região. As edificações levantadas apontaram para a comprovação da hipótese de que os imigrantes suíços e alemães desenvolveram um método construtivo híbrido com a utilização da taipa aplicada a uma estrutura de madeira em enxaimel.

O recorte espacial foi orientado pelo conceito "região do espaço vivido" (FRÉMONT, 1980), onde a tessitura das relações sociais, econômicas e culturais, expressas pelos padrões de ocupação e de cultivo, pela forma urbana e as tipologias habitacionais, pelas relações de vizinhança e de parentesco, pelas crenças e pelos mitos, entre outras, constitui uma paisagem cultural.

O projeto de pesquisa teve também um viés didático, de se unir aos esforços internacionais para incorporar o ensino da arquitetura vernacular nos currículos dos cursos de arquitetura e urbanismo como proposto por Latter (2006, p. 260):

> Em um momento em que as representações de outras culturas são amplamente polarizadas pela mídia, uma apreciação da validade das normas culturais diferentes do "modelo ocidental" é crucial para uma abordagem mais sensível da prática arquitetônica global. Em quaisquer futuras políticas de escala multinacional e com uma indústria da construção cada vez mais globalizada e industrializada, uma geração de arquitetos estará em melhor posição para atender às questões de planejamento e habitação, se tiverem alguma formação em arquitetura vernacular.

Seguindo esta diretriz foi realizado um trabalho eminentemente de campo, onde os bolsistas pesquisadores se aproximavam do objeto segundo um método comparativo. No campo da arquitetura vernacular existe uma forte tradição de estudos comparativos entre culturas diversas, muito mais a nível internacional do que a nível local e a base para o estudo comparativo é de se utilizar a planta baixa e características da fachada como parâmetros. Este é o caso do monumental livro organizado por Oliver (1997), com quase três mil páginas, ou como o de Blanton (1993, p. 25), que compara casas rurais de todo o mundo a partir de um método gráfico baseado na análise de plantas baixas, empregando uma metodologia "(...) embasada na Teoria dos Grafos, que me permite derivar medidas de escala, complexidade e integração das casas, de forma a facilitar a comparação transcultural, e que pode ser aplicada à comparação diacrônica" ou Oliver (2006) com estudos de caso.

Na pesquisa, o método comparativo enfatizou muito mais do que a planta baixa, o sistema construtivo e os materiais empregados, dando continuidade a um projeto de pesquisa baseado nesses critérios de análise a nível nacional (BARRETO *et al.*, 2010), estadual (ALCÂNTARA; HOLZER; SILVA, 2004; HOLZER, 2012) e local (HOLZER; CRICHYNO; BASTOS, 2006; HOLZER; ALCÂNTARA, 2008; HOLZER, 2014a; 2014b; HOLZER *et al.*, 2014).

O que se pretendeu, além da comprovação da hipótese, foi delimitar o mais rigorosamente possível a sua ocorrência e iniciar a demarcação e o estudo de métodos construtivos diversos que também se utilizam da taipa como material de vedação, tendo áreas limítrofes a APA de Macaé de Cima como marcadores. Não se tratou, porém, de pesquisar apenas a materialidade dessas casas enquanto artefatos, mas de levantar o mundo vivido de seus habitantes, a casa como lar e lugar, produto de uma determinada cultura.

A paisagem, assim como a arquitetura, pode nos informar sobre a paleopaisagem, cuja estrutura se mantém, ajudando-nos a identificar os vestígios materiais que fazem parte da memória do local. Aqui a história cumpre o seu papel, a de nos informar no momento atual das principais referências que o passado nos legou. Matéria-prima que pretendemos utilizar na forma de texto e de material iconográfico e cartográfico.

Deste modo, o objetivo geral da pesquisa foi de documentar a arquitetura vernacular de taipa de tradição suíça e alemã com a de outras tradições, assim como a paisagem onde se implantam, no município de Nova Friburgo – RJ, especificamente nos distritos de Lumiar e de São Pedro da Serra, e em municípios limítrofes com o intuito de comparar variabilidades em seu método construtivo.

Os objetivos específicos foram: realizar um fichamento (tendo fichas de instituições voltadas para a preservação do patrimônio edificado com o modelo) da arquitetura vernacular implantada na área objeto da pesquisa; estudar concepções que configura ramos modelos e padrões construtivos da arquitetura vernacular e sua relação com a paisagem onde se implanta; aprofundar-se nos campos teórico-conceituais de investigação da história da arquitetura e urbanismo com ênfase na produção vernacular.

DESENVOLVIMENTO

Neste item é apresentado, sucintamente, o marco teórico que orientou a pesquisa, considerando que investigações sobre a arquitetura de terra, em especial sobre taipa de mão, no Brasil são escassas. Pouco se sabe sobre detalhes das técnicas empregadas e menos ainda sobre suas origens. Isso apesar terem sido muito utilizadas durante o período colonial e suas técnicas terem sido descritas por alguns autores citados por Canteiro e Pisani (2006).

Artigos sobre o tema são controversos e genéricos: valorizam a taipa de pilão das casas dos bandeirantes e consideram a taipa de mão como uma alternativa menos sofisticada tecnicamente. Para Lemos (1993) a taipa de pilão foi trazida para o Brasil a partir do Algarve, mas as técnicas tiveram que se adaptar a ausência de conhecimento sobre o clima e sobre o solo, fazendo com que "necessariamente, apresentassem características próprias que vieram asingularizá-las, como expressão americana de arquitetura residencial" (LEMOS, 1993, p. 96). Seguindo esse princípio, o autor analisa, a partir daí, a evolução na planta da casa colonial brasileira construída em taipa de pilão. Weimer (2015) sugere um cruzamento

de influências mouras, germânicas e africanas para o mesmo tipo e mesma técnica.

Pisani (2004) e Canteiro e Pisani (2006) descrevem a técnica da taipa de mão empregada em São Paulo, a partir da descrição de outros autores, mas consideram que ela tenha entrado em decadência a partir de 1850, com a introdução dos tijolos de barro, estando hoje relegada a habitações rústicas e das classes de baixo poder aquisitivo, sendo, tecnicamente, mais rudimentares do que as do período colonial. Canteiro e Pisani (2006) sugerem uma distinção entre a técnica de taipa de mão empregada no período colonial e a de pau a pique, que possuem menor resistência.

Nada se fala sobre as técnicas utilizadas na corte, instalada no Rio de Janeiro, durante esse período. Se existe bibliografia sobre o assunto está restrita a poucos especialistas. O fato é que a taipa de mão foi utilizada no Rio de Janeiro, seja na construção das casas da elite, nos engenhos de açúcar e nas fazendas de café, e muitas dessas construções ainda são habitadas.

Mas o tema dessa pesquisa é a arquitetura vernácula que se utiliza da técnica da taipa de mão, implantada em áreas rurais, e no que se refere a esse assunto pode-se afirmar, a partir das investigações realizadas pelo Laboratório da Paisagem e do Lugar, ao qual pertencem os autores deste texto, que ela foi utilizada em todo o estado do Rio de Janeiro até épocas bem recentes, e que possivelmente ainda vem sendo empregada em alguns lugares, como é o caso de uma edificação concluída no ano passado em Benfica, município de Nova Friburgo, que foi objeto de estudo deste Laboratório.

O Laboratório de Educação Patrimonial da Universidade Federal Fluminense também pesquisou o emprego tradicional da taipa de mão na arquitetura vernácula rural, tendo como área de estudo o município de Trajano de Moraes, estado do Rio de

Janeiro, resultando na exposição "Saberes da construção: casas de colonos e casas de trabalhadores em assentamentos rurais fluminenses", montada pela primeira vez em 2005. O material produzido para esta exposição tem servido como parâmetro de comparação com a técnica e o método construtivo utilizado na área de estudo da pesquisa.

RESULTADOS

A colonização suíça e alemã em Nova Friburgo

Nova Friburgo é resultado do primeiro projeto oficial de colonização europeia no Brasil contratada pelo governo português. Essa experiência de colonização inicia-se em 1819, a partir de um contrato assinado em 1818, entre Sébastien-Nicolas Gachet, um suíço radicado no Rio de Janeiro, representando o governo suíço e a coroa portuguesa. Esse contrato estipulava a vinda de cem famílias católicas de língua francesa provenientes do cantão de Fribourg (SANGLARD, 2013).

Devido à publicidade dada a essa empreitada de imigração oficial, o número de imigrantes que saiu da Europa foi bem maior do que o previsto no acordo, envolvendo também habitantes de outros cantões, parte deles de língua alemã. A procedência dos imigrantes, do ponto de vista português, não era importante já que o contrato previa que eles abrissem mão da cidadania suíça adotando a nacionalidade portuguesa (NICOULIN, 1988).

Havia uma importante contrapartida oferecida pela coroa portuguesa:

> custear a passagem dos imigrantes, do porto à colônia, garantir-lhes subsídios para os primeiros anos na nova terra e preparar o local para recebê-los.

> A cidade encontrada pelos suíços era formada por um conjunto de cem casas, divididas em três quarteirões, uma praça e um hospital. A casa-grande da antiga fazenda do Morro-Queimado, local escolhido para a instalação da colônia tornou-se a moradia dos dignitários do governo junto à colônia. Ali funcionavam também a escola e a igreja. Havia ainda dois fornos comunitários, um armazém, um açougue, dois moinhos e um silo (SANGLARD, 2003, p. 177).

Assim os imigrantes suíços que sobreviveram à viagem, pois ocorreram muitas mortes, chegaram a uma colônia já edificada, evidentemente com tipologia e padrão construtivo bastante diverso ao que estavam habituados. Mais grave foi o fato de que famílias distintas tiveram que compartilhar a mesma casa, pois o número de imigrantes era muito superior ao acordado. Segundo Oliveira (2012), quando a vila de Nova Friburgo recebeu seu alvará, em janeiro de 1820, nela estavam assentadas 260 famílias suíças. Havia, também, uma dificuldade de comunicação e de acesso, tanto local, como para o Rio de Janeiro (WITT, 2004).

Uma carta anônima, comentada por Sanglard (2003, p. 186), descreve essas casas no momento em que chegaram os imigrantes: "As casas, construídas quase sempre em conjunto de seis, são cobertas de telhas fundas, o assoalho dos cômodos em terra batida, as janelas guarnecidas de postigo, sem vidro, à moda do país, bem leves, mas melhor do que tínhamos pensado; há somente a chuva contra a qual estamos protegidos; cada casa deve alojar 16 pessoas".

Os alemães, cerca de 80 famílias, que originalmente seriam abrigadas em colônias do sul da Bahia, acabaram sendo enviados para Nova Friburgo em maio de 1824 (OLIVEIRA, 2012). As relações entre suíços e alemães, em seu início, foram conflituosas, por conta de esses últimos serem luteranos, o que levou a uma segregação espacial na vila.

Alves (2012) descreve essa situação de segregação, que ainda perdurava no ano 1840, por ocasião da viagem que fez a Nova Friburgo o alemão Ernst Hasenclever. Segundo esse viajante, a vila de Nova Friburgo era:

> formada por um pouco mais de 100 casas, todas de um andar apenas e muito parecidas entre si. No centro, havia um belo pasto comum que era dividido por 2 pequenas fileiras de 5, 6 casas cada uma. Naquele momento, muitos proprietários estavam construindo um segundo andar. Os moradores da vila eram em sua maioria suíços e franceses, sendo possível encontrar dentre eles alguns poucos alemães e brasileiros. Ganhavam dinheiro com horticultura, gado e sobretudo com a hospedagem e alimentação dos inúmeros visitantes que, no verão, chegavam à região. Devido ao seu clima saudável, vinham para se tratarem ou para o lazer. Quinze minutos da vila em direção ao sul e separada por uma colina, localiza-se o vilarejo dos alemães chamado habitualmente de *Alemanha*, pois neste só moravam alemães. Era formado por 30 casas e tinha uma aparência bem mais pobre que a vila (ALVES, 2012, p. 4).

Importante ressaltar que desde o início esse vilarejo também foi edificado em taipa. Segundo Oliveira (2012) o primeiro templo luterano, edificado pelo pastor que liderava os imigrantes alemães, foi erguido em pau a pique.

Segundo Witt (2004, p. 181), "a produção e o mercado instável dos gêneros agrícolas e o sistema de herança, o qual partilhava a terra entre todos os herdeiros, foram motivos para gerar dispersão entre os descendentes dos primeiros colonos". Mas, o principal motivo pode ter sido outro, como propõe Sanglard (2003), ao observar que logo esses imigrantes viram a oportunidade de enriquecer, adaptando-se aos costumes locais, o que incluía a

compra de escravos, ou a sua captura em quilombos, e o abandono da colônia para dedicar-se ao plantio do café em Cantagalo, então sede do município onde se assentava Nova Friburgo.

Para os mais pobres, que não queriam permanecer na colônia devido ao número excessivo de moradores por residência, restou a alternativa de dirigir-se para o lado contrário de Cantagalo, seguindo os cursos d'água que corriam pela Serra do Mar em direção ao Oceano Atlântico. Esse foi o caso dos fundadores de Lumiar, distrito de Nova Friburgo objeto da pesquisa apresentada nesse artigo.

Brito (2014a) data o início da colonização suíça em Lumiar entre os anos de 1819 e 1822, tendo a localidade sido oficialmente fundada em 1828, nas terras da família De Roure, cuja sede ainda existe, hoje na forma de um belo chalé de dois pavimentos feito em taipa de mão, com técnica diversa da adotada pelos suíços, que se encontra implantado na Praça Carlos Maria Marchon, a principal da localidade. O distrito sempre foi isolado. Em uma das entrevistas realizadas durante a pesquisa um morador sexagenário de uma das casas de taipa documentada relatou que na década de 1950 tropas de mulas demoravam um dia e meio para chegarem à sede do município distante cerca de trinta e cinco quilômetros.

Segundo Brito (2014b), até a chegada da luz, em 1985 e o asfaltamento da estrada que liga Lumiar a Nova Friburgo, se manteve a "produção de subsistência e cultivo do café, o modo de vida interiorano (cavalos como meio de transporte, fogão de lenha e lamparinas, economia assentada em recursos locais)".

Esse isolamento, como em muitos outros municípios brasileiros, preservou as edificações locais, hoje num estágio de esquecimento, abandono e demolição. Apesar disso pode se contar ainda mais de uma centena de casas de taipa, construídas segundo uma tradição que será apresentada no próximo item como sendo de origem suíça.

A paisagem e a cultura determinam o modo construtivo

A partir do que foi apresentado no item anterior pode-se inferir que essa dispersão dos imigrantes pelos vales estreitos e encachoeirados dos córregos e riachos que fluem todos para o rio Macaé, aliada ao isolamento imposto pela ausência de estradas, deixou esses imigrantes à mercê dos recursos que a paisagem de Mata Atlântica lhes oferecia.

Como os terrenos são acidentados e pedregosos, optaram pelo cultivo pelo sistema de pousio, fazendo a limpeza da capoeira, após o período de descanso da terra, com a queimada controlada. Essas áreas de cultivo ladeiam os cursos d'água, deixando as áreas mais planas, mas ao mesmo tempo secas e longe do alcance das enchentes, para que se implantem as casas, quase sempre isoladas (Figura 1).

Hoje, por conta do afluxo cada vez maior de turistas, as famílias desses primeiros imigrantes se agrupam em torno de um núcleo central mais antigo, de forma bastante concentrada, se utilizando de materiais de construção industrializados, como cimento e tijolos cerâmicos, abandonando a sabedoria ancestral de uma implantação segura, afastada de áreas sujeitas a deslizamentos e a enchentes. Muitos desses terrenos mais favoráveis à implantação segura de residências estão nas mãos de turistas.

Quando os suíços e alemães chegaram a Lumiar, os portugueses, como explanado no item anterior, já estavam estabelecidos em fazendas. Nestas, a técnica construtiva utilizada também era a taipa, no entanto diferenças construtivas sutis diferenciam as residências dos portugueses daquelas construídas pelos suíços e alemães, como será demonstrado mais adiante.

Figura 1 - Paisagem típica da região de Lumiar, com o rio Macaé atravessando a Mata Atlântica e campos de cultivo



Fonte: Elaboração própria.

Nota: Destaque para a casa na situação típica de implantação.

A diferenciação refere-se, primeiramente, a forma com que suíços e alemães se apropriaram das terras na bacia do rio Macaé, e não foi de forma diferente que ocuparam a do rio Macabu. Essa implantação obedece a uma lógica de parcelamento orientada pela tradição jurídica suíça. Assim os grandes latifúndios portugueses, gerados por uma política de doação de sesmarias, é substituído por um parcelamento em lotes muito menores, baseados no *Chésal* (parcela urbana com potencial construtivo, estreita e longa) e o *Enclos* (terreno cercado).

Segundo o Dictionnaire Historique de la Suisse (2020):

> A casa camponesa é o edifício principal da fazenda, que compreende também edifícios para uso agrícola. Estes elementos formam, com o terreno onde se implantam (*chesal, enclos*) e com os direitos de uso campestres e florestais, uma entidade jurídica de exploração. A alta diversidade de áreas naturais na Suíça se reflete nas atividades agrícolas (cereais, pecuária, laticínios, vinha) e materiais de construção (madeira, pinho, pedra, barro, palha). A construção e a disposição das casas rurais eram influenciadas por disposições legais (direito de sucessão, direito de construção, direito consuetudinário), mas também por fatores culturais, como religião, condição social ou tradições.

Nessa parcela de terra se implanta a construção principal e as de uso agrícola, no caso de Lumiar e São Pedro da Serra pequenos silos elevados em taipa, segundo um método construtivo que adota a taipa de mão (estuque) como vedação externa e interna, mas sem qualquer função autoportante. A hipótese que se desenvolve nesse trabalho é de que esse método construtivo tem como referência as tradições oriundas da Suíça.

Esta afirmação se baseia no Dictionnaire Historique de la Suisse (2020), em seu verbete referente à casa camponesa, referindo-se ao Planalto e ao Jura (onde se localiza Friburgo):

> A escassez de madeira, no século XVI, fez progredir o uso da pedra no norte e no oeste da Suíça (por vezes com uma armação interna de madeira) e o enxaimel no leste, nordeste e norte ao longo do Reno. [...] Desde o século XV predomina a casa de função múltipla. Frequentemente a fachada principal da habitação é uma parede paralela à água do telhado (*mur gouttereau*) (perpendicular à empena). A partir do século XVI, telhados em cavacos, com baixa

> declividade, foram substituídos por telhados íngremes de telhas de barro.

Com pequenas variações as casas de taipa de Lumiar apresentam a mesma tipologia como será apresentado no item a seguir.

A TÉCNICA DA TAIPA (ESTUQUE) DOS SUÍÇOS DE NOVA FRIBURGO

Esse texto apresenta os resultados parciais da uma pesquisa que teve com objetivo o levantamento de residências construídas entre 1820 e 1960, nos distritos de Lumiar e de São Pedro da Serra, em Nova Friburgo–RJ. A descrição das técnicas para a sua construção é prospectiva, apoiando-se também em algumas entrevistas com alguns de seus proprietários.

Todos os exemplares levantados nessa pesquisa possuem a mesma tipologia, que corresponde a descrita acima para as casas suíças do Jura: sua fachada principal constitui-se de uma parede paralela à água do telhado, onde se abrem, nos exemplos mais simples, uma porta e duas janelas (Figura 2). Em alguns exemplos levantados a porta se abre na empena lateral.

As plantas são retangulares, com a maior dimensão para a fachada principal, que se volta ou para uma estrada vicinal ou para a calha de um rio. A casa é totalmente suspensa do chão, na maior parte das vezes tirando partido da declividade do terreno. Essa característica já é peculiar da região de Nova Friburgo, pois casas de taipa, situadas em municípios próximos, que tiveram colonos de outras origens, são levantadas diretamente do chão, que é nivelado, sendo o piso interno de terra batida. Essa, aliás, foi a tipologia com

que se depararam os suíços quando chegaram à Nova Friburgo, o que deve ter causado espanto e desconforto, como foi relatado por diversos colonos.

Figura 2 - Casa em Boa Esperança de Cima, distrito de Lumiar, exemplo típico da arquitetura de taipa encontrada na região



Fonte: Elaboração própria.

A técnica construtiva para se elevar as casas é a de apoiar toda a sua estrutura sobre baldrames contínuos de madeira, no mais das vezes grosseiramente aparelhadas. Estes baldrames são apoiados sobre pedras retiradas do próprio terreno, que tem seu topo nivelado. Sobre esses baldrames são apoiados os esteios (colunas) também de madeira, que compõe as fachadas e o tabuado corrido do piso (Figura 3). Os esteios apoiam o frechal, também grosseiramente

aparelhados, onde descansa o encaibramento dos telhados, alguns feitos em pau roliço, outros com madeira aparelhada à mão. Essas peças, nas casas mais antigas são encaixadas, ou fixadas com cavilhas de madeira.

Figura 3 - Detalhe do encaixe do baldrame com o esteio



Fonte: Elaboração própria.

Nota: Aparece também como o trançado da taipa é simplesmente apoiado na estrutura de madeira.

Pelo descrito acima depreendemos que esta é uma estrutura em enxaimel, mas, diversamente do que ocorre no sul do Brasil, onde a vedação das paredes usualmente é feita com tijolos de barro, em Nova Friburgo é preenchida com taipa de mão, aqui chamada de

estuque provavelmente para deixar claro que sua função não é autoportante.

Essas paredes de taipa são construídas de modo tradicional um trançado retangular de madeira roliça, o pau a pique e de bambu. Um dos entrevistados na pesquisa afirmou que "um joga o barro e o outro fica escorando assim, as ripas e fica acertando". O mesmo entrevistado afirma que o pau a pique e o bambu não apodrecem.

Figura 4 - Estrutura em enxaimel e as vedações em taipa



Fonte: Elaboração própria.

Nota: Exemplar localizado em Boa Esperança (Lumiar) e atualmente demolido.

O telhado, sempre de duas águas, tem declividade maior do que 30%, coberto de telhas de barro. Essas telhas, nos exemplos mais

antigos, são do tipo capa e canal, fabricadas no local (como dizem os moradores: feitas nas coxas), exemplos mais recentes são cobertos de telhas francesas. Foram encontradas residências em bom estado em que o telhado original foi substituído telhas de fibrocimento. Os beirais são generosos projetando-se de 80 cm a um metro além da fachada. Não constatamos o uso de calhas.

Um dado importante para essa pesquisa é o de termos informação de que a taipa de mão estava presente desde o início desse processo de colonização e de dispersão pelo território: o primeiro templo luterano, edificado pelo pastor que liderava os imigrantes alemães, foi erguido em pau a pique (OLIVEIRA, 2012).

Como já foi dito acima, a partir deste contexto histórico foi realizada a pesquisa que procurava estabelecer paralelos entre a arquitetura vernácula do cantão de Fribourg, na Suíça, e do município de Nova Friburgo, no Brasil.

A hipótese inicial, de que as construções dos descendentes de suíços seguiam padrões culturais encontrados em Fribourg, foi comprovada a partir de estudos comparativos que envolviam a apropriação da paisagem, a disposição das casas no terreno e a disposição de suas fachadas (HOLZER, 2014b; HOLZER *et al*., 2014a). No entanto a origem da utilização da taipa de mão e o método construtivo utilizada nessa arquitetura vernacular continuou incerta.

Inicialmente, baseada na bibliografia disponível, depreendeu-se que se tratavam de saberes compartilhados por diversas culturas que foram adotados pelos descendentes de suíços e de alemães a partir de sua condição de isolamento e da disponibilidade dos materiais, no entanto o método construtivo se mostrava por demais sofisticado para afirmar as teses de Lemos (1993) e de Pisani (2004).

A pesquisa foi, então, direcionada para a ocorrência da técnica de taipa de mão na Suíça. Esta técnica já era empregada nas imediações de Fribourg desde a Idade do Bronze, cerca de 3.000 anos A.P. (DAVID-ELBIALI, 1992). No cantão de Fribourg e arredores, o uso da taipa caiu em desuso no início do século XVI, quando a madeira foi sendo abandonada como material de construção em detrimento da pedra (GLAUSER, 2008). No entanto continuou em uso em outros cantões, associada ao método construtivo da estrutura em enxaimel (*Maison à colombages* ou *Fachwerk)* que se mantiveram até o século XIX em Berna e na Argóvia (GLAUSER, 2008).

O que se encontra em Nova Friburgo é um tipo de construção com estrutura em enxaimel e vedação em taipa de mão, no que, para efeitos da pesquisa, foi denominado de "método suíço adaptado", como descrito a seguir: a casa é suspensa do chão, muitas vezes tirando partido da declividade do terreno. A técnica construtiva para se elevar as casas é a de apoiar toda a sua estrutura sobre baldrames contínuos de madeira, no mais das vezes grosseiramente aparelhadas. Estes baldrames são apoiados sobre pedras retiradas do próprio terreno, que tem seu topo nivelado, ou sobre colunas de madeira simplesmente apoiadas no solo. Sobre esses baldrames são apoiadas colunas de madeira, que compõe as fachadas delimitando as portas, as janelas e a amarração das paredes internas, ali é apoiado também o tabuado corrido do piso. Nas seções mais amplas da estrutura são colocadas peças em quarenta e cinco graus, como contraventamento. As colunas apoiam o frechal, também grosseiramente aparelhado, onde se apoia o encaibramento dos telhados, alguns feitos em pau roliço, outros com madeira aparelhada à mão. Essas peças, nas casas mais antigas são encaixadas, ou fixadas com cavilhas de madeira. Essa descrição, como já foi dito acima, corresponde a uma estrutura em enxaimel, onde a vedação das paredes é preenchida com taipa de mão, aqui chamada de estuque. Essas paredes são construídas de modo tradicional um

trançado retangular de madeira roliça e/ou de bambu (Figura 5). Segundo um dos entrevistados na pesquisa, "um joga o barro e o outro fica escorando assim, as ripas e fica acertando" (HOLZER, 2014b).

Figura 5 - Casa tipo em taipa de mão localizada no distrito de Lumiar

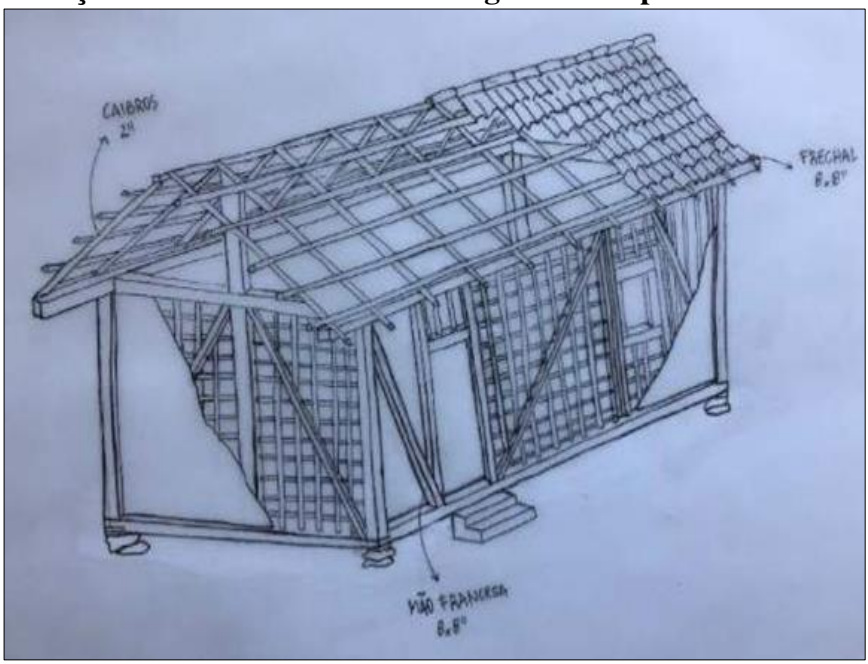


Fonte: Acervo do Laboratório do Lugar e da Paisagem/UFF.

A Figura 6 apresenta o esquema do método suíço característico e peculiar de Nova Friburgo e seu entorno. Todas as residências levantadas ao longo da pesquisa que se apresentavam como esse tipo foram construídas por descendentes de suíços ou de alemães.

A Figura 7 apresenta o esquema do método construtivo da taipa de mão usual encontrado em diferentes regiões do país. Nos municípios limítrofes foram levantadas casas edificadas em taipa de mão utilizando método construtivo muito próximo ao descrito por Vasconcellos e reproduzido por Pisani (2004). A estrutura de madeira é montada com esteios enterrados no solo. Sobre estes esteios são assentadas as vigas baldrames, no entanto estas vigas são apoiadas em baldrames de pedra ou, nas mais recentes de concreto, muito próximas ao tipo observado por Canteiro e Pisani (2006) para remanescentes mineiros deste tipo de construção.

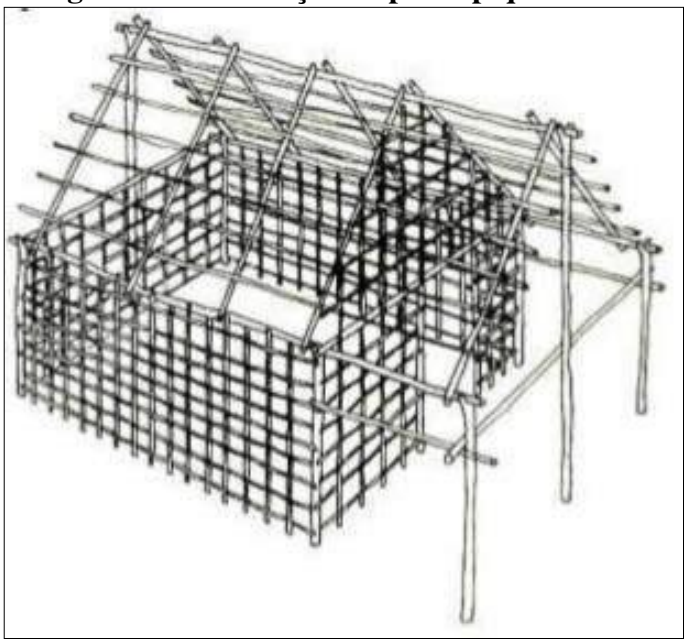
Figura 6 - O método construtivo (adaptado suíço) utilizado pelos descendentes de suíços e alemães em Nova Friburgo e municípios limítrofes



Fonte: DAMASCENO (2016).

As Figuras 6 e 7 apresentam imagens da taipa de mão "suíça" e da taipa de mão empregada em outras regiões respectivamente. Na Figura 5 está visível a estrutura com armação em enxaimel (uma peça de aproximadamente 3,5x3,5", se apoia como mão francesa na coluna principal de 8 x 8").

Figura 7 - Construção de pau a pique rústica



Fonte: BARDOU (1981 *apud* COLIN, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se que o município de Nova Friburgo possui um patrimônio edificado em arquitetura de terra, com especificidades

técnicas que se remontam à colonização suíça e alemã. Esse patrimônio está se deteriorando, ou sendo demolido, rapidamente em função do abandono e da perda da memória relativa às técnicas utilizadas tradicionalmente na arquitetura local.

O levantamento realizado nessa pesquisa visa um possível processo de proteção institucional, principalmente dos exemplares que estão situados na Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima, não só das edificações, mas também da tradição construtiva envolvida, enquanto patrimônio imaterial. As residências estão esparsas nas vertentes dos pequenos rios que são tributários do Macaé. Elas contam a história de um lugar que conseguiu manter vivas as suas tradições e peculiaridades. O ideal é que se constituíssem nos objetos centrais de um museu a céu aberto que se apresentasse enquanto um circuito cultural e turístico, como é proposto pela equipe que realizou a pesquisa aqui apresentada.

Ainda há muito que se pesquisar sobre a arquitetura vernácula brasileira. No campo dos métodos construtivos tradicionais e no emprego de técnicas como o da taipa de mão a pesquisa de campo ainda é pequena e dedicada ao período colonial. No entanto a técnica foi utilizada intensamente em todo o Brasil, e continua a ser em alguns locais, com uma diversidade de variações que podem se remeter a origens ainda pouco estudadas ou sequer consideradas.

O método construtivo de taipa de mão utilizado em Nova Friburgo e municípios limítrofes aponta para a necessidade de pesquisas mais acuradas, que passam pela preservação das edificações ainda existentes. As influências da arquitetura vernácula suíça e alemã sobre a produzida por seus descendentes no Brasil devem ser estudadas, pois podem comprovar que a existência de variações significativas nos métodos construtivos empregados em Nova Friburgo e municípios limítrofes que podem ser reconhecidos

como um modelo suíço/alemão adaptado às condições ambientais da Mata Atlântica.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, V.; HOLZER, W.; SILVA, A. J. **Caminhos do Sal** (Projeto inventário de bens culturais imóveis: desenvolvimento territorial dos caminhos singulares do Estado do Rio de Janeiro). Rio de Janeiro: UNESCO/SEBRAE/INEPAC, 2004.

ALVES, D. B. "Viagem de Ernst Hasenclever à Colônia Nova Friburgo em 1840". **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: ANPUH. 2011.

BARRETO, D. I. S.; HOLZER, W.; MEDEIROS, H.; WEIMER, G. **Arquitetura popular do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Bom Texto, 2010.

BLANTON, R. E. **Houses and households**: a comparative study. New York/London: Plenum Press, 1993.

BRITO, L. S. S. "II Encontro da Família Spitz". **Família Spitz** [26/04/2003]. Disponível em: <familiaspitz.br.tripod.com>. Acesso em: 29/06/2022

BRITO, L. S. S. "Lumiar: informações gerais". **Lumiar – Nova Friburgo – RJ** [29/06/2022]. Disponível em: <www.lumiar.net.br>. Acesso em: 29/06/2022.

CANTEIRO, F.; PISANI, M. A. J. "Taipa de mão: história e contemporaneidade". **Ensaios**, vol. 1, n. 2, 2006.

COLIN, S. “Técnicas construtivas do período colonial – IV”. **Coisas da Arquitetura** [06/09/2010]. Disponível em: <www.coisasdaarquitetura.wordpress.com>. Acesso em: 29/06/2022.

DAMASCENO, A. V. **Centro experimental de arquitetura vernacular** (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Arquitetura). Nova Friburgo: UFF, 2016.

DAVID-ELBIALI, M. “L'habitat à l'âgedu Bronze em Suisse: tentative de synthèse”. *In*: MORDANT, C.; RICHARD, A. (orgs.). **L'habitatet l'occupation du sol à l'âge du Bronze en Europe**. Paris: Comité Destravaux Historiques et Scientifiques, 1992.

FRÉMONT, A. **A região**: espaço vivido. Lisboa: Editora Almedina, 1980.

FURRER, B. “Maison Paysanne”. **Dictionnaire Historique de la Suisse** [03/06/2020]. Disponível em: <www.hls-dhs-dss.ch>. Acesso em: 29/06/2022.

GLAUSER, D. **Typologie et evolution de l’habitat rural dans la Jura et sur Le plateuau de Suisse occidentale** (Thèse de Doctorat en Sciences Sociales). Neuchatêl: Universitê Neuchatêl, 2008.

HOLZER, S. A. “Broa de Lumiar: o lugar de uma tradição familiar”. **Revista Geografias**, n. 21, 2016.

HOLZER, W. “Cozinhas e comida caseira: pratos com peixe e paisagens de restinga”. **Geograficidade**, vol. 2, 2012.

HOLZER, W. “O sabor do sal: paisagens vernaculares da Araruama”. **Geograficidade**, vol. 4, 2014a.

HOLZER, W. “Paisagem cultural e arquitetura vernacular: o caso dos suíços de Nova Friburgo”. **Fórum Patrimônio**, vol. 7, n. 2, 2014b.

HOLZER, W.; ALCÂNTARA, V. “Paisagem vernacular: aldeamentos salineiros”. **Poiésis**, vol. 12, 2008.

HOLZER, W.; CRICHYNO, J.; BASTOS, J. P. “Paisagem vernacular: o uso de imagens na avaliação dos assentamentos salineiros da região dos Lagos Fluminense”. **Anais do I Encontro Nacional de Percepção e Paisagem da Cidade**. Bauru: UNESP, 2006.

HOLZER, W.; DAMASCENO, A. V.; FAJARDO, L. M.; CARVALHO, P. C. G. “Arquitetura de Taipa em Nova Friburgo – RJ”. **Anais do V Congresso de Arquitetura e Construção com Terra no Brasil:** pesquisa, construção e patrimônio em terra no Brasil do século XXI. Viçosa: UFV, 2014.

LATTER, R. “Architetural education and vernacular building”. *In*: ASQUITH, L.; VELLINGA, M. (eds.). **Vernacular architecture in the twenty-first century**: theory, education and practice. London: Taylor & Francis, 2006.

LEMOS, C. A. C. “Transformações no espaço habitacional ocorridas na arquitetura brasileira do século XIX”. **Anais do Museu Paulista**: história e cultura material. São Paulo: USP, 1993.

NICOULIN, M. **La genèse de Nova Friburgo**. Fribourg: Éditions Universitaires, 1988.

OLIVER, P. **Encyclopaedia of vernacular architecture of the world**: cultures and habitats**.** Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

OLIVER, P. **Built to meets needs**: cultural issues in vernacular architecture. Oxford: Elsevier, 2006.

OLIVEIRA, R. L. "O processo de implantação do Luteranismo no Brasil: o caso da região de Nova Friburgo (1824 a 1857)". **Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH**. Rio de Janeiro: ANPUH, 2012.

PISANI, M. A. J. "Taipas: a arquitetura de terra". **Sinergia**, vol. 5, n. 1, 2004.

SANGLARD, G. "De Nova Friburgo a Fribourg através das letras: a colonização suíça vista pelos próprios imigrantes". **História, Ciências e Saúde**, vol. 10, 2003.

WEIMER, G. "A casa do bandeirante: uma revisão de suas origens". **RIHGRGS**, n. 149, 2015.

WITT, M. A. "As colônias de Nova Friburgo (RJ) e Torres (RS): Estudo comparativo – as variações dos usos e costumes ensinam". *In*: CLEMENTE, E. (org.). **Integração**: história, cultura e ciência. Porto Alegre: Editora PUCRS, 2004.

CAPÍTULO 7

O Território da Área de Proteção Ambiental Macaé de Cima e as Percepções da Juventude sobre o Rural

O TERRITÓRIO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL MACAÉ DE CIMA E AS PERCEPÇÕES DA JUVENTUDE SOBRE O RURAL

Claudio Marcio Paolino

Emilia Jomalinis de Medeiro Silva

Lucas Ramos dos Santos

Marjorie de Almeida Botelho

Victória Batistela Silva Rodrigues

A região Serrana do estado do Rio de Janeiro, composta por 16 municípios[37], é uma região que, historicamente, teve a atividade agrícola como uma de suas principais, sem que se desconsidere a relevância da indústria e dos serviços. O município de Nova Friburgo é um de seus mais antigos, e um relevante marco histórico que o constitui é o projeto de colonização levado a cabo com a vinda de famílias suíças para a região da Fazenda do Morro Queimado, antigo Distrito de Cantagalo.

Não surpreendentemente, a primeira atividade econômica registrada em Nova Friburgo foi a agricultura. Começando com o plantio e comercialização de café, com os primeiros imigrantes, passando ao cultivo de frutas, verduras e legumes, até o plantio em larga escala de flores. Isso levou o município a ser, hoje em dia, o maior produtor de morango, couve-flor e flores de corte do Estado

[37] A saber: Bom Jardim, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Nova Friburgo, Petrópolis, Santa Maria Madalena, São José do Vale do Rio Preto, São Sebastião do Alto, Sumidouro, Teresópolis, Trajano de Morais, Guapimirim e Cachoeira de Macacu.

do Rio de Janeiro, e, em nível nacional, a ser grande produtor de outras culturas, como o tomate e o inhame.

A monocultura do café dinamizou a produção agrícola, entre 1830 e até o final do século, com novas culturas como hortifrutigranjeiros, que tinham como objetivo abastecer as grandes fazendas. A instalação da Estrada de Ferro Leopoldina, em 1873, e sua posição geográfica, que fazia de Friburgo um local de passagem da produção cafeeira, fizeram com que a região se consolidasse como centro comercial e de serviços. Segundo Carneiro e Rocha (2009),

> a existência da ferrovia possibilitou a instalação das primeiras indústrias têxteis no início do século XX, desencadeando importante processo de transformação socioeconômica com a atração de investimentos de capital nacional e estrangeiro. Paralelamente, sua potencialidade turística passa a ser explorada e incrementada pela construção de uma infraestrutura hoteleira (CARNEIRO; ROCHA, 2009, p. 272).

Analisando as dinâmicas contemporâneas, Carneiro e Rocha (2009) avaliam que a agricultura familiar da região possui uma dimensão multifuncional tanto na manutenção do tecido social, em que há a atividade agrícola, como também sendo a fonte de renda principal, complementar, ou, ao menos, fonte de segurança alimentar das famílias (CARNEIRO, 2003 *apud* CARNEIRO; ROCHA, 2009). Por multifuncionalidade, compreendemos um "novo olhar" sobre a agricultura familiar, que permite analisar a interação entre famílias rurais e territórios na dinâmica de reprodução social, considerando os modos de vida das famílias na sua integridade, e não apenas seus componentes econômicos. A noção incorpora a

provisão, por parte desses agricultores, de bens públicos relacionados com o meio ambiente, a segurança alimentar e o patrimônio cultural (MALUF, 2002 *apud* CAZELLA *et al.*, 2009). Em outras palavras, a principal contribuição desse "novo olhar" é justamente chamar a atenção para essas "funções" da agricultura que vão além da produção de alimentos e fibras, rompendo assim com o olhar setorial. Com foco na família como um todo e na sua relação com o território, a ideia de multifuncionalidade se diferencia da pluriatividade, cujo foco é o trabalho individual. Assim, a literatura que incorpora o enfoque da multifuncionalidade da agricultura analisa a associação das atividades agrícolas da região com atividades não-agrícolas, especialmente os serviços ligados ao turismo da região e à confecção. Carneiro e Rocha (2009) elencam os seguintes fatores como os principais elementos da dinâmica territorial da região serrana no estado do Rio:

> (...) a diminuição do peso da agricultura como fonte de renda das famílias de agricultores. No entanto, essa atividade mantém a importante função como elemento de atribuição de identidade social, como produtora de alimentos para o autoconsumo e como estimuladora das redes de sociabilidade interfamiliares; a existência de várias unidades de conservação ambiental na região, associada à exploração do turismo, exerce uma pressão diferenciada na região, inibindo a atividade agrícola em favor da exploração do turismo ou pressionando para outras formas de produção agrícola, como a de tipo orgânica ou agroecológica; o turismo é um fator dinamizador desse território, ainda que venha exercendo pressões antagônicas sobre a população local, principalmente sobre os agricultores. De um lado, amplia o mercado de trabalho não-agrícola, oferecendo novas alternativas de renda à população local; de outro, reforça a coerção à agricultura, quando esta passa a ser vista como agressiva ao meio

> ambiente, principalmente a que recorre a técnicas tradicionais, como a de "pousio"; a existência de um polo de confecções em Nova Friburgo tem demonstrado a sua relevância para a agricultura familiar, ao criar possibilidades de ampliação da renda das famílias com a instalação de confecções domésticas nas localidades rurais e em domicílios de agricultores (CARNEIRO; ROCHA, 2009, p. 274-275).

O destacado número de unidades de conservação em toda a região - como o Parque Nacional da Serra dos Órgãos e o Parque Estadual dos Três Picos - e seu caráter ligado ao preservacionismo, faz do turismo ecológico uma atividade com grande potencial. Autores como Candiotto (2010) entendem que o turismo registrado em áreas rurais se encontra "restrito às atividades que se identificam com as especificidades da vida rural, seu hábitat, sua economia, sua cultura". Acerca dos benefícios apresentados com a conjunção existente entre setores – nesse caso o setor primário e terciário (turismo e comércio) – Santana e Souza (2010) apontam:

> Melhoria das condições de vida das famílias rurais; interiorização do turismo; difusão de conhecimentos e técnicas das ciências agrárias; diversificação da oferta turística; diminuição do êxodo rural; promoção de intercâmbio cultural; conservação dos recursos naturais; reencontro dos cidadãos com suas origens rurais e com a natureza, geração de novas oportunidades de trabalho; melhoria da infraestrutura de transporte, comunicação e saneamento; criação de receitas alternativas (SANTANA; SOUZA, 2010, p. 342).

Pode-se agregar à discussão, o fato de que o município de Nova Friburgo também se destaca como importante polo de confecções de peças íntimas do vestuário feminino[38]. Em algumas localidades do município, além da existência de pequenas indústrias de confecção destas peças, se verifica até mesmo pequenas linhas de produção dividindo o espaço doméstico, tanto por famílias urbanas, quanto rurais. Tanto no centro de Nova Friburgo, quanto nos distritos que compõem o município, o comércio e o setor de serviços são uma parte significativa das dinâmicas socioeconômicas do município. Além de pequenos empreendimentos ligados às manufaturas, como é o caso de sapatarias e lojas de roupas, vemos um número grande de drogarias e farmácias e lojas de prestação de serviços, ligados às telecomunicações, energia, transporte etc.

O crescimento do turismo gerou novas formas de emprego. São Pedro da Serra, juntamente com Lumiar, por exemplo, abriga bom número de restaurantes, mercados, pousadas, bares e lojas de artesanato, sendo que é o comércio, aliado ao turismo, importantes atividades de arrecadação de tributos. Como pudemos observar, a cidade de Nova Friburgo possui atividades econômicas diversas, permitindo que os múltiplos setores consigam proporcionar contingente suficiente de empregos para manter o crescimento da economia do município.

O RURAL COMO CATEGORIA DE ANÁLISE

Durante muito tempo, quando se falava sobre a conceituação do que seria o espaço rural, era comum deparar-se com assertivas acerca de um espaço atrasado, não dotado do potencial industrial das áreas urbanas. As áreas rurais seriam abrigos de processos anteriores

[38] Responsável por 25% da produção nacional de lingerie, com aproximadamente 1.000 confecções, o que gera quase 20 mil postos de trabalho.

à modernização registrada com a Revolução Industrial, e as pessoas que ali habitavam estariam fadadas a não percorrerem conjuntamente a marcha de desenvolvimento do país. No que tange à contribuição para entendimento da relação rural-urbano, entende-se que essas duas categorias são imprecisas para definição dos vastos universos que pretendem abarcar, pois, apesar de não ser desejável abolir totalmente essas noções, conforme constituem até mesmo parte da autoidentificação de muitas pessoas, devem ser complementadas por outros significantes, de forma que, quando invocados, não induzam a um entendimento genérico. Um importante alicerce para esta compreensão baseia-se no fato de que, analiticamente, mobiliza-se ideias que, muitas vezes, afastam-se do senso comum, o que não lhes impõe hierarquia, apenas visa-se demarcar como o debate é realizado nos múltiplos espaços.

Contudo, a visão acerca do rural foi se modificando, a partir de guinadas teórico-metodológicas nas ciências sociais, humanas e da natureza, e, cada vez mais, afirma-se não só seu caráter enquanto parte importante do desenvolvimento, como também se reitera sua excepcionalidade em termos de equidade social. No campo da sociologia rural, não se faz mais possível limitar definições de rural pela dualidade com o urbano, percorrendo-se a noção complexa de localidade, com criticidade à demasia de abstrações para tratar o tema e, por fim, consagrou-se o rural como representação.

Podemos dizer que, de 1930 a 1990, a visão do rural como atrasado predominou nas discussões acadêmicas e nos espaços fora da academia, comumente a partir da ótica de que constituía entrave para o desenvolvimento econômico do país, mesmo que os investimentos no agronegócio tenham aumentado vertiginosamente. Carneiro (2019) lembra que um dos problemas que dificulta a definição ou a delimitação do rural é, justamente, a referência centrada, muitas vezes, em definições que datam do início do século passado, pautadas em representações sociais que expressam

percepções orientadas pela dualidade e na oposição rural-urbano, construídas ao longo do processo de modernização industrial da sociedade ocidental.

Entre essas representações, destaca-se a associação, quase consensual, entre o rural, o agrícola e o "tradicional", em oposição ao urbano, industrial e "moderno". Essa dualidade que, para Martins (1981), é fruto da ambiguidade originária da Sociologia, acabou por reduzir a Sociologia Rural à sociologia da atividade agrícola ou, mais especificamente, à "sociologia do desenvolvimento da agricultura", já que muitos dos estudiosos desse campo se voltaram para a análise do rural a partir da perspectiva da modernização da agricultura e das relações de trabalho (CARNEIRO, 2019).

Contudo, não há dúvidas de que existem formas de manifestações que abarcam tipologias inerentes ao rural, como a ideia de que os cotidianos da população rural gravitam ao redor do desenvolvimento de atividade agrícola. Entretanto, numa primeira observação, observamos que o setor de serviços é também presente em localidades rurais, principalmente quando fazemos o recorte da atividade econômica desenvolvida. Ou seja, assume-se que a heterogeneidade do mundo rural não permite que se instrumentalizem imperativos para tratar de suas dinâmicas, e pode ser que, além de estarmos desenvolvendo novas formas de tratar estruturas já sedimentadas há vários anos, estejamos também diante de manifestações que podem ser enxergadas como relativamente novas.

O espaço rural não pode ser definido única e exclusivamente pelo nível de atividade agrícola que apresenta, como algumas abordagens insistem em trabalhar os termos deste espaço, e, nem mesmo, ser um espaço que abdicaria de abrigar espaços de lazer e outras formas de trabalho. O rural é uma categoria em transformação, pois não se alicerça numa base teórica, conforme se define de forma relacional, mobiliza conceitos múltiplos e que adota

formas contextuais e, "(...) que se recusa a 'deitar e morrer'" de acordo com Pratt (1996). O rural existe, principalmente, como uma representação que serve para analisar o social e o espaço - ou melhor, para analisar o social enquanto definidor do espaço - transportado e interpretado pelos agentes sociais. Dessa forma, há a construção de uma categoria de pensamento que pretende analisar essa dimensão abstrata da concepção de ruralidade.

Carneiro (2008), conforme demonstra o processo de desmonte sistemático de concepções sobre o rural, por conta, sobretudo, da heterogeneidade do universo que tenta contemplar, levanta questões sobre a imprecisão das categorias de rural e urbano na contemporaneidade. Seguindo esta ideia, declara que, nesses termos, a pesquisa deve-se interrogar sobre os sentidos que os atores sociais atribuem a determinados comportamentos, passando a encarar o "rural" a partir de dentro, percebendo a ruralidade como um fenômeno cultural historicamente forjado (CARNEIRO, 2008).

Para a autora, apesar da impossibilidade de se abolir os termos rural e urbano, eles carregam noções tão gerais, que sua utilização pode ser pouco efetiva na veiculação de ideias. A partir deste princípio de análise, a autora recorre à categoria de representação social como forma de operacionalização da realidade e imaterialidade que concernem os atores sociais, que, por sua vez, relacionam-se dentro do terreno da localidade. A autora apresenta as noções de categoria realizada, de Bourdieu, e de categoria operacional, de Rémy e Mormont, como alternativas de entendimento do rural. Trataria-se de

> (...) uma categoria de pensamento (político-ideológica e relacional) do mundo social" que define identidades e sustenta reivindicações. Caberia, portanto, partir para a análise das ruralidades contemporâneas com a atenção voltada para essa

> distinção básica, para não incorrermos no risco de confundir representações sociais com categorias analíticas (CARNEIRO, 2008, p. 30).

Portanto, outorga-lhes às noções dos atores sociais a legitimidade do discurso acerca da conformação desses universos. Parece que, para Carneiro (2008), a apresentação etnográfica é de grande valor, e, a partir desta metodologia, poder-se-ão extrair as sínteses que possam orientar teorias. Halfacree (1993), assim como Carneiro (2008), também discorre sobre as limitações de paradigmas da sociologia rural no âmbito da definição deste universo, e também aposta na teoria da representação social como alternativa viável a este debate, que deve ser conjugada à noção de repertório interpretativo, mas não confundido. Sua visão se afasta da de Carneiro (2008) quando advoga que, dar muito espaço à incorporação de imaterialidades à noção de ruralidade, corresponde a um produto pós-moderno e, possivelmente, uma das causas da deficiência teórica contemporânea.

A dimensão espacial é igualmente importante para Halfacree (1993), que irá ampliar sua noção de meramente estática para um espaço no qual se constitui e restitui a sociedade, mas também a transforma. O debate rigoroso acerca da localidade rural é o primeiro passo para definição deste universo. Nesse sentido, o autor constrói argumentação que pretende oferecer algum senso de ordenação daquilo entendido como rural, sem prescindir, no entanto, da diversidade deste universo. O “espaço material” rural não se trata da localidade rural, mas sim do "espaço material" criado através do uso da representação social rural. A materialidade é apresentada, comumente, como a expressão em positivo do que é concreto, que constitui o polo complementar da concepção de simbólico. O espaço material, para o autor, configura-se a partir da relação dialética entre material e simbólico, ou seja, a partir de uma complementaridade

mutuamente constituída, em que o concreto influencia o subjetivo, e vice e versa. Assim como os autores tratados, Mormont (1990) advoga pela heterogeneidade do rural e declara que o que definia suas especificidades era a singularidade de cada comunidade vivendo em seu próprio espaço local. A questão da localidade como marca da diversidade é, mais uma vez, defendida em sua dimensão que extrapola a territorialidade, ou seja, como espaço das interações sociais. A questão é, antes, como cada ocupante do espaço rural se sente - ou se torna - rural.

Em suma, após percorrer discussões relacionadas à sistematização das ideias que constituem o rural, entende-se que um dos caminhos que a literatura sobre o assunto percorre, configura o rural enquanto categoria a qual é conferida significações a partir dos contextos nos quais se inserem os interlocutores. Ou seja, preenche-se a noção de rural por perspectivas relacionais e Moreira (2005), por exemplo, irá se basear na ideia de que a possibilidade de existência de uma identidade requer a existência de outras identidades, tal é essa contingência do relacional. Sendo assim, Carneiro (2008) conclui:

> a heterogeneidade social, ainda que produza uma situação de tensão, é também responsável pelo enriquecimento do tecido social, sem que isso resulte, necessariamente, em uma descaracterização das identidades culturais territorializadas. Ao contrário, a diversidade pode atuar no sentido de consolidar essas identidades ao possibilitar uma consciência de si na relação com o outro, o que pode contribuir, por ex., para a definição de uma identidade urbana no interior de uma localidade tida como rural e vice-versa. Seria, portanto, mais adequado falarmos em um processo de reestruturação dos sistemas sociais a partir da incorporação de novos elementos econômicos, culturais e sociais que engendram relações mais ou

> menos conflituosas e ambíguas (CARNEIRO, 2008 *apud* MOREIRA, 2005, p. 10).

Desta forma, a abordagem relacional do rural é uma das vias pelas quais se pode entender dinâmicas de ruralidade, noção que parece contemplar a discussão que se segue, acerca das noções da juventude entrevistada dos territórios estudados na Região Serrana do estado do Rio de Janeiro.

JUVENTUDES E PERCEPÇÕES DO RURAL

Segundo um estudo realizado por Weisheimer (2005 *apud* HAYASHI; HAYASHI; MARTINEZ, 2008), "juventude rural" costuma ser pesquisada de forma relacionada a temas como mercado de trabalho, migração, sucessão, produção, futuro do rural, etc. São praticamente inexistentes as análises, dentro dos chamados estudos rurais, sobre o que, como e por quê essa parcela da sociedade, por exemplo, consome, reforçando uma ideia pré-concebida de que no mundo rural está a produção e o consumo está apenas no mundo urbano. Ainda segundo Weisheimer (2005 *apud* HAYASHI; HAYASHI; MARTINEZ, 2008), as pesquisas acadêmicas brasileiras produzidas de 1990 a 2004 abordam quatro categorias analíticas distintas sobre a juventude rural, relacionando-a: 1) à educação; 2) às ações coletivas; 3) à inserção no mercado de trabalho e; 4) à reprodução social da agricultura familiar. O autor realizou um mapeamento do conhecimento produzido no país sobre juventude rural neste período e identificou 50 trabalhos sobre esta temática, distribuídos entre 27 artigos, 3 livros, 2 teses de doutorado e 18 dissertações de mestrado.

É comum compreender a juventude como um processo em construção. Esta abordagem, contudo, desconsidera características históricas e culturais, relegando o debate aos aspectos geracionais e biológicos, e tomando os jovens como objetos de estudo com característica de problema social e/ou potência a ser explorada. Autores como Sarriera, Câmara e Berlim (2006) acreditam que a temática da juventude precisa ser compreendida a partir de suas ambivalências, ou seja, como um conjunto de estatutos que assume e de funções sociais que desempenha uma determinada categoria de sujeitos na sociedade, então, no caso de jovens, determinada pela situação de transição da dependência familiar à autonomia social (SARRIERA; CÂMARA; BERLIM, 2006).

A juventude se constitui a partir do seu cotidiano e, dessa forma, analisá-la, em suas práticas e ideias, contribui para compreender o território em que vivem. É por isso que mobilizar focos de atenção para a construção das noções que permeiam a juventude rural, a partir dos fatores que estes jovens se apropriam, repelem e moldam em seus processos de identificação, apresenta-se como necessário no processo de construção analítica deste recorte social. Visa-se a compreensão de que os múltiplos significados que envolvem a concepção de juventude rural não podem ser traduzidos numa base teórica perfeitamente delimitada, pois são mobilizadas categorias que não se encerram, principalmente, por diferentes contextos apresentados e por ainda ser rigidamente demarcadas por relações de hierarquia social, ainda mais quando os debates do senso comum os classificam como "atrasados", por não viverem em territórios urbanizados (CASTRO, 2005).

Os estudos sobre os e as jovens rurais precisam levar em consideração, também, anseios por "condição de vida", quando há uma crença generalizada de que os centros urbanos oferecem melhores oportunidades de trabalho, acesso a bens de consumo e possibilidades de uma vida mais moderna. Entretanto, isso pode não

ser o pensamento em sua totalidade, pois o pertencimento à sua localidade de origem também deve ser uma variável adicionada a essa equação (WEDIG; MENASCHE, 2009).

O estudo de Weisheimer (2005) sugere que a invisibilidade da juventude rural ainda persiste. O autor constata a volta de estudos que verificam o aumento do êxodo rural, registrado entre 2005 e 2013, em que se observa uma saída paulatina de jovens dos territórios rurais, em especial das mulheres jovens, que saem em busca de estudo e trabalho. Entretanto, o debate ainda continua majoritariamente ligado ao comportamento e às atividades rurais que os e as jovens podem desempenhar em seu território, como observamos no trecho a seguir:

> A invisibilidade é a qualidade de um objeto que não é visto pelos observadores, porque não absorve ou reflete a luz. Ao adicionar o termo social, nos referimos a situações em que certos sujeitos estão em relações sociais. É, portanto, uma ação social que implica não ver o outro, não ver sua existência social e tudo o que deriva desse fato (WEISHEIMER, 2013, p. 23).

O Instituto de Imagem e Cidadania, organização que mantém um importante equipamento cultural, conhecido como Sobrado Cultural Rural, na localidade de Santo Antônio, distrito de Barra Alegre, no Município de Bom Jardim, vem realizando um conjunto de ações voltadas para fortalecer a juventude que vive na fronteira entre os Municípios de Bom Jardim, Nova Friburgo e Trajano de Moraes. Reconhecido como ponto de cultura rural pelo Ministério da Cultura em 2009, este equipamento cultural vem desenvolvendo ações de preservação da cultura presente nos territórios rurais, através de oficinas de educação patrimonial, artes visuais e cultura

popular, exposições sobre o cotidiano da roça, produção de documentários e livros sobre os saberes e fazeres presentes nos territórios rurais, residências artísticas, roteiros de visitação à casa de mestres e mestras populares, agricultores familiares e produtores rurais, envolvendo crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos.

Entre 2015 e 2016, o Projeto "Formação Cultural de Jovens da Região Serrana em Comunicação Comunitária" realizou diversas atividades para estimular a comunicação comunitária e reafirmar a importância da juventude como sujeito de direitos. Para participar desta iniciativa foram selecionados 20 jovens do ensino médio das comunidades rurais dos Distritos de São Pedro da Serra e de Lumiar, em Nova Friburgo, de Barra Alegre, em Bom Jardim, e de Doutor Elias, em Trajano de Moraes que passaram a integrar a equipe de pesquisadores bolsistas do Conselho Nacional de Pesquisa Científica (CNPq). Essa iniciativa foi fruto da parceria entre Licenciatura de Educação do Campo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (LEC/UFRRJ), que foi contemplada na chamada MCTI/MDA-INCRA/CNPq no 19/2014 – Fortalecimento da Juventude Rural, uma ação promovida pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário/INCRA, o Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico/CNPq em parceria com a Secretaria Nacional de Juventude.

A juventude que atuou na pesquisa esteve envolvida em diversas atividades, dentre elas algumas permitiram conhecer mais sobre a juventude destas comunidades e a história de seus territórios. A pesquisa apontou e aprofundou em temas de interesse dessa juventude, refletindo o que a afligia. As atividades voltadas para a valorização da identidade cultural priorizaram estimular reflexões sobre o que era ser jovem nestas comunidades, entrevistar moradores e moradoras e mestres e mestras populares, produzir vídeos das comunidades rurais, organizar circuito pelas escolas para divulgação

das revistas e promover circuitos de visitação aos diferentes territórios para identificar lugares que esta juventude circulava pelo seu vilarejo. Aconteceram, também, atividades voltadas para preservar a cultura do plantio e do cuidado com a Mata Atlântica presente na região e a sua convivência com a agricultura familiar, para tal, foram realizadas oficinas de plantio de árvores, colheita, manutenção de trilhas, horta com pneu, produção de placas, identificação de mudas, entre outros.

Também destacamos as pesquisas realizadas pela juventude sobre temas considerados como aqueles que os afetava diretamente. Em Lumiar, a pesquisa foi sobre o turismo, identificado por eles e elas como predatório; em São Pedro da Serra sobre drogas, enquanto em Barra Alegre e Vargem Alta, aprofundaram suas investigações sobre ser jovem agricultores e agricultoras e produtores e produtoras de flores. Para aprofundar o debate sobre os temas abordados, realizaram pesquisas quantitativas e qualitativas com moradores e moradoras, produziram vídeos de ficção sobre o tema com cenas do cotidiano, oficinas de teatro para fomentar a reflexão através das expressões corporais e um debate com representantes de organizações. Os resultados destas pesquisas sinalizaram que, diferente do que está no imaginário de grande parte da população, a juventude destas comunidades está antenada às questões que afetam a juventude e toda comunidade. Os resultados destas iniciativas foram compartilhados em duas edições da revista Território Rural[39] que eram produzidas pelos e pelas jovens que integraram a pesquisa e pela equipe do projeto.

Uma questão que sempre esteve presente, trata-se de como era ser jovem nestes territórios. Para a juventude de São Pedro da Serra, era conviver com o universo da agricultura, acessar a internet se o tempo permitisse, vivenciar o tédio, ter oportunidades de usufruir redes de serviços, conviver com a terceira idade, ser

[39] Disponíveis em: <https://issuu.com/imagemcidadania>.

identificado como vagabundo, maconheiro, estar preocupado com ações ambientais, se sentir isolado, conviver com o turismo e com atividades musicais. Os e as jovens de Lumiar destacaram que ser jovem era viver uma sociedade alternativa, gostar da realidade, de ler, de conviver com atividades musicais e com a natureza, viver em união. Em Vargem Alta, sinalizaram que ser jovem era ter falta de oportunidades, sentir dificuldades, desanimar, ter de acreditar no impossível e ficar indeciso. E em Barra Alegre, compartilharam que ser jovem era ser vagabundo, estudante, preguiçoso, ter medo, estar unido, ser amigo, acessar as redes sociais, divertir-se.

A percepção deste grupo sobre ser jovem em seus territórios revela as diferenças existentes entre os quatro territórios envolvidos na pesquisa, que apesar de estarem geograficamente próximos têm características diversas, uns com a presença mais forte do turismo e de moradores vindo de outras regiões como a capital do estado, outros voltados para a produção agrícola e de flores, e outros vivendo as transformações oriundas da chegada das fábricas e da rodovia RJ-146. Expressa ainda situações vivenciadas pelos e pelas jovens que permitem afirmar que a comunidade de Vargem Alta pode ser considerada o território de maior vulnerabilidade, entre os territórios envolvidos na pesquisa. São os e as jovens que vocalizaram as dificuldades enfrentadas por aqueles e aquelas que estão afastados dos centros de seus respectivos distritos, e, também, os que menos têm acesso a espaços de convivência e/ou sociabilização. Isso não anula a vulnerabilidade pela qual também se encontra a juventude dos outros territórios, conforme relatam quando falam sobre se sentirem isolados ou entediados, fruto da ausência de alternativas para lazer, entretenimento, cursos extracurriculares, entre outros, para além daquilo ofertado aos turistas.

Dando continuidade às ações voltadas para a juventude da região, na tentativa de problematizar sobre o lugar da juventude nestes territórios e de prosseguir com as pesquisas para conhecer

mais sobre a juventude desta região, o Instituto realizou a pesquisa "Perfil da Juventude da Região Serrana" envolvendo todos os e as jovens que estavam estudando nas quatro escolas que participaram do projeto anterior. Essa pesquisa, realizada no período de 2018 a 2019, congregou mais dados que nos permitem refletir sobre a juventude da região, principalmente no contexto contemporâneo. Destacamos assim, os resultados que envolveram jovens que residem na APA Macaé de Cima, tendo o universo da pesquisa envolvido 175 discentes do Colégio Estadual Carlos Maria Marchon, no distrito de Lumiar, do Colégio Estadual José Martins da Costa e do Colégio Estadual Jacourd, ambos no Distrito de São Pedro da Serra, respectivamente no centro do distrito e em Vargem Alta.

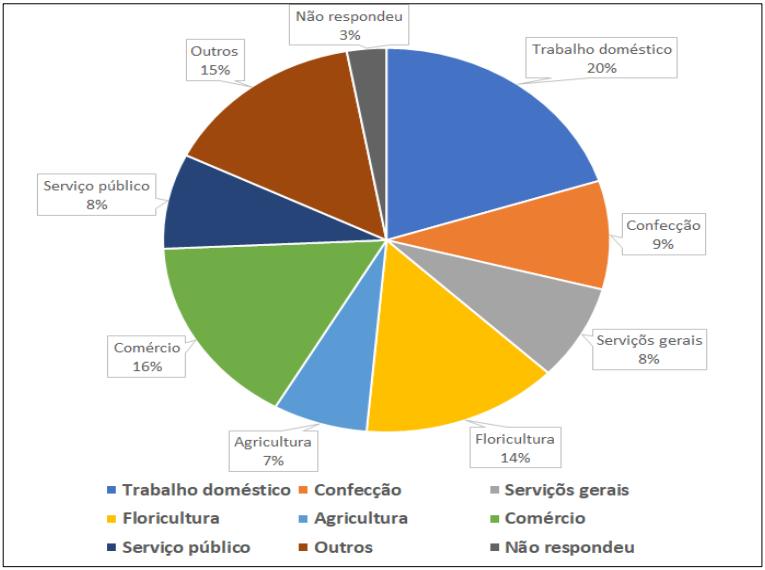
Destes 175 jovens, 53,1% (93) são do gênero feminino, 46,3% (81) do gênero masculino, e 0,57%, que corresponde a uma pessoa, é transgênero. Em nossa amostragem, 32,18% (56) é estudante do 1º ano do Ensino Médio (E.M.), 34,5% (60) do 2º ano do E.M., e 33,3% (58) é do 3º ano do E.M. Quanto ao local de nascimento destes jovens, varia-se bastante, mas a grande maioria é de Nova Friburgo, havendo naturais do Rio de Janeiro, Niterói, Cabo Frio, Vitória, Casimiro de Abreu, Barra do Piraí, Bom Jardim, Trajano de Moraes, etc.

A pergunta relativa à principal atividade profissional desempenhada pelos responsáveis nos parece importante para compreender a dinâmica social na qual este ou esta jovem se insere. Referente a isso, no que diz respeito às atividades profissionais desempenhadas pela mãe dos jovens, isto variou bastante em cada território estudado. Por exemplo, em Vargem Alta, a maioria dos jovens respondeu que suas mães trabalham com a floricultura, seguido pela atividade ligada à agricultura. Mencionou-se também, em menor volume, o serviço público (posto de saúde e escola), serviço doméstico, dentre outros. Já em Lumiar, as atividades mais populares são o serviço doméstico, seguido pela confecção, serviços

gerais e atividades comerciais. Por último, em São Pedro da Serra, o comércio é a atividade mais desempenhada por estas mães, seguido pelo trabalho doméstico e serviço público, além da agricultura

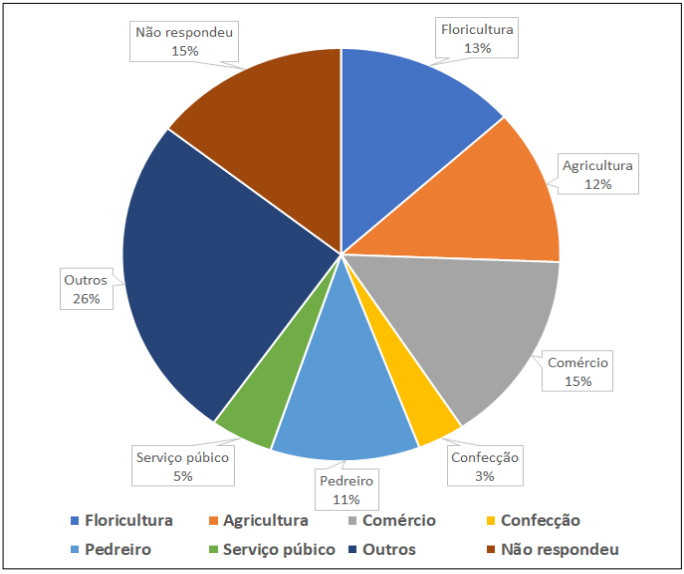
Já sobre as atividades desempenhadas pelos pais, a situação da frequência das atividades se aproxima da realidade relacionada às mães. Em Vargem Alta, por exemplo, tanto a floricultura, quanto a agricultura, são as atividades que mais se desenvolvem, seguidas pelo comércio em geral, mecânico, motorista de transporte escolar, pedreiro e serviço público. Em Lumiar, eles trabalham prioritariamente com o comércio em geral, seguido pela atividade de agricultura, pedreiro, confecção, caminhoneiro, serviço público e jardinagem. Os Gráficos 1 e 2, a seguir, ilustram o panorama apresentado.

Gráfico 1 - Distribuição percentual de ocupações das mães dos jovens entrevistados



Fonte: BOTELHO; SILVA (2018).

Gráfico 2 - Distribuição percentual de ocupações dos pais dos jovens entrevistados



Fonte: BOTELHO; SILVA (2018).

Enquanto, por um lado, os dados quantitativos mostram o lugar residual da agricultura como atividade principal no exercício profissional das famílias, e a centralidade do comércio como contraponto, num exercício de grupo focal com duas turmas do Ensino Médio no distrito de São Pedro da Serra, cerca de metade dos e das jovens afirmaram ter alguém da família que tivesse como principal ocupação a agricultura. Assim, quando a pergunta se refere não apenas à família nuclear, mas sim a um grupo familiar ampliado, mais jovens têm membros da família cuja atividade profissional é a agricultura. Ou seja, é relevante dadas as características culturais da região, onde prevalece uma dimensão comunitária de fortes laços com membros da família, para além do que denominamos família nuclear. Da mesma forma, mesmo não aparecendo como atividade

econômica principal dos e das chefes de família, a prática agrícola aparece nos relatos, seja num pequeno roçado para comercializar, seja na produção para consumo próprio. Reforça-se aqui as ideias de pluriatividade, pois quando a agricultura é considerada como complementar à profissão central daquele grupo familiar, ela não é citada como atividade principal, bem como de multifuncionalidade, já que permanece em alguns casos a prática agrícola tendo como objetivo a segurança alimentar das famílias.

No que tange à renda mensal familiar, 7 dos jovens entrevistados (correspondente a 4,1% da amostra) possuem menos de 1 salário mínimo (S.M.), 72 (42,1%) contam com 1 a 2 S.M., 52 (30,4%) entre 3 e 4 S.M., 16 (9,3%) com mais de 5 S.M., enquanto que 24 jovens (14%) não souberam responder à pergunta. Quanto ao grau de instrução da mãe (ou responsável), 68 delas (correspondente à 38,8% da amostra) possuem, Ensino Fundamental incompleto, 28 (16%) delas têm Ensino Fundamental completo, 21 (12%) possuem Ensino Médio incompleto, enquanto 27 (15,4%) completaram esta etapa escolar. A respeito do Ensino Superior, 7 (4%) não o completaram, enquanto 20 (11,4%) sim. No entanto, aqui chama atenção a distribuição de mães com Ensino Superior completo por território estudado, uma vez que 17 de 20 delas que completaram esta etapa, residem em São Pedro da Serra. Destes e destas 17 jovens, 9 são nascidas em Nova Friburgo, 4 no município do Rio de Janeiro, uma em Niterói, uma em Vitória e uma em Cabo Frio (uma pessoa não respondeu à pergunta relativa ao local de nascimento). Já em Vargem Alta, nenhuma das mães dos jovens concluiu esta etapa de ensino. Apenas 2,3% dos jovens, que corresponde a 4 deles, não souberam responder à questão proposta.

Obtivemos menos respostas sobre o grau de instrução de seus pais, 9 jovens não responderam à questão. Dentre os que responderam, 84 (50,6%) afirmaram que seus pais possuem Ensino Fundamental incompleto, enquanto 19 (11,4%) concluíram as séries

referentes. Com relação ao Ensino Médio, 11 pais (6,6%) não puderam concluí-lo, enquanto 19 (11,4%) possuem Ensino Médio completo. Já sobre o escopo do Ensino Superior, são 7 (4,2%) os que não completaram, enquanto que 15 (9%) puderam terminá-lo. Situação similar ocorre aqui também, pois dos 15 pais que completaram o Ensino Superior, a grande maioria é de São Pedro da Serra, correspondendo a 9, já na região de Vargem Alta, nenhum jovem afirmou que seu pai tem Ensino Superior. Tem-se, assim, que as mães possuem um tempo de formação maior que os pais.

Após apresentarmos estes dados relativos ao perfil dos e das jovens, nos ateremos principalmente a duas perguntas do questionário. Quando perguntados se residem em área rural ou urbana, 172 dos 175 jovens entrevistados, correspondente a 98,3% deles, afirmaram residir em área rural. Este dado é particularmente importante em nossa reflexão, pois diz justamente sobre a percepção socioespacial dos jovens de seu entorno. A mesma pergunta fora feita aos jovens durante a realização do grupo focal com duas turmas do Ensino Médio no distrito de São Pedro da Serra, onde este padrão de resposta se confirmou.

Quando perguntados se eram jovens rurais, 125 (71,4%) afirmaram que sim, enquanto 50 (28,6%) disseram que não. Dentre as justificativas para os que responderam afirmativamente às questões, destacamos algumas:

> (…) “convivemos bem neste lugar”; “porque moro e vivo aqui”; “trabalho no ramo”; “(…) meu crescimento até hoje foi em áreas rurais”; “por participar sempre das atividades e coisas que acontecem na região”; “pois meus familiares, em grande parte, são agricultores e por estar entre eles acredito ser”; “porque sempre vivi em região rural”; “nasci e cresci no campo”; “eu resido em um ambiente rural, ou seja, todas as minhas atividades

> condizem com o ambiente em que vivo"; "porque São Pedro é uma zona rural, onde não tem violência e todos se ajudam"; "(…) tenho orgulho de morar na roça e não gosto quando falam mal do campo"; "Nasci e cresci em ambiente rural"; "porque a roça me ensinou a viver livre sem depender de pai ou mãe para certas coisas"; "estamos no meio rural e estamos envolvidos com ele"; "porque eu gosto muito de ficar fazendo caminhada no mato"; "devido não só a uma herança, mas também aos conhecimento e memórias possuídas dos locais"; "porque eu moro na roça mesmo e me orgulho disso, falar do jeito daqui, ser daqui"; (…) "moro em um ambiente rural, sou filha de agricultor".

Destacam-se os motivos pelos quais os e as jovens se consideram jovens rurais: trabalhar com animais; gostar muito do contato com a natureza e com o espírito comunitário; ter orgulho de onde vive; se identificar com o lugar onde mora; gostar da "roça"; morar num ambiente com bastante agricultura; se identificar com os modos de vida da zona rural; ser adepto da cultura local.

É interessante notar que muitos dos que afirmaram se considerar jovem rural o fizeram afirmando que vivem na área rural. Há também, em parte das respostas, a associação entre a ideia de rural e a ideia de natureza, bem como a associação entre rural e a atividade agrícola. Houve quem justificasse a pergunta pela questão da cultura, e esse aspecto merece atenção e investigação, de forma a entender no que consiste a cultura rural para o grupo perguntado.

Cabe levantar que o reconhecimento enquanto jovem rural, aproxima-se, para estes jovens do pertencimento territorial, estabelecimento familiar, muitas vezes relacionados às gerações, ou seja, temporalidade e memória. Elementos como ausência de violência - questão importante que se associa ao urbano - ponto interessante, uma vez que os conceitos mobilizados ao redor do rural

tendem a constituir o polo negativo desta relação dicotômica rural/urbano. Cabe a reflexão acerca de que, ao invés de se mobilizar a ideia de passividade do rural, que poderia ser, teoricamente, acionada de forma proporcional à ausência de violência, optou-se por uma ideia que lhe confere qualidade positiva, autonomia, desempenho de atividades consideradas pertencentes ao universo rural, e, também, a menção sobre o gosto e orgulho de serem jovens rurais. A dicotomia com o urbano, salvo por poucas respostas, não se evidencia enquanto narrativa, por mais que, sem dúvida, a própria invocação da categoria "jovem rural" pressupõe um recorte. Parece que a noção dicotômica está mais latente para os entrevistados que invocaram noções de orgulho de serem jovens rurais, uma vez que declarações com este cunho podem ser entendidas como reafirmações. Em suma, deseja-se salientar que existe uma diferença constitutiva de narrativas, quer dizer, o que é se afirmar enquanto jovem rural diante de um formulário, e o que seria reivindicar identidade enquanto jovem rural no cotidiano. A importância, de fato, das entrevistas é a de provocar reflexões acerca do espaço que habitam e como se posicionam nele.

Dando seguimento ao estudo, dentre aqueles que não se consideram como jovens rurais, algumas das respostas foram:

> "não estou inserido na cultura e no estilo de vida rural"; "(…) tenho pensamentos mais ambiciosos, e o espaço rural é de certa forma limitador neste quesito, além do que nunca me identifiquei com a área rural"; "Pois não curto muito"; "não ter nascido numa área rural; porque veio do Rio de Janeiro e sua família e amigos estão lá"; "porque os costumes e hobbies estão mais ligados a urbanização"; "porque gosta mais da cidade e gosta de barulho" , "porque nem sempre morei aqui e mesmo assim não acho esse lugar rural, pelo contrário"; "(…) vivi a maior parte na área urbana"; "sairei o mais rápido possível"; "não

> tenho um contato direto com a agricultura"; "porque eu nunca trabalhei na zona rural e sim urbana", "embora eu more em zona rural, busco muitas atividades na zona urbana, e também não tenho muito conhecimento de todo o trabalho exercido na roça, e nem pretendo continuar aqui".

Aqui, chama a atenção que, possivelmente, parte considerável daqueles que são nascidos especialmente no município do Rio de Janeiro não se identificam com a ideia de rural, e torna-se evidente que a sensação de não pertencimento e a intenção de deixar o meio rural perpassa a subjetividade desses e dessas jovens. A noção dual entre rural e urbano prepondera em mais respostas aqui, porque não se considerar jovem urbano parece ser se identificar com os valores da cidade, como quando afirmam que possuem planos mais ambiciosos, que o ambiente rural é limitador e a não identificação com os trabalhos comumente desempenhados na "roça", associados à agricultura. A declaração sobre "nem sempre ter morado aqui, e mesmo assim não acho esse lugar rural, pelo contrário (...)" merece alguma análise. Em primeiro lugar, o entrevistado parece associar a ruralidade à origem, o que é interessante para reflexão sobre identificação com espaços: este seria um critério. Em segundo lugar, até mesmo questiona se o ambiente no qual vive é rural. Aqui tem-se uma circunstância muito especial, conforme se evidencia que a ruralidade pode ser construída relacionalmente. É possível observar que há multiplicidade de percepções e as descrições qualitativas são riquíssimas para acionar conceitos às categorias.

Também tivemos aqueles que, embora tenham escolhido uma das duas respostas, na hora da justificativa mostraram uma opinião dual acerca da resposta: "um pouco dos dois"; "sim e não, gosto de algumas atividades do campo e outras não, assim como as da cidade. Ora prefiro campo, ora prefiro a cidade"; "considero-me

um jovem urbano-rural, pois há uma mistura de ambos. Tenho características do Rio, porque vim de lá, mas me identifico com o ambiente rural". Mais uma vez, o aspecto relacional é chave para compreensão, dessa vez a partir de complementaridades, demonstrando que aproximar-se ou não com identidades não supõe a negação absoluta daquilo que seria seu polo irreconciliável. A multiplicidade dentro de grupos, à primeira vista, fechados em conceitos, é flexível à medida em que se exploram as narrativas sociais envolvidas.

É possível afirmar, assim, que os jovens identificam a localidade de São Pedro da Serra, Vargem Alta e Lumiar, com a ideia de rural. A distância do centro urbano do município, a baixa densidade demográfica e a ausência de determinados serviços apareceram como justificativa. Ainda, durante o grupo focal, outras perguntas foram realizadas sobre a percepção dos jovens acerca do nosso tema de trabalho. Ao serem questionados se agricultura e rural eram sinônimos, mais da metade do grupo discordou, afirmando que, apesar de ser um elemento importante do mundo rural, a agricultura é uma das atividades existentes, porém não a única. Numa outra pergunta, os jovens discordaram que agricultura é sinônimo de atraso. Nas justificativas, os jovens valorizaram esta atividade econômica, indispensável para a sobrevivência humana, bem como sua importância tradicional na cultural do distrito. Ao mesmo tempo, apenas 10% de jovens demonstram algum interesse em trabalhar na "roça" e mais da metade pensa em "fazer vida" em outro lugar.

CONCLUSÃO

O presente trabalho pretendeu, num primeiro momento, apresentar alguns aspectos relativos à constituição socioeconômica da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, demonstrando que,

com o passar dos anos, uma multiplicidade de atividades se desenvolveu. Essas dinâmicas e transformações se alinham com as abordagens que associam o rural predominantemente ao agrícola no escopo tanto institucional-burocrático, quanto nas narrativas cotidianas e populares. Parece-nos, pois, mais assertivo, falar em ambientes rurais e múltiplas ruralidades, e que se preencham as categorias a partir das ideias mobilizadas pelos atores que constituem o universo que se estuda.

A grande novidade trazida pelo presente artigo se alicerça no estudo empreendido com a juventude de São Pedro da Serra, Lumiar e Vargem Alta, localizadas no Município de Nova Friburgo (RJ). Um extenso questionário foi aplicado, compreendendo questões que provocassem os entrevistados a pensar suas próprias condições concretas e subjetivas, de forma a compreender-se como estes jovens entendem o que é ser um jovem rural. Aqueles que se consideram jovens rurais, justificaram a questão a partir de diversas declarações, contudo, chamou a atenção que o fizeram sem recorrer tanto à oposição explícita ao urbano. Já aqueles que afirmaram não se considerarem jovens rurais, apropriaram-se mais das dicotomias, e conferiram ao rural algumas qualidades negativas, quando em perspectiva com o urbano. Por último, foram chaves as declarações dos jovens que não afirmaram uma identidade em detrimento ao que seria seu polo inconciliável, demonstrando que existem capilaridades complexas entre universos assumidos, à primeira vista, como opostos.

Efetivamente, procurou-se provocar reflexões na juventude de Nova Friburgo sobre como se relacionam com o seu redor, e como isso os constitui. Noções concretas e subjetivas se interpenetram para constituição da ruralidade, argumento trabalhado em Halfacree (1993). Como podemos explicar a coexistência entre justificativas repetidas e outras tão diversas? O rural se constitui, afinal, a partir da forma pela qual os atores interagem consigo, entre si e com o

entorno. Que a juventude reflita sobre suas inserções nos espaços para apropriar-se do que mais lhes faz sentido, parece ser a chave do entendimento do presente trabalho, e daí decorre a pluralidade de declarações acerca do entendimento do que determina ser ou não um jovem rural.

REFERÊNCIAS

BOTELHO, M.; SILVA, J. M. **Perfil da juventude da Região Serrana** – São Pedro da Serra. Rio de Janeiro: Instituto de Imagem e Cidadania, 2018.

CANDIOTTO, L. Z. P. "Elementos para o debate acerca do conceito de turismo rural". **Revista Turismo em Análise**, vol. 21, n. 1, 2010.

CARNEIRO, M. J. "Rural como categoria de pensamento". **Rurais**, vol. 2, março, 2008.

CARNEIRO, M. J. "Tipologias e significados do ´rural´: uma leitura crítica". *In*: LEITE, S. P.; BRUNO, R. (orgs.). **O rural brasileiro na perspectiva do século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2019.

CARNEIRO, M. J.; ROCHA, B. N. "Limites e possibilidades da construção de ´territórios de desenvolvimento´ na região serrana do Rio de Janeiro". **Revista de Sociologia Política**, vol. 8, 2009.

CASTRO, E. G. **Entre ficar e sair**: uma etnografia social da categoria jovem rural (Tese de Doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

CASTRO, E. G. "Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político". **Revista Latino Americana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, vol. 7, n. 1, 2009.

CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. "Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil e o enfoque da pesquisa". *In*: CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. (orgs.). **Agricultura familiar**: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio Janeiro: Editora Mauad, 2009.

HALFACREE, K. H. "Localityand social representations: space, discourse and alternative definitions of the rural". **Journal of Rural Studies**, vol. 9, n. 1, 1993.

HAYASHI, M. C.; HAYASHI, C. R.; MARTINEZ, C. M. "Estudos sobre jovens e juventude: diferentes percursos refletidos na produção científica brasileira". **Educação, Sociedade e Culturas**, n. 27, 2008.

MARTINS, J. S. "As coisas no lugar". *In*: MARTINS, J. S (org.) **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Editora Hucitec, 1981.

MOREIRA, R. "Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação". *In:* MOREIRA, R. (org.). **Identidades sociais**: Ruralidades no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2005

MORMONT, M. "Who is rural? Or, howtobe rural". *In*: MARSDEN, T.; LOWE, P.; WHATMORE, S. (eds.). **Rural restructuring**: global process and their local responses. London: Fulton, 1990.

PRATT, A. C. “Discourses of rurality: loose talk or social struggle?” **Journal of Rural Studies**, vol. 12. n. 1, 1996.

SANTANA, A. C.; SOUZA, M. C. “O turismo rural como estratégia de sustentabilidade da agricultura familiar”. **Anais do Seminário sobre Sustentabilidade**. Curitiba: FAE 2010.

SARRIERA, J. C.; CÂMARA, S. G.; BERLIM, C. S. **Formação e orientação ocupacional**: manual para jovens à procura de emprego. Porto Alegre: Editora Sulina, 2006.

WEDIG, C.; MENASCHE, R. “Entre o campo e a cidade: o lugar do consumo na mobilidade material e simbólica dos jovens rurais”. *In*: PINTO, M. L.; PACHECO, J. K. (orgs.) **Juventude, Consumo e Educação**. Porto Alegre: Editora ESPM, 2009.

WEISHEIMER, N. **Juventudes rurais**: Mapa dos estudos recentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

WEISHEIMER, N. “Sobre a invisibilidade das juventudes rurais”. **Revista Desidades**, vol. 1, 2013.

CAPÍTULO 8

Patrimônio Imaterial: Mulheres Tecelãs de Galdinópolis

PATRIMÔNIO IMATERIAL: MULHERES TECELÃS DE GALDINÓPOLIS

Camila Dazzi

Elaine Lopes Peixoto

Yály Ferraz

A minha pesquisa sobre o Patrimônio Imaterial de Nova Friburgo, com destaque para o encontrado na Área de Proteção de Macaé de Cima, surgiu em 2011, poucos anos após a minha entrada, como professora efetiva no CEFET/RJ – *campus* Nova Friburgo, ocorrida em 2008.

Com formação específica no campo das artes e do patrimônio cultural, e carioca da Zona Oeste, me era desconhecida à riqueza cultural existente no Município de Nova Friburgo. Meu primeiro contato com as manifestações culturais imateriais do município serrano se deu por meio da realização do projeto de extensão, "Identidade Cultural e Turismo – uma proposta para as Folias de Reis de Nova Friburgo", vinculado ao Departamento de Extensão do CEFET/RJ. O projeto, que reconheço como bem sucedido, durou três anos, e deu origem a algumas publicações, como o artigo Patrimônio imaterial: a representação do gênero no espaço da Folia de Reis, publicado na Revista Extendere (DAZZI *et al.*, 2013), e o texto Performance e Visualidade nas Festas de Arremate das Folias de Reis de Nova Friburgo, apresentado no 23º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Arte (ANPAP), e publicado em seus anais (DAZZI; DUTRA, 2014).

Em um segundo momento, a minha atenção se voltou para a relação do patrimônio imaterial existente especificamente na APA

de Macaé de Cima, e que engloba os distritos mais turísticos de Nova Friburgo, como Lumiar e São Pedro da Serra. Para o mapeamento e registro dessas manifestações, até então não estudados, foi desenvolvido o projeto de pesquisa, intitulado "Identidade Cultural nas Áreas de Proteção Ambiental em Nova Friburgo", que concorreu no edital CEFET/RJ APP-CAMPI 2012, sendo selecionado. O projeto, desenvolvido em parceria com a Profa. Dra. Cristine Passos de Mattos, mapeou algumas das manifestações artísticas e culturais das comunidades que residem na Área de Proteção Ambiental em Nova Friburgo, tendo como objetivo a identificação, valorização, salvaguarda e divulgação da cultura local. Para atingir esse propósito, o financiamento conseguido com o edital foi destinado à compra de câmeras fotográficas, filmadoras, notebook, tabletes, dentre outros itens. O projeto de pesquisa do edital APP-Campi ocorreu em paralelo, e em grande medida se fundiu com o Projeto de Extensão Identidade Cultural e Turismo nas Áreas de Proteção Ambiental de Nova Friburgo. Em 2013, mesmo estando afastada para realização de estágio pós-doutoral, com bolsa da CAPES, na Itália, colaborei na continuação dos projetos. Creio que as metas foram em grande medida alcançadas, ou seja, mapeando e registrando, junto às comunidades práticas e saberes que as identificam culturalmente (produção artística, espaços simbólicos e representativos das comunidades, história local, artesanato local, manifestações religiosas, festas tradicionais, contos, etc). O Projeto foi premiado na Semana Extensão Maracanã 2013, e rendeu o artigo "Uma vivência em extensão: Dimensões do Projeto de Extensão Identidade Cultural nas Áreas de Proteção Ambiental de Nova Friburgo", publicado na Revista de Extensão Caminhos Aberto, do IFSC (LEITE *et al.*, 2014).

Em 2014, logo após o retorno do meu estágio de pós-doutoramento na Itália, propus, juntamente com a Profa. Cristiane Passos de Mattos, um projeto de Pesquisa para o Edital da FAPERJ, 20/2014, Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Regional no Estado do Rio de Janeiro. O Projeto, "Patrimônio Imaterial, participação social e cidadania no contexto de projetos de turismo de base comunitária em unidades de conservação", foi contemplado com o financiamento da FAPEJ. O projeto possuía uma proposta diferenciada, já que possibilitava um debate que englobava patrimônio cultural e turismo, no contexto da promoção da cidadania, a partir de estudos dos referenciais identitários das comunidades residentes no interior ou no entorno da unidade de conservação. Lançamos mão da pesquisa-ação-participante (FALLS-BORBA, 2010) para a identificação e registro por meio de entrevistas, fotos e vídeos da cultura, da história local, do artesanato, das manifestações religiosas, das festas tradicionais, dos contos, do saber fazer da APA de Macaé de Cima. Como exemplo prático, fruto dos objetivos propostos, podemos aqui mencionar que em 2015 o projeto, dentre outras ações, desenvolveu um grandioso painel iconográfico, exposto na Festa de São Pedro da Serra. O painel foi elaborado a partir de interlocução dos atores sociais estratégicos, fase metodológica que culminou na análise do acervo de fotografias uma moradora local. O objetivo central foi refletir como o Patrimônio Imaterial expresso nas fotografias familiares (Patrimônios Materiais presente somente na imaterialidade da memória), fortalecendo os vínculos indenitários da comunidade e eliminando o hiato do temporal, permitindo à memória adquirir uma nova materialidade física através dos registros iconográficos.

Em 2015, igualmente, no contexto do Projeto "Patrimônio Imaterial, participação social e cidadania no contexto de projetos de turismo de base comunitária em unidades de conservação" (FAPERJ), foi oferecido um minicurso intitulado "Planejamento para o Turismo e Marketing para o Turismo", na APA Macaé de Cima, tendo sido ministrado pelas professoras Suellen Lamas e Bianca Tempone, do CEFET/RJ-Campus Nova Friburgo, em parceria com a APA Macaé de Cima.

Apresentei um breve e conciso relato cujo propósito é introduzir o leitor na pesquisa atrelada ao projeto de extensão "Arte Popular Criativa e Turismo Cultural Novas Tendências Para Nova Friburgo/RJ", desenvolvido em 2018 e 2019, e cujo foco específico em 2019 foi a atividade das mulheres tecelãs de Galdinópolis.

DESENVOLVIMENTO

O Projeto extensão "Arte Popular Criativa e Turismo Cultural Novas Tendências Para Nova Friburgo/RJ", vinculado ao Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão do CEFET/RJ, surgiu da percepção que apontar novas abordagens de estímulo à produção artesanal no município era uma necessidade, pois ainda que Nova Friburgo conte com algumas "feiras de artesanato", como a encontrada nos distritos de Lumiar e São Pedro da Serra, na APA de Macaé de Cima, os produtos artesanais oferecidos são escassos, cedendo cada vez mais espaço para produtos industrializados, ou seja, que não foram realizados por artesãos locais. Trata-se de um fator negativo se pensarmos o segmento do Turismo Cultural. O turista interessado em cultura está ficando mais exigente, buscando, além de um produto diferente e de qualidade, uma estrutura organizada capaz de garantir preços, respeito ao meio ambiente, vínculos com a cultura de origem e responsabilidade social. (SEBRAE, 2016).

A arte popular criativa, como oferta complementar ao Turismo Cultural e Rural, é uma atividade social e econômica que tem assumido relevância nas primeiras décadas do século XXI, sobretudo em cidades turísticas como aquelas que compõem o município de Nova Friburgo. Um dos muitos contributos positivos do desenvolvimento da arte popular criativa é a melhoria das condições de vida para os artesãos do lugar (RICHARDS, 2011).

O Projeto, portanto, teve como objetivo a promoção do artesanato da região, focando na revalorização e revitalização da identidade local, e no seu potencial para se tornar mais um atrativo para o desenvolvimento do turismo cultural, articulando as dimensões econômica e turística.

Em 2019, o Projeto teve como foco o artesanato comercializado no Circuito de Agroturismo Altos da Serramar, formado por propriedades rurais situadas na APA de Macaé de Cima, em Nova Friburgo. No presente trabalho, apresentamos os primeiros resultados da pesquisa realizada com um grupo de tecelãs da localidade Galdinópolis e ligadas a propriedade Oficina das Ervas. A pesquisa foi realizada com o intuito de melhor compreender a produção feita nos teares, o perfil e as habilidades individuais, bem como limitações, mapear conflitos e, por fim, construir uma imagem do grupo, de sua produção artesanal e da sua aceitação pelos turistas.

Cabe aqui ressaltar a significativa dimensão da importância de pensarmos o artesanato local. Essa preocupação é perceptível no recente anúncio da UNESCO, ocorrido em outubro de 2017, alçando a cidade de João Pessoa como "cidade criativa" na categoria artesanato e arte popular, "*Crafts and Folk Art*". A capital paraibana junta-se à rede na linha de frente dos esforços da Unesco (2005) para promover a inovação e a criatividade como motores essenciais para um desenvolvimento urbano mais sustentável e inclusivo.

> A Rede de Cidades Criativas da UNESCO (UCCN) foi criada em 2004 para promover a cooperação com e entre cidades que identificaram a criatividade como um fator estratégico para o desenvolvimento urbano sustentável. As 180 cidades que atualmente formam esta rede trabalham juntas para um objetivo comum: colocar a criatividade e as indústrias culturais no centro de seus planos de desenvolvimento em nível

> local e cooperar ativamente em nível internacional (UNESCO, 2005).

Uma iniciativa relevante no Brasil, e que confere embasamento para o desenvolvimento do Projeto de Extensão em Nova Friburgo é o Prêmio Sebrae TOP 100 de Artesanato. Segundo os autores do projeto do Prêmio, a maior parte das iniciativas realizadas pelas instituições que trabalham com o artesanato centram-se na figura do artesão ou de seu produto. No entanto, isso demonstrou não ser suficiente, pois ter bom produto não significa necessariamente uma oportunidade de negócio. A partir destas novas preocupações e exigências.

> [...] surge a proposta de criação de um prêmio trienal para as cem melhores unidades de produção artesanal brasileiras, que fosse ao mesmo tempo uma ferramenta de diagnóstico e prescrição de requisitos positivos que devem possuir uma empresa artesanal. A cada edição do prêmio dobrava-se o número de inscrições consolidando-o como a mais importante e pioneira ação direcionada à identificar e promover as unidades produtoras de artesanato mais competitivas do Brasil, com ênfase na qualidade dos produtos e nas práticas de gestão (SEBRAE, 2006).

Qualidade estética e valor cultural são importantes para a confecção de peças artesanais, porém, o que diferencia o Prêmio é o fato de a avaliação ir além desses quesitos e levar em conta outros elementos da cadeia de produção e comercialização do artesanato. Desse modo, o Prêmio Sebrae TOP 100 de Artesanato objetiva selecionar as 100 unidades produtivas mais competitivas do Brasil.

Os critérios de mercado adotados pelo SEBRAE, com as devidas proporções, foram por nós, alunos extensionistas e professora coordenadora, reconhecido na produção artesanal da Oficina das Ervas, um coletivo de mulheres da região de Galdinópolis, na APA de Macaé de Cima. A produção da Oficina das Ervas, na nossa percepção, possibilita que os turistas interessados em cultura encontrem "produtos que correspondam às suas expectativas, capazes de emocioná-los a tal ponto que o desejam ter em casa e diante de seus olhos" (SEBRAE, 2016). Os principais critérios do SEBRAE e que reconhecemos a potencialidade na produção de tecelagem da Oficina das Ervas são: qualidade dos produtos; identidade e compromisso cultural; embalagem; condições de trabalho; sustentabilidade ambiental; organização da produção; adequação econômica dos produtos; responsabilidade social; planejamento e gestão (SEBRAE, 2016).

Nesse ponto de minha fala, acredito que alguns leitores possam estar formulando a seguinte crítica: é correto adaptar uma produção artesanal em função do perfil do Turista Cultural?

Para respondermos a essa pergunta é necessário, antes de tudo, conceituar o que compreendo por artesanato no Projeto de Extensão. O argentino Jorge Fernández Chiti (2003, p. 25) é um dos poucos autores que procuram identificar elementos que caracterizam o artesanato.

> Atividade produtiva e criativa de caráter plástico manual e inspiração tradicional; de concepção, preparação e planejamento serial; que se materialize em objetos, obras ou peças que atendam a uma necessidade funcional ou de uso cotidiano, decorativo, mágico, religioso, etc.; com um ingrediente estético ou decorativo necessariamente presente; faturado em pequena oficina nacional ou profissional, sem processos terceirizados; por meio de

> técnicas manuais e não manuais, mas nobres, genuínas e controle pessoal do artesão; cuja produção é restrita e destinada a um mercado reduzido, para feiras, ou comercial, mas conhecida do artesão.

Para o autor o valor outorgado ao artesanato se deve a seu modo de elaboração, produção e à carga cultural inerente de cada peça. Podemos complementar a fala de Chiti (2003) com a ponderação de que independente do lugar geográfico e territorial da produção, todo artesanato deve apresentar: manualidade, praticidade, tangibilidade, tipicidade e tridimensionalidade. Nesse sentido, o artesanato é um objeto de uso prático e utilitário possuidor de uma dimensão estética. Sem uma função utilitária ou prática ele se torna apenas uma atividade manual de ocupação do tempo. O artesanato deve ter, ainda, historicidade e estar respaldado na tradição.

Canclini (1983, p. 51), em seu famoso livro *Culturas Híbridas*, vai mais longe na compreensão do artesanato ao afirmar que:

> Falar sobre o artesanato requer mais do que descrições do desenho e das técnicas de produção; o seu sentido só é atingido se o situarmos em relação com os textos que o predizem e o promovem (mitos e decretos, folhetos turísticos e condições para concursos), em conexão com as práticas sociais daqueles que o produzem e o vendem, observam-no ou o compram (numa aldeia, num mercado camponês ou urbano, uma boutique ou museu), com relação organização social do espaço (verduras ou de terra batida ou sob a astúcia sedutora das vitrinas).

Para compreendermos o artesanato nos diferentes "textos que o predizem e o promovem" significa, como coloca Larraia (2001), em *Cultura, um Conceito Antropológico*, entendermos que a produção artesanal é um "sistema adaptativo". As manifestações culturais, segundo o autor, devem ser encaradas como aquelas que acompanham as mudanças da sociedade.

> O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridos pelas numerosas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e as invenções. Estas não são, pois, o produto da ação isolada de um gênio, mas o resultado do esforço de toda uma comunidade (LARAIA, 2001 p. 48).

Sobre a relação artesanato e turismo, Medina e Santamarina (2004, p. 64), por exemplo, dizem que o turismo cultural

> é uma ponte de comunicação e compreensão entre culturas e povos, um fator de compreensão direta da diversidade cultural para as pessoas, visitantes e visitados.

Nesse sentido, vale lembrar que o turismo cultural "valoriza" e "perpetua a experiência de gerações" (MEDINA; SANTAMARINA, 2004) a partir de ações que garantam a sua salvaguarda, sendo uma ferramenta que pode vir a permitir o sustento de práticas culturais e, por sua vez, sua continuidade no presente e no futuro.

Marcos e Maria Inez Ayala (2015), em *Metodologia para a Pesquisa das Culturas Populares: Uma Experiência Vivenciada*, apontam que as práticas culturais, que por muitas vezes parecem não sofrer grandes mudanças, não devem ser tratadas como "sobrevivência do passado no presente", como entendiam os antigos folcloristas. Ao contrário, as comunidades e suas atividades culturais são contemporâneas, fazem parte de um contingente enorme da população, embora nem sempre sejam reconhecidas devidamente como protagonistas de cultura. De acordo com Mumford (1961), todas as crenças vivas, todos os desejos e ideais vivos, devem ser perpetuamente renovados, de geração para geração, de novo pensados, reconsiderados, revigorados pela vontade, reconstruídos para que perdurem. Defender um discurso de cunho tradicionalista em torno de uma determinada manifestação cultural não garante a vitalidade da mesma. O turismo, se por um lado promove mudanças, por outro pede ser um agente que promove a salvaguarda da cultura. Assim como os agentes naturais promovem mudanças em determinada paisagem, o homem promove mudanças em seus hábitos, crenças e costumes. A cultura se estabelece como um sistema adaptativo na qual a circularidade cultural acaba sendo inevitável, dado que a realidade do passado não existe mais como um modelo imutável. Surgem novos artistas, novas obras e novos conceitos.

Quanto aos métodos de pesquisa, o projeto de extensão realiza trabalhos de campo para coleta de dados por meio de observação participante, que conta com registros iconográficos, aplicação de questionários e entrevistas.

Segundo Denzin (1978, p. 183), a observação participante é "uma estratégia de campo que combina simultaneamente análise de documentos, entrevistas com entrevistados e informantes, participação direta e observação e introspecção". Como coloca

Carlos Rodrigues Brandão e Danilo Streck (2006, p. 293), no livro *Pesquisa participante: o saber da partilha*,

> A observação participante, que obriga à partilha da vida do/com o outro [...], e que nos envolve e faz se completarem estratégias (ou técnicas, se quiserem) de coleta de dados, como registro etnográfico em diários de campo, a entrevista, a história de vida, a exegese do visto e do ouvido.

A observação *in loco* teve como objetivo examinar de modo cuidadoso e criterioso os locais de atuação das tecelãs, os locais de venda do dos produtos tecidos, sendo realizadas anotações sobre os sujeitos presentes; os diálogos travados; a estrutura dos locais; descrição dos eventos especiais e das atividades que se realizaram; bem como as reflexões do observador/pesquisador.

Os questionários, aplicados com as tecelãs, eram semiabertos e tinham como objetivo principal fazer um cadastro, compreender as suas produções, a importância do artesanato como renda, a relação com os turistas.

As entrevistas foram semiestruturadas, seguindo uma composição de roteiro com tópicos gerais selecionados e elaborados de tal forma a serem abordados com todos os entrevistados. As questões foram formuladas de modo flexível. Já a sequência e minuciosidade ficaram

> por conta do discurso dos sujeitos e da dinâmica que flui naturalmente no momento em que entrevistador e entrevistado se defrontam e partilham uma conversa permeada de perguntas abertas, destinadas a "evocar ou suscitar" uma verbalização que expresse o modo de pensar ou de agir das pessoas face aos temas

> focalizados, surgindo então a oportunidade de investigar crenças, sentimentos, valores, razões e motivos que se fazem acompanhar de fatos e comportamentos, numa captação, na íntegra, da fala dos sujeitos (ALVES, 1992, p. 64).

As entrevistas foram realizadas igualmente com as tecelãs e buscaram compreender as suas trajetórias, os conhecimentos relacionados ao manuseio do tear, as suas percepções sobre o turismo e a possibilidade de replicar seus conhecimentos para outras mulheres.

A análise dos dados das entrevistas foi de caráter qualitativo. Buscamos seguir alguns critérios, como aqueles sugeridos por André (1983, p. 57), que propõe uma modalidade chamada "Análise de Prosa", definida como sendo

> uma forma de investigação do significado dos dados qualitativos onde tópicos e temas vão sendo gerados a partir do exame dos dados e sua contextualização no estudo, sendo preciso que estes tópicos e temas sejam frequentemente vistos, questionados e reformulados, na medida em que a análise se desenvolve, tendo em vista os princípios teóricos e os pressupostos da investigação.

A análise qualitativa se caracteriza por buscar uma apreensão de significados na fala dos sujeitos envolvidos na pesquisa, conectada ao contexto no qual eles se inserem e abalizada na abordagem conceitual (teoria) adotada na pesquisa. É necessário ouvir o entrevistado, porém de forma ativa. Sobre isso, José Magnani (1986 *apud* CASTRO, 2016, p. 291) destaca que

> Além de ouvir, o pesquisador [sic] precisa ficar atento às expressões utilizadas pelo entrevistado [sic], pois ele pode simular palavras e conceitos que não são utilizados no seu dia a dia, tentando mostrar aquilo que ele acha que o entrevistador [sic] quer ouvir. E por isto que nem tudo deve ser entendido como verdade, mas pode e deve ser analisado frente aos demais discursos e conceitos que embasam o trabalho.

No decorrer do projeto, utilizamos igualmente fontes secundárias como base teórica para reflexão, em especial sobre o artesanato, o turismo cultural e o desenvolvimento econômico do turismo e patrimônio regional. Nesse sentido, o método de pesquisa, numa perspectiva relacional, definiu-se como um exercício de ler textos, relacionando-os aos contextos em que foram produzidos, numa análise cuidadosa das fontes. Essa etapa foi fundamental para a construção teórica; no entanto, constatou-se uma relativa escassez de obras.

Tendo apresentado a fundamentação teórica-metodológica da pesquisa, creio ser possível apresentar os resultados da pesquisa desenvolvida com as tecelãs de Galdinópolis, de modo subsidiar novas investigações, uma vez que a pesquisa desenvolvida desvelou apenas uma dimensão superficial da complexidade e da riqueza que o estudo desse coletivo feminino pode representar.

Como anteriormente dito, o recorte do Projeto de Extensão "Arte Popular Criativa e Turismo Cultural Novas Tendências Para Nova Friburgo/RJ", desenvolvido em 2019, teve como objetivo inicial mapear e compreender o artesanato comercializado no Circuito de Agroturismo Altos da Serramar, formado por propriedades rurais situados na APA de Macaé de Cima, em Nova Friburgo. Nos pareceu naquele momento de definição do recorte da pesquisa o mais apropriado, uma vez trata-se de um circuito turístico

que, além de enfocar 38 propriedades que oferecem inúmeros atrativos, desde o turismo de experiência, produção orgânica de alimentos e agricultura familiar, hospedagem, natureza bem conservada, oficinas, cursos, terapia entre outras atividades, ainda engloba igualmente a produção artesanal. Cabe dizer que o Circuito de Agroturismo Altos da Serramar foi oficialmente lançado em dezembro de 2018, e é fruto de um trabalho conjunto (pesquisadores, agricultores, proprietários) coordenados pela pesquisadora Lia Caldas.

Uma das primeiras ações realizadas pelo Projeto de Extensão foi o levantamento das propriedades identificadas no *site* do Circuito como sendo as que possuem artesanato à venda. Foram contabilizadas 12 propriedades. Foi averiguado que o conceito de artesanato adotado pelos organizadores do Circuito é bastante abrangente, pois incorpora: cosméticos artesanais; bebidas probióticas, como a Kombucha; geleias feitas artesanalmente, além da produção, que, seguindo o pensamento de Jorge Fernández Chiti (2003, p. 25), por nós é compreendida, de fato, como artesanato: tecelagem, mosaico e peças feitas com bambu, cipó e taboa.

RESULTADOS

Com base no levantamento, foi realizado um trabalho de campo, utilizando a observação participante, nas propriedades identificadas como produtoras de artesanato. O objetivo era o de conhecer os proprietários, as suas produções, os ambientes de trabalho, compreender o tipo de turista que está indo às propriedades em busca de artesanato e se há aquisição dos produtos. Essa primeira etapa da pesquisa nos possibilitou reconhecer a Oficina das Ervas como detentora de grande potencial, se comparada às outras propriedades.

Essa potencialidade foi identificada pelo fato de a produção em tecelagem realizada na oficina das Erva atender aos critérios estipulados pelo projeto, e pautados naqueles adotados pelo Prêmio Top 100 de Artesanato do SEBRAE. São eles:

1. Ter função utilitária, adequando técnicas e produtos tradicionais às necessidades contemporâneas;
2. Fazer uso de técnicas tradicionais ou suas reinterpretações;
3. Respeitar um viés sustentável, possuindo clara preocupação com a origem das matérias-primas;
4. Possuir política de inovação, que pode se dar na forma e aparência, no processo de produção, no uso de novos materiais e novas técnicas ou na destinação do produto;
5. Mostrar identidade e compromisso cultural, por meio do vínculo com o local de origem e com a cultura (características do repertório simbólico local);
6. Garantir a qualidade dos produtos, seja qualidade estética (harmonia e o equilíbrio tanto na forma, como no uso das cores e dos motivos), seja qualidade técnico (detalhes de acabamento, destreza e o domínio da técnica).

Em julho de 2019 foram realizadas pesquisas de campo, tal como descritas na metodologia, que possibilitaram uma melhor compreensão do que é esse coletivo de mulheres e o seu fazer artesanal. Foram realizadas cinco entrevistas, uma com a proprietária da Oficina das Ervas, e outras com três das tecelãs atuantes, uma delas a mãe da proprietária. As entrevistas foram divididas nas seguintes seções: 1. Perguntas de identificação, 2. Perguntas sobre a

prática da tecelagem, 3. Impacto da Oficina na vida pessoal e na comunidade, 4. Altos da Serramar e Oficina das Ervas.

A Oficina das Ervas, que existe há mais de vinte anos, é um coletivo de seis mulheres que trabalham com a tecelagem, fabricando os mais diversos produtos (toalhas, centros de mesa, bolsas, tapetes, etc), além de se dedicarem ao cultivo de diversas ervas para chás para fins medicinais e aromáticos, como o preenchimento de almofadas e travesseiros. A Oficina trabalha com a sustentabilidade, reutilizando tecidos, retalhos e sobras de confecções, além de fazer uso da taboa e outros materiais orgânicos. Para as mulheres da cooperativa, é dali que sai a remuneração com a qual elas contribuem para o sustento de suas famílias.

Figura 1 - Tecelã da Oficina das Ervas



Fonte: Altos da Serramar (2019).

Questionadas sobre o fato de a Oficina das Ervas ser constituída por um núcleo exclusivamente de mulheres, todas

concordam que é melhor e mais confortável para elas trabalharem apenas entre mulheres. Elas se sentem mais seguras e o entendimento no trabalho, de acordo com todas, se dá com muito mais facilidade entre as mulheres. Também citaram que o zelo pela qualidade da peça parte muito mais das mulheres do que dos homens que passaram brevemente por ali.

> [...] o jeito da mulher trabalhar é muito diferente do homem, aqui com certeza a mulher sempre vai ter mais criatividade pra fazer as coisas... só as meninas aqui é bem melhor. Não tem aquele negócio de "dar em cima", nos sentimos mais à vontade. E assim, os homens são mais machistas, aí fica meio difícil. Tem uma coisa que eu acho super errado, que é o homem fazer o mesmo trabalho que a mulher e ganhar mais (ARTESÃ 1, 2019).

Um dos pontos positivos exaltados pelas tecelãs é a possibilidade de poder fazer o seu próprio horário de trabalho e a flexibilidade dentro deste horário caso haja algum imprevisto fora da Oficina. A tecelagem, para essas mulheres, se apresenta como uma alternativa à rígida rotina imposta pelas confecções de *lingerie* e moda *fitness*, responsáveis por uma parte significativa da geração de empregos no município de Nova Friburgo, um dos maiores polos de moda íntima do país. Se na Oficina das Ervas elas fazem o seu próprio horário, nas confecções a carga horária vai de segunda à sexta, das 7 horas da manhã às 17 horas da tarde, muitas vezes complementadas por horas extras, como em qualquer sistema fabril. Essa percepção é expressa pela fala da proprietária da Oficina das Ervas:

> A maioria das meninas que vem aqui é porque precisam de um trabalho, né, a forma como a gente trabalha, como é por produção, aí o horário é bem maleável, né, não é como confecção que tem hora pra chegar e pra sair, aqui não. Tem uma menina que trabalha com a gente que tem o filho pequeno, ela faz o horário dela na forma que ela pode, pra poder atender as necessidades do bebê (ARTESÃ 2, 2019).

Além dessa possibilidade de fazer o seu próprio horário, é nítido nos relatos o fato das jovens tecelãs, cuja faixa etária é de 19 anos, gostarem muito do que fazem, de que elas sentem-se à vontade naquele núcleo, especialmente por compartilharem o dia a dia com outras mulheres com histórias parecidas às suas. Há uma empatia e uma mutualidade no trabalho delas que torna a Oficina das Ervas, assim como elas mesmas dizem, uma segunda casa para todas, como consta na entrevista com a artesã 01:

> Passo mais tempo aqui do que em casa, né? E tenho minha cunhada que trabalha aqui, a minha amiga que eu conheço há muitos anos trabalha aqui também... então eu vou pra casa só pra dormir mesmo! (ARTESÃ 1, 2019).

Devido à razão de essas mulheres estarem contribuindo para a renda familiar, passando a ter uma jornada de trabalho fora de casa, agregada ao fato da Oficina ser vista pelos moradores do entorno como um espaço apenas para mulheres, foram feitas perguntas sobre se essa atividade gerava conflitos com seus companheiros. A artesã 3 relatou não ter tido problemas com esposo e outros parentes do sexo masculino por exercer atividade remunerada, atividade esta, inclusive, que "garante o sustento de casa e é a única fonte de renda" (ARTESÃ 3, 2019).

A ausência de conflitos também foi narrada pela artesã 4, que afirmou conseguir se sustentar apenas com a renda da Oficina. Por estar contribuindo com a economia do lar, segundo ela, não houve conflitos com outras pessoas da família, principalmente os do sexo masculino.

Figura 2 - Tear da Oficina das Ervas



Fonte: Altos da Serramar, 2019.

As entrevistas possibilitaram a revisão do estereótipo de que em uma região rural existe um atraso no que tange à educação e à conscientização sobre questões sociais. Todas as entrevistadas

afirmam que estão cursando ou já concluíram o segundo grau, demostraram ter conhecimento e reflexão sobre questões sociais e políticas da contemporaneidade. Algumas apresentaram o desejo de complementar os estudos em algum curso superior fora da cidade, com um posterior retorno à Galdinópolis para aplicação dos conhecimentos adquiridos na graduação.

Indagadas sobre a valorização da tecelagem pela comunidade local, as tecelãs entrevistadas apostaram que uma parte das pessoas que vive em Galdinópolis ainda não entende muito bem a finalidade da tecelagem. Para a artesã 3 é significativa a importância da Oficina na comunidade, pois muitas jovens passaram a se interessar pela tecelagem por verem nesta prática uma possibilidade de emprego e renda, entretanto, não se sente mais ou menos respeitada pela comunidade por ser tecelã, visto que a população local valoriza mais os trabalhos relacionados à agricultura e pecuária, ficando a tecelagem reduzida à um *hobby*, algo que não teria tanta importância, uma fabricação de adornos.

> O pessoal daqui é muito... sabe? Acha que isso [tecelagem] não serve pra nada. Eles só querem saber de plantar e botar veneno. Se a gente pudesse acabar com isso... [agrotóxicos] é a perdição da vida (ARTESÃ 3, 2019).

Em seu livro *O Artífice*, Richard Sennett (2009) aponta que são necessárias dez mil horas de experiência para uma artesã ser considerada qualificada. Com base nessa afirmação, indagamos às tecelãs da Oficina das Ervas se alas se consideravam profissionais. As falas coincidiram na afirmação de que elas não são profissionais na tecelagem e que há um longo caminho de aprendizagem, mesmo que elas já tenham ensinado a outras moças da região e aos visitantes da Oficina.

Por fim, apresentamos aqui a percepção das tecelãs sobre o turismo e a participação da Oficina das Ervas no Circuito de Agroturismo Altos da Serramar. Nesse sentido, foram feitas no decorrer da entrevista as seguintes perguntas: "Você acha que mais pessoas passaram a visitar a Oficina depois da criação do Altos da Serramar? As vendas também aumentaram em função do Circuito?".

De acordo com as artesãs, a inserção da Oficina no Circuito Altos da Serramar trouxe um impacto positivo no que se refere à visibilidade delas como produtoras de artesanato. As pessoas passaram a visitar mais e a se interessarem pelo trabalho feito por elas. Muitos turistas de fora do município de Nova Friburgo visitam Galdinópolis, se encantam com o estilo de vida bucólico, com a paisagem de natureza conservada e claro, pela tecelagem. Entretanto, apesar das visitas e das vendas terem tido um aumento significativo, existe uma parcela desses turistas que não enxerga, como alguns moradores da região, o valor do trabalho feito na Oficina.

As tecelãs não sentem que as pessoas que visitam o local dão o devido valor financeiro e reconhecimento ao trabalho feito por elas. No entanto, segundo elas, poucos são os que questionam o preço das peças, após explicado o processo de tecelagem e todo o trabalho manual que ele envolve, como expos a artesã 5 "Algumas [pessoas] sim, algumas dão bastante valor".

Sobre a visão da proprietária da Oficina das Ervas, que também é tecelã atuante, sobre o aumento das vendas, reproduzimos abaixo um trecho da entrevista.

> Tecelã: Sim, a gente tem recebido bastante gente que viu o site e vem por isso e se encanta.
>
> Entrevistadora: As vendas também aumentaram eu função do Circuito?

> Maria: Sim, porque a gente acaba recebendo essas pessoas que vêm sempre e ninguém sai sem levar nada.
>
> Entrevistadora: E as pessoas também voltam aqui...
>
> Tecelã: Voltam, indicam outros... tá funcionando bem! (ARTESÃ 2, 2019).

Já a artesã 3, apesar de apresentar desconhecimento sobre a proposta do Circuito Altos da Serramar, afirmou que graças a esta iniciativa a Oficina passou a ter mais visitantes e, logo, mais consumidores de seus produtos. De acordo com ela, ninguém vai até lá "sem levar uma lembrancinha, uma peça, uma geleia" (ARTESÃ 3, 2019).

A percepção positiva é corroborada pela artesã 4, para quem o fluxo de visitas e vendas aumentou graças à inclusão da Oficina no roteiro de "turismo agroecológico". Segundo a tecelã, "o fluxo é ainda maior no verão porque os turistas procuram a região para tomar banho de rio e aproveitam para conhecer a loja e o atelier" (ARTESÃ 4, 2019). Também para a artesã 1 a inserção da Oficina no Circuito é válida, como pode ser perceptível no trecho da entrevista abaixo transcrito.

> Entrevistadora: Você acha que a Oficina teve mais visita depois que entrou pro Altos da Serramar?
>
> Artesã1: Eu acho que um pouco, mas teve sim... vem grupos pra ver nosso trabalho. E por causa do caderninho [Panfleto promocional do Circuito Altos da Serramar] eles comentam que viram a gente, nosso trabalho e quiseram conhecer.
>
> Entrevistadora: Mas só as visitas aumentaram ou as vendas também?

> Artesã 1: Ah, o pessoal sempre leva um chazinho, uma bolsinha... mas isso desde que tem a loja, todo mundo que vem, leva alguma coisinha, mesmo que for só uma lembrancinha (ARTESÃ 1, 2019).

Elas comentaram, ainda, que até o final de 2018 as pessoas conheciam a Oficina das Ervas porque no verão há um maior fluxo turístico por conta dos banhos de rio que são comuns na região e, como a edificação da Oficina se encontra de frente ao rio da bacia Macaé de Cima, os turistas acabavam se interessando por conhecer não só os produtos, mas também o modo de produção nos teares.

O processo de divulgação do Circuito de Agroturismo Altos da Serramar, por mais recente que seja, dezembro de 2018 a julho de 2019, já gerou, na percepção das entrevistadas, um aumento de visitantes e vendas. Apesar de atribuírem o aumento das vendas à participação da Oficina da Ervas no Circuito Altos da Serramar, apenas duas tecelãs, uma delas a proprietária, compreendiam a finalidade do Circuito e o modo como a divulgação das propriedades estava sendo feita por meio de panfletos e do site do Circuito. As demais tecelãs, depois de explicado os propósitos do Circuito pelas alunas extensionistas do projeto, demostraram compreender melhor não só o aumento de visitantes, mas também a motivação de sua inclusão no Altos da Serramar. O Circuito prioriza o trabalho artesanal que seja aliado a pautas sustentáveis, e, como a Oficina das Ervas utiliza materiais naturais e possui zelo com seu capital humano e com a natureza, ela se encaixa perfeitamente na proposta. A compreensão pelas tecelãs de que existe uma série de propriedades com propostas similares no Circuito despertou a percepção de que é possível firmar parcerias, estabelecendo um maior diálogo entre as propriedades, de modo a criar uma agenda de eventos onde os turistas possam fazer um tour por propriedades, vivenciando diversas formas de produção e conexão com o meio ambiente,

enquanto os moradores locais que atuam nessas propriedades se beneficiam da renda que este fluxo turístico proporcionaria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas duas décadas é perceptível que políticas e estratégias urbanas para o desenvolvimento a partir da cultura e do turismo passaram a ser cada vez mais consideradas, e como decorrência a criatividade e a inovação ganharam uma importância fulcral para a competitividade global (FERREIRA, 2014). De acordo com Richards (2011), o turismo é uma das principais operadoras de crescimento econômico no domínio da cultura e criatividade. A arte popular criativa está em processo de valorização em cidades e regiões que buscam crescimento. O projeto de extensão Arte Popular Criativa e Turismo Cultural - Novas Tendências para o Artesanato em Nova Friburgo busca contribuir para que o município se insira nessa nova tendência internacional.

Ainda que seja necessário um constante acompanhamento de como está sendo a relação entre turistas e o grupo de tecelãs atuantes na Oficina das Ervas, é possível afirmar, com base na pesquisa realizada, que os impactos do turismo cultural e rural foram positivos. O interesse dos turistas pela tecelagem reafirma a importância da recuperação, salvaguarda e promoção do fazer artesanal, estimula o interesse dos moradores pela própria cultura, promove o intercâmbio cultural positivo entre moradores e visitantes e promove o desenvolvimento do sentimento de orgulho nas tecelãs.

Uma evidente lacuna da pesquisa foi a impossibilidade de passar mais tempo com as tecelãs, conhecer de modo mais aprofundado das suas histórias e a importância e papel na vida delas e na comunidade. Também não foi possível averiguar a percepção dos turistas sobre as peças produzidas. Nossa perspectiva era a de

que o projeto, tendo a sua continuidade em 2020, dessa conta dessas lacunas. No entanto, o advento da pandemia tornou inviável a proposta, uma vez que seria necessário o rompimento do isolamento social. Nossa expectativa é que o projeto seja retomado em 2021.

REFERÊNCIAS

ALVES, Z. M. M. B.; SILVA, M. H. G. F. D. "Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta". **Paidéia**, n. 2, julho, 1992.

ANDRÉ, M. E. D. A. "Texto, contexto e significados: algumas questões na análise de dados qualitativos". **Cadernos de Pesquisa**, n. 45, maio, 1983.

AYALA, M. I. N.; AYALA, M. (orgs.). **Metodologia para a pesquisa das culturas populares** - uma experiência vivenciada. Crato: Editora Edson Soares Martins, 2015.

BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. **Pesquisa participante** - o saber da Partilha. São Paulo: Editora Ideias e Letras, 2006.

CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas** - estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Editora USP, 1983.

CASTRO, A. M. A. "Tramar, destramar e retramar: a arte nas montanhas das Minas Gerais". **Caderno Espaço Feminino**, vol. 29, n. 2, 2016.

CHITI, J. F. **Artesanía, Folklore y Arte Popular**. Buenos Aires: Ediciones Condorhuasi, 2003.

DAZZI, C.; DUTRA, A. R. S. "Permormance e visualidade nas festas de arremate das Folias de Reis de Nova Friburgo". **Anais do XXIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas**. Belo Horizonte: ANPAP/UFMG, 2014.

DAZZI, C.; DUTRA, A. R. S.; SANCHES, D. B. "Patrimônio Imaterial: a representação do gênero no espaço da Folia de Reis Em Nova Friburgo". **Revista Extendere**, vol. 1, 2013.

DENZIN, N. **The Research Act**. New York: McGraw Hill, 1978.

FALS BORDA, O. "La investigación-acción participativa: política y epistemologia". *In:* **Antologia**: Orlando Fals Borda. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2010.

FERRAZ, Y.; PEIXOTO, E. L. "ARTESÃ 1: depoimento". **Entrevista concedida a Yály Ferraz**; **Elaine Lopes Peixoto**. Nova Friburgo: Arquivo pessoal, 2019.

FERRAZ, Y.; PEIXOTO, E. L. "ARTESÃ 2: depoimento". **Entrevista concedida a Yály Ferraz**; **Elaine Lopes Peixoto**. Nova Friburgo: Arquivo pessoal, 2019.

FERRAZ, Y.; PEIXOTO, E. L. "ARTESÃ 3: depoimento". **Entrevista concedida a Yály Ferraz**; **Elaine Lopes Peixoto**. Nova Friburgo: Arquivo pessoal, 2019.

FERRAZ, Y.; PEIXOTO, E. L. "ARTESÃ 4: depoimento". **Entrevista concedida a Yály Ferraz**; **Elaine Lopes Peixoto**. Nova Friburgo: Arquivo pessoal, 2019.

FERRAZ, Y.; PEIXOTO, E. L. "ARTESÃ 5: depoimento". **Entrevista concedida a Yály Ferraz**; **Elaine Lopes Peixoto**. Nova Friburgo: Arquivo pessoal, 2019.

FERREIRA, A. M. **Do turismo cultural ao turismo criativo**. Lisboa: Editora Escolar, 2014.

LARAIA, R. B. **Cultura**: Um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

LEITE, T. S. M; MATTOS, C. P; DAZZI, C. "Uma vivência em extensão: Dimensões do Projeto de Extensão Identidade Cultural nas Áreas de Proteção Ambiental de Nova Friburgo em 2013". **Revista de Extensão do IFSC**, n. 1, 2014.

MEDINA, N.; SANTAMARINA, J. **Turismo de naturaleza en Cuba**. Havana: Unión, 2004.

MUMFORD, L. **A Cultura das Cidades**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1961.

RICHARDS, G. W. "Creativity and tourism: the state of the art". **Proceedings of Tourism Research**, n. 38, 2011.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Cartilha SEBRAE do artesanato competitivo brasileiro**. Brasília: SEBRAE, 2016. Disponível em: <www.atendimento.sebraemg.com.br>. Acesso em: 29/06/2022

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Prêmio SEBRAE top 100 de artesanato**. Brasília: SEBRAE, 2006. Disponível em: <www.atendimento.sebraemg.com.br>. Acesso em: 29/06/2022

SENNETT, R. **O Artífice**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2009.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. “What is the Creative Cities Network?”. **Portal Eletrônico da UNESCO** [2005]. Disponível em: <www.unesco.org>. Acesso em: 30/06/2022.

CAPÍTULO 9

O Turismo e as Transformações Socioespaciais em Lumiar e São Pedro da Serra, Nova Friburgo – RJ

O TURISMO E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS EM LUMIAR E SÃO PEDRO DA SERRA, NOVA FRIBURGO – RJ

André Bittencourt Amador

Esta pesquisa foi realizada no primeiro semestre de 1997, como requisito para conclusão do curso de Bacharel em Geografia pela UFRJ (Monografia de Graduação) com orientação do professor Elmo da Silva Amador, meu pai. Boa parte do meu período como estudante de Geografia, de 1992 a 1997, fui bolsista "Jovem Pesquisador" com bolsa de estudos da UFRJ.

A oportunidade de estudar em escola pública, no Colégio Pedro II – Humaitá, e em universidade pública de qualidade me fez despertar uma grande gratidão a todo povo brasileiro e a querer, através do meu estudo e do meu trabalho, dar algum retorno à sociedade. Isso foi o que procurei fazer com essa monografia de graduação e na minha trajetória profissional como professor de geografia, analista ambiental e geógrafo.

Curiosamente, 25 anos depois de realizada essa pesquisa, em 2022, percebemos que as estradas continuam esburacadas e as questões levantadas sobre os impactos do turismo na nossa região continuam extremamente atuais, vide os congestionamentos em feriadões durante a pandemia da COVID-19 e a realização do Seminário Popular de Turismo na APA Macaé de Cima em 2020.

A busca de soluções para os problemas socioambientais é uma necessidade cada vez mais urgente e relevante. A manutenção da qualidade de vida dos moradores e turistas, conservação do meio ambiente e continuidade do turismo em bases mais harmônicas

devem ser perseguidos e realizados através de parcerias e da soma de esforços de cidadãos, empresas e governos.

A área objeto da pesquisa está inteiramente inserida na região serrana do estado do Rio de Janeiro e se caracteriza por apresentar relevo acidentado, rios encachoeirados, clima ameno e extensos remanescentes da Mata Atlântica. A precariedade em vias de acesso, associada ao caráter acidentado do relevo, impuseram até recentemente um relativo isolamento da região, o que permitiu a preservação de importantes características ambientais e culturais.

Estas características levaram a que a região, a partir, principalmente da abertura e asfaltamento da rodovia Mury-Lumiar, na década de 1980, passasse a ser intensamente procurada como local de turismo e veraneio. Processo que seria acentuado com a abertura da rodovia Serra–Mar, que liga Casimiro de Abreu a Nova Friburgo. O incremento da atividade turística vem ocasionando uma série de transformações físicas, econômicas e sociais no ambiente.

Na década de 1990 a região já havia se transformado em uma "nova fronteira do turismo estadual", atividade que entra em conflito com outros valores importantes como a produção agrícola e a proteção ambiental. O planejamento precisava se antecipar a esses conflitos e tirar proveito dos potenciais. Uma questão que surgiu foi como harmonizar o crescimento da atividade turística-veraneio com a produção agrícola e a preservação ambiental?

O quadro bucólico representado por pequenos povoados rurais, que serviam predominantemente a uma população originada da colonização suíço-alemã, com suas formas diferenciadas de práticas agrícolas, costumes e tradições, emoldurado por uma natureza magnífica, foi sendo rapidamente modificado.

De acordo com Amador e Pinto (1991):

> Com a chegada do asfalto veio a luz elétrica e o fluxo incessante de turistas e veranistas. Casas se transformaram improvisadamente em pousadas e restaurantes. Fazendas foram divididas em sítios e sítios foram transformados em loteamentos. Antigos engenhos e moinhos tocados a água foram abandonados. Trilhas de tropas de burro deram lugar a estradas. Casas de pau a pique com características coloniais, são substituídas por chalés e pousadas. A população cresceu, os povoados ficaram coalhados de gente e carros, as matas, os rios e as cachoeiras de águas límpidas passaram a ficar ameaçadas, como críticos ficaram também os valores culturais da população na região.

Como motivação original da pesquisa foram formuladas algumas questões: Qual a potencialidade de atração turística da área? Que problemas restringem ou podem vir a restringir no futuro, um maior desenvolvimento da atividade turística? Se o turismo está contribuindo para manter as características naturais e culturais da área ou se está sendo predatório?

Quando realizada, em 1997, esta pesquisa teve como objetivo principal a realização de um diagnóstico das transformações socioespaciais de Lumiar e São Pedro da Serra, ocasionadas pela atividade turística. Seus objetivos específicos eram: (1) Observar as tendências de desenvolvimento dos equipamentos turísticos, como pousadas, clubes, bares, restaurantes etc.; (2) Inventariar os principais atrativos e pontos turísticos da área de estudo; (3) Definir o perfil dos turistas; (4) Diagnosticar os principais impactos ambientais e culturais relacionados ao turismo. De forma complementar pretendeu-se gerar subsídios para um plano de manejo mais adequado para a área, apresentando algumas propostas alternativas para a minimização dos impactos, buscando uma

conciliação e harmonização da atividade turística com a finalidade de preservação ambiental e a produção agrária.

Figura 1 - Praça, coreto e casarão de Lumiar em 1997



Fonte: Elaboração própria. Trabalho de Campo (1997).

A área de estudo compreende os distritos de Lumiar (5°) e São Pedro da Serra (7°), do município de Nova Friburgo, no estado do Rio de Janeiro. Para o desenvolvimento da pesquisa foram consultadas fontes primárias e secundárias, bem como produzidos levantamentos de campo. Foi realizado um levantamento de dados através de entrevistas formais e estruturadas com um roteiro de perguntas, sendo entrevistados, preferencialmente, atores sociais envolvidos no processo de ocupação turística (turistas e pessoas que trabalham com o turismo). Foram realizados alguns trabalhos de

campo, entre 1996 e 1997, sendo observadas questões relativas à atividade turística e às transformações socioespaciais a partir da percepção direta do campo. Foram realizadas 37 entrevistas, com perguntas estruturadas num questionário e perguntas abertas de acordo com a especificidade do entrevistado. Do total das entrevistas, 19 foram realizadas com moradores da região (10 donos de pousadas, 3 donos/gerentes de clubes, 2 diretoras de Associações de Moradores, 2 donos de bares, 1 moradora e 1 criadora de porcos); e 18 com turistas que estavam visitando a região.

A Figura 1 apresenta a praça de Lumiar com destaque para o Casarão e o Coreto, que hoje em dia são construções de uso turístico. É possível observar na imagem, de 1997, que não havia um indício expressivo de urbanização na área.

DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E IMPACTOS SÓCIO–AMBIENTAIS

A utilização turística dos recursos naturais, se for bem planejada, permite conciliar a preservação da natureza com a rentabilidade econômica e a satisfação da necessidade crescente das populações humanas de usufruírem as paisagens naturais (DORST, 1987).

Soneiro (1991) argumenta que:

> Em um caso extremo, a pressão antrópica exercida pelo turismo num determinado meio, pode vir a acabar com os seus próprios atrativos naturais. O caminho para um turismo harmônico e equilibrado deve ser buscado através de estratégias de políticas de planejamento que reduzam os impactos negativos do

> turismo através da integração das necessidades da indústria turística com a comunidade local.

O turismo é um fenômeno relativamente recente na história, apesar do deslocamento e permanência fora de casa remontarem aos mais longínquos períodos da história, o turismo só se tornou um fenômeno de massa no curso do século XX. O homem moderno vive nas cidades de um modo completamente artificial, passando a maior parte do tempo entre asfalto e concreto, longe de qualquer elemento natural, cercado de barulho, poluição e agressividade. Reagindo a esse estado de coisas, o homem aproveita cada instante de liberdade para recuperar condições mais normais, mais próximas da natureza (DORST, 1987). À medida em que o turismo é importante para a economia nacional, uma questão se coloca: como transformá-lo em um vetor de desenvolvimento capaz de realizar a passagem de um modo de produzir para outro, utilizando o potencial existente para melhorar a qualidade de vida da população sem degradar o meio ambiente?

O turismo, assim como qualquer outra atividade econômica, pode ser um causador de impactos, para minimizá-los deve-se evitar que o turismo se constitua em uma atividade que, novamente se resuma ao consumo do espaço, sem trazer benefícios sociais para a população local. E para que o turismo se dê em bases harmônicas o poder municipal tem vital importância, pois é no município que reside a sociedade local, e a lei orgânica municipal representa um instrumento útil para viabilizar o turismo sem degradação ambiental.

De acordo com Requião (1990):

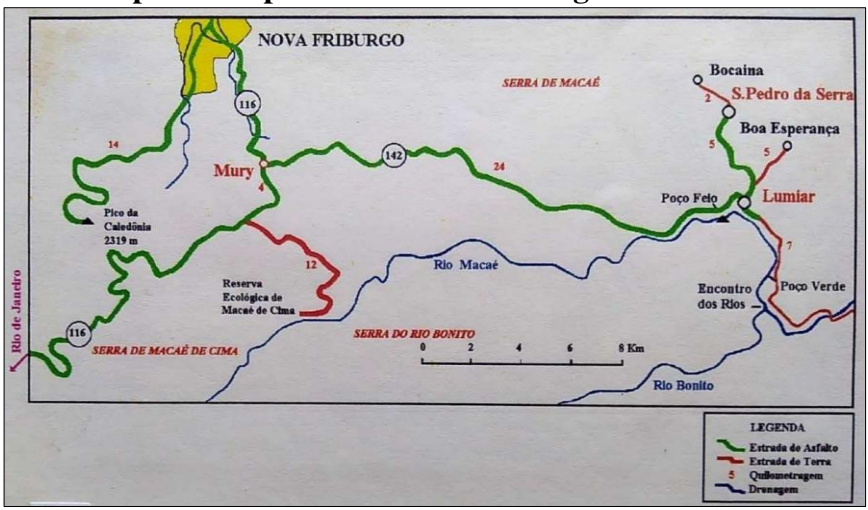
> Qualquer área natural merece uma atenção especial de quem a visita. Até porque ninguém pratica turismo em áreas depredadas ou degradadas. Conservar adequadamente é o mínimo que se espera de quem

quer que seja. Para a infelicidade de todos nós ainda falta infraestrutura de proteção, materiais humanos e logísticos destinados à fiscalização, um conjunto de leis e um programa sério de educação ambiental.

ACESSIBILIDADE E TURISMO EM LUMIAR E SÃO PEDRO DA SERRA

A estrada asfaltada que permite o acesso a Lumiar, percorre lindos vales da Serra do Mar. A vegetação exuberante e a proximidade do rio Macaé, formam uma atraente paisagem e locais propícios a banhos de rio e à prática de canoagem. Situam-se também nessa estrada, apiários, centros de criação de trutas, sítios de veraneio e curiosamente um local chamado cidade das pirâmides (MICHELIN, 1990).

Mapa 1 - Mapa da rede viária da região de Lumiar



Fonte: MICHELLIN (1990).

Lumiar tem o seu acesso principal pela rodovia RJ- 142, que liga os municípios de Nova Friburgo a Casimiro de Abreu. Percorrem-se 24 km de Mury a Lumiar, em estrada que se encontra, quase sempre, esburacada por falta de manutenção, este trecho foi asfaltado em 1995, e por isso convém reduzir a velocidade; até São Pedro da Serra são apenas mais 5 km. A outra parte da rodovia RJ-142, denominada estrada Serramar, que foi asfaltada em 2006, liga Lumiar à rodovia BR-101, em Casimiro de Abreu. Parte dos acessos está apresentado na Mapa 1.

De acordo com Benhamou (1971):

> Com relação à acessibilidade, o turismo e o veraneio fluminenses devem muito de sua existência à situação de ligações rodoviárias. E há um certo número de rodovias com vocação turística, e a criação de novas ligações originará, pouco a pouco, uma nova situação.

Desde 1970 discute-se a respeito da rodovia Serramar, porém até 1997 a estrada, que antes já foi trilha de tropa de burros, continuava inacabada. A continuação da estrada Serramar, trecho e Lumiar a Casimiro de Abreu ainda não havia sido asfaltada e permanecia como uma estrada de difícil acesso com muitas pedras e buracos que desgastam os carros. Posteriormente, em 2006, esse trecho foi asfaltado. Já o trecho de Mury a Lumiar foi asfaltado na década de 1980, porém, foi colocado um asfalto de péssima qualidade e foram feitos cortes de estrada sem estudos hidrogeomorfológicos prévios. Em 1997, a estrada encontrava-se repleta de buracos, recapeamentos, deslizamentos de terra, voçorocamentos e até inundações.

A acessibilidade é relacionada à distância percorrida, o tempo gasto e as condições das vias de acesso. Pode-se constatar que,

na década de 1980, com o asfaltamento da Mury-Lumiar, aumentou a acessibilidade à Lumiar e consequentemente houve um crescimento do fluxo turístico. Porém, o acesso a Lumiar estava bastante prejudicado devido às precárias condições da estrada, diminuindo a acessibilidade. Esse fator, associado a outros, como o fechamento de atrativos, poluição dos rios, podem ser responsabilizadom por uma baixa temporária no turismo.

Em 1995, foi asfaltada a estrada de Lumiar a São Pedro da Serra, com 5 quilômetros de extensão. A maior acessibilidade contribuiu para o crescimento do turismo em São Pedro da Serra e se multiplicaram os bares e pousadas. Segundo um entrevistado:

> Lumiar foi descoberto primeiro e virou 'point' na década de 80; após o asfaltamento da estrada, o 'point' passou a ser São Pedro, pois cresceu muito a frequentação turística e passou a ter uma intensa vida noturna.

Segundo Schiavo (1991):

> A história de Lumiar é marcada pelo isolamento desde os seus primórdios. Permanecendo distante de Nova Friburgo, pelo difícil acesso, até o final da década de 1950, quando foi construída a primeira estrada de terra ligando a vila de Lumiar à Nova Friburgo. Até então a comunicação era feita por tropas de mulas. (...) A década de 1970 trouxe novos personagens, turistas e veranistas, oriundos dos centros urbanos, que não só passam a concorrer com os espaços de produção, comprando sítios de lazer, como operam mudanças no cenário dos vilarejos,

> com a construção de pousadas, bares e casas de temporadas, introduzindo novos costumes e novas formas de sociabilidade.

RESULTADOS

Histórico do turismo

Segundo o relato de antigos moradores e frequentadores, historicamente o turismo tem crescido e se modificado ao longo do tempo nesta região.

> Antes do asfalto havia muita lama na estrada e o vilarejo de Lumiar era muito simples, não tinha luz elétrica e contava com aproximadamente 20 casas. Com a chegada do asfalto, em 1980, veio o progresso, começaram a chegar pessoas de fora que passaram a comprar terrenos e construir casas e Lumiar passou a ter mais vida, depois houve a chegada da luz, em 1985, fato este que passou a dar vida total à região e que contribuiu bastante para o crescimento do turismo, pois turista gosta de conforto, e antes era nas escuras.

Juntando os relatos de várias pessoas foi possível identificar 3 fases do turismo na região. A 1ª fase dos turistas pioneiros e aventureiros foi na década de 1970, eram somente alguns artistas e ecologistas que visitavam: "nos anos 70 começaram a vir os primeiros turistas em um esquema familiar". As localidades eram habitadas por pouquíssimos moradores e não havia nem luz elétrica e nem asfalto, "a estrada de terra era muito ruim, pois com qualquer chuva ficava lama pura e cheia de atoleiros". Em Lumiar, precariamente foi utilizado durante algum tempo um gerador de luz

tocado a óleo diesel que funcionava durante algumas horas. Na Vila de São Pedro a escuridão era quebrada parcialmente por uma pequena hidroelétrica, de uma fábrica de botões.

A 2ª fase, na década de 1980, foi a descoberta de Lumiar pelos "*hippies*" (jovens cabeludos com um jeito de trajar e hábitos alternativos) e adeptos do camping selvagem, os visitantes tinham poucas opções de pousadas e a opção era acampar. Segundo um dono de bar:

> em 80 o turismo não era bom nem para os comerciantes nem para os moradores, pois vinham muitos "hippies e farofeiros" que utilizavam tóxicos e não respeitavam nem os moradores nem a terra, e periodicamente tinha conflito, briga e muita bagunça. Antigamente tinha muito 'hippie bagunceiro, era uma imundície, eles ficavam na praça em trajes de banho, bebendo, fazendo bagunça, falando besteira e chocando a população, então alguns moradores de Lumiar começaram a reagir e resolveram expulsá-los.

A 3ª fase, na década de 1990, que teve início após o asfaltamento da estrada Mury-Lumiar e da chegada da luz elétrica, trouxe o público em geral e com perfil predominante de turistas de classe média; "*com a luz é que o turismo cresceu, pois, os turistas querem um mínimo de conforto, chuveiro quente, televisão etc.".* Esta fase coincide com o sucesso da música Lumiar de Beto Guedes.

Na década de 1990 passou a haver uma mudança no perfil dos turistas, com um maior selecionamento. Essa maior seleção se refere também ao nível financeiro e ao modo de acomodação. "Antes ficavam três campings lotados e uma pousada vazia, depois passou a ter 16 pousadas cheias e um camping vazio". Os turistas estavam mais preocupados com a preservação ambiental do que os próprios

moradores nativos, e a maioria passou a ser mais respeitosos com os moradores sem repetir os conflitos ocorridos na década de 1980.

Caracterização do turismo na área

O turismo na região era, na década de 1990, sazonal. Havia épocas de picos de visitação (alta estação), que coincidiam com os períodos de férias escolares, janeiro/fevereiro e junho/julho, os feriados e "feriadões" como Ano Novo, Carnaval e Semana Santa e a época de festas nas cidades, dos padroeiros: 20 de janeiro São Sebastião (Lumiar), 29 de junho São Pedro (São Pedro da Serra), e os aniversários dos vilarejos da região, além de todos os finais de semana com tempo ensolarado.

Porém a maior parte do ano a região ficava sem turistas. E um turismo tipicamente de fim de semana e feriados, era raro encontrar turistas no meio da semana, e a alta ou baixa frequentação nos finais de semana pode ser relacionada a uma série de fatores, do tipo: presença ou ausência de sol, começo ou fim de mês, promoção de algum evento ou festa etc. O turismo na área era predominantemente jovem e de classe média, ou seja, era um turismo de pouco gasto de dinheiro (também chamado de "durismo" pelos moradores locais).

De acordo com as entrevistas percebeu-se que havia uma diferenciação entre o turismo praticado no verão e no inverno. Um entrevistado expôs que "São Pedro é mais visitado no inverno, porque é mais frio e aconchegante, enquanto Lumiar é mais visitada no verão pelos turistas que vêm em busca do sol e dos banhos de rios e cachoeiras". Um outro fator que contribuiu bastante para o aumento do fluxo turístico foi a divulgação da região nos meios de comunicação. Segundo um entrevistado “o turismo em São Pedro cresceu com o asfaltamento da estrada Lumiar-São Pedro e com as

reportagens nos jornais O Globo e Jornal do Brasil produzidas em 1994 e 1995 e depois diminuiu, e em 1997 estava em baixa".

As respostas da pergunta "Quantos turistas em média visitam a região por fim de semana, mês e ano?" foram as mais diversificadas possíveis, devido à imprecisão da contagem. Cinco (5) entrevistados responderam que de 100 a 150 turistas visitavam a região em um fim de semana normal ensolarado, segundo o dono de um bar Lumiar recebia em média "1.000 turistas por fim de semana".

Tendências do Turismo

Quanto ao crescimento ou diminuição do turismo na região nos últimos anos, cabe ressaltar novamente que estas respostas foram obtidas em 1997 quando a pesquisa foi realizada, os entrevistados responderam: onze (11) diminuição, dois (2) crescimento, e dois (2) manutenção. Os motivos mais citados para essa tendência de diminuição do turismo foram: o Plano Real, que teria empobrecido a classe média; as precárias condições da estrada Mury-Lumiar; a poluição dos rios; e o fechamento ao acesso aos atrativos turísticos (poços e cachoeiras). A maior acessibilidade no passado favoreceu o crescimento do turismo, com o asfaltamento da estrada Mury-Lumiar na década de 1980, porém em 1997 a acessibilidade estava menor pois "a estrada está toda esburacada", e esse foi um dos motivos alegados para a diminuição do turismo.

Entre os entrevistados que responderam que o turismo estava crescendo, os motivos alegados foram: o crescimento do turismo ecológico e o aumento do stress nos grandes centros urbanos. Para um dono de pousada "o ecoturismo está muito em voga ultimamente, e Lumiar ainda é uma região praticamente inexplorada, que tem muito a oferecer aos turistas em termos de paisagens naturais". Apesar da maioria dos entrevistados ter respondido que o turismo

estava diminuindo, era difícil chegar a uma conclusão sobre esse assunto pois não havia nenhum registro de números de visitantes em épocas anteriores. Porém pôde-se verificar que o número de pousadas cresceu bastante na década de 1990 e que havia muita concorrência entre elas.

População local e turistas

Quanto à relação da população local com os turistas, muitos responderam ser boa essa relação, pois os moradores eram hospitaleiros e "recebem os turistas de braços abertos", porém outros disseram que esta era uma relação de dependência comercial "e que os nativos querem vender tudo para os turistas". Um entrevistado expôs que:

> essa relação entre nativos e turistas está se transformando, pois aos poucos os moradores estão tomando consciência de que direta ou indiretamente dependem do turismo, e por isso a população local está sendo mais receptiva e hospitaleira.

Para outro entrevistado "São Pedro tem mais liberdade, as pessoas recebem bem, e por isso se adaptou melhor ao turismo". Outro expôs que:

> em Lumiar existe uma certa resistência ao turismo pois há algumas famílias tradicionais que se acham donas da cidade e tratam os outros como se fossem invasores.

Perfil dos turistas

Dentre os turistas e veranistas, foram entrevistados 18 turistas na faixa entre os 14 até os 53 anos. Estes eram originários do

Rio de Janeiro (14) e de Nova Friburgo (4). Essas características coincidem com o perfil turístico predominante na região, que era praticado em sua maioria por jovens, provenientes da capital. A ocupação dos turistas entrevistados era de: estudantes universitários (9); estudantes de 1° e 2° graus (4); músicos (2); computação (2) e dona de casa (1).

Perguntados sobre quantas vezes haviam visitado a região, pode-se perceber dois grupos de turistas, um que já conhecia e frequentava a região há mais tempo, desde a década de 1980, e outro que conhecia há pouco tempo, e visitou poucas vezes. Todos costumavam visitar periodicamente, em média 1 vez por mês. Os outros locais, com atrativos naturais, mais citados foram: Visconde de Mauá, Itatiaia, Petrópolis, Teresópolis, Sana, Parati, Trindade e Ilha Grande. Sobre as motivações para as viagens, apresentadas pelos turistas foram citados: a fuga do stress, do cotidiano, do trânsito, da civilização, da cidade grande e do Rio de Janeiro.

Também alegavam a busca do contato com a natureza e com a vida natural que seria *"um retorno às origens, às raízes perdidas"*. Muitas vezes nessa busca à natureza, o turista fazia uma associação desta com o ar puro, o verde, o banho de rio, a calma, a tranquilidade, a paz, o amor, a harmonia e, até mesmo, com um *"reequilíbrio espiritual*". Outras motivações citadas foram: para ampliar os horizontes, ficar em reflexão, meditar, ficar com a família, o sol, a lua, o céu estrelado, as montanhas, a floresta, as cachoeiras, os bichos, as orquídeas, as bromélias, as plantas em geral, a libertação, o *rock n' roll*, a liberdade, os amigos.

Atrativos mais citados

Com relação aos atrativos que visitavam com maior frequência, as respostas confirmaram a importância dos atrativos

naturais da região: rios, poços, cachoeiras, florestas e montanhas. Os rios foram aclamados por unanimidade como principais atrativos da região, os locais mais mencionados foram: Encontro dos Rios (Figura 2), Poço Feio, Cachoeira Indiana Jones, Cachoeira das Andorinhas, Poço Quadrado, Cachoeira São José, Poço Verde, Recanto das Pedras, Rancho das Bromélias, Alto Poço Feio, Poço Mágico, Poço Belo e Poço da Bocaina.

Figura 2 - Encontro dos rios, um dos pontos turísticos mais visitados da região



Fonte: O autor (1997).

Explicando porque gostam de visitar esses atrativos fluviais, os turistas disseram gostar dos rios e cachoeiras: "bom, gostoso, bonito, tranquilo, muito alto astral", dentre outros adjetivos; e porque "limpa, relaxa e ajuda a lavar a alma e meditar". Também foram

mencionadas as localidades de Boa Esperança, Serra Mar, Pedra Riscada, Rio Bonito, Toca da Onça, Galdinópolis, e Macaé de Cima como áreas de atrativos naturais.

Nesta categoria também foi citado o atrativo Igreja; segundo um turista, a visita a esse atrativo é justificada para "desenvolver a espiritualidade". Em 1997 foi observado um crescimento no número de turistas ligados a esse atrativo, sendo relacionados às várias religiões diferentes. Outros atrativos também bastante citados foram os vilarejos e os bares de São Pedro da Serra e Lumiar. Com o crescimento do turismo houve uma diversificação de bares e um aumento da vida noturna na região, em todos os finais de semana; sexta e sábado à noite os bares de São Pedro da Serra ficavam cheios de jovens turistas e moradores.

No que diz respeito a quanto o turista gastava em cada viagem, os gastos variavam de acordo com o nível de renda disponível, as respostas variaram de R$ 50,00 a R$ 150,00 por final de semana ou viagem. À título de comparação em 1996 o preço da gasolina custava em média R$ 0,576 por litro e hoje em 2022 está custando R$ 7,80. Metade dos turistas (9) declarou que costumava viajar de carro e a outra metade (9) viajava de ônibus. Semelhante divisão ocorreu com a alimentação, nove (9) faziam as refeições em restaurantes, oito (8) preferiam fazer em casa e um (1) fazia as refeições na própria pousada. Perguntados sobre onde faziam as compras de mantimentos para a viagem, as respostas foram: no Rio de Janeiro (9), em Nova Friburgo (4), em Lumiar (3) e em São Pedro da Serra (2).

Com base nas respostas dos turistas, pôde-se verificar que eles usufruíam do espaço, mas pouco contribuíam para a manutenção deste, pois o consumo era muito pequeno na região, já que os turistas faziam suas compras grandes nos locais de origem. Neste processo a região receptora que deveria ser beneficiada economicamente com o turismo acabava sendo prejudicada e esse é um dos lados perversos

do turismo, o da exploração turística de um lugar, com alguns turistas e comerciantes beneficiando-se do espaço, pouco ou nada contribuindo para a sua manutenção.

O turista que gosta, visita e respeita o lugar deve se preocupar também com a sua manutenção e evolução, seja a nível econômico, ambiental ou social. No plano econômico seria um grande avanço os turistas procurarem fazer todas as suas compras nos locais visitados e se preocuparem em não só usufruir do espaço, mas também pensar no que podem contribuir para a região. No plano ambiental, os turistas podem aprimorar a sua consciência ecológica e a dos moradores do local, ajudando a promover a educação ambiental, também promovendo a despoluição do ambiente e das "mentes".

Com relação ao lixo, se cada um recolher seu próprio lixo e ainda recolher o dos outros, brevemente os atrativos poderão ficar permanentemente limpos. E no plano social, o turista pode e deve conversar, trocar e interagir mais com os moradores, mas também deve respeitar a cultura local e não chegar impondo a sua cultura como paradigma, além de valorizar as manifestações artísticas e culturais da região como o forró, as danças, as festas religiosas, as comidas típicas, as festas juninas típicas, etc. A riqueza da cultura está na diversidade, e não na homogeneidade. É preciso aprender a respeitar e valorizar o diferente e, ao mesmo tempo, os moradores da região poderiam preocupar-se mais em preservar a sua, já tão desgastada, cultura.

Caracterização do equipamento receptivo

Na década de 1990, a região dispunha de um equipamento receptivo modesto, comparado a outras estâncias turísticas, porém de boa qualidade, contemplando as necessidades básicas dos turistas: hospedagem, alimentação, diversão e comércio. Na área de Lumiar

e São Pedro da Serra, foram contabilizados, em 1997, um total de: 27 pousadas, 23 bares, 17 restaurantes, 8 clubes (sendo 4 de futebol), 5 lojas de artesanato, 4 sorveterias, 9 vendas (mercearias), um supermercado, um posto de gasolina e uma padaria.

Pousadas

Do total de pousadas entrevistadas, 7 estavam localizadas em Lumiar e 3 em São Pedro da Serra. Alguns dos nomes das pousadas já sugeriam uma ligação do lugar com os elementos da natureza, como por exemplo: Flor do Mato, Bela Vista, Luar da Noite, Riacho Doce, Panorama, Bocaina. Foram entrevistadas ainda as pousadas: Chalé Serra Mar, Tia Maria, Ilka's e Shangri-lá. Com relação ao tempo de funcionamento pode-se distinguir três grupos: as antigas (3), com 10 a 15 anos; as novas (4), com 3 a 4 anos; e as novíssimas (3) com 3 a 6 meses.

Quanto à origem dos proprietários, a maior parte dos donos de pousadas entrevistados eram originários de outros lugares: 4 do Rio de Janeiro, 2 de Nova Friburgo e 1 de Florianópolis; enquanto apenas 3 são nascidos e criados na região. Ou seja, as pessoas "de fora", como são chamadas pelos moradores, tinham sido as que despertaram mais cedo para o potencial turístico da região e tiveram a oportunidade de montar uma estrutura de hospedagem para o recebimento dos turistas. Quanto à origem dos hóspedes, a resposta mais frequente era: “os hóspedes são provenientes em sua maioria do Rio de Janeiro e de Niterói, alguns vêm de São Paulo, Minas Gerais e outros estados e alguns poucos turistas do exterior”. O tempo de permanência dos hóspedes era geralmente de um final de semana ou, então, o tempo de um feriado prolongado.

A alternativa pousada era adotada pelos turistas que dispunham maior poder aquisitivo, buscavam um maior conforto e

frequentavam a região esporadicamente. Com relação à acomodação, as pousadas eram bem diversificadas e ofereciam: quartos simples, suítes, apartamentos e chalés. O número de quartos por pousada variava de 4 a 11 e a capacidade máxima de cada pousada variava de 8 a 22 pessoas. O preço das diárias variava em função da qualidade das instalações das pousadas e dos serviços por elas oferecidos, indo de R$ 20,00, sem café da manhã, até R$ 55,00, com café completo. Sendo o preço de R$ 30,00 por casal, com café da manhã o mais representativo como preço médio, isto para valores de janeiro/fevereiro de 1997.

Dentre os serviços ou atrativos oferecidos pelas pousadas estavam: café da manhã, televisão com antena parabólica, sauna, piscina, cachoeira, restaurante, bar, música, bicicletas, caminhadas, passeios de jipe, de cavalo e de barco. Algumas vezes um atrativo podia ser utilizado por outros turistas, não hóspedes, desde que pagassem um ingresso, como para fazer sauna ou ir a uma piscina natural etc. Atualmente, em 2022, alguns estabelecimentos proporcionam essas atividades utilizando o termo *day use*.

O crescimento do número de pousadas foi observado como um fenômeno ocorrido na década de 1990 e espelha como a atividade turística cresceu num ritmo acelerado, porém com altos e baixos, fluxos e refluxos, numa dinâmica relacionada a uma série de elementos como a disponibilidade financeira da população para viajar, a divulgação da região nos meios de comunicação, principalmente jornal, tendo em vista que a internet era incipiente na época, e as condições meteorológicas.

Foi observado na pesquisa, em 1997, que algumas pousadas estavam fechando ou sendo vendidas. Talvez tenha sido criado um número excessivo de pousadas, que pode ter levado a uma saturação do mercado, uma falsa expectativa de demanda. Cresceu o número de pousadas, mas não o número de turistas. Também foi observado que os donos de pousadas e estabelecimentos comerciais estavam se

unindo para a criação de uma Associação das Pousadas e Comércio de Lumiar e São Pedro que pretendia divulgar mais a região, colocar anúncios nos jornais, instalar placas e *outdoors* com indicações de acesso, promover festas e eventos para atrair mais turistas, zelar pelos atrativos, enfim, manter e ampliar a visitação turística.

A questão que se apresentava é: será que Lumiar e São Pedro têm infraestrutura suficiente para receber muitos turistas sem que haja degradação ambiental? É provável que essa associação, criada em 1997, queria, junto às associações de moradores e Prefeitura, solucionar os problemas básicos de: saneamento, manutenção das estradas, telefonia e a falta de educação ambiental, pois só com infraestrutura básica e educação ambiental é que se pode acolher um maior número de turistas, sem causar danos ao meio ambiente.

Casas de Aluguel, Camping e Sítios

Perguntados sobre como ficam alojados, os turistas citaram: casa alugada, casa de amigos, e camping; e as menos citadas: hotel/pousada e casa própria/sítio. A maioria dos turistas que não se dirigiam às pousadas, tinham por hábito o aluguel de casas de moradores da região. A procura por casas era muito grande, com intenção de atender a essa crescente demanda, aumentou o número de casas construídas especificamente para aluguel e mesmo assim ainda faltavam casas.

O aluguel de uma casa na região oscilava entre 1 e 2 salários mínimos e muitas vezes as casas eram compartilhadas por um grupo de amigos, resultando em uma redução do custo de manutenção. Essa prática pressupõe uma visitação mais frequente e uma ligação maior com o ambiente local.

Em Boa Esperança esse tipo de acomodação é a que mais ocorria, com vários grupos alugando casas, e com excursionistas de

um dia. Boa Esperança é um vilarejo com tradição agrícola e que passou a ser muito procurada por turistas, sobretudo pelo atrativo das cachoeiras: Boa Vista, Indiana Jones, e São José.

A alternativa de montar a barraca e acampar (*camping*), já foi no passado a mais utilizada, e era realizada sem restrições. Porém começaram a ocorrer problemas de choques culturais e conflitos entre os campistas ("*hippies*") e a população local (famílias conservadoras) na década de 1970, e desde então o camping caiu em desuso na região. Em 1997, as áreas de acampamento eram escassas, limitavam-se a apenas três locais, que eram exploradas em associação a bares, porém sem qualquer infraestrutura. Não havia sequer um camping organizado na região.

A alternativa casa própria ou sítio era mais rara, pois é preciso um bom poder aquisitivo, mais dinheiro ainda, para comprar um terreno ou casa e a manutenção dela também envolve gastos com caseiro e outros encargos. Os turistas que dispõem de casa própria na região se enquadrariam mais no perfil de meia idade, com situação econômica mais estável.

Clubes e Esportes

Na década de 1990 surgiram quatro (4) clubes em Lumiar e São Pedro da Serra. Alguns comerciantes e empresários da região perceberam a deficiência em termos de atrativos e equipamentos voltados para o turismo e construíram uma infraestrutura básica para o lazer associando os atrativos naturais, poços e cachoeiras, a equipamentos como sauna, salão de jogos, quadras de vôlei e futebol, serviços de primeiros-socorros e salva-vidas e ao comércio, bares, restaurantes e pousadas. Na identificação dos clubes, estabelecimentos que contam com equipamentos para a diversão dos turistas, foram encontrados 4 locais que se encaixavam nessa

definição: o Rancho das Bromélias, o Poço Feio, o Restaurante e Bar Alto Poço Feio e a Pousada Bela Vista, porém cada um tinha os seus próprios atrativos e particularidades.

Os turistas ficavam algumas horas nesses estabelecimentos, a maior parte dos frequentadores vinham do Rio de Janeiro, de Nova Friburgo e da própria região. Cada clube tinha os seus serviços e atrativos, porém todos eles funcionavam em torno do atrativo rio, com áreas de lazer para prática de esportes, e funcionavam atrelados a um esquema de bar e restaurante.

A questão de se cobrar ou não a entrada nos atrativos é polêmica, pois alguns moradores de Lumiar reclamavam que tinham que pagar os mesmos R$ 3,00 dos turistas para entrar no Poço Feio. Como resultado, diziam "ninguém de Lumiar vai ao Poço Feio pois tem que pagar para entrar". O atrativo poderia fazer uma diferenciação entre turista e morador, cada um contribuindo de acordo com as suas possibilidades. Segundo um entrevistado

> o segredo do sucesso é não cobrar a entrada, pois todo o lugar que cobra, fica vazio. O retorno financeiro vem com o consumo do bar e restaurante.

Já alguns turistas disseram que

> se continuar essa tendência de cobrar para entrar nos atrativos, o turismo vai acabar, pois há vários outros lugares no estado com atrativos naturais que não cobram nada para entrar.

Na área de estudo também se observou a existência de clubes de futebol, estes são mais antigos e dispõem de campos de futebol e salões para bailes e forrós. Os mais conhecidos são: São Pedro F.C.; Estrela do Mar F.C.; Bocaina F.C.; e Lumiar F.C. Foi registrada uma frequente chegada de grupos de turistas em ônibus de excursão que

visitavam a região principalmente para jogar futebol. A área, em 1997, já contava com um razoável número de opções de esportes de aventura com equipamentos para os turistas. O aluguel de cavalos já era praticado antes desta época. Posteriormente surgiram as opções de *rafting* e canoagem nas águas do rio Macaé, assim como alguns guias que passaram a promover caminhadas em trilhas da região.

Restaurantes e Bares

Os restaurantes já existiam em número razoável na área. Os principais eram: Restaurante Klein (Lumiar), Tia Helena (São Pedro) e Seu Vadinho (Boa Esperança). Algumas pousadas também tinham restaurantes. Antes os restaurantes eram caseiros e triviais, apenas com os ingredientes básicos. Em 1997, foi observado uma tendência de diversificação, com restaurantes mais especializados, como: comida caseira, massas, pizzaria, suíço, à quilo, trutas e natural. Os restaurantes apresentavam o inconveniente de só funcionarem nos finais de semana, feriados e épocas de férias. Os preços das refeições eram razoáveis e oscilavam entre R$ 5 e R$ 10. A região dispunha de muitos bares. O mais famoso era o Bar do Vovô, em Lumiar. Na década de 1990 proliferaram muitos bares em São Pedro da Serra, alguns deles explorando o ingrediente música ao vivo para atrair os frequentadores.

IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO TURISMO E PROPOSTAS

Mudanças no uso da terra

O aumento do turismo, na década de 1990, contribuiu para uma série de mudanças no uso da terra, que já estavam em curso na área, tais como: crescimento do número de loteamentos e

construções, aumento da área urbanizada e maior valorização imobiliária dos terrenos e casas. Uma entrevistada afirmou:

> está difícil alugar e comprar casas e terrenos, pois ficou muito caro, aumentou muito o preço das coisas, esse "inflacionamento" do mercado imobiliário de Lumiar está diretamente relacionado à maior procura e visitação turística, agora só quem tem dinheiro está investindo.

Segundo um dono de pousada de Lumiar:

> tem havido loteamentos e construções irregulares, a cidade está crescendo sem planejamento nenhum. Não há um plano para administração da rede de esgoto e rede elétrica, para áreas de lazer, enfim para nada.

Com a chegada da luz e do turismo o preço da terra disparou e as margens dos rios eram as áreas mais especuladas e procuradas pelo mercado imobiliário. Observa-se que, de certa forma, esse cenário descrito em 1997 permanece atual em 2022.

O Urbano no Rural

Benhamou (1971) explica que com o despovoamento, o subemprego no campo e o péssimo estado de conservação do solo surgem três consequências:

> o meio rural não oferece resistência diante da pressão dos turistas e veranistas; há uma disponibilidade de mão de obra barata para a construção e para os

> serviços; e a influência sociológica de um meio 'abastado' homem da cidade, sobre um meio 'frustrado', campo. Este acaba resultando em uma diminuição da superfície rural, e em loteamentos e fragmentação das propriedades rurais.

Este processo descrito teoricamente pelo geógrafo Benhamou aconteceu em Lumiar e em outros lugares rurais submetidos à pressão do turismo. Com esta "não resistência", o quadro que se via era curioso, apesar de estar em uma zona rural, as vilas de Lumiar e São Pedro da Serra concentram atividades urbanas ligadas ao setor de serviços: muitas pousadas, muitos bares, lanchonetes, lojas de artesanato, souvenir e outras. Na região o veraneio e o turismo eliminam, em parte, a vida rural, principalmente em épocas de festas ou feriados, quando os vilarejos ficam cheios de turistas.

Constatou-se na área um crescente movimento de migração urbano rural, ou êxodo urbano. De acordo com um dos entrevistados:

> No passado houve um êxodo rural nas décadas de 70 e 80, muitos saíam da roça e iam morar em Friburgo, porém na década de 90 o movimento é inverso e tem ocorrido um êxodo urbano". E ainda: "tem havido muita migração de pessoas do Rio de Janeiro para cá, buscando fugir da cidade grande, vêm morar em Lumiar e São Pedro, e já não há mais casas para alugar.

Diminuição da agricultura

A área em estudo tem como característica histórica a prática de uma agricultura tradicional, com cultivos principalmente de

inhame, banana e mandioca, e, secundariamente, couve-flor, cenoura, repolho, tomate, pimentão, vagem e abobrinha.

Até 1970 o escoamento da produção era realizado por tropas de burros. Com a abertura da Estrada Mury-Lumiar, a produção passou a ser escoada por caminhões. Pôde-se constatar uma diminuição da agricultura na área. Nove (9) entrevistados confirmaram esta diminuição e apenas um disse estar igual ao passado. Os motivos alegados pelos entrevistados que explicavam essa tendência eram vários: o trabalho árduo, o baixo retorno financeiro, a baixa produtividade e esgotamento da terra, a dependência de insumos químicos, a maior pressão do "IBAMA" para não desmatar.

Conflito Turismo x Agricultura

Com relação ao conflito entre o turismo e a agricultura, estava havendo uma mudança da função dos terrenos da agricultura para o turismo e um deslocamento da mão de obra da agricultura para a construção civil, voltada a atender a demanda crescente do turismo. Em 1997, foi observado que a agricultura da região atravessava uma crise de estagnação, e, em parte, o turismo pôde ter contribuído para isto, uma vez que passou a haver um deslocamento da mão de obra da agricultura para atividades, direta ou indiretamente, relacionadas ao turismo e ao veraneio.

Dentre os motivos para a diminuição da agricultura e maior envolvimento no setor de serviços Teixeira (1996) cita os preços excessivamente baixos dos produtos agrícolas, o decreto de proteção da Mata Atlântica (IBAMA) que proíbe o desmatamento de áreas de florestas e capoeiras, a proximidade das indústrias e do setor de serviços no meio rural, a ampliação do comércio e serviços advindos do turismo e maiores salários em atividade extra produção.

Os agricultores do passado foram se transformando em construtores, pedreiros, marceneiros, eletricistas, serventes, caseiros e outras profissões ligadas à prestação de serviços. Segundo uma entrevistada:

> houve uma brutal transferência de mão de obra da agricultura para a construção civil. Assim como houve um grande 'boom' de construção de casas para atender à crescente demanda dos turistas.

A agricultura perdeu mão de obra também porque os produtos eram vendidos por preços muito baixos, assim para os produtores compensava o desgaste de um trabalho extremamente pesado, que não dava o esperado retorno econômico. Muitos proprietários de terras deixaram de ser agricultores e passaram a construir e alugar casas ou passaram a ser caseiros nos próprios sítios que antes eram sua propriedade.

Em 1997, o turismo já era considerado a atividade mais importante para a economia local. Antes havia sido a agricultura, que foi declinando gradativamente devido à baixa dos preços dos produtos e ao trabalho intenso e desgastante. Passou a ser mais recompensador financeiramente o trabalho direta ou indiretamente ligado ao turismo.

Estímulo à Agricultura

Deveria haver um estímulo para a continuação da prática agrícola na área, já que historicamente a agricultura foi a grande responsável pelo povoamento de Lumiar, São Pedro da Serra e Boa Esperança e continua sendo um dos grandes potenciais de produção da área. As práticas agrícolas podem e devem ser reorientadas, com

o auxílio de agrônomos e técnicos da EMATER e outros órgãos competentes para que a agricultura passe a ser realizada tendo uma base ecológica, impedindo que ocorra a degradação ambiental, o que acabaria por se conflitar com os potenciais turístico e de preservação.

Certas práticas, como o uso indiscriminado de inseticidas, fertilizantes químicos e agrotóxicos sem a orientação adequada; queimadas que se alastram, e excessiva erosão nas encostas acabam prejudicando os próprios moradores da bacia que passam a ter rios poluídos e assoreados, e prejudicando o turismo pois ele só ocorre com o ambiente preservado.

Impactos socioculturais

Com relação aos impactos socioculturais promovidos pelo turismo, a EMBRATUR (1997) cita como positivos: a conservação do patrimônio; a renovação da identidade cultural; e o intercâmbio cultural. Como negativos têm-se: a comercialização excessiva e perda da autenticidade das manifestações culturais (ex. festas, artesanato); a perda da identidade cultural através da influência no estilo de vida tradicional; as modificações dos padrões de consumo através do efeito demonstração; a superpopulação e consequente perda das comodidades dos habitantes; e o aumento dos problemas sociais.

Quanto aos impactos culturais trazidos pelo turismo, para a área de estudo, foram citados, nas entrevistas, os mais variados tipos de conflitos. Os mais expressivos são a gradativa perda da cultura local e um aculturamento através de modismos; o problema do uso e abuso de drogas e o desnivelamento cultural entre moradores e turistas. Para um entrevistado "o turismo trouxe hábitos urbanos para a 'roça', os jovens ficaram com uma cultura indefinida, eles perderam a cultura deles, mas também não absorveram a outra". Porém não foi

só o turismo o responsável por esse conflito cultural. A chegada da energia elétrica e da televisão, na década de 1980, também contribuiu bastante para a aculturação, massificação cultural, e transformação dos hábitos de vida da população. Segundo um entrevistado: "alguns moradores estão se iludindo com a televisão e muitos hábitos da cultura local estão sendo modificados".

Com os modismos trazidos de fora ocorria, em 1997, uma perda muito grande da cultura local. Naquele momento, praticamente, não existiam mais manifestações culturais típicas. A Folia de Reis acabou e as Festas Juninas estavam completamente descaracterizadas. Até a década de 1980, todas as festas na região eram embaladas ao som do forró ao vivo durante a noite inteira. "O forró está sendo extinto e morrendo" disse um entrevistado. As festas passaram a ser embaladas ao som do rock e do funk. Alguns turistas reclamaram que não estavam acontecendo festas e eventos de boa qualidade na região.

O problema das drogas também foi bastante citado nas respostas. Antes seu uso era restrito a alguns turistas, mas, em 1997, o uso já havia se estendido a muitos jovens nativos. Também foi citado como um choque cultural a diferença do nível de escolaridade entre os moradores, que tinham o ensino fundamental e médio e os turistas que, em geral, tinham nível superior. Isto se refletia num distanciamento entre os moradores nativos e os *"de fora"*. Para um *entrevistado*, naquela época "*não há* [havia] *conversa entre o pessoal da terra e o pessoal de fora*".

Devido ao aumento do turismo percebeu-se um encarecimento da mão de obra e do custo de vida na região, em 1997, e estava cada vez mais difícil encontrar mão de obra para trabalhar. O turismo estava gerando um grave conflito sociocultural de crise de identidade entre os jovens da região. Quanto a essa questão foi apontado por um entrevistado que:

> os jovens nativos veem os turistas se divertindo e desfrutando os atrativos turísticos e tentam imitá-los, perdendo o referencial do trabalho e estudo, ficando sem saber qual o papel a desempenhar na sociedade.

Soma-se a isso o fato de que não havia na região outras opções culturais (cinema, teatro, biblioteca etc.), as únicas opções de lazer para os jovens acabavam sendo as cachoeiras, os bares e o futebol.

A transformação de um vilarejo da roça para um espaço urbano com intensa vida noturna, em São Pedro da Serra, passou a gerar reclamações por parte dos moradores mais antigos. As mais citadas eram o barulho e o som alto todos os finais de semana, a precariedade do policiamento e o uso de bebidas e drogas por menores nas ruas.

Possíveis Soluções dos Impactos Socioculturais

Para reverter esse quadro dos conflitos socioculturais, constatou-se na pesquisa realizada em 1997, ser necessário criar outras opções de lazer e cultura para que as pessoas se desenvolvam e ocorra uma maior integração entre turistas e moradores. Na época da pesquisa foi apontado que poderia ser criado um centro cultural para a promoção de eventos e atividades culturais. Foi sugerido, por moradores e turistas entrevistados, a transformação do antigo casarão da praça de Lumiar em centro cultural e atrativo turístico. Com relação ao elevado consumo de bebidas alcoólicas e drogas entre os jovens na região, foi sugerido que se aumente a fiscalização, o policiamento e que fossem feitas campanhas educativas de esclarecimento entre os jovens.

Quanto às festas que perderam o ingrediente regional típico e viraram comércio, os entrevistados apontaram como sugestões a promoção de festas em Lumiar e São Pedro da Serra, como no passado, com o tradicional forró e com cada um levando seus produtos típicos, com uma perspectiva mais familiar e comunitária de confraternização. Também foi sugerido que se promovessem encontros de resgate e revalorização da cultura local, fortalecendo os valores culturais da região que estão se perdendo e eventos artísticos, shows e peças de teatro.

Já estava em andamento, em 1997, a criação de uma Oficina Escola Mãos de Luz em Lumiar, ainda existente em 2022, que objetivava implantar uma escola de artes e ofícios que atingisse a população da localidade, carente de atividades profissionalizantes e culturais promovendo uma maior integração cultural.

Impactos ambientais

A EMBRATUR (1997) faz uma distinção entre os impactos ambientais negativos e os positivos. Os positivos seriam: conservação de áreas naturais, melhora da qualidade do meio ambiente, melhoria da infraestrutura, aumento da consciência sobre o meio ambiente. E os negativos: poluição da água; poluição do ar, poluição sonora, poluição visual, problemas de saneamento básico, degradação ecológica e problemas sobre o uso da terra.

Quanto aos impactos ambientais promovidos pelo turismo na área de estudo, os entrevistados se dividiram: uma parte considerava que o turismo havia gerado impactos positivos ao meio ambiente e, a outra, impactos negativos. Com a maior divulgação do turismo ecológico na década de 1990, a maior parte dos visitantes já tinha uma consciência ambiental e, segundo um entrevistado, "muitos turistas estão interessados em preservar e até ajudam a conscientizar

a população", bem como "alguns catam o lixo, outros compram um terreno e deixam a mata crescer".

Já os impactos negativos são relacionados ao turista que não tem consciência ambiental e à maior pressão populacional exercida pelo turismo. O aumento do turismo promove uma intensificação da poluição dos rios com aumento das cargas de esgoto e uma maior produção de lixo. Também foi citado como impacto negativo o processo de crescimento desordenado de Lumiar, citado por um entrevistado como um processo de *"favelização"* resultado de um processo de fragmentação das propriedades, com loteamentos e construções irregulares e uma inexistência de preocupação com a estética. Com o aumento do fluxo dos turistas, aumentou muito a demanda para alugar casas e foram construídas casas de qualquer maneira, algumas sem fossas, alguns tiram saibro e barro dos barrancos das estradas e quando chove ocorrem movimentos de massa ("*desce barreira*").

A Percepção dos Turistas

Todos os turistas responderam que notaram impactos ambientais, os mais citados, foram os mais visíveis: a acumulação de lixo e a poluição das águas pelo esgoto. Outros impactos também foram destacados como o desmatamento, o desmoronamento e erosão nas estradas e o uso indiscriminado de agrotóxicos.

Quanto aos responsáveis pelos impactos ambientais, os turistas percebem uma "falta de preocupação dos turistas e dos moradores" e também "um descuido ambiental por parte da população e do governo". Ou seja, para os turistas todos são responsáveis pelos impactos ambientais: os próprios turistas, a população e o governo. Um entrevistado mencionou que "os turistas sujam muito por falta de educação ambiental, infraestrutura e apoio

comunitário" e realmente eram encontradas poucas latas de lixo nas vilas e nos atrativos, assim como não existia educação ambiental, que poderia ser feita através de placas educativas e de folhetos.

Quanto ao lixo trazido pelos turistas, os entrevistados demonstraram que sabiam o que fazer com o lixo: alguns ensacam e jogam na lixeira local (caçamba), outros levam de volta para a cidade de origem e ainda "enterro o lixo orgânico (restos de comida) e ponho na lixeira o lixo inorgânico".

Apesar de nenhum dos entrevistados ter dito que deixava o lixo no ambiente, através da observação de acúmulo de lixo em locais atrativos turísticos percebeu-se que alguns turistas, sem consciência ambiental, jogavam o lixo em qualquer lugar, poluindo e degradando o ambiente. É possível que alguns turistas sem consciência ambiental descartassem o lixo em locais inadequados por ignorância ou por desconhecimento de causa e é este o turista que devia ser alvo de campanhas esclarecedoras de educação ambiental, e posteriormente de uma fiscalização.

O Problema do Lixo

Foi observado, em 1997, que a produção de lixo havia aumentado muito e que o sistema de coleta, com caçambas e um caminhão, não estava conseguindo dar vazão ao volume de lixo acumulado. Urgia que se fizessem campanhas de separação e reciclagem do lixo e que a Prefeitura a empresa concessionária colocassem mais caminhões para conseguir coletar todo o lixo da região. Em 2022, esta continua sendo uma importante questão nos locais estudados.

Alguns entrevistados expuseram que, em 1997, uma parte do lixo era jogada nos rios pelos moradores e turistas sem consciência

ambiental. Soma-se a isso, o fato de que muitas caçambas de lixo estavam na beira dos rios e com o vento e ação de cachorros, o lixo acabava indo parar nos rios. Porém, mesmo jogando o lixo na caçamba, nas épocas de pico do turismo, o caminhão que recolhia o lixo não dava vazão para tanta quantidade de lixo e este acabava se avolumando, causando mau cheiro e poluição visual.

Constata-se que o sistema de coleta de lixo já estava em colapso, em 1997, e deveria ser repensado, tanto do ponto de vista da comunidade (moradores e turistas) que poderia passar a adotar as medidas de redução, reciclagem e reutilização do lixo; quanto do poder público municipal e empresa concessionária que poderiam colocar os caminhões com mais frequência e mobilizar ações junto à comunidade para a participação nesses processos de reciclagem e coleta seletiva do lixo.

A Importância das Águas e a Poluição dos Rios da Bacia do Rio Macaé

A maioria dos entrevistados disse ser de boa qualidade a água das nascentes. E de fato a área é muito rica em águas de nascentes de excelente qualidade, havia inclusive uma fonte de água mineral que é explorada comercialmente. A água está cada vez mais escassa no mundo, porém em Lumiar ela é abundante. Prevendo-se uma crescente valorização deste recurso no futuro, pode-se constatar que a água é uma das maiores riquezas da região, no presente e no futuro, isto se a população garantir a limpeza dos rios mantendo as águas limpas.

Alguns turistas afirmaram que a poluição dos rios é variável. Para um deles, "depende da localização, em cima (à montante) os rios são mais limpos, e em baixo (à jusante) são mais sujos". Era possível perceber visualmente que alguns rios estavam sujos e

poluídos, e outros continuavam limpos com águas cristalinas. Sobre esse assunto sugere-se a leitura do capítulo 3 do primeiro livro desta coletânea (AMADOR, 2021).

Em 1997 não se sabia ao certo qual o nível de poluição dos rios dessa bacia, porém alguns lugares já não eram mais recomendáveis para o banho, de acordo com os entrevistados. Os entrevistados demonstraram conhecimento de geografia da poluição e confirmaram o que muitos já suspeitavam: dois rios da região estavam muito poluídos, o rio São Pedro e o rio Boa Esperança. Esses rios passam por vilarejos que, na época, tinham muitas casas sem fossas e em alguns locais fazia-se o uso indiscriminado de agrotóxicos.

A poluição dos rios São Pedro e Boa Esperança estava comprometendo a qualidade das águas do rio Macaé, após Lumiar. Segundo um entrevistado, "o rio Macaé em seu curso superior é um dos rios mais limpos do Estado do Rio de Janeiro, porém no seu médio curso, após Lumiar, está apresentando uma espuma de sabão e gordura". Dentre as principais causas apontadas para a poluição dos rios estavam o esgoto, a água de tanque e pia das casas, o agrotóxico das lavouras e as fezes de animais de criações mal conduzidas, como por exemplo, chiqueiros e galinheiros na beira dos rios. Os responsáveis pela poluição mais citados foram os proprietários de casas sem fossas, o uso indiscriminado de agrotóxicos, os criadores de animais que "lavam" os detritos jogando-os nos rios e o Poder Público por omissão.

O esgoto já era um dos maiores problemas da região em 1997, pois muitos moradores não tinham fossas sépticas em suas casas e os núcleos urbanos de Lumiar e São Pedro da Serra não tinham sistema de saneamento básico com tratamento de resíduos. Assim uma parte do esgoto produzido na região ia direto para os rios, poluindo-os e tornando-os impróprios para o uso recreativo. A

poluição por agrotóxicos era causada pelo uso irresponsável e indiscriminado de *"mata-mato"* e inseticidas químicos.

Os rios devem ser vistos como um bem comum a toda a comunidade de Lumiar, São Pedro da Serra e Boa Esperança. Os moradores e turistas devem perceber que o rio une e interliga a todos, que moram e usufruem de suas águas, então o rio é de todo mundo, e todos são donos dos rios, devendo por isso zelar por sua limpeza e conservação.

Soluções dos Impactos Ambientais

Como soluções para a minimização dos impactos ambientais foram apontadas as seguintes ações: Promover mutirões comunitários de despoluição, conscientização e limpeza dos rios com coleta de lixo; Construção de fossas; e Educação ambiental. Esses mutirões devem mobilizar os moradores e turistas, através de trabalho voluntário, em prol de um ambiente mais limpo e saudável e deve ter um caráter periódico e permanente. Também foram apontados: o incentivo à construção de fossas nas casas, diminuição do uso de agrotóxicos, a fim de promover a despoluição dos rios, cobrança da Prefeitura e órgãos ambientais (Secretaria do Meio Ambiente, INEA e IBAMA) acerca da fiscalização ambiental, sanitária, o controle dos dejetos das criações de animais, a promoção de debates sobre assuntos variados, como agrotóxicos, erosão, poluição, ecoturismo, com a participação de moradores agricultores, e especialistas técnicos (universidades, Emater, Ação Rural, IBAMA, INEA), contribuindo para criar uma base teórica e científica para os programas de despoluição e educação ambiental; incentivar a criação de uma consciência e mentalidade ecológica nos moradores e turistas, de respeito ao bem comum (rios, ambiente e natureza) e respeito ao próximo (homens), a promoção da educação ambiental de casa em casa de forma permanente com a criação de

folhetos, cartilhas, placas educativas, veiculação de propaganda ecológica através de jornal, rádio e televisão.

Problemas e soluções propostas

Nesta etapa são apontados alguns problemas observados na região em 1997 e algumas possíveis soluções que poderiam ter sido tomadas pelo Poder Público Municipal, Estadual e Federal, comunidades locais, turistas, empresas e individualmente por todos os moradores e frequentadores da região. Observa-se em 2022 que grande parte dos problemas levantados em 1997 já foram solucionados, como o caso da telefonia, mas outros problemas levantados ainda permanecem atuais como a má conservação das estradas.

Infraestrutura

Quanto ao que a região poderia melhorar em termos de infraestrutura, os turistas foram unânimes em apontar: a manutenção das estradas, como forma de manter a acessibilidade ao local sem danificar os carros, a importância de se ter uma rede de esgoto e saneamento básico com sistemas de tratamentos, e a necessidade de se ter um sistema de telefonia funcionando em bom estado, e dando vazão ao público usuário. Os turistas também apontaram a necessidade de urbanizar e embelezar as cidades, expandir a rede elétrica, prestar maior assistência às escolas e passar o caminhão de lixo com maior frequência.

Contudo alguns turistas comentaram que não gostam de infraestrutura, são os adeptos da ideia de que "quanto mais rústico melhor, porque quanto mais infraestrutura, mais gente, e o lugar ficando muito cheio, acaba perdendo o encanto".

Existia uma deficiência no sistema de distribuição de água de Lumiar, pois este era muito antigo e com canos pequenos, e com a crescente construção de casas, não estava mais dando vazão. A vila poderia estar mais bem preparada com mais infraestrutura para receber os turistas. A Prefeitura poderia criar mais áreas de lazer, parques para as crianças brincarem; promover um embelezamento das praças, e cuidar da urbanização dos logradouros públicos.

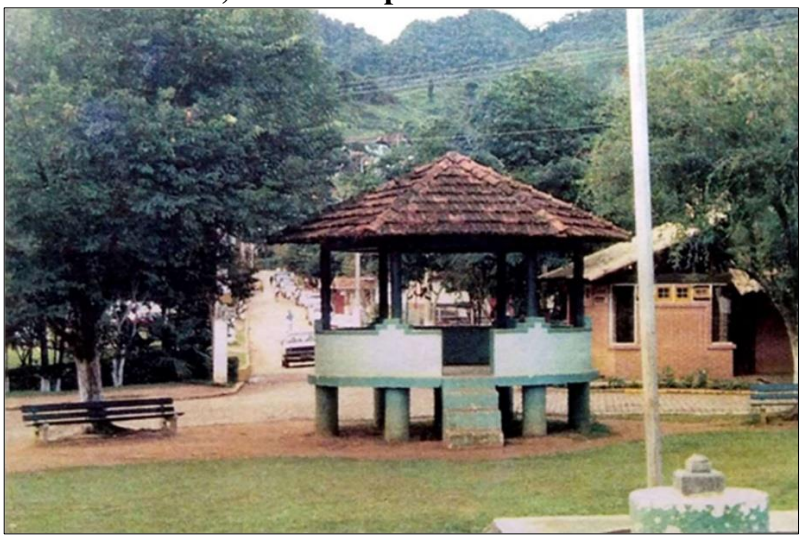
> ***Problema:*** As estradas estavam péssimas, completamente esburacadas. Colocaram um asfalto de má qualidade e não tem havido manutenção. ***Solução:***- Consertar e fazer a manutenção das estradas, incumbência do Governo Estadual. A comunidade local e os turistas podem pressionar o governo para que mantenha em boas condições as estradas.
>
> ***Problema:*** Deficiência do telefone em Lumiar e São Pedro da Serra. *"Lumiar dispõe de uma pequena telefónica, porém localizada dentro de um bar barulhento e sempre tem uma fila enorme. Em S. Pedro da Serra foi instalado um telefone público, porém este fica mais tempo sem funcionar, do que funcionando"*. ***Solução:*** A TELERJ pode, e deve tentar resolver definitivamente o problema dos telefones. Criando postos telefônicos e instalando mais telefones públicos em áreas públicas.
>
> ***Problema:*** Os vilarejos não tinham cestos de lixo para limpeza urbana. ***Solução*** - Colocar cestos de lixos e fazer a coleta periodicamente (Prefeitura e EBMA).
>
> ***Problema:*** A circulação dos ônibus de Friburgo para Lumiar São Pedro e Boa Esperança é precária. Os ônibus só circulam de hora em hora e sempre estão muito cheios. ***Solução -*** A empresa Faol deveria colocar mais ônibus em circulação.

Diminuição do Turismo e Abandono Oficial

Problema: Não existia um calendário turístico. ***Solução:*** fazer uma programação de eventos para o ano inteiro, do tipo: festas, campeonatos, feiras, eventos, shows etc.

Problema: (em 1997) Diminuição do turismo; muitos estabelecimentos (pousadas, bares e restaurantes) estão fechando devido à diminuição do turismo; está havendo uma ausência de turistas e de dinheiro. ***Solução:*** Divulgar mais a região e garantir as condições básicas de infraestrutura: estradas, saneamento, telefone etc.; e turismo: atrativos públicos, salva-vidas e postos turísticos.

Figura 3 - Coreto de São Pedro da Serra em 1997, a direita o posto turístico fechado



Fonte: Elaboração própria. Trabalho de campo (1997).

Problema: A Prefeitura construiu um posto de turismo em São Pedro em 1995, porém até 1997 ainda não estava funcionando (Figura 4). ***Solução:*** Instalar e colocar em funcionamento dois postos de informações turísticas (um em São Pedro da Serra e outro em Lumiar) com funcionário da Prefeitura com os objetivos de: orientar, informar e educar os turistas.

Problema: Lumiar estava abandonada pelos Governos Municipal, Estadual e Federal. Segundo a C.F. (1988): "Art. 180. A União, os estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico".

Solução: Que os governos assumam as suas responsabilidades, fazendo cumprir a Constituição, principalmente a Prefeitura de Nova Friburgo, e que a população reivindique os seus direitos de cidadãos.

ATRATIVO RIO

Poluição e Fechamento

Os locais atrativos turísticos da região estavam sendo seriamente ameaçados pela poluição das águas, e pelo fechamento dos atrativos. A sobrevivência do turismo em Lumiar e São Pedro da Serra dependeria da reversão dessas tendências. Qualquer projeto de desenvolvimento do turismo na região, seja da Secretaria de Turismo de Nova Friburgo, seja da Associação das Pousadas e Comércio de Lumiar e São Pedro da Serra, têm que trabalhar e atuar na despoluição das águas dos rios, educação ambiental da população e dos turistas, fiscalização dos poluidores e apoiar o uso dos atrativos naturais, rios e cachoeiras, pelos turistas com limpeza e segurança.

Um dos fatores apontados nas entrevistas que contribui para a diminuição do turismo, é o fechamento e cobrança de entrada nos atrativos.

Figura 4 - Banhistas no Poço Feio em Lumiar na Década de 1990



Fonte: Sérgio Rehder (1997).

Problema: Estava havendo uma tendência de fechamento dos atrativos para cobrar entrada.

Solução: Transformar alguns atrativos em Parques Ecológicos, com infraestrutura de visitação, salva-vidas etc.

Problema: Muita gente já morreu nos rios, e em 1997 ainda ocorriam acidentes. ***Soluções:*** Promover uma conscientização dos turistas de que os rios são perigosos e que se deve respeitá-los. Fazer um folheto

de alerta para prevenir acidentes com os turistas. Colocar placas de alerta nos atrativos mais visitados e salva-vidas nas épocas de maior visitação. Os salva-vidas poderiam ser pagos pela Prefeitura ou pelas pousadas e comércio.

Educação ambiental

Já houve uma série de iniciativas de educação ambiental (E.A.) na região, como por exemplo o Circo da limpeza, o projeto SOS Lumiar, o PREÁ, o TIBÁ; mas esses movimentos tiveram um momento de pique, depois enfraqueceram, pararam e perderam a continuidade. Em 1994 foi realizado um projeto de E.A. chamado SOS LUMIAR que promoveu mutirões de limpeza dos rios, coletando o lixo e instruindo a população.

Em 1997, não estava ocorrendo nenhum projeto de educação ambiental. Oito entrevistados confirmaram esse fato, eles recordam os movimentos ambientais do passado. Foi comentado que: "está faltando uma maior mobilização para as questões ambientais".

Como resultado da pesquisa foram coletadas uma série de sugestões apontadas pelos entrevistados: preparar um folder educativo explicando o que se deve fazer com o lixo, a reciclagem; como pode ser feita a fossa séptica; como deve ficar a caixa de gordura da pia; passar uma caravana da limpeza de casa em casa fazendo uma pesquisa sobre a saúde aplicando um formulário para verificar quem tem e quem não tem fossa; e instruir a população a tomar consciência da importância de se agir ecologicamente para benefício de todos os moradores da região, das gerações vindouras e do próprio espaço.

Depois dessa etapa seria priorizado o trabalho nas casas sem fossa, para que construam suas fossas e sumidouros. Refazer um

novo SOS Lumiar, pois o trabalho de tirar o lixo dos rios tem que continuar e tem que ser permanente. Deve-se periodicamente promover atividades de despoluição e conscientização. Há uma necessidade de os moradores colocarem suas ideias e ações em prática, para sair do imobilismo, brecar a poluição e produzir um espaço com mais harmonia entre os homens e a natureza.

Propostas de Educação Ambiental dos Turistas

Figura 5 - Poço Verde, Crianças brincando no Rio Macaé



Fonte: Elaboração própria. Trabalho de campo (1997).

Com relação à educação ambiental os turistas sugeriram permanentes campanhas de conscientização dos turistas e moradores, que poderia começar nas escolas da região, e se expandir

pela comunidade inteira, utilizando-se diversos materiais e métodos como: folhetos, cartilhas, placas educativas, rádio, jornal local, visita às casas, e esclarecimento de ônibus de turismo. Essa proposta de educação ambiental "ampla, geral e irrestrita", para funcionar e trazer melhorias para a qualidade ambiental da região, deve ser promovida através de uma parceria entre Prefeitura, escolas (professores e alunos) e comunidade local. Para que a educação se transforme em realidade, é necessário persistência e continuidade nas ações.

Perguntados se gostariam de ajudar a despoluir a área e de fiscalizar e promover a educação ambiental, a maior parte respondeu que sim, manifestando simpatia e interesse pela ideia. Ou seja, uma campanha de esclarecimento e educação ambiental pode ter apoio e participação de grande parte dos turistas que visitam a região. Dentre as sugestões e propostas dos turistas, muitas foram relacionadas à promoção de campanhas de educação e esclarecimento da comunidade em geral (moradores e turistas) quanto à resolução dos problemas de esgoto (construção de fossas), e lixo (reciclagem e reutilização). Os turistas também sugeriram: fazer uma divulgação dos problemas ambientais, seus efeitos e como podem ser solucionados; buscar soluções alternativas e de baixos custos, por exemplo um projeto de saneamento, utilizando o junco para limpar a água, ou transformação dos detritos em energia através de biodigestores etc.; colocar placas educativas, e preparar cartilhas sobre despoluição; promover mais eventos e festas, porém com organização, bom gosto e resgate da cultura local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades de turismo e veraneio cresceram muito entre os anos 1970 a 1997 em Lumiar e São Pedro da Serra, em decorrência

da maior acessibilidade, pela maior divulgação e pelos inúmeros atrativos naturais. A rodovia Mury-Lumiar foi asfaltada em 1980, porém essa estrada se encontrava, em 1997, bastante esburacada, devido à ausência de manutenção, o que contribuiu para diminuição da acessibilidade. A continuação da estrada Serramar, de Lumiar até Casimiro de Abreu, ainda não havia sido asfaltada em 1997, mas já apresentava melhorias em sua pavimentação e, em 1995, foi realizado o asfaltamento da estrada entre Lumiar e São Pedro da Serra. A região tem um grande potencial ecoturístico devido à beleza cênica natural, os inúmeros atrativos e a possibilidade de se praticar algum esporte junto à natureza.

O turismo imprimiu na região um acelerado ritmo de transformações espaciais no plano físico, humano e econômico. Houve uma clara tendência a um maior retalhamento das propriedades rurais destinadas a loteamentos, e com uma maior procura houve uma certa especulação imobiliária que acabou por elevar o preço da terra. Cresceu o número de construções e a cada ano construíam-se mais casas para veraneio e aluguel. Foi observada uma diminuição das atividades agrícolas, com deslocamento da mão de obra da agricultura para atividades direta ou indiretamente relacionadas ao turismo (pedreiros, caseiros, empregadas etc.). Houve também um grande crescimento das atividades voltadas ao turismo. Em 1997, os distritos de São Pedro da Serra e Lumiar contavam com aproximadamente 27 pousadas e hotéis, 23 bares, 17 restaurantes, 8 clubes e algumas lojas de artesanato.

Houve um significativo crescimento populacional, decorrente da inversão da corrente migratória, houve migração das cidades para o campo (êxodo urbano), os novos moradores da região deslocaram-se para o meio rural em busca de melhor qualidade de vida. Os atrativos turísticos da área eram, e ainda são, os naturais, pois ainda existem grandes trechos de floresta de Mata Atlântica, os rios, córregos, poços e cachoeiras são ideais para banho e

hidroterapia. Também servem como atrativos turísticos a tranquilidade do meio rural, a "energia" mística e religiosa da região e ainda os esportes de aventura, caminhada, *mountain bike*, escalada, canoagem, *rafting*, boiagem e futebol.

O turismo contribuiu para a ocorrência de uma série de impactos socioculturais, como a perda da cultura local, a descaracterização das festas, os problemas de uso de drogas pelos jovens nativos e outros. E impactos ambientais como degradação ambiental, acúmulo de lixo nos lugares mais visitados, maior poluição das águas devido ao lançamento do esgoto doméstico direto nos rios e pelo uso abusivo de agrotóxicos. Ocorreu também o problema do fechamento dos atrativos turísticos com cobrança de ingresso. Todos esses problemas, associados à crise econômica ocorrida em 1996/97, contribuíram para uma relativa queda na visitação turística. Com esse estudo pretendeu-se fazer um levantamento dos principais problemas e suas possíveis soluções em 1997.

É importante ressaltar que o turismo existe na área em função dos atrativos naturais e porque ainda se tem um ambiente preservado. Se o ambiente for degradado através do desmatamento e da poluição hídrica, passa a não ter mais o atrativo para o turismo, o que gera uma desestruturação geral da economia local e do espaço. Então tem-se como sugestão para a manutenção dos atrativos naturais, como lugares de uso público, a criação de áreas de proteção ambiental ou parques hidro-ecológicos sob administração da Prefeitura e comunidades locais com educação ambiental, limpeza, segurança e salva-vidas.

Para que o turismo ocorra de forma harmônica com a população local e a preservação ambiental, faz-se necessário uma maior intervenção do poder público (municipal) e da sociedade civil (associações de moradores e ONGs) para a promoção de educação

ambiental, controle, fiscalização e preservação do meio ambiente e das características da cultura local.

REFERÊNCIAS

AMADOR, E. S.; PINTO, C. A. L. **Estudo das potencialidades e fragilidades ambientais da Bacia Hidrográfica do Rio Macaé de Cima - Nova Friburgo - RJ** (Relatório de pesquisa). Rio de Janeiro: FAPERJ, 1991.

AMADOR. A. B. "Qualidade das Águas da Bacia do Alto Rio Macaé, Nova Friburgo (RJ)". *In*: VILLAS BOAS, G. H.; MATTOS, C. P. (orgs.). **20 anos da Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima**: Trajetórias e caminhos na pesquisa ambiental. Boa Vista: Editora IOLE, 2021.

BENHAMOU, F. C. **Turismo e veraneio nas regiões periféricas da metrópole carioca**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1971.

DORST, J. **Antes que a natureza morra**. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 1987. Disponível em: <www.embratur.gov.br>. Acesso em: 30/06/2022.

REQUIÃO, C. **Manualdo Excursionista**. São Paulo: Editora Nobel, 1990.

RIO DE JANEIRO – MICHELIN. **Guia de Turismo**: Rio de Janeiro, Cidade e Estado. Rio de Janeiro: Editora Graphos, 1990.

SCHIAVO, S. F. **Sendas da transição**: Estudos sobre um grupo de pequenos produtores rurais no distrito de Lumiar Nova Friburgo

(Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais). São Paulo: PUC-SP, 1991.

SONEIRO, J. C. **Aproximacion a la Geografia del Turismo**: Espacios y Sociedades. Madri: Editora Sintesis, 1991.

TEIXEIRA, V. L. "Turismo e pluriatividade entre pequenos agricultores da região serrana". **Anais Seminário Agricultura e Meio Rural do RJ**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1996.

CAPÍTULO 10

Potencialidades e Desafios para o Geoturismo na Pedra Riscada e Encontro dos Rios na APA de Macaé de Cima

POTENCIALIDADES E DESAFIOS PARA O GEOTURISMO NA PEDRA RISCADA E ENCONTRO DOS RIOS NA APA DE MACAÉ DE CIMA

Denise de Almeida Gonzalez

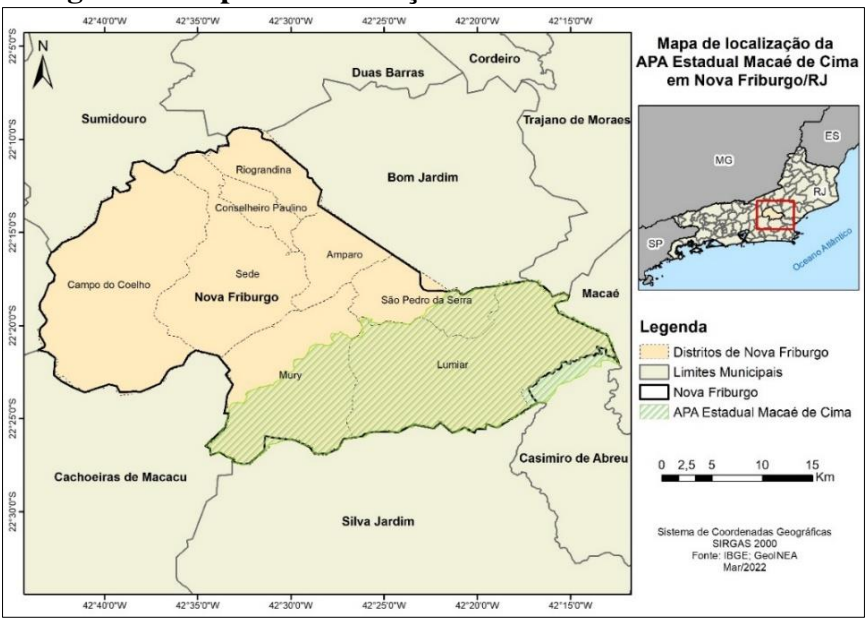
Alexander Josef Sá Tobias da Costa

A Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima (APAMC) é uma unidade de conservação de uso sustentável, criada em 2001, com o objetivo de assegurar a preservação dos remanescentes de floresta ombrófila densa e as inúmeras espécies da fauna e flora nativas, bem como a proteção das bacias dos mananciais dos seus rios e demais afluentes, garantindo a manutenção da qualidade da água. Os distritos de Lumiar e São Pedro da Serra, em Nova Friburgo, e parte do município de Casimiro de Abreu fazem parte de sua extensão territorial (Figura 1). A APAMC faz parte da Reserva da Biosfera, assim como do Corredor Fluminense da Mata Atlântica, posicionando-a como de grande relevância nacional e internacional na questão ambiental. Suas feições geológicas e geomorfológicas com afloramentos rochosos e rios encachoeirados proporcionam várias paisagens de beleza cênica que foram elementos importantes para o desenvolvimento do turismo na região.

O turismo é uma das atividades econômicas mais importantes nos distritos mencionados, inseridos nesta APA. Seu crescimento ocorreu na década de 1970, com o turismo de segunda residência e de veraneio (INEA, 2014) e, recentemente, estes distritos passaram a ser muito procurados por turistas da região metropolitana e dos Lagos do Estado do Rio de Janeiro em busca de lazer e maior tranquilidade. Apesar do crescimento da atividade, ainda há lacunas na questão do desenvolvimento do turismo sustentável. No Plano de

Manejo da APA de Macaé de Cima pode-se encontrar como um dos objetivos específicos "apoiar práticas de turismo ambientalmente sustentáveis" (INEA, 2014, p. 9). Tal fato destaca somente a questão ambiental, embora tenhamos como pilares da sustentabilidade também os quadros socioeconômico, político e cultural, como retratam Cuello Nieto (1997) e Candiotto e Corrêa (2004). Diante deste fato, constatou-se que a sustentabilidade possui contradições em seu aspecto conceitual, assim como na relação entre a teoria e a prática.

Figura 1- Mapa de localização da APA de Macaé de Cima



Fonte: Elaboração própria.

É conhecido que o termo sustentabilidade ganhou notoriedade mundial enquanto adjetivo ao conceito de

desenvolvimento, na década de 1970, a partir das reuniões organizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) (BOFF, 2017). A definição original do conceito de desenvolvimento sustentável provém do relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), publicado em 1987, Relatório de Brundtland (NASCIMENTO, 2012).

Seguindo a análise de Becker *et al*. (1997), a questão central no direcionamento do pensamento sustentável seria ver como a sociedade poderia modelar seu desenvolvimento de maneira a preservar as pré-condições tanto para si como para as gerações futuras. Neste enfoque, como preconizam os autores citados anteriormente, deve-se analisar não só as questões econômicas, mas também aquelas relacionadas à justiça social e à regulação política. Ademais, segundo os autores, para se refletir sobre o desenvolvimento sustentável, faz-se necessário o compromisso da participação social na tomada de decisões e para todo e qualquer projeto a ser planejado e implementado.

A adesão dos princípios norteadores de sustentabilidade, da teoria à prática, e a operacionalização do conceito de desenvolvimento sustentável têm representado um grande desafio para as diversas áreas de conhecimento, no sentido de implementar iniciativas e ações que gerem, simultaneamente, uma maior equidade social, um nível elevado de conservação ambiental e uma maior racionalidade (eficiência) econômica (BUARQUE, 2004; IRVING *et al.*, 2005). Estes elementos norteadores nas observações levantadas para este capítulo, não foram bem definidos para o turismo nos objetivos do seu Plano de Manejo (INEA, 2014), pois somente retrata o turismo ambientalmente sustentável.

Com relação ao turismo sustentável, este tem sido abordado frequentemente num âmbito da escala supranacional, promovendo-se, recentemente, ações neste sentido. Exemplo disto foi observado nas ações da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2017, com

a elaboração da Agenda 2030 e os seus 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima, assim como, garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade (ONU BRASIL, 2022).

O turismo sustentável foi definido pela Organização Mundial do Turismo (OMT) como

> [aquele] que leva plenamente em conta seus impactos econômicos, sociais e ambientais atuais e futuros, atendendo às necessidades dos visitantes, da indústria, do meio ambiente e das comunidades anfitriãs (UNWTO, 2022).

As diretrizes de desenvolvimento do turismo sustentável e as práticas de gestão são aplicáveis a todas as formas de turismo em todos os tipos de destinos, incluindo o turismo de massa e os vários segmentos do turismo. Os princípios de sustentabilidade referem-se aos aspectos ambientais, econômicos e socioculturais do desenvolvimento do turismo e um equilíbrio adequado deve ser estabelecido entre essas três dimensões para garantir sua sustentabilidade a longo prazo. Assim, o turismo sustentável deve, segundo a OMT:

> aproveitar ao máximo os recursos ambientais que constituem um elemento chave no desenvolvimento do turismo, mantendo os processos ecológicos essenciais e ajudando a conservar o patrimônio natural e a biodiversidade; respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades anfitriãs, conservar seu patrimônio cultural construído e vivo e seus valores tradicionais, e contribuir para a compreensão

> e a tolerância interculturais; garantir operações econômicas viáveis e de longo prazo, proporcionando benefícios socioeconômicos a todas as partes interessadas que sejam distribuídos de forma justa, incluindo emprego estável e oportunidades de geração de renda e serviços sociais para as comunidades anfitriãs, e contribuindo para o alívio da pobreza (UNWTO, 2022).

O desenvolvimento do turismo sustentável requer a participação informada de todas as partes interessadas relevantes, bem como uma forte liderança política para garantir ampla participação e construção de consenso. Alcançar o turismo sustentável é um processo contínuo e requer monitoramento constante dos impactos, introduzindo as medidas preventivas e/ou corretivas sempre que necessário. O turismo sustentável também deve manter um alto nível de satisfação do turista e garantir uma experiência significativa aos turistas, conscientizando-os sobre questões de sustentabilidade e promovendo práticas de turismo sustentável entre eles (UNWTO, 2022). É importante fazer a distinção entre turismo sustentável (o objetivo a ser alcançado) e o desenvolvimento sustentável do turismo (o processo). Para alcançar o objetivo, o desenvolvimento sustentável do turismo deve ser operacionalizado antes que qualquer progresso tangível possa ser feito (DYMOND, 1997).

A sustentabilidade é um conceito que precisa transitar, o quanto antes, da teoria à prática. E, no turismo, ela deve necessariamente ultrapassar as concepções que a colocam em âmbito puramente ambiental, para situá-la em âmbito dos problemas das populações locais, que são as que devem se posicionar aos excessivos dilemas atuais (JIMÉNEZ MARTÍNEZ; HIRABAYASHI, 2003).

Irving *et al.* (2005) atentam que promover o turismo sustentável não representa apenas controlar e gerenciar os impactos negativos advindos das atividades turísticas. Mais do que isso, o turismo na contemporaneidade ocupa uma posição privilegiada da economia globalizada para gerar o desenvolvimento local com a conservação dos recursos ambientais, e promover a responsabilidade social e cultural, que devem ser interpretados como aspirações comuns que podem ser mutuamente reforçadas. "Políticas e ações para planejamento turístico devem ser desenhadas de maneira a otimizarem e promoverem os benefícios em sentido amplo e interdisciplinar" (IRVING *et al*., 2005, p. 3).

Ante o exposto, ações no contexto de sustentabilidade vêm sendo inseridas nas propostas relacionadas pelo Ministério do Turismo no nosso país, nas políticas públicas do município de Nova Friburgo, onde a APA de Macaé de Cima possui a maior parte de sua extensão territorial, assim como no seu Plano de Manejo (INEA, 2014).

Em 2016, o Ministério do Turismo lançou o Guia Turismo e Sustentabilidade. O conteúdo deste guia trabalha as relações entre turismo e sustentabilidade com base em quatro princípios do Desenvolvimento Sustentável, essenciais para o Programa de Regionalização do Turismo que são: a sustentabilidade ambiental; a sustentabilidade sociocultural; a sustentabilidade econômica; e a sustentabilidade político-institucional (MTur, 2016).

Uma das principais estratégias propostas pelo Ministério do Turismo no Brasil, para o período de 2018 a 2022, foi a de "promover a valorização do patrimônio cultural e natural para visitação turística*"* (MTUR, 2018, p. 104)*,* além de incentivar parcerias público-privadas podendo se caracterizar como grandes indutoras da preservação e da boa utilização do patrimônio cultural e natural nos espaços turísticos.

Diante das políticas públicas em favorecimento do turismo anteriormente mencionadas nas diferentes escalas de gestão, o incentivo ao geoturismo nesta APA contribui para a conotação de um turismo sustentável. Cabe esclarecer que o geoturismo difere do ecoturismo a partir do momento em que enfatiza mais a geologia e geomorfologia da região no tripé educação, turismo e desenvolvimento sustentável da comunidade local. Podemos dizer que existe uma estreita relação entre ambos, assim como com o turismo de aventura, turismo rural e o agroturismo (HOSE, 2000 *apud* MOREIRA, 2014).

Segundo a Declaração de Arouca de 1990, o geoturismo é "o turismo que sustenta e incrementa a identidade de um território, considerando a sua geologia, ambiente, cultura, valores estéticos, patrimônio e o bem-estar dos seus residentes" (AROUCA, 2011 *apud* MOREIRA, 2014). Segundo Costa e Oliveira (2018), com este conceito subentende-se a ênfase nos aspectos geológicos (geodiversidade), como também em um contexto socioambiental mais amplo, nos quais outros aspectos naturais e sociais são envolvidos, tais como, a geomorfologia, a visão geossistêmica da biogeografia em que a biota e o homem, fazem parte deste processo.

De acordo com Brilha (2006 *apud* GUERRA; JORGE, 2016), os desafios da geoconservação incluem o envolvimento da comunidade, a definição de uma estratégia nacional de geoconservação, integrando a parte científica de divulgação e geoturismo, a integração das políticas nacionais de conservação da natureza, ordenamento do território, educação e envolvimento de empresas. Mansur (2009) acrescenta a participação da sociedade e, para que isso ocorra, é necessária uma articulação que contemple o sistema educacional formal e a população.

Esse capítulo tem como objetivo analisar a questão da sustentabilidade na atividade turística da APA de Macaé de Cima,

através das questões relacionadas às ordens econômica, política e socioambiental desta atividade, sob a ótica do geoturismo.

As observações para este capítulo estão inseridas nos trabalhos desenvolvidos pelo grupo de pesquisa do PPGEO-UERJ relacionadas ao tema Sociedade e Natureza e são resultado dos debates realizados no *Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada*, em Fortaleza (CE) e no *II Workshop Internacional Arte & Ciência-História e Resiliência da Paisagem,* no Rio de Janeiro (RJ) (GONZALEZ; COSTA, 2019a; 2019b). Destaca-se ainda que a primeira autora é moradora da região há mais de 30 anos e trabalha diretamente em contato com os turistas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos envolveram o levantamento bibliográfico com dados primários e secundários sobre o tema geoturismo, turismo sustentável e políticas públicas para o turismo sustentável no município de Nova Friburgo e para a APA de Macaé de Cima.

Foi analisada a Revisão do Plano Diretor de Nova Friburgo (NOVA FRIBURGO, 2014), com relação aos apontamentos no contexto nacional e internacional nos aspectos socioeconômico e ambientalmente sustentável, utilizando as informações e demandas direcionadas pela Organização Mundial de Turismo e Ministério do Turismo. Analisou-se a Lei Orgânica de 2018 do município de Nova Friburgo, no que tange às questões relacionadas ao turismo. Buscou-se rever propostas de valorização do patrimônio natural e cultural nos últimos anos no município de Nova Friburgo, assim como ações de roteiros turísticos, tais como do Projeto Caminhos Geológicos do Rio de Janeiro (DRM-RJ, 2006) que embora no âmbito estadual, teve ações dentro do município de Nova Friburgo.

Trabalhos de campo foram realizados para observação e coleta de dados com relação à trilha da Pedra Riscada e trilha de acesso à cachoeira Encontro dos Rios. Os mapas foram elaborados no programa *ArcGis Pro,* utilizando bases cartográficas disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituo Estadual do Ambiente (INEA). Os demais arquivos vetoriais para representação de pontos específicos na área de estudo foram adquiridos pela coleta dos pares de coordenadas geográficas em campo com o auxílio de GNSS (*Global Navegation Satellite Systems*-Sistema de Satélite Global de Navegação), GPS Garmin Etrex 20 30 VISTA. A imagem de satélite utilizada foi acessada pelo banco de dados do programa *ArcGis Pro*. Todos os mapas foram elaborados utilizando-se o Sistema de Coordenadas Geográficas e Datum SIRGAS 2000.

Diante dos levantamentos legais e intenções de promoção do patrimônio natural e cultural do município de Nova Friburgo, foram elencadas algumas potencialidades e desafios para a promoção do turismo com viés de sustentabilidade para a APAMC.

RESULTADOS

As políticas públicas voltadas ao turismo sustentável

Historicamente é possível observar diversas ações realizadas no município de Nova Friburgo acerca de temáticas que envolvem o ordenamento e realização do turismo sustentável. Algumas delas são resultados de ações realizadas pelo poder público estadual e podem ser indicativos da viabilidade de estabelecer parcerias formais entre a prefeitura e a gestão da APAMC.

Em 2006, o DRM-RJ realizou o Projeto Caminhos Geológicos com a identificação de pontos de interesse geológico e instalação de placas interpretativas. Dentro da área de estudo,

destaca-se a identificação da formação geológica da Pedra Riscada, importante ponto turístico da APAMC, inclusive com a colocação de uma placa explicativa sobre a origem dos "riscos" da Pedra Riscada, onde se indagava: "Quem riscou a Pedra Riscada?".

Outra iniciativa foi o trabalho da Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos - SIGEP, que fez proposta de descrição de locais de interesse do Brasil para registro no patrimônio mundial da humanidade (*World Heritage Commitee)* (UNESCO, 2022). Em 2007, esta comissão fez no Parque Estadual de Três Picos (PETP) um levantamento junto com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), como um geossítio de relevância regional, nacional e internacional por ser a mais alta barreira da Serra do Mar fluminense. É importante ressaltar que existe uma parte da APAMC que se sobrepõe territorialmente ao PETP.

Já em 2010, o município de Nova Friburgo propôs as bases da política de preservação e valorização dos seus bens culturais com a criação do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, que contava com representantes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN-RJ). Desse grupo surgiu a proposta de levar Nova Friburgo à condição de um geoparque junto a UNESCO (A VOZ DA SERRA, 2010).

Em 2014, houve a revisão do Plano Diretor de Nova Friburgo e foi incluído o Plano Diretor de Turismo. De acordo com esse documento, o município regulamenta todas as diretrizes e ações inerentes ao turismo, tais como, "estabelecer, com base no inventário das potências turísticas das regiões distritais, as ações de planejamento estratégico e promoção e execução da política para o turismo" (NOVA FRIBURGO, 2014).

Em 2018, foi apresentada a nova Lei Orgânica do município de Nova Friburgo (NOVA FRIBURGO, 2018). Esta lei é de grande importância, pois engloba pontos jurídicos importantes para o

processo de aprovação na Câmara dos Vereadores da Revisão do Plano Diretor de 2014, em andamento até a redação deste texto em 2022. Essa legislação aborda um tema de ampla importância para a pesquisa aqui realizada: o conceito de geoturismo e o incentivo a seu desenvolvimento. A nova Lei Orgânica do município pressupõe condições que convergem para as metas da Organização Mundial do Turismo, que são seguidas pelo Ministério do Turismo, a partir da valorização do patrimônio natural e cultural (NOVA FRIBURGO, 2018).

A Lei Orgânica também propõe a criação de geoparques no município, os quais estariam integrados à rede mundial de Geoparques da UNESCO (NOVA FRIBURGO, 2018). Assim, observou-se que tanto o incentivo ao geoturismo como o projeto de geoparque estão bem definidos em alguns artigos desta nova Lei Orgânica. Na Lei Orgânica anterior, ou seja, na versão de 1990, não havia nem o item geoturismo, nem o projeto geoparque para o município. Segundo a UNESCO (2010), a definição de geoparques é estabelecida como territórios com limites bem definidos, com uma área suficiente para servir de apoio ao desenvolvimento socioeconômico local e que deve abranger um determinado número de sítios geológicos de especial importância científica, raridade e beleza, que seja representativa de uma região e da sua história geológica, eventos e processos. Pode conter não só significativo geológico, mas também ao nível de ecologia, arqueologia, história e cultura. Assim, os geoparques devem estimular o desenvolvimento socioeconômico de uma região, de modo cultural e ambientalmente sustentável, melhorando as condições de vida e valorizando a cultura local (UNESCO, 2010). A implementação de geoparques promove uma grande visibilidade internacional para a preservação do patrimônio geológico e o desenvolvimento sustentável baseado no geoturismo.

Uma iniciativa adotada pelo poder público municipal com vistas ao fortalecimento do turismo sustentável refere-se ao projeto Cidade Verde. Nele há uma política ambiental "de valorização das águas, dos recursos hídricos da cidade, do bioma da Mata Atlântica (...) com a previsão de geoparques, (...) do tombamento das montanhas e das outras fontes de água, como monumento e patrimônio natural do município" (A VOZ DA SERRA, 2018). Boa parte desse patrimônio do município encontra-se na área da APAMC.

Esse caminho não seria totalmente novo, pois recentemente, a Prefeitura de Nova Friburgo, por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, realizou um estudo técnico para tornar a área pública do Parque Ecológico da Pedra do Cão Sentado e todo o seu entorno, em uma unidade de conservação, dentro dos preceitos da legislação federal (A VOZ DA SERRA, 2019). Esse fato é um indicativo das políticas públicas recentes que têm sido realizadas visando um incentivo ao turismo de base sustentável.

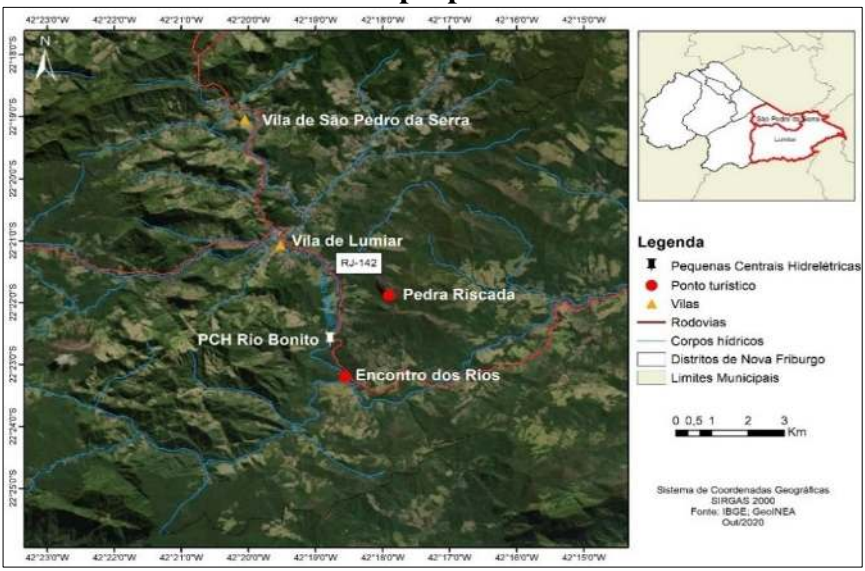
Dentro desse contexto surge a possibilidade de um melhor aproveitamento turístico na linha do geoturismo. Devido a isto, projetos geoturísticos podem também ser elaborados voltados à APAMC, com a participação efetiva dos gestores municipais. Esse caminho de diálogo e de construção coletiva das ações turísticas é essencial, pois possibilita a gestão compartilhada da prefeitura, responsável pelo ordenamento do solo urbano, com a administração da APAMC, responsável pelo gerenciamento dos recursos naturais na unidade de conservação.

Os dois principais pontos para a implementação de roteiros geoturísticos na área da APAMC são a Pedra Riscada e o Encontro dos Rios, existindo inclusive um projeto em elaboração voltado à análise dessa temática na cachoeira Encontro dos Rios.

A Pedra Riscada e o Encontro dos Rios como atrativos de geoturismo

O rio Macaé, que dá nome à APA, nasce próximo ao Pico do Tinguá e corta a Serra do Mar em direção ao oceano, margeando a rodovia RJ-142 (Serramar). O rio tem grande importância para o abastecimento da cidade homônima, onde se situam uma base para a exploração petrolífera, uma usina termelétrica e a produção agrícola. Além disso, este rio desempenha um potencial turístico, como na área que abrange o geossítio Encontro dos Rios e sua vizinha Pedra Riscada, ambos no distrito de Lumiar.

Figura 2 - Mapa de localização da Pedra Riscada, Encontro dos Rios e da proposta de PCH Rio Bonito



Fonte: Elaboração própria.

Uma proposta que pode impactar as atividades turísticas refere-se aos projetos para a utilização das águas do rio Macaé como provedoras de energia hidroelétrica. Recentemente a região foi objeto de projetos voltados à construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) ao longo do curso do rio Macaé, inclusive dentro da área da APAMC. O Comitê de Bacia Hidrográfica dos rios Macaé e das Ostras se manifestou contrário as PCHs, afirmando que reduziriam a vazão das águas do rio, e que isso prejudicaria as atividades de recreação e turismo (A VOZ DA SERRA, 2016). A Figura 2 ilustra esses projetos, além de indicar a localização da Pedra Riscada e Encontro dos Rios junto à rodovia Serramar.

A Pedra Riscada localiza-se a 5 quilômetros de Lumiar, vila que recebe a maior parte dos turistas e frequentadores da região. Ela é um geossítio de interesse geomorfológico e paisagístico em que, no seu topo, é possível observar as geoformas e a beleza cênica da paisagem, com vista para o litoral do município de Rio das Ostras (RJ) (Figuras 3a e 3b).

Figura 3 - Fotos da Pedra Riscada



Fonte: Elaboração própria (2019).

Nota: (a) A partir da rodovia. (b) Vista panorâmica do topo.

Nessa área existe a prática de passeios e escaladas, mostrando o seu valor material para uso turístico. Entretanto, é importante destacar todo o patrimônio imaterial que envolve essa área, cheia de lendas e histórias. Informações colhidas em jornais locais apontam que ali poderia ter sido esconderijo do tesouro de Mão de Luva, figura real e lendária, contrabandista de ouro e fundador do município de Cantagalo (A VOZ DA SERRA, 2019). Tal fato nos remete à importância do valor histórico e cultural, os quais agregam valor ao geoturismo e ao projeto geoparque.

A lenda do Mão de Luva ainda é muito comentada em toda a região, principalmente por antigos moradores que relatam a passagem do personagem por Lumiar e São Pedro da Serra. Ele teria fugido, em 1780, de Minas Gerais e atravessado o rio Paraíba do Sul em busca de ouro na região de Cantagalo. Segundo os relatos, Mão de Luva e seu bando teriam se escondido nas matas de Lumiar e São Pedro da Serra durante a fuga. Tal fato propicia informações históricas importantes para a região com valorização do patrimônio histórico e cultural.

Outra opção de roteiro geoturístico é o Geossítio Encontro dos Rios, localizado a 6 km da vila sede do distrito de Lumiar. No local onde o rio Macaé se encontra com o rio Bonito observam-se degraus de falhamentos geológicos com corredeiras propícias ao turismo de aventura e à prática de *rafting* (Figuras 4a e 4b). Esse é um dos principais pontos de visitação na área da APAMC. Em 2017, o acesso à parte alta do Encontro dos Rios foi fechado pelo proprietário do terreno no início da sua trilha de acesso. Isto ocorreu devido ao grande número de visitantes e à falta de controle, o que estava acarretando acúmulo de lixo nas margens dos rios, degradação da vegetação e até risco de afogamento. Cabe destacar que esta decisão, não apenas foi autorizada pelo INEA, como também foi reflexo de uma notificação ambiental.

Figura 4- Fotos do Encontro dos Rios



Fonte: Elaboração própria (2018; 2020).

Nota: (a) Degrau de falhamento geológico. (b) Prática de rafting.

Em fevereiro de 2018, o proprietário do local reabriu o acesso à trilha ao público, através da cobrança de uma taxa de visitação. Foi possível observar um conjunto de melhorias na propriedade como a limpeza das trilhas, a sinalização de áreas perigosas (Figura 5a), a melhor acessibilidade (Figura 5b) e a infraestrutura local, que passou a contar com um banheiro biológico. Neste período, em trabalho de campo exercido pelos autores, as trilhas estavam limpas e organizadas. Toda a infraestrutura para visitação e lazer na cachoeira Encontro dos Rios ficou monitorada a partir do final de 2018 por dois funcionários capacitados para o atendimento aos turistas. O INEA autorizou a cobrança realizada pelo proprietário para ter o acesso à parte alta da cachoeira através de sua propriedade.

Estes são alguns exemplos de geossístios e uma possibilidade de roteiro de geoturismo para a região, já significativamente procurados por turistas e frequentadores da APAMC. Entretanto, essas áreas ainda carecem de sinalização e placas interpretativas para a educação ambiental, bem como informações sobre dificuldades e limitações de acesso. Nota-se que é preciso investir na infraestrutura

desses locais, buscando viabilizar o desenvolvimento do turismo de modo menos impactante sobre o meio ambiente.

Figura 5 - Fotos de ações de organização da trilha no Encontro dos Rios



Fonte: Elaboração própria (2019).

Nota: (a) Placa elaborada pelo Inea. (b) Corrimão e degraus de madeira.

Desafios para o geoturismo na APA de Macaé de Cima

Ainda não foi elaborado um estudo técnico que incentive o geoturismo para a APA de Macaé de Cima, como foram executados para o Parque Estadual Três Picos e do Parque Ecológico Cão Sentado. Uma iniciativa é o projeto Parque Ecológico Encontro dos Rios, reflexo do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) proveniente da notificação anteriormente mencionada. Este projeto, que está em fase de planejamento, é uma iniciativa do proprietário do imóvel, situado na margem do rio Macaé, no Encontro dos Rios, que pretende ampliar as instalações para o desenvolvimento da atividade

turística relacionada ao banho de rio e ao contato com a natureza. O projeto, que não foi publicado tendo em vista sua natureza privada, foi elaborado por uma empresa de consultoria com assessoria técnica do INEA e com apoio da prefeitura de Nova Friburgo.

Todavia, o que já foi realizado em termos de ações nos distritos de Lumiar e São Pedro da Serra, área urbana da APAMC para incrementar o turismo interno, foi a contemplação de obras de reestruturação, a partir de 2014 (G1, 2014), do projeto do Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo (PRODETUR), pelo Ministério do Turismo, finalizadas em 2017. Porém, estas intervenções foram principalmente para embelezamento das principais ruas das sedes dos distritos, assim como suas respectivas praças.

Figura 6 - Painel interpretativo na Pedra Riscada



Fonte: DRM-RJ (2006); Elaboração própria (2019).

Nota: (a) No início do projeto em 2006. (b) A mesma placa em 2018.

Observou-se, através das entrevistas, que a partir de 2018, ocorreu um aumento no fluxo de turistas sem comprometimento com a região e sem maiores interesses em desenvolvimento de roteiros com práticas sustentáveis. De um lado houve o abandono, por parte do DRM-RJ, da infraestrutura turística, como a falta de renovação dos painéis interpretativos do Projeto Caminhos Geológicos que

ficaram desbotadas (Figura 6a e 6b) e, de outro lado, não houve capacitação e/ou interesse dos profissionais que potencialmente se beneficiariam com a atividade, como é o caso da propriedade por onde passa a trilha para a Pedra Riscada.

A trilha para a Pedra Riscada, que é considerada de dificuldade média a alta, não tem controle de visitantes e foi manejada pelos próprios usuários para suavizar trechos de alta declividade, bem como a instalação de sinalização improvisada (Figura 7a). A trilha é mal sinalizada e de difícil acesso, o que acarreta na possibilidade de muitos turistas se perderem, dificultando o resgate e ainda os colocando em perigo com a presença de animais venenosos e peçonhentos, assim como o risco de quedas e pequenos acidentes no percurso. Os guias e condutores locais são poucos e demonstram apreensão com as condições das trilhas, sobretudo a falta de conservação (Figura 7b), e de incentivo do trade turístico.

Figura 7 - Degradação na trilha Pedra Riscada



Fonte: Elaboração própria (2019); INEA (2020).

Nota: (a) Placa improvisada. (b) Pichações na rocha.

A improvisação da trilha elaborada pelos visitantes e moradores locais nos acessos mais difíceis pode ser observada na Figura 8. Entretanto, mesmo com os ajustes, a trilha continua obtendo grau de dificuldade elevado em seu percurso, restringindo o perfil dos visitantes e colocando os turistas em risco.

Figura 8 - Dificuldades encontradas na trilha da Pedra Riscada



Fonte: Elaboração própria (2019).

Nota: (a) Escada. (b) Raízes e cordas.

O Plano de Manejo da APA de Macaé de Cima e o uso turístico sustentável

No resumo executivo do Plano de Manejo da APAMC, são encontrados alguns enfoques para o desenvolvimento do turismo com viés de sustentabilidade. Dentre eles podem ser citados o Programa de formação para o turismo e o Programa de educação para promoção da conservação. No Programa de turismo destacam-se as seguintes ações: confecção de material interpretativo, instalação de painéis e placas de sinalização, qualificação de guias sobre os recursos naturais, mapeamento e elaboração de roteiros turísticos;

realização de cadastro com os proprietários que tenham interesse em desenvolver atividades de turismo na APA; articulação com uma instituição de ensino profissionalizante e profissional de turismo sustentável concomitante ao Ensino Médio e/ou Ensino Superior (INEA, 2014).

Segundo este mesmo Plano de Manejo, o caminho para que se atenda aos seus objetivos de criação da unidade de conservação, de manutenção dos recursos naturais e do patrimônio cultural, fornecendo melhores condições de vida para a sua população seria a implementação de um modelo de gestão integrada, participativa e sustentável. Todavia, o que tem mais ocorrido nestes distritos é um processo de massificação do turismo e uma expansão urbana descontrolada, com moradias irregulares e precárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a proposta de incentivo ao geoturismo e à criação de geoparque constem no programa de governo municipal, este conceito não é mencionado no Plano de Manejo da APAMC. Nele, o tema é abordado como preservação do patrimônio natural e do turismo. Isto ocorre porque a criação de roteiros geoturísticos e geoparques é recente no Brasil. Em entrevistas com gestores da secretaria de turismo e do INEA, durante o período de 2017 e 2018, foi possível inferir o desconhecimento do assunto.

Na proposta da Nova Lei Orgânica de 2018, não são apontadas a localização e a dimensão territorial do geoparque. A possibilidade é que ele esteja em sua maioria envolvido nas unidades de conservação municipais e estaduais localizadas em Nova Friburgo. Também não foram desenvolvidos atividades e incentivos no sentido de criar roteiros geoturísticos, por parte do poder público

e da iniciativa privada. Porém, seria interessante observar parcerias entre os atores sociais para o desenvolvimento do geoturismo.

Como forma de se aliar a teoria à prática, sugere-se também o desenvolvimento de estudo de capacidade de carga e de impacto ambiental para a criação do roteiro geoturístico Pedra Riscada-Encontro dos Rios, como forma de valorização do patrimônio natural, além da instalação de trilhas sinalizadas com placas interpretativas, quando for executado. Novos estudos para o levantamento do inventário de atrativos naturais são necessários, inclusive envolvendo o poder público, a iniciativa privada, a academia e a comunidade local. Podemos considerar que o envolvimento de todas essas esferas e ações são estratégias fundamentais com vistas à criação do geoparque bem como ao incremento do turismo sustentável.

Além da Pedra Riscada e Encontro dos Rios, existem vários pontos de interesse geológicos na APAMC. Todavia, é preciso conseguir roteirizar adequadamente estes principais pontos turísticos, pois, com isto, pode-se fornecer um grande avanço para a questão da geoconservação e para a implantação de um turismo mais voltado para a sustentabilidade.

Desta forma, o turismo terá grande probabilidade de oferecer maiores benefícios não só econômicos, socioculturais e ambientais para a população local, mas também despertando seu sentimento de pertencimento, visto que pode envolver a questão cultural. Diante deste fato, analisado pelo enfoque do turista, ele pode trazer lembranças de vivências inesquecíveis da região, assim como maior percepção ambiental ao pensar em projetos de geoconservação.

REFERÊNCIAS

A VOZ DA SERRA. “Município já conta com Conselho do

Patrimônio Cultural". **A Voz da Serra** [02/04/2010]. Disponível em: <www.acervo.avozdaserra.com.br>. Acesso em: 29/06/2022.

A VOZ DA SERRA. "Empresas querem construir três usinas hidrelétricas no Rio Macaé". **A Voz da Serra** [19/08/2016]. Disponível em: <www.acervo.avozdaserra.com.br>. Acesso em: 29/06/2022.

A VOZ DA SERRA. "Nova Lei Orgânica prevê uma Friburgo mais humanizada". **A Voz da Serra** [14/04/2018]. Disponível em: <www.acervo.avozdaserra.com.br>. Acesso em: 29/06/2022.

A VOZ DA SERRA. "Desbravando a rota do Mão de Luva em meio as belezas friburguenses". **A Voz da Serra** [04/05/2019]. Disponível em: <http://acervo.avozdaserra.com.br>. Acesso em: 29/06/2022.

A VOZ DA SERRA. "Parque do Cão Sentado vai virar Unidade de Conservação". **A Voz da Serra** [06/12/2019]. Disponível em :<www.avozdaserra.com.br>. Acesso em: 29/06/2022.

BECKER, E; JAHN, T; STIESS, I; WEHLING, P. **Sustainability**: a cross-disciplinary concept for social transformations. Paris: UNESCO, 1997.

BOFF, L. **Sustentabilidade**: o que é-o que não é. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

CANDIOTTO, L. Z. P.; CORRÊA, W. K. "Desenvolvimento rural sustentável: algumas considerações sobre o discurso oficial do governo federal". **Associação de Geografia Teorética**, vol. 29, n. 2, 2004.

COSTA, N. M. C.; OLIVEIRA, F. L. "Trilhas: ´caminhos´ para o Geoturismo, a Geodiversidade e a Geoconservação". *In*: GUERRA, A. J. T.; JORGE, M. C. O. (orgs.). **Geoturismo, geodiversidade e geoconservação**: abordagens geográficas e geológicas. São Paulo: Editora Oficina de Textos, 2018.

CUELLO NIETO, C. "Toward a holistic approach to the ideal of sustainabiliby". **Techné: Journal of the Society for Philosophyand Technology**, vol. 2, n. 2, 1997.

DRM-RJ - Serviço Geológico do Estado do Rio de Janeiro. **Projeto Caminhos Geológicos**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. Disponível em: <www.drm.rj.gov.br>. Acesso em: 29/06/2022

DYMOND, S. J. "Indicators of sustainable tourism in New Zealand: a local government perspective". **Journal of Sustainable Tourism**, vol. 5, n. 4, 1997.

G1. "Obras de revitalização já começaram em Lumiar, Nova Friburgo, no RJ". **G1** [09/05/2014]. Disponível em: <www.g1.globo.com>. Acesso em: 30/06/2022.

GONZALEZ, D. A.; COSTA, A. J. S. T. "As políticas públicas para a formação do geoparque em Nova Friburgo-RJ e a inserção dos distritos de Lumiar e São Pedro da Serra". *In*: PINHEIRO, L. S.; GORAYEB, A. (orgs.). **Geografia Física e as Mudanças Globais**. Fortaleza: Editora da UFC, 2019a.

GONZALEZ, D. A.; COSTA, A. J. S. T. "As políticas públicas para o Geoturismo em Nova Friburgo, RJ: a análise nos distritos de Lumiar e São Pedro da Serra". *In*: GUERRA, A. J. T.; SANTOS FILHO, R. D.; TERRA, C. G. (orgs.). **Arte e Ciência**: História e Resiliência da Paisagem. Rio de Janeiro: Editora Rio Book´s, 2019b.

GUERRA, A. J. T.; JORGE, M. C. O. "Geodiversidade, Geoturismo e Geoconservação: Conceitos, Teorias e Métodos". **Revista Espaço Aberto**, vol. 6, n. 1, 2016.

INEA - Instituto Estadual do Ambiente. **APA Estadual de Macaé de Cima**: plano de manejo. Rio de Janeiro: INEA, 2014.

IRVING, M. A.; BURSZTYN, I.; SANCHO, A. P.; MELO, G. M. "Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico". **Caderno Virtual de Turismo**, n. 18, 2005.

JIMÉNEZ MARTÍNEZ, A. J.; HIRABAYASHI, Y. "De lateoría a lapráctica em La sustentabilidad y La participación comunitaria: na propuesta metodológica". *In*: GÓMEZ NIEVES, S. (org.). **Desarrollo turístico y sustentabilidad**. Jalisco: Universidad de Guadalajara, 2003.

MANSUR, K. L. "Projetos educacionais para a popularização das Geociências e para a geoconservação". **Anuário do Instituto de Geociências**, vol. 5, 2009.

MOREIRA, J. C. **Geoturismo e interpretação ambiental**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

MTUR - Ministério do Turismo. **Guia de Sustentabilidade**. Brasília: MTUR, 2016. Disponível em: <www.turismo.gov.br>. Acesso em: 30/06/2022

MTUR - Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo 2018-2022**. Brasília: MTUR, 2018. Disponível em: <www.turismo.gov.br>. Acesso em: 30/06/2022.

NASCIMENTO, E. P. “Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico”. **Estudos Avançados**, vol. 26, n. 74, 2012.

NOVA FRIBURGO. **Revisão do Plano Diretor-2014**. Nova Friburgo: Prefeitura Municipal, 2014. Disponível em: <www.planodiretornf2014.org>. Acesso em: 30/06/2022.

NOVA FRIBURGO. **Proposta de texto da Nova Lei Orgânica do município**. Nova Friburgo: Prefeitura Municipal, 2018. Disponível em*:* <www.novalonf.com>. Acesso em: 30/06/2022.

ONU BRASIL - Organização das Nações Unidas Brasil. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Brasília: ONU, 2022. Disponível em: <www.brasil.un.org>. Acesso em: 02/04/2022.

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. **Guidelines and Criteria for National Geoparks seeking UNESCO’s assistance to join the Global Geoparks Network**. Beijing: GGN, 2010. Disponível em: <www.globalgeopark.org>. Acesso em: 17/06/2022.

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. “World Heritage”. **Portal Eletrônico da UNESCO** [2022]. Disponível em: <www.unesco.org>. Acesso 12/05/2022.

UNWTO - World Tourism Organization. **Sustainable Development**. Madrid: UNWTO, 2022. Disponível em: <www.unwto.org>. Acesso em: 03/03/2022.

SOBRE OS AUTORES

SOBRE OS AUTORES

Alexander Josef Sá Tobias da Costa é docente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Graduado e mestre em Geografia. Especialista em Gestão Ambiental. Doutor em Ambiente e Sociedade. E-mail para contato: ajcostageo@gmail.com

Alphonse Germaine Albert Charles Kelecom é docente da Universidade Federal Fluminense (UFF). Graduado em Química Orgânica. Doutor em Química Orgânica pela Université Libre de Bruxelles. E-mail para contato: lararapls@hotmail.com

André Bittencourt Amador é engenheiro de Meio Ambiente na empresa Petróleo Brasileiro (PETROBRAS). Graduado e mestre em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail para contato: andrebamador@gmail.com

Camila Dazzi é docente do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET/RJ). Graduada em Artes Plásticas. Mestra em História e doutora em História e Crítica da Arte. E-mail para contato: camila.dazzi@aluno.cefet-rj.br

Claudio Marcio Paolino é Coordenador e Pesquisador do Instituto de Imagem e Cidadania/Ecomuseu Rural. Graduando em Artes pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail para contato: claudiopaolino.cp@gmail.com

SOBRE OS AUTORES

Denise de Almeida Gonzalez é graduada e mestra em Geografia. Especialista em Educação. Doutoranda em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail para contato: deniseprofgonzalez@g mail.com

Elaine Lopes Peixoto é graduanda em Gestão de Turismo e graduada em Ciências Sociais. Mestra em Gestão de Projetos e Programas Sociais pela Universidade Candido Mendes (UCAM). E-mail para contato: elaine.aic@hotmail.com

Emilia Jomalinis de Medeiro Silva é graduada em Relações Internacionais, bem como em Geografia. Mestra em Geografia. Doutoranda em Ciências. E-mail para contato: ejomalinis@gmail.com

Guilherme Hissa Villas Boas é docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Graduado em Turismo, bem como em Geografia. Mestre e doutor em Geografia. E-mail para contato: guilherme.hissa@igeo.ufrj.br

Joel de Araujo é docente do Instituto de Biologia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Graduado em Geografia. Especialista em Planejamento Urbano e Regional. Mestre em Ciência Ambiental. Doutor em Educação. E-mail para contato: jaraujo0403@gmail.com

SOBRE OS AUTORES

Juliano Luís Palm é graduado em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestre e doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail para contato: julianoluispalm@gmail.com

Lucas Ramos dos Santos é graduado em Ciências Econômicas. Mestre em Ciências Sociais (Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail para contato: lucasramoseconomia@gmail.com

Luiz Renato Vallejo é docente da Universidade Federal Fluminense (UFF). Graduado em Ciências Biológicas. Mestre e doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail para contato: luizrenato@id.uff.br

Maria Fernanda Santos Quintela da Costa Nunes é docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Graduada em Ciências Biológicas. Mestra em Geografia. Doutora em Ecologia. E-mail para contato: mfqecoaplicada.ibufrj@gmail.com

Maria José Teixeira Carneiro é docente da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Graduada em Ciências Sociais. Mestra e doutora em Antropologia. E-mail para contato: mjtcarneiro@gmail.com

SOBRE OS AUTORES

Marjorie de Almeida Botelho é graduada em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestra em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail para contato: marjorie@botelho.eti.br

Valéria Costa Rocha Viana é graduada em Farmácia. Especialista em Homeopatia. Mestra em Ciência Ambiental. Doutoranda em Ciências Aplicadas a Produtos para a Saúde. E-mail para contato: valeriaviana08@hotmail.com

Vanessa Lopes Teixeira é docente da Universidade Federal Fluminense (UFF). Graduada em Ciências Econômicas. Mestra em Ciências Sociais. Doutora em Ciência Econômica. E-mail para contato: vanessateixeira.rj@gmail.com

Victória Batistela Silva Rodrigues é graduada em Relações Internacionais. Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail para contato: victoriabsrodrigues@gmail.com

Viviane de Azevedo Folly é graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisadora Associada da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail para contato: vivi.folly@gmail.com

SOBRE OS AUTORES

Walison Boy é graduado em Geografia. Especialista em História do Brasil. Mestre e doutor em Geografia. Pós-doutorando na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail para contato: walisonboy@gmail.com

Werther Holzer é docente da Universidade Federal Fluminense (UFF). Graduado em Arquitetura e Urbanismo, bem como em Comunicação Social. Mestre em Geografia. Doutor em Geografia. E-mail para contato: wertherholzer@id.uff.br

Yály Féo Lima Ferraz é graduanda em Gestão de Turismo pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ). Áreas de interesse na pesquisa: Turismo e Meio Ambiente. E-mail para contato: yaly.ferraz@aluno.cefet-rj.br

NORMAS DE PUBLICAÇÃO





NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

As editoras IOLE e EDTur recebem propostas de livros autorais ou de coletânea a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período do ano. O prazo de avaliação por pares dos manuscritos é de 7 dias. O prazo de publicação é de 60 dias após o envio do manuscrito.

O texto que for submetido para avaliação deverá ter uma extensão de no mínimo de 50 laudas. O texto deverá estar obrigatoriamente em espaçamento simples, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas dentro do corpo do texto.

A submissão do texto deverá ser realizada em um único arquivo por meio do envio online de arquivo documento em Word. O autor / organizador / autores /organizadores devem encaminhar o manuscrito diretamente pelo sistema da editora IOLE: http://ioles.com.br/editora

CONTATO

EDITORA IOLE

Caixa Postal 253. Praça do Centro Cívico

Boa Vista, RR - Brasil

CEP: 69.301-970

@ http://ioles.com.br/editora

EDTur

Rua São Francisco Xavier, 524.

4º Andar. Sala 4023. Bloco B. Maracanã

Rio de Janeiro, RJ - Brasil

CEP: 20550-900

@ http://www.dtur.uerj.br